

GABRIEL BERTIMES DI BERNARDI LOPES

**ORIGEM, DESENVOLVIMENTO E IMPACTOS DOS GRANDES
EMPREENHIMENTOS TURÍSTICOS EM FLORIANÓPOLIS**

**FLORIANÓPOLIS
2015**

GABRIEL BERTIMES DI BERNARDI LOPES

**ORIGEM, DESENVOLVIMENTO E IMPACTOS DOS GRANDES
EMPREENHIMENTOS TURÍSTICOS EM FLORIANÓPOLIS**

Tese apresentada para obtenção
do título de Doutor em Geografia
pela Universidade Federal de
Santa Catarina (UFSC).

Orientador: Prof. Dr. José Messias
Bastos

FLORIANÓPOLIS
2015

ORIGEM, DESENVOLVIMENTO E IMPACTOS DOS GRANDES EMPREENDIMENTOS TURÍSTICOS EM FLORIANÓPOLIS

GABRIEL BERTIMES DI BERNARDI LOPES

Tese apresentada para obtenção do título de Doutor em
Geografia pela Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC).

Prof. Dr. Márcio Rogério Silveira
Coordenador do Curso

EXAMINADORES:

Prof. Dr. José Messias Bastos - UFSC
Presidente (Orientador)

Prof.^a Dr.^a Raquel Maria Fontes do Amaral Pereira - UFSC
Membro Interno

Prof. Dr. Nelson Popini Vaz - UFSC
Membro Externo ao PPGG

Prof. Dr. Lino Fernando Bragança Peres - UFSC
Membro Externo ao PPGG

Prof. Dr. Fábio Napoleão - UDESC
Membro Externo ao PPGG

Prof. Dr. Edson Telê Campos - USJ
Membro Externo ao PPGG

RESUMO

O objetivo geral deste trabalho é analisar a dinâmica geográfica e econômica instaurada no processo de apropriação de capital e domínio do espaço, efetivada por parte dos grandes empreendimentos turísticos em Florianópolis. Para tanto, os objetivos específicos analisados são as legislações ambiental e urbanística no Brasil, com destaque para a Proteção Constitucional, os Princípios do Direito Ambiental, a Política Nacional do Meio Ambiente, a Lei da Ação Civil Pública, o Estatuto da Cidade, o processo de urbanização e segregação socioespacial em Florianópolis, ressaltando as condições de praça exportadora, de praça importadora, a inserção do capital industrial brasileiro no processo de urbanização, e a evolução dos Planos Diretores Municipais. São utilizados como objetos de estudo diversos casos de conflitos socioambientais, que envolvem os grandes empreendimentos turísticos em Florianópolis, salientando os casos do Costão do Santinho Resort, do Condomínio Residencial Costão Golf, e do Il Campanário Villaggio Resort, que operam mesmo produzindo perversos impactos socioambientais, e os casos dos projetos do Complexo Urbanístico Porto da Barra, do Florianópolis Village Golf Resort, e do Parque Hotel Marina Ponta do Coral, que são projetos de grandes empreendimentos turísticos potencialmente impactantes na capital catarinense. A hipótese é que existe uma tendência à efetivação dos interesses dos grandes empreendimentos turísticos em Florianópolis, como são os casos do Costão do Santinho Resort, do Condomínio Residencial Costão Golf e do Il Campanário Villaggio, afrontando princípios do direito ambiental, as legislações ambiental e urbanística, impactando de forma irreversível o meio ambiente, descaracterizando as comunidades tradicionais e acentuando a segregação socioespacial com a legitimação do Poder Público. Porém, nem sempre os interesses dos grandes empreendimentos turísticos são efetivados, como são os casos dos projetos do Complexo Urbanístico Porto da Barra, do Florianópolis Village Golf Resort e do Parque Hotel Marina Ponta do Coral, que por conta de seus severos impactos socioambientais projetados, forte atuação dos movimentos ambientalistas e do Ministério Público Federal, e também por

conta das relações políticas dos grupos empreendedores não se concretizaram.

Palavras-chave: Legislação Ambiental e Urbanística Brasileira; Urbanização de Florianópolis; Grandes Empreendimentos Turísticos em Florianópolis.

ABSTRACT

The general objective of this search is analyzes the geographical and economic dynamics established in the ownership of capital and control of outer space, carried by large tourist developments in Florianópolis urban process. Therefore, the specific objectives analyzed are the urban and environmental laws discussed in Brazil, with emphasis on the Constitutional Protection, the principles of environmental law, the National Environmental Policy, the Public Civil Action Law, the City Statute, the process of urbanization and socio-spatial segregation in Florianópolis, highlighting the conditions of exporting square, square importing, inserting the Brazilian industrial capital, and the Master Plans of Florianópolis. Are used as objects of study several cases of environmental conflicts, involving large tourist developments in Florianópolis, highlighting the cases of Costão do Santinho Resort, Condomínio Residencial Costão Golf, and Il Campanário Villaggio Resort, operating even produce perverse environmental impacts, and cases of Complexo Urbanístico Porto da Barra, Florianópolis Village Golf Resort, and Parque Hotel Marina Ponta do Coral, which are projects of large potential impact tourism enterprises in the capital of Santa Catarina. The hypothesis is that there is a tendency to effectuation the interests of large tourism developments in Florianópolis, as in the cases of Costão do Santinho Resort, Condomínio Residencial Costão Golf, and Il Campanário Villaggio Resort, affronting principles of environmental law, environmental and town planning laws, irreversibly impacting the environment, mischaracterizing traditional communities and emphasizing the socio-spatial segregation with the legitimacy of the government. However, not always the interests of large tourist complexes are effective, as in the cases of projects of Complexo Urbanístico Porto da Barra, Florianópolis Village Golf Resort and Parque Hotel Marina Ponta do Coral, that because of its severe projected social and environmental impacts, strong performance of environmental movements and the Federal Public Ministry, and also because of the political relations of entrepreneurs groups did not materialize.

Keywords: Environmental and Urban Brazilian Legislation; Urbanization of Florianópolis; Great Resorts in Florianópolis.

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1: Evolução da Taxa de Urbanização Brasileira.	76
Gráfico 2: Distribuição da População Economicamente Ativa Brasileira nos Setores Primário e Secundário.	77
Gráfico 3: População de Santa Catarina total, urbana e rural - 1970-2010.	77
Gráfico 4: População de Santa Catarina urbana e rural (%) - 1970-2010.	78
Gráfico 5: População de Florianópolis total, urbana e rural.	78
Gráfico 6: População de Florianópolis urbana e rural (%).	79
Gráfico 7: População de São José total, urbana e rural – 1970-2010.	79
Gráfico 8: População de São José urbana e rural (%) – 1970-2010.	80
Gráfico 9: Crescimento Populacional da Região Metropolitana (%).	88

LISTA DE IMAGENS

Imagem 1: Vista geral da Praia do Santinho com o terreno do empreendimento ao fundo.	122
Imagem 2: Vegetação do terreno, com gramíneas e algumas espécies arbustivas embaixo. Logo acima vegetação secundária, e na encosta, o início da transição da restinga litorânea para a Floresta de Encosta Pluvial Atlântica.....	123
Imagem 3: Marcação dos técnicos do IBAMA referente a faixa de vegetação em APP na margem do curso d'água dentro do empreendimento, com o Hotel ao fundo.....	123
Imagem 4: Técnicos do IBAMA demonstrando a APP dentro dos limites do empreendimento.	126
Imagem 5: Técnicos do IBAMA demarcando a APP a partir do curso d'água com mirante em promontório ao fundo.	127
Imagem 6: Curso d'água atravessando o terreno do empreendimento.....	127
Imagem 7: Curso d'água na demarcação do local da ampliação do empreendimento.	128
Imagem 8: Técnicos do IBAMA demarcando a APP dentro do empreendimento com a praia ao fundo.	129
Imagem 9: Maquete do empreendimento.	132
Imagem 10: Estação de Tratamento de Água 1.	153
Imagem 11: Estação de Tratamento de Água 2. Taiana Vieira Grando/2008.....	154
Imagem 12: Campo de golfe e da habitação unifamiliar do Condomínio Residencial Costão Golf.	155
Imagem 13: Foto do outdoor em frente ao Condomínio Residencial Costão Golf.....	159
Imagem 14: Aerofoto de 1938 indicando a transição do rural para o urbano na área do Costão do Santinho Resort e do Condomínio Residencial Costão Golf.	160
Imagem 15: Aerofoto de 1957 indicando a transição do rural para o urbano na área do Costão do Santinho Resort e do Condomínio Residencial Costão Golf.	161
Imagem 16: Aerofoto de 1977 indicando a transição do rural para o urbano na área do Costão do Santinho Resort e do Condomínio Residencial Costão Golf.	162

Imagem 17: Aerofoto de 1938 na área do Il Campanário Villaggio.	167
Imagem 18: Aerofoto de 1957 na área do Il Campanário Villaggio.	168
Imagem 19: Aerofoto de 1977 na área do Il Campanário Villaggio.	169
Imagem 20: Il Campanário Villaggio.	171
Imagem 21: Il Campanário Villaggio - Drenagem.	172
Imagem 22: Delimitação da área do empreendimento.	199
Imagem 23: Representação do Complexo Urbanístico Porto da Barra.	201
Imagem 24: Projetos dos empreendimentos da JAT Engenharia e do Grupo CR Almeida.	220
Imagem 25: Projeto do Florianópolis Village Golf Resort.	221
Imagem 26: Ortofoto digital da área em estudo.	222
Imagem 27: Vegetação de restinga paludosa em área alagada.	226
Imagem 28: Terreno alagadiço com pastagem.	227
Imagem 29: Canal de drenagem a oeste lindeiro ao terreno do empreendimento.	227
Imagem 30: Aerofoto de 1938 indicando a transição do rural para o urbano na área do projeto do Florianópolis Village Golf Resort.	228
Imagem 31: Aerofoto de 1957 indicando a transição do rural para o urbano na área do projeto do Florianópolis Village Golf Resort.	229
Imagem 32: Aerofoto de 1977 indicando a transição do rural para o urbano na área do projeto do Florianópolis Village Golf Resort.	230
Imagem 33: Ortofoto digital de 2002 indicando a transição do rural para o urbano na área do projeto do Florianópolis Village Golf Resort.	231
Imagem 34: Ortofoto digital de 2011 indicando a transição do rural para o urbano na área do projeto do Florianópolis Village Golf Resort.	232
Imagem 35: Loteamento Caravelas embargado no Pântano do Sul sofre constantes alagamentos.	237

Imagem 36: Panorâmica da Ponta do Coral.....	249
Imagem 37: Participação popular contra o Parque Hotel Marina Ponta do Coral.....	251
Imagem 38: Aerofoto de 1938 indicando a expansão urbana na área do Parque Hotel Marina Ponta do Coral.....	253
Imagem 39: Aerofoto de 1957 indicando a expansão urbana na área do Parque Hotel Marina Ponta do Coral.....	254
Imagem 40: Aerofoto de 1977 indicando a expansão urbana na área do Parque Hotel Marina Ponta do Coral.....	255
Imagem 41: Linha de base reta definida pelo Decreto nº 4.983, de 2004 ao longo da Ilha de Santa Catarina.	272
Imagem 42: Certidão de Situação de Aforamento.....	275

LISTA DE MAPAS

Mapa 1: Macrozoneamento do Município de Florianópolis.	101
Mapa 2: Localização dos grandes empreendimentos turísticos em Florianópolis.	117
Mapa 3: Localização das propriedades do grupo CostãoVille Empreendimentos.	133
Mapa 4: Microzoneamento proposto pela empresa CEPA para o Rio Vermelho com destaque para o teleférico.	136
Mapa 5: Hidrografia de Florianópolis.	139
Mapa 6: Localização dos poços da CASAN.	147
Mapa 7: Localização das Estações de Tratamento de Água 1 e 2.	152
Mapa 8: Localização do Il Campanário Villagio, Rio Ratones, afluente e restinga.	163
Mapa 9: Delimitação da Área Estudada.	181
Mapa 10: Localização do Distrito da Barra da Lagoa.	198
Mapa 11: Demarcação dos setores e usos do projeto.	202
Mapa 12: Plano de massa do complexo / volumetria.	203
Mapa 13: Bacia Hidrográfica do Pântano do Sul e divisa da propriedade do empreendimento.	224
Mapa 14: Reprodução parcial do levantamento planialtimétrico do IPUF de 2002.	225
Mapa 15: Área alcançada pela preamar máxima na planície do Distrito do Pântano do Sul. Material produzido a partir dos dados hipsométricos das Cartas do Aerolevanteamento de Florianópolis realizado pelo IPUF em 2002.	246
Mapa 16: Comparação entre o levantamento dos terrenos de marinha realizado pela SPU e entregue ao MPF pelo Ofício 228/2012-GAB/SPU/SC - Protocolo PR-SC 00013848/2012, de 30/05/2012, com as áreas de domínio federal identificadas pelo IBAMA. Material produzido a partir dos dados hipsométricos das Cartas do Aerolevanteamento de Florianópolis realizado pelo IPUF em 2002.	247

LISTA DE ABREVIATURAS

ACP - Ação Civil Pública
ADI - Ação Direta de Inconstitucionalidade
APP - Área de Preservação Permanente
CASAN - Companhia Catarinense de Águas e Saneamento
CCR - Câmara de Coordenação e Revisão
CELESC - Centrais Elétricas de Santa Catarina
CF/88 – Constituição Federal de 1988
COMCAP - Companhia Melhoramentos da Capital
CODEMA - Conselho Municipal de Conservação e Defesa do Meio Ambiente
CONAMA - Conselho Nacional do Meio Ambiente
CONSEMA - Conselho Estadual do Meio Ambiente
DELIC - Diretoria de Licenciamento
DER - Departamento de Estradas de Rodagem
DNOS - Departamento Nacional de Obras de Saneamento
DPU - Defensoria Pública da União
EIA - Estudo de Impacto Ambiental
EIV - Estudo de Impacto de Vizinhança
ESEC - Estação Ecológica Carijós
ETA - Estação de Tratamento de Água
ETE - Estação de Tratamento de Efluentes
FATMA - Fundação do Meio Ambiente
FCC - Fundação Catarinense de Cultura
FLORAM - Fundação Municipal do Meio Ambiente
FMI - Fundo Monetário Internacional
IBAMA - Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis
IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
IPHAN - Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional
IPTU - Imposto Predial e Territorial Urbano
IPUF - Instituto de Planejamento Urbano de Florianópolis
IRASC - Instituto da Reforma Agrária de Santa Catarina
GATT - General Agreement on Tariffs and Trade - Acordo Geral sobre Tarifas e Comércio
ICMBio - Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade

LAI - Licenciamento Ambiental de Instalação
LAO - Licença Ambiental de Operação
LAP - Licença Ambiental Prévia
MP - Ministério Público
MPF - Ministério Público Federal
OMC - Organização Mundial do Comércio
ONG - Organização Não Governamental
ONU - Organização das Nações Unidas
PA - Processo Administrativo
PAC - Programa de Aceleração do Crescimento
PIB - Produto Interno Bruto
PLANSAB - Plano Nacional de Saneamento Básico
PlanHab - Plano Nacional da Habitação
PLNMA - Política Nacional do Meio Ambiente
PNGC - Plano Nacional de Gerenciamento Costeiro
PPP - Princípio do Poluidor Pagador
RAP - Relatório Ambiental Preliminar
RAS - Relatório Ambiental Simplificado
RIMA - Relatório de Impacto do Meio Ambiente
RPPN - Reserva Particular do Patrimônio Natural
SEMA - Secretaria Especial de Meio Ambiente
SISNAMA - Sistema Nacional do Meio Ambiente
SNHIS - Sistema Nacional de Habitação
SNUC - Sistema Nacional de Unidades de Conservação
SPU - Superintendência do Patrimônio da União
SETEC/SR/DPF - Setor Técnico-Científico/Superintendência Regional/ Departamento da Polícia Federal
SUSP - Secretaria de Urbanismo e Serviços Públicos
TAC - Termo de Ajustamento de Conduta
TRF - Tribunal Regional Federal
UC - Unidade de Conservação
UFSC - Universidade Federal de Santa Catarina
Uhs - Unidades Habitacionais

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	23
1 LEGISLAÇÃO AMBIENTAL E URBANÍSTICA NO BRASIL .	31
1.1 PRINCÍPIOS DO DIREITO AMBIENTAL.....	33
1.1.1 Princípio da Precaução	35
1.1.2 Princípio da Prevenção	36
1.1.3 Princípio da Responsabilização	37
1.1.4 Princípio do Poluidor Pagador	38
1.1.5 Princípio do Desenvolvimento Sustentável	39
1.1.6 Princípio da Participação	43
1.1.6.1 Os movimentos sociais brasileiros.....	46
1.2 POLÍTICA NACIONAL DO MEIO AMBIENTE	54
1.3 AÇÃO CIVIL PÚBLICA.....	56
1.4 ESTATUTO DA CIDADE	58
1.4.1 O Plano Diretor	62
2 NOTAS SOBRE O PROCESSO DE URBANIZAÇÃO EM FLORIANÓPOLIS.....	67
2.1 A ASCENSÃO DA PEQUENA PRODUÇÃO MERCANTIL AÇORIANA.....	69
2.2 A DECADÊNCIA DA PEQUENA PRODUÇÃO MERCANTIL AÇORIANA.....	71
2.3 A INSERÇÃO DO CAPITAL INDUSTRIAL BRASILEIRO	74
2.4 OS PLANOS DIRETORES MUNICIPAIS DE FLORIANÓPOLIS.....	91
2.4.1 Um Plano Diretor Modernista em 1976	93
2.4.2 O Plano Diretor de 1997.....	96
2.4.3 Um Plano Diretor Participativo em 2014.....	98
3 ORIGEM, DESENVOLVIMENTO E IMPACTOS DOS GRANDES EMPREENDIMENTOS TURÍSTICOS EM FLORIANÓPOLIS.....	103
3.1 O CASO COSTÃO DO SANTINHO RESORT	119
3.2 O CASO CONDOMÍNIO RESIDENCIAL COSTÃO GOLF .	135

3.3 O CASO IL CAMPANÁRIO VILLAGIO RESORT	162
3.4 O CASO PROJETO URBANÍSTICO PORTO DA BARRA.	197
3.5 O CASO FLORIANÓPOLIS VILLAGE GOLF RESORT	220
3.6 O CASO PARQUE HOTEL MARINA PONTA DO CORAL	248
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	280
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	284
ANEXOS	294
ANEXO 1: ENTREVISTA COM ANALÚCIA DE ANDRADE HARTMANN - PROCURADORA DA REPÚBLICA - 11/04/13 E 26/11/2014	294
ANEXO 2: ENTREVISTA COM CARMEM SUZANA TORNQUIST - PROFESSORA DA UNIVERSIDADE DO ESTADO DE SANTA CATARINA - 19/12/2014.....	302
ANEXO 3: ENTREVISTA COM GERT SCHINKE - REPRESENTANTE DO DISTRITO DO PÂNTANO DO SUL NO NÚCLEO GESTOR DO PLANO DIRETOR PARTICIPATIVO DE FLORIANÓPOLIS - 17/12/14	308
ANEXO 4: ENTREVISTA COM ALÉCIO DOS PASSOS SANTOS - PRESIDENTE DA ASSOCIAÇÃO DOS MORADORES DA LAGOA DA CONCEIÇÃO - 17/03/14.....	314
ANEXO 5: ENTREVISTA COM DILNEI SILVA BITTENCOURT - ENGENHEIRO DA PORTOBELLO - 08/04/2014.....	318

INTRODUÇÃO

O objetivo geral deste trabalho é analisar a dinâmica geográfica e econômica instaurada no processo de apropriação de capital e domínio do espaço, efetivada por parte dos grandes empreendimentos turísticos em Florianópolis, utilizando como objetos de estudo diversos casos de conflitos socioambientais que envolvem os grandes empreendimentos turísticos em Florianópolis, salientando os casos do Costão do Santinho Resort, do Condomínio Residencial Costão Golf, e do Il Campanário Villaggio Resort, que operam mesmo produzindo perversos impactos socioambientais. Além dos casos dos projetos do Complexo Urbanístico Porto da Barra, do Pântano do Sul Golf Club, e do Parque Hotel Marina Ponta do Coral, que são projetos de grandes empreendimentos turísticos potencialmente impactantes na capital catarinense que foram sustados pela efetividade da participação comunitária e o do Ministério Público Federal na resistência contra os impactos socioambientais em Florianópolis.

Para tanto, os objetivos específicos analisados são as legislações ambiental e urbanística no Brasil, com destaque para a Proteção Constitucional, os Princípios do Direito Ambiental, a Política Nacional do Meio Ambiente, a Lei da Ação Civil Pública, o Estatuto da Cidade, o processo de urbanização e segregação socioespacial em Florianópolis, ressaltando as condições de praça exportadora, de praça importadora, a inserção do capital industrial brasileiro no processo de urbanização, e a evolução dos Planos Diretores Municipais.

A legislação ambiental e urbanística muitas vezes não é respeitada, evidenciando a influência do poder econômico sobre o poder político. Para assegurar o desenvolvimento do empreendimento, leis são alteradas, beneficiando determinados grupos econômicos.

O estudo aqui proposto requer um referencial teórico e um método que possibilite a compreensão da formação e evolução da urbanização da Ilha de Santa Catarina. Desta forma, serão utilizados como instrumentos de análise as categorias de combinações geográficas (Cholley, 1964) e formação socioespacial (Santos, 1977).

Para Cholley (1964), o espaço representa a totalidade social, ou seja, uma formação socioespacial fruto de um complexo de combinações de elementos naturais e humanos.

A categoria de formação social foi elaborada por Marx e Engels (*O Capital e Ideologia Alemã*) e desenvolvida por Lênin (*Desenvolvimento do capitalismo na Rússia*) e Trotsky (*A revolução permanente*). Coube a Milton Santos no artigo intitulado “Sociedade e espaço: a formação social como teoria e como método (1977)” realçar a relevância de seu uso na Geografia, pois segundo o autor “a história não se escreve fora do espaço e não há sociedade a - espacial. O espaço, ele mesmo é social”. Logo, demonstra a impossibilidade de dissociar a dimensão espacial desta categoria, configurando-se em perspectiva teórica essencial nos estudos geográficos.

Este tipo de análise requer o entendimento das relações entre as múltiplas escalas, já que as determinações econômicas, políticas, sociais, culturais e ambientais em escala global, influenciam as escalas regionais e locais. Portanto a pesquisa parte de uma análise em macro escala, seguido de análises em escalas nacional, regional e urbana.

Engels (1985) observa que a totalidade da natureza se desvenda a partir do entendimento da história, e esta se diferencia da história natural por constituir processo evolutivo dos organismos conscientes. A concepção da história como sendo uma série de lutas de classe, tem um conteúdo muito maior e mais profundo do que a simples redução ao conceito darwinista de luta pela vida.

No artigo *Sociedade e Espaço*, a formação social como teoria e como método, Santos (1977), destaca a importância do espaço na totalidade social. Para o autor o espaço é uma matéria trabalhada por excelência. Nenhum dos objetos sociais tem uma tamanha imposição sobre o homem. Nenhum está tão presente no cotidiano dos indivíduos. O ingrediente fundamental da transformação da natureza humana é um dado socioeconômico, mas é também tributário dos imperativos espaciais.

Tal perspectiva já pode ser observada nos escritos de A. Mamigonian, como são os casos do capítulo “O Habitat”, do Atlas Geográfico de Santa Catarina de 1958, “As indústrias em Brusque (SC) e suas conseqüências na vida urbana” (1960), “Estudo geográfico das indústrias de Blumenau” (1965), “Vida Regional em Santa Catarina” (1966), e “Notas sobre o processo

de industrialização no Brasil” (1969), entre outros, que evidenciam o desenvolvimento brasileiro e catarinense, a partir das perspectivas de combinações geográficas (Cholley) e formação socioespacial (Santos).

Sobre a categoria elaborada por Marx, denominada Formação Social-Econômica, Santos (2008) salienta que, os continuadores de Marx foram vítimas de um equívoco grave quando desenvolveram essa importante categoria da análise social sem tomar o espaço em consideração. Trata-se muito mais de uma categoria de Formação Social-Econômica e Espacial, pois não há e jamais houve Formação Social independentemente do espaço. A sociedade não se pode tornar objetiva sem as formas geográficas. Por outro lado, os objetos que constituem a paisagem orientam, depois, a evolução da própria sociedade, fato que não tem sido suficientemente nem sistematicamente indicado.

Nesta categoria de análise são utilizados dois conceitos chaves: verticalidades e horizontalidades. Santos (2008) lembra que, uma formação social não pode não pode ser estudada sem que sejam considerados dois conjuntos de relações definidos há tempos, por Lênin: as relações horizontais e as relações verticais. As relações horizontais nos dão a estrutura interna da sociedade, as relações verticais nos indicam as relações de uma sociedade com outras sociedades. Em última análise, esses dois conjuntos de relações são interdependentes e, cada vez que tomamos esse dado em consideração, somos obrigados a admitir que a evolução de um país interessa não apenas a ele próprio mas igualmente aos outros.

Observando as verticalidades a partir das relações de produção em escala global, Santos (2008) salienta que, a tendência atual é no sentido de uma união vertical dos lugares. Créditos internacionais são postos à disposição dos países e das regiões mais pobres, para permitir que as redes se estabeleçam ao serviço do grande capital. Nessa união vertical, os vetores de modernização são entrópicos. Eles trazem desordem aos subespaços em que se estalam e a ordem que criam é em seu próprio benefício.

Esta união vertical dos lugares está sempre sendo testada e não sobreviveria se existissem normas rígidas que as regulamentam. Na mesma linha de raciocínio, só que agora pensando nas relações de produção em escala local

(horizontalidades), o autor analisa que com a especialização funcional dos subespaços, há tendência à geração de um cotidiano homólogo graças à interdependência que se estabelece horizontalmente. A partir de uma atividade comum, a informação necessária ao trabalho difunde-se mais fácil e rapidamente, levando ao aumento local da produtividade. Isso tanto é válido no campo, quando se formam áreas presididas por um ou por vários produtos agrícolas combinados, como, também, é visível em cidades que se especializam numa dada produção industrial ou de serviços.

Esta especialização horizontal fortalece a eficácia política, provocando um aumento também na eficácia das técnicas de mercado.

Levando em consideração a teoria de verticalidades e horizontalidades, a pesquisa será estruturada a partir da análise de múltiplas escalas, partindo da escala global, seguindo para a escala nacional e regional, e finalizando as análises em escala local, ou seja, partindo de uma análise em macro escala, seguindo para a análise em escalas menores até a micro escala.

Mamigonian (1996) salienta que, a formação socioespacial tem o mérito de reafirmar o caráter global e de totalidade da visão geográfica, existente desde os gregos, passando pelos alemães, fundadores da moderna geografia, e que entrou em pauta na segunda metade do século XX nos debates sobre geossistemas e formação social.

Conforme afirma Napoleão (2005), a categoria de Formação Socioespacial é expressão dos conceitos básicos interdependentes de modo de produção, formação social e espaço. Assim, a partir da esfera da produção a categoria de F.S.E. busca interpretar a realidade relacionando as múltiplas escalas de análise (local, regional, nacional e internacional). Logo, estabelece uma relação dialética entre elementos humanos e naturais, reintroduzindo nos estudos geográficos a perspectiva de totalidade.

Assim, busca-se ter uma visão de como uma pequena parcela da sociedade se apropria dos recursos naturais e dos investimentos públicos, transformando a organização espacial de acordo com os seus interesses.

Atualmente, grandes empresas ditam a organização do mercado imobiliário em Florianópolis, motivadas pela busca constante de elevação dos lucros, mesmo que isto signifique

prejuízo à qualidade de vida da população em geral. O Costão do Santinho Empreendimentos Turísticos, o grupo Habitasul, Hantel e Portobello enquadram-se como representações de tal realidade. Basta lembrar a execução de grandes empreendimentos turísticos, como o Costão do Santinho Resort e o Condomínio Residencial Costão Golf, que pertencem ao Costão do Santinho Empreendimentos Turísticos e o Il Campanário Villaggio Resort, que pertence à Habitasul, causadores de grandes impactos socioambientais, afrontando as legislações ambiental e urbanística, através de uma prática que altera os zoneamentos de Planos Diretores, impondo desta forma uma organização espacial favorável à seus interesses especulativos com legitimação do Poder Público.

Nos últimos anos intensificou-se a prática de alterações no Plano Diretor de Florianópolis. Isto indica o possível favorecimento de grandes empreendimentos turísticos alterando o Plano Diretor, concedendo licenças ambientais indevidas, privilegiando o capital privado, facilitando a implantação de seus empreendimentos, se sobrepondo as leis ambientais e urbanísticas. Abusos como estes desencadearam a criação da “Operação Moeda Verde”, deflagrada pela Polícia Federal em 3 de maio de 2007, contra funcionários públicos, políticos e empresários acusados de negociar licenças ambientais em Florianópolis e Porto Alegre. As investigações começaram após denúncia de irregularidade no empreendimento Il Campanário Villaggio, em Jurerê Internacional, norte da Ilha de Santa Catarina. Foram indiciadas no total 54 pessoas, sendo que 22 foram presas e soltas em seguida. Entre elas, Fernando Marcondes de Mattos, proprietário do Costão Golf, Aurélio Paladini, dono da Construtora Magno Martins, e Renato Juceli de Souza, da Secretaria de Urbanismo e Serviços Públicos de Florianópolis (SUSP), conforme problemática caracterizada por Lopes (2011).

Um bom exemplo de tal realidade é o Projeto de Lei Complementar nº 513/2003, que alterou o zoneamento de áreas em Capivari, no distrito de Ingleses do Rio Vermelho, em Florianópolis. O grupo Costão do Santinho conseguiu esta alteração no zoneamento para liberação da construção de um de seus empreendimentos, o Condomínio Residencial Costão Golf. Este condomínio tem como atrativo o primeiro campo de golfe de Florianópolis, uma obra de caráter privado, restrito aos proprietários, aos hóspedes do Costão do Santinho Resort, aos

proprietários do Villas do Santinho e Costão das Gaivotas e aos sócios da Marina do Costão.

Outro exemplo é a mudança em 2007 da lei municipal de Florianópolis, Lei Complementar nº 270/2007, que regulamenta o setor da hotelaria e prevê abatimento de até 50% à rede hoteleira da Capital no IPTU (Imposto Predial e Territorial Urbano) e ISSQN (Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza). Esta alteração na legislação municipal, qualificada como inconstitucional pelo Ministério Público Federal, foi investigada pela Polícia Federal na Operação Moeda Verde. Muitos empresários se beneficiaram com a nova lei. A Polícia Federal através de escutas telefônicas expôs o pagamento efetuado pelo empresário Fernando Marcondes de Mattos, proprietário do Costão do Santinho Empreendimentos Turísticos, no valor de quinhentos mil reais para a beneficiar a campanha de Djalma Berger, irmão do prefeito de Florianópolis Dário Berger, em troca da aprovação da nova lei hoteleira.

Grandes empreendimentos turísticos foram alvo de resistência popular nos balneários de Florianópolis, com grande participação comunitária, forçando o Ministério Público a impetrar uma série de Ações Cíveis Públicas contra o Costão do Santinho Resort, o Complexo Urbanístico Porto da Barra, o Condomínio Residencial Costão Golf, o Il Campanário Villaggio Resort, o Florianópolis Village Golf Resort e o Parque hotel marina Ponta do Coral, com o objetivo de conter impactos socioambientais.

A hipótese desta pesquisa é que existe uma tendência à efetivação dos interesses dos grandes empreendimentos turísticos em Florianópolis, como são os casos do Costão do Santinho Resort, do Condomínio Residencial Costão Golf e do Il Campanário Villaggio, afrontando princípios do direito ambiental, as legislações ambiental e urbanística, impactando de forma irreversível o meio ambiente, descaracterizando as comunidades tradicionais e acentuando a segregação socioespacial com a legitimação do Poder Público.

Porém, nem sempre os interesses dos grandes empreendimentos turísticos são efetivados, como são os casos dos projetos do Complexo Urbanístico Porto da Barra, do Florianópolis Village Golf Resort e do Parque Hotel Marina Ponta do Coral, que por conta de seus severos impactos socioambientais projetados, forte atuação dos movimentos ambientalistas e do Ministério Público Federal, e também por

conta das relações políticas dos grupos empreendedores não se concretizaram.

A responsabilidade social é determinante na escolha do tema analisado nesta pesquisa, além do conhecimento empírico adquirido através da participação em uma série de movimentos sociais ligados às questões urbanas e ambientais em Florianópolis.

Santos (2008) salienta que, temos diante de nós uma escolha que se impõe de forma clara. É preciso distinguir a geografia moral da geografia entreguista. A geografia entreguista vai contra os homens, contra os pobres, contra o futuro. É uma geografia abortiva e genocida.

Desta forma, desvendar as relações existentes entre Poder Público e grandes empreendimentos do setor turístico na Ilha de Santa Catarina e compreender os mecanismos usados por eles para execução de seus projetos, que muitas vezes afrontam as leis e promovem danos ambientais irreversíveis, enquadra-se como prática a bem da luta pela preservação do meio ambiente em nossa região.

Contudo, desvendar os impactos socioambientais provocados pelas ações dos grandes empreendimentos do setor turístico do litoral catarinense não é suficiente se os resultados não forem divulgados e discutidos junto à sociedade, para que através da participação comunitária se aglutinem forças para exigir do Poder Público responsabilidade na criação e cumprimento das políticas públicas, que irão contribuir na garantia de uma melhor qualidade de vida para a maioria da população.

Pretende-se com esta pesquisa contribuir com os debates sobre os rumos socioambientais de Florianópolis, uma cidade em uma ilha.

Assim a metodologia desta pesquisa se estruturou via investigações de campo, revisões bibliográficas, análise das ações civis públicas, dos estudos e relatórios ambientais referentes aos casos em tela, entrevistas com representantes de associações comunitárias, dos movimentos sociais, dos grandes empreendimentos turísticos, de professores universitários, de técnicos, e do Ministério Público Federal envolvidos nos casos estudados. Atividades que terão nas categorias de combinações geográficas e formação socioespacial o mecanismo de mediação

entre teoria e prática. Desta forma o trabalho se divide em três capítulos.

No primeiro capítulo são salientados os princípios do direito ambiental e urbanístico, suas origens nas Conferências Internacionais sobre Meio Ambiente promovidas pela Organização das Nações Unidas, e como estes princípios vão orientar as legislações ambiental e urbanística aplicáveis aos casos que envolvem o desenvolvimento e os impactos dos grandes empreendimentos turísticos em Florianópolis. Um destaque maior é dado aos princípios da participação e do desenvolvimento sustentável, e as leis da Política Nacional do Meio Ambiente, da Ação Civil Pública e do Estatuto da Cidade, as quais são abarcadas suas conotações jurídicas.

O segundo capítulo verifica as fases de urbanização de Florianópolis, a evolução dos planos diretores municipais com destaque para a inserção do capital industrial brasileiro no processo de urbanização e segregação socioespacial.

No terceiro e último capítulo é feita uma análise da origem, do desenvolvimento e dos impactos dos grandes empreendimentos turísticos em Florianópolis.

1 LEGISLAÇÃO AMBIENTAL E URBANÍSTICA NO BRASIL

O meio ambiente é destacado na Constituição Federal de 1988. A Carta Magna atual, em seu artigo 225, caput:

Todos têm direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado, bem de uso comum do povo e essencial à sadia qualidade de vida, impondo-se ao poder público e à coletividade o dever de defendê-lo e preservá-lo para as presentes e futuras gerações.

O ponto primordialmente abordado por Antunes (2006) no que se refere ao artigo 225 da CF/88 é o conteúdo do vocábulo “todos”. Da interpretação do seu significado concreto, se manifesta toda a concepção de direito ambiental e do seu papel na sociedade humana. “Todos” significa, todos os seres humanos. O artigo mencionado buscou estabelecer que, mesmo estrangeiros não residentes no País e outros por diferentes motivos, tenham tido suspensos os seus direitos de cidadania, são destinatários da norma atributiva de direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado. Uma leitura equivocada tem levado à interpretação de que “todos” teriam como destinatário todo e qualquer ser vivo.

Ainda sobre o uso do pronome indefinido “todos” e sua relação com o uso coletivo na Constituição Federal de 1988, Machado (2006) salienta que, o meio ambiente é um bem coletivo de desfrute individual e geral ao mesmo tempo. O direito ao meio ambiente é de cada pessoa, mas não só dela, sendo ao mesmo tempo “transindividual”. Por isso, o direito ao meio ambiente entra na categoria de interesse difuso, não se esgotando numa só pessoa, mas se espraiando para uma coletividade indeterminada. Enquadra-se o direito ao meio ambiente na problemática de novos direitos, sobretudo a sua característica de direito de maior dimensão, que contém seja uma dimensão subjetiva como coletiva, que tem relação com um conjunto de utilidades.

A expressão “todos tem direito” cria um direito subjetivo, que é completado pelo direito ao exercício da ação popular ambiental.

Para Magalhães (2002), o tratamento dado ao meio ambiente na atual constituição, colocou o Brasil na linha de frente, junto aos países mais adiantados do mundo. Em nenhuma outra constituição estrangeira a matéria foi tratada com tamanha atenção. Com efeito, a nossa carta magna trouxe mudanças profundas e de grande repercussão política, ecológica, social e econômica. O direito a um ambiente ecologicamente equilibrado passou a ser um direito de todos, cabendo ao Poder Público e a coletividade a obrigação de defendê-lo e preservá-lo.

A Constituição Federal de 1988 vai determinar o desenvolvimento de um Plano Nacional de Gerenciamento Costeiro, obrigação de realização de estudos de impacto ambiental quando houver atividades e utilização dos bens que se situam na Zona Costeira. A exigência de estudo se encontra expressamente formulada conforme o disposto no artigo 225, § 4º, da CF/88, combinado com o artigo 6º da Lei nº 7.661/88. A Zona Costeira é considerada Patrimônio Nacional, e por tal efeito está subordinada a uma disciplina ainda mais estrita da respectiva utilização. O conceito de Zona Costeira referente à Constituição Federal integra o Patrimônio Nacional, e em virtude de critérios, geomorfológicos e fitogeográficos, as regiões litorâneas são consideradas patrimônio nacional porque nelas existem trechos pertencentes a Serra do Mar ou as formações vegetais constitutivas da Floresta Pluvial Atlântica (EIA, 1995).

O Plano Nacional de Gerenciamento Costeiro, Lei 7.661/88, preocupa-se com a preservação dos recursos naturais da faixa litorânea. Esta Lei contempla o seguinte:

Art. 5 o. - O PNGC será elaborado e executado observando normas, critérios e padrões relativos ao controle e à manutenção da qualidade do meio ambiente, estabelecidos pelo CONAMA, que contemplem, entre outros, os seguintes aspectos: urbanização, ocupação e uso do solo, do subsolo e das águas; parcelamento e remembramento do solo; sistema viário e de transporte; sistema de produção, transmissão e distribuição de energia; habitação e saneamento básico; turismo,

recreação e lazer; patrimônio natural, histórico, étnico, cultural e paisagístico.

§ 1º. - Os Estados e Municípios poderão instituir, através de lei, os respectivos Planos Estaduais ou Municipais de Gerenciamento Costeiro, observadas as normas e diretrizes do Plano Nacional e o disposto nesta Lei, e designar os órgãos competentes para a execução desses Planos.

§ 2º. - Normas e diretrizes sobre o uso do solo, do subsolo e das águas, bem como limitações à utilização de imóveis poderão ser estabelecidas nos Planos de Gerenciamento Costeiro, Nacional, Estadual e Municipal, prevalecendo sempre às disposições de natureza mais restritiva.

O Plano Nacional de Gerenciamento Costeiro prevê o zoneamento do uso das atividades no litoral, e prescreve a proteção a recifes, parciais, ilhas, sistemas fluviais, manguezais, costões, praias, restinga, dunas, e florestas litorâneas.

O Decreto Presidencial 5.300/04 atualiza o Plano Nacional de Gerenciamento Costeiro. Este Decreto destaca em seu Artigo 16 que, qualquer empreendimento na zona costeira deverá ser compatível com a infraestrutura de saneamento e sistema viário existente, devendo a solução técnica adotada preservar as características ambientais e a qualidade paisagística.

Desta forma, os grandes empreendimentos são obrigados a se adequarem à infraestrutura existente, devem arcar com o ônus dos investimentos necessários em obras se o empreendimento sobrecarregar as estruturas já existentes.

A questão urbana também é consagrada na Carta Magna de 1988, sobretudo em seus artigos 182 e 183, que incluem expressamente a necessidade de políticas urbanas e dão garantia à função social da propriedade. O Estatuto da Cidade vai regulamentar tais políticas urbanas.

1.1 PRINCÍPIOS DO DIREITO AMBIENTAL

Os princípios do direito ambiental, quando não estão presentes nas legislações das diferentes nações, são encontrados nas declarações internacionais assinadas em

conferências sobre meio ambiente promovidas pela Organização das Nações Unidas (ONU).

Em 1972, na Suécia, aconteceu a Conferência de Estocolmo, a primeira conferência internacional promovida pela ONU, na qual surgem os princípios do Direito Ambiental, orientando a evolução das legislações ambientais no mundo. No Relatório Brundtland (1987), o desenvolvimento sustentável e o desenvolvimento urbano sustentável são abordados, com o objetivo de orientar a ECO-92. A segunda conferência internacional sobre meio ambiente ocorreu no Rio de Janeiro, a ECO-92, quando são consolidados os princípios do direito ambiental, princípios estes que também orientam uma nova forma de gerir o meio ambiente, influenciando o desenvolvimento do direito ambiental.

Antunes (2006) destaca que, no Brasil uma das principais características no âmbito do Direito foi o início de uma legislação de proteção ambiental moderna, baseada em uma principiologia própria do direito ambiental e urbanístico.

Os princípios do direito ambiental orientam uma política global de preservação ao meio ambiente. Eles aparecem primeiro na legislação ambiental alemã já na década de 1970, após a Conferência de Estocolmo, sendo adotados pelas legislações ambientais e urbanísticas de muitos países desde então. Os princípios possuem enorme importância para o ordenamento jurídico, atuando como norma jurídica na ausência de uma legislação ambiental específica. Isto é verificado por Antunes (2006), afirma que o Direito é uma ciência complexa estruturada sobre uma grande diversidade de bases. Diferentemente do que pensa o leigo, o Direito não se confunde com as normas positivadas na legislação, pois estas formam apenas uma parte da ordem jurídica.

Sobre os princípios gerais do direito ambiental, Machado (2006) afirma que um “princípio” é utilizado como alicerce ou fundamento do direito. São normas jurídicas impositivas de uma otimização, compatíveis com vários graus de concretização. Permitem o balanceamento de valores e interesses (não obedecem, como as regras, à “lógica do tudo ou nada”), consoante o seu peso e ponderação de outros princípios eventualmente conflitantes”. São padrões juridicamente vinculantes radicados na exigência de “justiça” ou na “ideia de direito”.

1.1.1 Princípio da Precaução

O princípio da precaução apareceu pela primeira vez na legislação alemã, na década de setenta do século passado, tendo aproximadamente trinta anos de aplicação. Um tempo curto, porém tempo suficiente para que fosse adotado pelo direito ambiental, sendo introduzido nas legislações ambientais da maioria dos países. No Brasil o princípio da precaução surge em 1988, sendo descrito no artigo 225 da Constituição Federal, e em 1992 ratificado na Declaração do Rio de Janeiro.

O princípio da precaução vai atuar inibindo uma ação impactante antes que ela aconteça. Por isso, a precaução é importantíssima no caso de risco de danos ambientais sérios, sobretudo sendo estes irreversíveis. Esta importância é destacada por Leite (2003), porque o princípio da precaução é utilizado quando o risco é alto. Este deve ser acionado nos casos que a atividade pode resultar em degradação irreversível, ou nos casos onde os benefícios derivados das atividades particulares são desproporcionais ao impacto negativo ao meio ambiente. Se houver dúvida a respeito de quais danos ambientais serão gerados por uma ação antrópica, isto não qualifica a legalidade desta ação. Justamente ao contrário, a dúvida frente aos danos ambientais coloca esta ação antrópica como uma afronta ao direito ambiental, sendo necessária a proibição desta ação.

Machado (2006) comenta sobre as relações entre risco ambiental, perigo ambiental e o princípio da precaução, diferenciando perigo ambiental de risco ambiental. O autor diz que, se os perigos são geralmente proibidos, o mesmo não acontece com os riscos. Os riscos não podem ser excluídos, porque sempre permanece a probabilidade de um dano menor. Os riscos podem ser minimizados. Se a legislação proíbe ações perigosas, mas possibilita a mitigação dos riscos, aplica-se o “princípio da precaução”, o qual requer a redução da extensão, da frequência ou da incerteza do dano.

A precaução inibe ações que provoquem impactos ambientais que o meio científico não tem certeza sobre os possíveis danos ao meio ambiente. Portanto, se houver dúvida sobre o risco de possíveis danos ambientais, isto não legaliza o ato.

1.1.2 Princípio da Prevenção

Diferente da precaução, que pode atuar em casos de possíveis danos ambientais, a prevenção atua com medidas mitigadoras e compensatórias dos impactos ambientais já identificados, ou impactos ambientais que serão produzidos. A medida mitigadora é tomada dentro do empreendimento e a medida compensatória é efetuada no entorno.

A importância do princípio da prevenção está diretamente relacionada ao fato de que, se ocorrido o dano ambiental, sua reconstituição é impossível. Os instrumentos de tutela ambiental tem importante papel na prevenção de danos ambientais. Rodrigues (2010) salienta que, os instrumentos de tutela ambiental são divididos em: 1) instrumentos administrativos; 2) instrumentos jurisdicionais. O licenciamento ambiental é um exemplo de instrumento administrativo. Já a ação civil pública é um instrumento jurisdicional.

Da mesma forma que o princípio da precaução, o princípio da prevenção tem o objetivo de inibir uma ação que degrade o meio ambiente antes dela ocorrer. O princípio da prevenção, assim como o outro citado, também está incluído no artigo 225 da Constituição Federal de 1988, e na Declaração do Rio de Janeiro de 1992, além de também ter sido inspirado no direito ambiental alemão dos anos setenta do século passado.

Também conhecido como princípio da ação preventiva, o princípio da prevenção obriga o promotor de uma ação, que comprovadamente cause danos ao meio ambiente, a criar maneiras de evitar a ocorrência deste dano ambiental antes que ele ocorra. Para tanto, é necessário o conhecimento dos impactos produzidos.

Sobre o princípio da prevenção, Antunes (2006) destaca que é um princípio muito próximo do princípio da precaução, embora não se confunda com aquele. O princípio da prevenção aplica-se a impactos ambientais já conhecidos e dos quais se possa, com segurança, estabelecer um conjunto de nexos de causalidade que seja suficiente para a identificação dos impactos futuros mais prováveis.

As licenças ambientais, concedidas pelos órgãos competentes do poder público, são mecanismos usados como prevenção de danos ao meio ambiente. Levantamento das espécies de fauna, flora, dos ecossistemas, planejamento

econômico que respeite a integração entre meio natural, o meio rural e meio urbano, estudo de impacto ambiental, o estudo de impacto de vizinhança, medidas mitigadoras, e medidas compensatórias, também auxiliam na prevenção de impactos ambientais. A participação da comunidade é outro fator fundamental na efetividade, e melhoramento da aplicação das ações preventivas.

Rodrigues (2010) observa que, nos prevenimos contra os danos que conhecemos. Precavemo-nos contra os riscos desconhecidos.

1.1.3 Princípio da Responsabilização

O princípio da responsabilização busca indicar a responsabilidade que se deve ter perante os recursos naturais, utilizando-os de forma consciente. Leite (2003) observa que, não há estado democrático de direito se não é tida a possibilidade de aplicar toda forma de punição àquele que ameaça ou venha a lesar o meio ambiente, assim, com a falta de efetividade na responsabilização frente aos danos ambientais, cabe ao poder público e a sociedade articular um sistema que traga segurança à coletividade. Dessa forma, a sociedade atual exige que o poluidor pague pelos seus atos.

Piva (2000) verifica que, analisada sob o ponto de vista da sua natureza civil, a responsabilidade pode ser conceituada como uma teoria que tem por objeto o estudo do fundamento e da extensão da obrigação de indenizar, que se concretiza em uma obrigação pecuniária. Pode-se dizer que a responsabilidade é uma obrigação imposta pela norma jurídica.

Para Antunes (2000), quando ocorre uma violação do Direito, isto implicará na sanção do responsável pela quebra da ordem jurídica. A ideia deste princípio impede que a sociedade arque com os custos da reparação de um ato que lese o meio ambiente que seja causado por poluidor perfeitamente identificado. A responsabilização por danos ao meio ambiente deve ser implementada, levando-se em conta os fatores de singularidade dos bens ambientais atingidos, da impossibilidade da ética de se quantificar o preço da vida.

Rodrigues (2010) observa que, o princípio da responsabilização é aplicado em três esferas: 1) esfera civil; 2) esfera administrativa; 3) esfera penal. Todavia há diferenças

entre essas três penalidades. Dentre os critérios identificadores da natureza dos ilícitos, podemos identificar: 1) o reconhecimento do objeto tutelado por cada um; 2) o reconhecimento do órgão que imporá a respectiva sanção.

Este princípio atua fazendo com que o poluidor seja responsabilizado pelas suas ações ou mesmo omissões, que, de certa forma, venham causar prejuízo ao meio ambiente.

No Brasil, a Lei de Crimes Ambientais/1997 responsabiliza de forma criminal os autores de impactos ambientais significativos, estando sujeitos a penas de 6 meses a 2 anos. Esta pena não os exime do ônus da reparação ambiental. Freitas (2007) reconhece que, muitas vezes os juristas não aplicam a norma penal. Isso ocorre porque as descrições de fatos delituosos são o resultado de observações de especialistas de outras áreas do conhecimento, além de que os técnicos dos órgãos ambientais, que efetivamente acompanham os resultados de uma política ambiental mal conduzida.

1.1.4 Princípio do Poluidor Pagador

O princípio do poluidor pagador não mostra como indicativo “pagar para poder poluir”. Não se deve através dele trazer formas de amenizar a reparação do dano, como se o poluidor afirmasse que polui, mas paga. Com isto, num primeiro momento, é imposto ao poluidor o dever de se responsabilizar com as despesas de prevenção dos danos ao meio ambiente que a atividade desenvolvida por ele possa ocasionar. Cabe a ele o ônus de utilizar meios necessários à prevenção dos danos. Num segundo momento, deixa claro este princípio, que, quando ocorrer algum dano ao meio ambiente em razão da atividade desenvolvida por ele, deverá ser responsável pela sua reparação.

Para a correta compreensão do princípio do poluidor pagador Rodrigues (2010) observa que, se devem entender as regras de externalidades negativas típicas do direito econômico. A externalidade pode ser negativa ou positiva, quando no preço do bem colocado no mercado não estão incluídos as perdas ou os ganhos sociais resultantes de sua produção ou consumo.

Machado (2006) salienta que, o “poluidor-que-deve-pagar” é aquele que tem o poder de controle (inclusive poder tecnológico e econômico) sobre as condições que levam à

ocorrência a poluição, podendo, portanto, preveni-las ou tomar precauções para evitar que ocorram. No caso de consumo de um produto, havendo poluidor direto e poluidor indireto, tendo sido a produção poluente, “o poluidor-que-deve-pagar” é quem efetivamente cria e controla as condições em que a poluição se produz que neste caso é o produtor.

É verificado por Milaré (2004) que, ao elaborar os custos de produção, os agentes econômicos devem levar em conta o custo resultante dos danos ambientais. Com isso, faz com que ele tenha a devida responsabilidade pelo dano ecológico. Este princípio não objetiva tolerar a poluição mediante um preço, tão pouco compensar os danos causados, e sim inibir as ações impactantes ao meio ambiente. O princípio do poluidor pagador não exime o promotor do impacto ambiental da responsabilização jurídica, estando o mesmo sujeito à Lei de Crimes Ambientais, mas o obriga a arcar com o ônus da reparação do impacto.

Segundo Antunes (2000), a grande diferença entre o princípio do poluidor pagador e da responsabilidade tradicional é que o princípio do poluidor pagador afasta o ônus do custo econômico das costas da coletividade e direciona diretamente ao utilizador dos recursos ambientais.

1.1.5 Princípio do Desenvolvimento Sustentável

O princípio do desenvolvimento sustentável busca garantir à preservação do meio ambiente para às presentes e futuras gerações. Este princípio foi expressamente abraçado pelo legislador no artigo 170, e em diversos instrumentos da Política Nacional do Meio Ambiente, especialmente na lei de zoneamento e no estudo prévio de impacto ambiental.

Para Rodrigues (2010), o desenvolvimento sustentável deve ser focado sob três ângulos se analisado sob uma perspectiva de índole econômica e desenvolvimentista: 1) evitar a produção de produtos supérfluos e agressivos ao meio ambiente; 2) estimular o consumidor em relação à necessidade de evitar o consumo de bens “inimigos” do meio ambiente; 3) estimular o uso de “tecnologias limpas” no exercício da atividade econômica. Infelizmente este princípio tem sido utilizado para abrigar um desenvolvimento que nada tem de sustentado ou equilibrado.

A livre iniciativa, que rege as atividades econômicas, começou a ter outro significado. A liberdade de agir e dispor tratada pela Constituição Federal passou a ser compreendida de forma mais restrita. Busca-se, na verdade, a coexistência de ambos sem que a ordem econômica inviabilize um meio ambiente ecologicamente equilibrado e sem que este obste o desenvolvimento econômico.

Destaca Milaré (2004), que, no princípio do desenvolvimento sustentável, direito e dever estão de certa forma entrelaçados, são termos recíprocos, mais do que relativos, um condiciona o outro, resultando a força que este princípio tem para servir como referência fundamental do direito ambiental, e da conservação e gestão do meio ambiente.

Tanto para o território nacional na sua totalidade, áreas urbanas e rurais, como para a sociedade respeitando as necessidades culturais, o critério de desenvolvimento sustentável deve prevalecer. O ponto de equilíbrio entre desenvolvimento social, o crescimento econômico e a utilização dos recursos naturais obrigam um adequado planejamento territorial que considerem os limites de sustentabilidade.

O desenvolvimento sustentável coloca em contradição os interesses de preservação ambiental e os interesses econômicos do modo-de-produção atual. Para Montibeller-Filho (2001), o desenvolvimento sustentável é um conceito amplo e permite apropriações diferenciadas e ideologizadas por segmentos sociais de interesses difusos. Desta forma, o discurso ideológico do capital torna-se senso comum mascarando os perversos impactos socioambientais promovidos pelo atual modelo de produção capitalista.

O conceito de desenvolvimento sustentável sofreu uma série de transformações em sua interpretação nos últimos anos, tendo evoluído do termo ecodesenvolvimento, e mais recentemente, seguindo uma tendência de evolução para o termo desenvolvimento viável.

O termo ecodesenvolvimento surge em 1972 na Conferência Internacional sobre o Meio Ambiente em Estocolmo. De acordo com Sachs (1993), o termo ecodesenvolvimento é endógeno, ou seja, ele é baseado nas potencialidades locais, sem criar dependência externa, buscando harmonização dos objetivos sociais e econômicos de desenvolvimento, gerindo de

forma prudente e ecológica o meio ambiente e seus recursos naturais.

Já o termo desenvolvimento sustentável surge em 1987 no Relatório Brundtland na Noruega. Alexandre (2003) verifica que, é um termo empregado para designar um estilo de desenvolvimento que procura satisfazer as necessidades do presente sem comprometer a capacidade das futuras gerações satisfazerem as suas. Liberato (2007) observa que o Relatório Brundtland aponta a incompatibilidade entre desenvolvimento sustentável e os padrões de produção e consumo vigentes. Em 1992 no Rio de Janeiro na ECO-92, o conceito desenvolvimento sustentável se consolida e é difundido amplamente.

Em 1997, o Centro de Cooperação Internacional em Pesquisas em Agronomia para o Desenvolvimento/Unidade de Pesquisa de Gestão de Recursos Naturais Renováveis e Meio Ambiente cria o conceito desenvolvimento viável. No mesmo ano, em Kyoto, a ONU defende o crédito de carbono para os países subdesenvolvidos e a redução em 5,3 % nas emissões de gás carbônico até 2012 para os países mais industrializados. Alexandre (2003) destaca que, o desenvolvimento viável é um desenvolvimento alternativo onde a presença da incerteza e da irreversibilidade na dinâmica dos sistemas emerge como um fator decisivo para se pensar estratégias de longo prazo.

Acsehrad (1999) organiza analiticamente os discursos da sustentabilidade urbana distribuídos em dois campos. De um lado, aquele que privilegia a representação técnica das cidades pelos modos de gestão dos fluxos de energia e materiais associados ao crescimento urbano. De outro, aquele que define a insustentabilidade das cidades pela queda da produtividade dos investimentos urbanos, ou seja, pelo fato dos investimentos em infraestruturas urbanas não acompanharem o ritmo de crescimento das demandas sociais, colocando o espaço urbano como território político. As matrizes discursivas ligadas ao desenvolvimento sustentável também merecem destaque. A matriz da eficiência pretende combater o desperdício da base material do desenvolvimento. A matriz da escala propugna um limite quantitativo ao crescimento econômico e à pressão que ele exerce sobre os recursos ambientais. A matriz da equidade articula analiticamente princípios de justiça e ecologia. A matriz da autossuficiência prega a desvinculação de economias nacionais e sociedades tradicionais dos fluxos do mercado

mundial como estratégia apropriada a assegurar a capacidade de autorregularão comunitária das condições de reprodução da base material do desenvolvimento. E por fim a matriz da ética, que inscreve a apropriação social do mundo material em um debate sobre os valores de Bem e de Mal, evidenciando as interações da base material do desenvolvimento com as condições de continuidade da vida no planeta.

Oito critérios de sustentabilidade são definidos por Sachs (2009): 1) social: alcance de um patamar razoável de homogeneidade social, distribuição de renda justa, emprego pleno ou autônomo com qualidade de vida decente e igualdade no acesso aos recursos e serviços sociais; 2) cultural: equilíbrio entre respeito à tradição e inovação, capacidade de autonomia para elaboração de um projeto nacional integrado e endógeno em oposição às cópias servis dos modelos e autoconfiança combinada com abertura para o mundo; 3) ecológica: preservação do potencial do capital natureza na sua produção de recursos renováveis; 4) ambiental: respeitar e realçar a capacidade de autodepuração dos ecossistemas naturais; 5) territorial: configurações urbanas e rurais balanceadas com eliminação das inclinações urbanas nas alocações do investimento público, melhoria do ambiente urbano, superação das disparidades inter-regionais e estratégias de desenvolvimento ambientalmente seguras para áreas ecologicamente; 6) econômico: desenvolvimento econômico intersetorial equilibrado, segurança alimentar; capacidade de modernização contínua dos instrumentos de produção, razoável nível de autonomia na pesquisa científica e tecnológica e inserção soberana na economia internacional; 7) política nacional: democracia definida em termos de apropriação universal dos direitos humanos, desenvolvimento da capacidade do Estado para implementar o projeto nacional, em parceria com todos os empreendedores e um nível razoável de coesão social; 8) política internacional: eficácia do sistema de prevenção de guerras da ONU na garantia da paz e na promoção da cooperação internacional, um pacote Norte-Sul de desenvolvimento baseado no princípio de igualdade, controle institucional efetivo do sistema internacional financeiro e de negócios, controle institucional efetivo da aplicação do Princípio da Precaução na gestão do meio ambiente e dos recursos naturais, prevenção das mudanças globais negativas, proteção

da diversidade biológica e cultural com gestão do patrimônio global e necessidade de um sistema efetivo de cooperação científica e tecnológica internacional como propriedade da herança comum da humanidade.

A crise ambiental global levou O'Connor (1988) a identificar uma nova dialética capitalista, que o autor classifica como segunda contradição fundamental do capitalismo. A exploração da mão de obra assalariada produz o capital através da mais valia no funcionamento interno do capitalismo "internalidades". Já a segunda contradição fundamental do capitalismo está relacionada às externalidades, ou seja, os custos sociais e ambientais da produção não são agregados no valor final do produto, e como os recursos naturais possuem valor imensurável, e o modo de produção capitalista, sobretudo a produção em larga escala das grandes corporações, utiliza os recursos da natureza de forma predatória, reproduzindo o que o autor chama de segunda contradição fundamental do capitalismo.

1.1.6 Princípio da Participação

O princípio da participação é observado por Rodrigues (2010). Ele tem suas raízes na sociologia política, e se reflete na atuação da sociedade civil, que adota comportamentos aceitos pelo legislador e exige que o Poder Público faça a sua parte em relação às políticas públicas.

Este princípio busca a preservação do meio ambiente através da cooperação entre os diversos segmentos da sociedade. A falta de efetividade nas ações promovidas pelo Poder Público leva a sociedade civil a ocupar um espaço maior na tomada das decisões referentes a políticas públicas de meio ambiente. A defesa do meio ambiente por meio da participação está assegurada na Carta Magna de 1988.

Latour et al. (1998) dividem a história dos movimentos ambientalistas em duas fases. A primeira fase inicia na década de 1960 e se estende até o fim da década de 1970. Os ambientalistas dirigiam suas ações para questões locais, pois não havia ainda uma consciência global consolidada de que os problemas ambientais gerados pelo processo do desenvolvimento econômico poderiam afetar irremediavelmente o ecossistema terrestre causando risco a vida no planeta. A

segunda fase inicia na década de 1980. A partir desta década as principais preocupações dos movimentos ecológicos passaram a girar em torno das consequências ocasionadas pela ocupação do solo, a produção de bens e serviços, e o consumo em alta escala sobre os recursos naturais.

As ações sociais, manifestadas através de movimentos de resistência, são fundamentais na desconstrução da hegemonia do capital que tende a prevalecer sobre os interesses socioambientais.

A Ação Civil Pública é um poderoso mecanismo de participação da sociedade civil. A intervenção por parte das ONGs não tem o objetivo de diminuir o poder de ação do Poder Público, e sim, fortalecer a qualidade dos resultados obtidos. Machado (2006) destaca que, as ONGs não têm por fim o enfraquecimento da democracia representativa, e sim intervir de forma complementar, contribuindo para instaurar e manter a preservação e conservação ambiental.

A participação da sociedade civil nos debates públicos que envolvem a preservação ambiental é importante não somente para a reavaliação de diretrizes referente ao tema através de plebiscitos, mas também na consolidação da cidadania, porque o princípio da participação é fundamental nas decisões de qualquer política pública.

No processo de participação, o Poder Público tem um papel fundamental no sentido de intervenção frente a possíveis impactos socioambientais, e também frente a danos socioambientais já produzidos. O problema é que o Poder Público tende a fazer concessões a determinados grupos econômicos que exploram os recursos da natureza de forma predatória.

Gottdiener (1997) destaca que mesmo quando autoridades locais de planejamento se envolvem em projetos de construção do espaço elas são conduzidas muitas vezes por “super agências” não eleitorais que combinam Poder Público com financiamento privado, privilegiando interesses particulares em detrimento das causas coletivas.

O Estado, segundo Carnoy (1990), deve parecer independente da classe capitalista e cada trabalhador deve aparentemente ter o mesmo poder político que cada capitalista individual, mas na prática os interesses do capital são privilegiados.

Na obra de Touraine (1976) Apud Ribeiro (2012) é destacada a defesa das ciências sociais para se compreender os movimentos sociais. Seria necessário considerar as estruturas sociais nas quais os movimentos se manifestam. Cada sociedade ou estrutura social teria como cenário um contexto histórico, que estaria posto como um conflito entre classes, terreno das relações sociais, dependente dos modelos culturais, políticos e sociais. Assim, os movimentos sociais fariam explodir os conflitos já postos pela estrutura social geradora por si só da contradição entre as classes, sendo uma ferramenta fundamental para a ação com fins de intervenção e mudança daquela mesma estrutura.

A “Participação Popular” conferiria um toque de democracia, igualdade e justiça às decisões políticas. Ela passou a ser divulgada como uma espécie de vacina contra a arbitrariedade, a prepotência e a injustiça. Com ela, todos tornarem-se iguais perante o poder público. É essa ilusão que a recente ênfase em Plano Diretor Participativo, procura inculcar na opinião pública.

O que raramente aparece é que os grupos e classes sociais têm não só poderes político e econômico muito diferente, mas também diferentes métodos de atuação, diferentes canais de acesso ao poder e, principalmente, algo que se procura sempre esconder, os diferentes interesses.

O que deveria ser aqui considerado “Participação Popular” (na falta de expressão melhor) seriam a atuação e as pressões exercidas por diferentes setores da sociedade sobre os governantes (o Executivo e o Legislativo) por ocasião da formulação e aprovação tanto do Plano Diretor estratégico como dos Planos Regionais.

Nesse sentido há várias formas de atuação, as quais deveriam incluir todo o esquema de pressões sofridas tanto pelos técnicos, na formulação, como pelos vereadores e demais políticos, na votação desses Planos.

Um exemplo destas formas de atuação é o das empreiteiras, que tem interesse em obras em geral. Urbanas ou não. Há, entretanto, outro setor da economia que tem um interesse não só muito grande, mas específico nas obras urbanas. Essa especificidade reside no fato de tais obras alterarem as localizações urbanas. Esse setor é o setor imobiliário. A diferença é a seguinte: para as empreiteiras o que

interessa é a obra em si, seu porte e seu custo, já para o setor imobiliário a localização da obra é de vital importância, uma vez que ela diferencia o espaço urbano.

1.1.6.1 Os movimentos sociais brasileiros

Os movimentos sociais não se limitam a manifestações públicas esporádicas, mas trata-se de organizações que sistematicamente atuam para alcançar seus objetivos políticos, o que significa haver uma luta constante e em longo prazo dependendo da natureza da causa.

Salienta Nascimento (2011), que historicamente “movimento social” foi uma expressão criada no século XIX, na Europa, para designar a organização operária empenhada em transformar as relações capitalistas de produção.

Hoje o conceito de movimento social refere-se a uma gama de significados que implicam novas formas de participação da esfera política. Acredita-se que a análise acerca da natureza dos movimentos sociais deve estar centrada na avaliação da capacidade de transformações das relações capitalistas de produção e no surgimento das novas subjetividades, o que significa tentar reconduzir as análises para dentro do campo das lutas sociais, para que seja possível captar a dinâmica e a resistência dos movimentos. Assim, reconhecendo a nova fase do desenvolvimento capitalista.

Para Nascimento (2011), na década de 80, com as mudanças políticas no cenário brasileiro, a tendência institucional prevalece para elaborar e formatar as novas instituições políticas. Surgem novos partidos políticos, o novo sindicalismo, as eleições. Estas instituições expressaram o movimento social e deram respaldo político à organização de classe.

Os movimentos sociais brasileiros ganham dimensão paradigmática ao eleger o desejo de transformação social através da reapropriação do Estado pela sociedade civil, e do reconhecimento dos meios institucionais para intervir na nova realidade política do país, quando entra em curso o processo democrático e a luta ganha outra direção que não a do confronto com o Estado ditatorial.

Os estudos mostram que o surgimento de uma sociedade civil mais organizada e mais dinâmica caminhou na direção de

estabelecer relações mais estreitas entre os movimentos sociais e o Estado.

Muitas foram as conquistas no âmbito das forças societárias, inclusive no plano institucional, particularmente as vitórias parciais na Constituição de 1988. Em 1980, a abordagem sobre os movimentos sociais passou a ser mais a da institucionalização, quando os movimentos de fato se empenham na consolidação do processo democrático no país.

Na década de 1990, teve início uma mudança na concepção e na práxis desses movimentos, que coincide com a crescente perda de credibilidade dos sistemas de representação e das instituições políticas. Este novo formato, na maioria dos casos, já não passava pelas vias das instituições tradicionais orientadas pelos sistemas de representação e partidários. O exemplo disso são as organizações não governamentais, que não estão mais limitadas ao papel de fornecer assessoria aos grupos de base, como aconteceu nos últimos anos da década de 1980, mas assumem papel ativo no movimento social. A função dessas organizações civis ganha dimensão mais significativa, ou seja, passam a participar do novo perfil da sociedade civil e influenciam as relações entre Estado e sociedade.

É consenso para alguns estudiosos dos movimentos sociais desse período que, apesar dos problemas estruturais que promoveram mudanças no capitalismo, como o enfraquecimento do Estado e mercado globalizado, existe uma tendência crescente de participação dos grupos sociais, trazendo um novo perfil, tanto na sua concepção quanto na pauta de reivindicações.

Existe desde a década de 1990 uma movimentação maior por parte da sociedade civil no sentido da sua organização. Tem havido, sem dúvida, uma ampliação da prática dos rituais democráticos constituídos pelas eleições livres, organização de grupos temáticos, participação nos debates públicos, construção de novos espaços de participação.

Outro problema apontado por análises na década de 1990 foi o impasse por parte do Estado em compartilhar o seu poder com a sociedade civil sobre as decisões referentes às políticas públicas e a definição dos direitos, contrapondo-se às possibilidades reais dos movimentos sociais em participarem efetivamente das decisões e concretizarem o controle social sobre as ações do Estado.

Conforme Dagnino (2002) Apud Nascimento (2011), se de um lado as dificuldades são muitas para que aconteça o compartilhamento do poder, e com isso seja viável um projeto político em que o Estado reconheça a legitimidade dos movimentos sociais enquanto um lugar social de decisão, e da parte desses movimentos seja confirmada a sua capacidade de articular os interesses diversos, temos do outro lado distinta das dificuldades de compartilhamento a relação entre Estado e movimento social nos marcos da complementaridade instrumental dos propósitos do próprio Estado.

Oliveira (1990) Apud Nascimento (2011) aponta de modo ainda mais cético os rumos dos movimentos sociais no Brasil. Preocupa-se em demonstrar que a constituição dos movimentos sociais a partir da década de 90, não se reduz, propriamente, à institucionalização dos movimentos, mas engloba o tipo de comportamento que surge diante de uma nova realidade. Esse comportamento, segundo ele, revela a face corporativa dos movimentos pela disputa que estabelecem na busca de bens públicos pontuais e emergenciais.

Maricato (2011) destaca que, antes do processo de luta contra a ditadura militar e pela conquista do “Estado de Direito”, a questão da democracia nunca fora colocada como foco central das lutas populares e de esquerda como nessa oportunidade. Neste contexto foi criado, e ganhou força crescente, um movimento social que, sob a bandeira da reforma urbana, reuniu movimentos sociais (moradia, transporte, saneamento), Associações de profissionais, entidades sindicais, entidades acadêmicas de pesquisa, ONGs, integrantes da Igreja Católica, servidores públicos, além de prefeitos e parlamentares de esquerda.

A busca das origens desse movimento pode nos levar ao início dos anos 1960 quando o Brasil viveu um momento político único como nação. Como resposta ao acirramento das contradições pelas quais passava o capitalismo, o governo de João Goulart formulou as propostas de “Reforma Base” visando o apoio dos setores populares, partidos de esquerda, camponeses, operários, servidores públicos e intelectuais.

A proposta da reforma urbana deu seus primeiros passos neste período quando no Congresso Nacional de Arquitetos, foi aprovada uma proposta centrada numa reforma fundiária a exemplo da Reforma Agrária, e a criação de estrutura

institucional governamental, verifica Maricato (2011) Apud Serran (1976). Esta proposta não contava com a base social das demais propostas de reformas já que o país tinha apenas 60% da população nas cidades e estas ainda estavam longe de apresentar os problemas que apresentariam no final do século XX.

A primeira etapa da repressão ditatorial (1964) contra essa ofensiva dos movimentos sociais e sindicais abateu sobre os setores populares. A segunda (1969) alcançou os opositores que tinham origem nas classes médias, como estudantes, jornalistas e intelectuais. Cassações, torturas, censuras, assassinatos, tiveram o efeito de varrer as propostas de reforma de todas as agendas.

O regime militar incorporou a proposta dos arquitetos e urbanistas e a aplicou pelo avesso. O Banco Nacional de Habitação (1964) e o Sistema Nacional de Habitação (SHF) deram início a um vigoroso processo de produção de moradias que privilegiou a classe média e transformou o patamar da produção do espaço urbano no Brasil.

Em meados da década de 1970, a emergência dos movimentos sociais urbanos reivindicando melhores condições de vida se dá, com o apoio determinante da Igreja Católica, ainda quando a participação política na sociedade era bastante cerceada.

Nos anos de 1980 foram criados o Partido dos Trabalhadores (PT) que funcionou como um canal de drenagem dos movimentos urbanos e rurais, além de atrair lideranças católicas e ex-militantes da luta armada, e a Central Única dos Trabalhadores (CUT), que iria reunir os sindicatos mais combativos e a Central dos Movimentos Populares (CMP), vinculada ao PT, e a Confederação Nacional das Associações de Moradores (Conam), vinculada ao PCdoB.

Foram criados ainda os mais importantes movimentos de moradia, como a União dos Movimentos de Moradia e Movimento Nacional de Luta pela Moradia que sucederam no Movimento em Defesa das Favelas (MDF) e a Articulação Nacional do Solo Urbano (Ansur), criada por iniciativa da Comissão Pastoral Operária (CPO).

Com o fim da ditadura militar em 1985, começa um novo período na política brasileira. A Emenda Constitucional de Iniciativa Popular de Reforma Urbana foi apresentada à

Assembleia Nacional Constituinte em 1987 por seis entidades da sociedade civil e assinada por mais de 160 mil eleitores em todo o país. Por ocasião do processo de conquista da nova Constituição Federal, foi criado o Fórum pela Reforma Urbana (1987) com a finalidade de unificar todas as iniciativas dos movimentos urbanos que faziam reivindicações específicas e fragmentadas naquele momento.

Pela primeira vez na história do Brasil, a Constituição Federal passou a contar com um capítulo dedicado ao tema das cidades e incorporar a função social da cidade além da função social da propriedade. Porém, a Constituição Federal, embora seja uma vitória para os movimentos urbanos, não é o suficiente.

O Neoliberalismo teve nas cidades uma profundidade devastadora. A diminuição do crescimento econômico a partir de 1980, o desemprego massivo e o recuo das políticas sociais conformaram um cenário de tragédia com a volta das epidemias, a emergência de uma violência até então desconhecida, o crescimento explosivo de favelas e outras malesas.

A ampliação do mercado corresponde à ampliação do Estado. Enquanto ocorrem cortes nas políticas de transporte, habitação e saneamento, com profundos impactos sobre as cidades, houve a transferência massiva de recursos públicos a esfera financeira por meio de pagamento de juros da dívida.

Com exceção do movimento sem terra (MST) essas mudanças pelas quais passamos não estão na ordem do dia dos movimentos sociais e dos milhares de pontos que compõe este universo participativo. O MST cuida da renovação de quadros e lideranças, discute democraticamente seus passos. Seu alimento são as ações prioritárias de formação política e educação. Ele dá importância à informação enquanto estratégia essencial para sua organização. Muitas destas ações não são observadas pelos movimentos urbanos. Observá-lo ajuda a perceber a diferença entre processos participativos e entre grandes movimentos sociais no Brasil.

Não é por falta de Leis que a população brasileira foi historicamente excluída da propriedade formal da terra, no campo ou na cidade. Um emaranhado de leis, decretos, resoluções, registros e cadastros seguiram-se à instituição da propriedade privada da terra, a partir da Lei de Terras de 1850. Muitas iniciativas e também sua ausência confirmaram a relação

entre poder e propriedade da terra ao longo dos últimos 200 anos.

Os movimentos sociais devem lutar por novos marcos jurídicos, mas devem considerar que isso está muito longe de assegurar conquistas reais. Apesar da forma e da unidade dos movimentos urbanos, o acesso à terra pouco avançou concretamente nesses anos de conquistas institucionais.

Isso leva a suspeitar que os debates públicos, em grande parte, vêm sendo usados pela minoria dominante, especialmente pelos setores econômicos para ocultar as outras formas de pressão sobre os tomadores de decisões políticas. Vêm sendo usados para dar a aparência de democrática a decisões tomadas sob um jogo totalmente desequilibrado de pressões.

Villaça (2005) destaca a elaboração do Plano Diretor Estratégico de São Paulo em 2003 e coloca que todos os debates foram maciçamente dominados pelos moradores e dentre estes, pelos moradores dos bairros de mais alta renda. Os setores econômicos, tanto empregados como empregadores tiveram mínima participação nesses debates.

O uso da imprensa é muito importante, pois só por meio do seu noticiário é que foi possível introduzir na “participação popular” aquele que foi certamente o mais poderoso e influente agente social envolvido no Plano Diretor. Além disso, a imprensa funciona como um poderoso componente das pressões exercidas sobre os políticos. A imprensa tem um enorme poder de reverberação e, ao divulgar as questões ligadas ao Plano Diretor, ampliou sua repercussão política.

Os debates e audiências públicas sobre o Plano Diretor e sobre os Planos Regionais representaram, sem dúvida, um aprimoramento democrático no debate público de leis importantes (ou supostamente importantes) no país. Nesse sentido, houve avanço. Entretanto esse avanço foi restrito a uma parcela tão pequena da população e a uma parcela tão restrita da cidade, que a conclusão inevitável é que eles estão ainda muito longe de serem democráticos, já que não conseguiram atrair o interesse da maioria.

Maricato (2011) observa que, os chamados movimentos sociais urbanos logram no Brasil quando comparado a outros países certa unidade em torno do ideário da Reforma Urbana, do direito à cidade e à cidadania para todos, em especial para os excluídos territorialmente. Essa reunião de movimentos,

federações de sindicatos, associações de profissionais e acadêmicas, e ONGs, muitos deles participantes do Fórum de Reforma Urbana, contabilizam muitas conquistas ao longo dos últimos 20 anos. Entre elas: 1) alguns capítulos da Constituição Federal de 1988; 2) a Lei 10.257/01; 3) o Estatuto da Cidade em 2002; 4) a medida provisória 2.220/01; 5) a criação do Ministério das cidades em 2003; 6) a realização da Conferência Nacional das Cidades em 2003, 2005 e 2007; 7) um programa Nacional de Regularização Fundiária em nível Federal em 2003; 8) o Conselho Nacional das Cidades em 2004; 9) a Lei Federal 11.445/07 que instituiu o marco regulatório do Saneamento Ambiental; 10) a Lei Federal 11.107/05 dos Consórcios Públicos; 11) a Lei Federal 11.124/05 do Fundo Nacional de Habitação de Interesse Social (FNHIS); 12) a instituição do FNHIS em 2006; 13) a Campanha Nacional do Plano Diretor Participativo; 14) a proposta para instituir um marco regulatório da mobilidade urbana, atualmente no Congresso Nacional e; 15) o Programa de Aceleração do Crescimento (PAC) da Habitação e do Saneamento em 2007.

Esta relação mostra a força da organização e da unidade do movimento social urbano. Boa parte das conquistas foi impulsionada pelo Ministério das Cidades e pelo Conselho das Cidades, a partir de 2003, lembrando que essas instituições, foram elas mesmas, conquistas sociais.

Observa Maricato (2011) que, os espaços de participação popular junto aos diversos níveis de governo por meio de conselhos, assembleias e comissões se multiplicaram, mas especialmente no governo Lula. Um dos objetivos mais perseguidos pela luta democrática (controle social sobre o Estado por meio de conselhos participativos) parece não ter mudado a política brasileira.

Ao contrário, ampliou o campo das práticas clientelistas. O Fórum Nacional de Reforma Urbana (FNRU) é uma construção invejada em todo mundo por unificar nacionalmente os movimentos urbanos, porém ele afastou-se das ações de confronto político, de autonomia, de independência política e de utopia social, além de incorporar um discurso genérico do direito à cidade, que deverá ser alcançado por meio do aperfeiçoamento legal, institucional e da ampliação da participação popular.

Em 2008, movimentos sociais e empresários pactuaram uma proposta corporativa, a Proposta da Emenda Constitucional

(PEC) 285/08, visando fixar um percentual do orçamento da união destinado ao investimento em moradias.

Nesta pactuação não fez parte nem mesmo um acordo em torno da inatingível reforma fundiária e imobiliária. Tudo se passa como se os governos, seguindo as leis e planos, pudessem superar os problemas que são históricos e estruturais, como a ilegalidade e a precariedade urbana.

O equívoco de excluir a militância capitalista, esta presente nos principais partidos, movimentos sindicais e movimentos sociais, com exceção do MST. O patrimonialismo se tornou mais vigoroso e generalizado sem a vigilância de uma oposição aguerrida e incorporando parte daqueles que promoviam o que aconteceu nos anos de 1980 e começo dos anos de 1990.

Boaventura Sousa Santos (2001) Apud Maricato (2011) analisa a preparação para o II Fórum Social Mundial destaca que, “estamos perante um novo horizonte civilizatório, uma proposta de luta política que extravasa aspectos significativos do patrimônio político progressista que herdamos dos séculos XIX e XX”. Distinguem-se três aspectos essenciais, a saber: 1) concepção do poder e de opressão, pois o neoliberalismo é um modelo de civilização assentado na intensificação das desigualdades nas relações sociais, assim essa desigualdade assume múltiplas formas, que são outras tantas faces da opressão; 2) equivalência entre os princípios da igualdade e diferença, pois a igualdade acaba excluindo o que é diferente, assim tudo o que é homogêneo tende a se transformar em violência excludente, e as diferenças veiculam visões alternativas de emancipação social; 3) democracia e conquista de poder: se são muitas as formas de poder, de nada vale conquistar o poder de Estado se a sociedade não for transformada.

Souza (2004) coloca que, um dos desafios dos movimentos sociais está na articulação para a elaboração de propostas que possam ir além da globalização econômica, e que avancem na direção de uma globalização social.

Conforme Dagnino (2000) Apud Nascimento (2011), os movimentos sociais constituem uma das chaves centrais na construção democrática do país. Não se trata, apenas, de uma democracia institucional, mas de práticas sociais democráticas no interior da sociedade.

É possível concluir que os atores sociais da sociedade civil organizada, dentre eles, ONGs, movimentos sociais e grupos

coletivos têm potencial para exercer o fortalecimento da sociedade civil, visando a construção de uma globalização social.

Em muitos casos a sociedade civil tornou-se propositora e executora de ações voltadas às dimensões sociais. São experiências, que dependendo da maneira como são gestadas, fortalecem as práticas sociais democráticas no interior da sociedade civil.

Ao mesmo tempo em que visualizamos inúmeras ações coletivas e nelas os movimentos sociais, de cunho local e global, articulados via mídia eletrônica, presenciamos organizações pontuais que podem possibilitar a ampliação de práticas democráticas ou manter uma atuação isolada com relação aos demais atores da sociedade civil. Cabe aos atores organizados da sociedade, na busca de um projeto alternativo para o país, pensarem em estratégias de atuações conjuntas.

1.2 POLÍTICA NACIONAL DO MEIO AMBIENTE

A Lei da Política Nacional de Meio Ambiente, lei federal Nº 6.938/81, indica as áreas de relevante interesse ecológico, além de criar uma série de instrumentos que buscam a conservação ambiental.

A Política Nacional do Meio Ambiente visará: 1) a compatibilização do desenvolvimento econômico social com a preservação da qualidade do meio ambiente; 2) a definição de áreas prioritárias de ação governamental relativa à qualidade e ao equilíbrio ecológico; 3) estabelecimento de critérios e padrões da qualidade ambiental e de normas relativas ao uso e manejo de recursos ambientais; 4) preservação e restauração dos recursos ambientais com vistas à sua utilização racional e disponibilidade permanente; 5) à imposição, ao poluidor e ao predador, da obrigação de recuperar e/ou indenizar os danos causados.

A Lei da Política Nacional do Meio Ambiente instituiu o Sistema Nacional de Meio Ambiente (Sisnama), elencado no artigo 6º, que oferece o planejamento de atividades integradas de múltiplos órgãos governamentais, através de uma política nacional para o setor. Segundo Antunes (2006), os órgãos formadores do SISNAMA são: 1) Conselho do Governo (órgão superior); 2) Conselho Nacional do Meio Ambiente (CONAMA), órgão consultivo e deliberativo; 3) Ministério do Meio Ambiente

(órgão central); 4) Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e Recursos Naturais Renováveis (IBAMA), órgão executor.

Milaré (2004) destaca as funções consultivas e deliberativas do CONAMA, que é presidido pelo Ministro do Meio Ambiente. Sua composição obedece a critérios geopolíticos, critérios institucionais e critérios sociopolíticos. Sem direito a voto, fazem parte também, na condição de conselheiros convidados, um representante do Ministério Público Federal, um representante dos Ministérios Públicos estaduais e um representante da Comissão de Defesa do Consumidor, Meio Ambiente e Minorias da Câmara dos Deputados.

No âmbito estadual, o órgão consultivo e deliberativo é o CONSEMA, Conselho Estadual do Meio Ambiente. Em Santa Catarina, o órgão executor é a FATMA, Fundação do Meio Ambiente. Já no âmbito municipal o órgão consultivo e deliberativo é o CODEMA, Conselho Municipal de Defesa do Meio Ambiente. Em Florianópolis, o órgão executor é a Floram, Fundação Municipal do Meio Ambiente.

Os instrumentos da Política Nacional do Meio Ambiente são meios, medidas e procedimentos pelos quais o Poder Público executa a política ambiental devem focar-se sempre na preservação, melhoria e recuperação do Meio Ambiente e do equilíbrio ecológico, de acordo com Séguin (2000). O artigo 9º da Lei 6.938/81 faz uso dos Instrumentos da Política Nacional do Meio Ambiente, no qual podemos destacar os relatórios ambientais e as licenças ambientais.

Rocha (1997) verifica que, as diretrizes para a emissão das licenças ambientais estão originalmente no Decreto nº 88.351/83. Fiorillo (2006) observa que, as regras para a emissão de licenças ambientais foram atualizadas no artigo 8º da Resolução do CONAMA nº 237/97. As três etapas de licenciamento ambiental do ponto de vista normativo são: a) outorga da licença prévia (LAP); b) outorga da licença de instalação (LAI); c) outorga da licença de operação (LAO). Vale destacar que entre uma etapa e outra se pode fazer necessário o EIA/RIMA e audiências públicas.

Antunes (2006) refere-se à licença ambiental prévia (LAP) como a fase que antecede o planejamento da atividade, contendo requisitos básicos a serem atendidos nas fases de localização, instalação e operação, considerando os planos

municipais, estaduais e federais do uso do solo. A LAP tem a um prazo de validade de até cinco anos.

A licença ambiental de instalação (LAI) não poderá superar seis anos, obrigatoriamente precedida pela licença prévia. Sirvinskas (2008) ressalta que, a LAI autoriza a instalação do empreendimento ou atividade de acordo com as especificações dos planos, programas e projetos aprovados, incluindo as medidas de controle ambiental e demais condicionantes, da qual constituem motivo determinante.

Por fim, a licença ambiental de operação (LAO), também conhecida como licença de funcionamento. Sirvinskas (2008) diz que, a LAO sucede a licença ambiental de instalação e tem por finalidade autorizar a operação da atividade ou empreendimento, após a verificação do efetivo cumprimento das licenças anteriores, com as medidas de controle ambiental e condicionantes determinados para a operação. O prazo da LAO é de no mínimo quatro anos, e no máximo dez anos.

O EIA/RIMA, Estudo de Impacto Ambiental, e o Relatório de Impacto do Meio Ambiente, são documentos distintos, porém utilizados para avaliar a viabilidade de implantação de grandes empreendimentos.

Segundo Antunes (2006), no Brasil, a obrigatoriedade do prévio EIA/RIMA para a construção de projetos potencial ou efetivamente poluidores é uma delegação constitucional. Empreendimentos de médio porte, que potencialmente não promovam grandes impactos estão sujeitos ao Relatório Ambiental Simplificado (RAS). O RAS deve ser elaborado por uma equipe de três técnicos. Já os pequenos empreendimentos, potencialmente geradores de baixos impactos se sujeitam ao Relatório Ambiental Preliminar (RAP), que é elaborado por apenas um profissional competente.

1.3 AÇÃO CIVIL PÚBLICA

A Lei 7.347, de 24/07/1985, normatizou a Ação Civil Pública como instrumento processual específico para a defesa do meio ambiente e de outros interesses difusos e coletivos. Milaré (2004) verifica que, com esta lei as associações civis ganharam força para agir em juízo e juntamente com o Ministério Público puderam em parte frear as inconsequentes agressões ao meio ambiente.

A ação civil pública é o instrumento jurídico que mais vantagens oferece à tutela jurisdicional do meio ambiente. Rodrigues (2010) observa que, a própria origem embrionária da ação civil pública é ambiental, pois o projeto de lei que deu origem à Lei 7.347/1985 nasceu da necessidade de regulamentar o artigo 14 da Lei da Política Nacional do Meio Ambiente. Após a Constituição Federal de 1988 e o Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078/1990), a ação civil pública ganhou a força necessária para se tornar o remédio jurisdicional mais importante e eficaz na proteção ambiental.

É observado por Rocha (1997) que, o Ministério Público, a União, os estados, os municípios, as autarquias, as empresas públicas, as fundações, as sociedades de economia mista e as associações civis são entes legitimados para a propositura da ação civil pública, segundo a Lei 7.347 de 24 de julho de 1985.

Scussel (2009) salienta que, esta lei trouxe consigo em seu parágrafo 8º, a figura do Inquérito Civil. O Inquérito Civil é um instrumento de investigação preparatório, de iniciativa exclusiva do Ministério Público, destinado à coleta de provas e elementos, a fim de identificar a ocorrência ou não de circunstância que justifique sua atuação através da Ação Civil Pública. A partir da experiência do inquérito policial, que constitui o meio de que se vale o Ministério Público para se preparar para a ação penal, surgiu a consciência de que também na esfera cível a instituição deveria ser dotada de um instrumento de investigação administrativa, voltada à colheita de provas e dados para eventual ajuizamento da Ação Civil Pública.

A Lei 8.078/90 instituiu o Código de Defesa do Consumidor. Sua intenção é proteger o meio ambiente, o consumidor, os bens e direitos de valor artístico, estético, histórico e paisagístico.

Esta lei traz enorme avanço para a Ação Civil Pública, pois passa a garantir os direitos divisíveis, e o indivíduo ganha poder para denúncia junto ao Ministério Público.

O meio ambiente ganha muito tendo o Ministério Público como um dos atores da Ação Civil Pública devido a sua atuação eficiente e independente. O inquérito civil, atribuição constitucional do Ministério Público, servirá para uma eficiente colheita de provas para embasar a ação judicial, segundo Machado (2006). Portanto o inquérito civil antecede a Ação Civil

Pública. Pode haver inquérito civil e não ser necessário a realização da ação judicial.

A Ação Civil Pública passa a ser um dos principais instrumentos de participação popular no que diz respeito a interesses coletivos ligados à proteção e preservação do meio ambiente.

1.4 ESTATUTO DA CIDADE

Estatuto da Cidade, Lei nº 10.257/2001, é outra lei imprescindível para a obtenção do desenvolvimento sustentável. Seu objetivo é garantir à população o uso da propriedade urbana em prol do bem coletivo, utilizando uma série de instrumentos no controle dos impactos urbanos.

Fernandes (2002) faz uma análise conceitual acerca da importância da lei a partir de uma perspectiva jurídico-política. O Estatuto da Cidade apresenta três dimensões fundamentais: 1) os novos instrumentos urbanísticos disponíveis para a construção de outra ordem urbana pelos municípios; 2) os processos apontados para a gestão democrática da cidade; 3) os instrumentos jurídicos propostos para a regularização fundiária dos assentamentos informais em áreas urbanas municipais.

São instrumentos utilizados para o fim dessa lei: 1) planos nacionais, regionais e estaduais de ordenamento do território e de desenvolvimento econômico e social; 2) planejamento das regiões metropolitanas, aglomerações urbanas e microrregiões; 3) planejamento municipal, incluindo elaboração de plano diretor, parcelamento e uso do solo, zoneamento ambiental, plano plurianual, diretrizes orçamentárias e gestão orçamentária participativa, além dos planos setoriais; 4) Imposto sobre a Propriedade Predial e Territorial Urbana (IPTU); 5) desapropriações, tombamento de imóveis ou mobiliários urbanos, instituição de unidades de conservação e zonas de especiais de interesse social, usucapião especial do imóvel urbano, outorga onerosa do direito de construir e de alteração de uso, operações urbanas consorciadas, regularização fundiária, assistência técnica e jurídica para as comunidades menos favorecidas, além da realização de referendos populares e plebiscitos; 6) Estudo Prévio de Impacto Ambiental (EIA) e Estudo Prévio de Impacto de Vizinhança (EIV).

Embora em seu art. 1º o Estatuto da Cidade faça referências à preocupação com o equilíbrio ambiental e a sustentabilidade, Mata (2004) considera que ele cuida da questão ambiental de forma insatisfatória. Razão pela qual se revela necessária a conjugação dele com o ordenamento jurídico de tutela do meio ambiente. O Estatuto da Cidade é aplicado paralelamente às normas e instrumentos do direito ambiental.

Para Rolnik (1988), o Estatuto da Cidade é uma legislação pioneira de regulação no âmbito federal para as políticas urbanas sem a ficção tecnocrática dos velhos planos diretores, que prometiam tudo, mas que não possuíam instrumentos para realizar o que propunham. Ele apresenta três características principais que o tornam inovador. Novos instrumentos urbanísticos voltados a induzir mais do que normatizar as formas de uso e ocupação do solo, novas estratégias de gestão que incorporam a ideia de participação direta dos cidadãos em processos decisórios sobre o destino da cidade e ampliação das possibilidades de regularização das posses urbanas.

O Estatuto da Cidade (art. 2º) estabelece que, a política urbana tenha o objetivo de ordenar o pleno desenvolvimento das funções sociais da cidade e da propriedade urbana, mediante diretrizes, entre as quais se destacam os incisos IV, VII e VIII.

Para Azevedo (2004), Estatuto da Cidade abre possibilidades de romper efetivamente com a tradição de planejamento tecnocrático, descomprometido com a realidade social. Ainda que estejam garantidos por lei os instrumentos de participação na elaboração e na gestão dos planos, nossa história está repleta de exemplos de planos diretores que recuam de seus pressupostos mais generosos, ao menor sinal de conflitos. A proposta participativa é mais eficaz e leva a respostas mais comprometidas com a realidade social e urbana, além de liberar grande potencial criativo, no esforço de construir respostas a os desafios.

Apenas políticas públicas intersetoriais podem transformar as precárias condições de vida nas cidades. É preciso contar nesse processo com organização mais intersetorial e com disposição política, para efetivamente romper com práticas fragmentadas, elaboradas por instâncias governamentais setorializadas. No contato direto com os problemas locais, sob os olhos da população, é que essas propostas podem convergir. O local é a escala mais propícia para identificar os problemas

comuns e os diferentes interesses que podem contribuir para a construção social pactuada. O local é propício ao planejamento, à gestão, ao monitoramento participativo e à apropriação do espaço urbano e do espaço político pela população.

A Constituição Federal de 1988 e o Estatuto da Cidade trazem elementos fundamentais para que se encontre o caminho de reversão do processo histórico de desenvolvimento desigual entre as cidades. A função social da cidade e da propriedade e a participação popular no planejamento e gestão das cidades devem estar detalhadas no Plano Diretor de cada município. Torna-las viáveis e efetiva-las torna-se o grande desafio a ser superado para construção de um processo de gestão democrática, com participação ampla dos habitantes na condução do destino das cidades.

Pinheiro (2004) indica alguns pontos fundamentais para que tais objetivos sejam alcançados. É necessário: 1) visão renovadora e generosa do poder público, com o intuito de partilhar poderes com os diferentes segmentos sociais; 2) nova organização da administração pública, com eficiência, transparência e flexibilização de procedimentos; 3) instituição dos canais de participação, com implementação de processos contínuos, integrados e descentralizados; 4) regras claras, decididas coletivamente, para a participação em todo o processo, estabelecendo fóruns consultivos e deliberativos; 5) firmeza e transparência do grupo coordenador (Núcleo Gestor), para assegurar que todos tenham direito à voz, como condição de credibilidade e para fazer avançar o processo, pois só dessa forma afloram os interesses divergentes, explicitam-se os conflitos e, a partir deles, constrói-se o pacto; 6) produção de informação sobre a realidade urbana, em linguagem acessível e transparente, democratizando o acesso à informação.

O cap. IV do Estatuto da Cidade trata exclusivamente da gestão democrática das cidades e elenca alguns instrumentos, com destaque para as audiências públicas. As audiências públicas e debates devem ser usados para definir a metodologia para elaborar o plano diretor e para possibilitar a participação em todas as etapas definidas, para discutir os grandes temas, que estarão contidos no plano. No âmbito do legislativo municipal, as audiências públicas são obrigatórias para a votação do plano plurianual, a lei de diretrizes orçamentárias, orçamento anual e plano diretor. No Legislativo, a Audiência Pública é condição de

validade da edição das leis mencionadas e dos demais atos normativos complementares.

Segundo Rolnik (2004), avaliar impactos é exigência contemporânea, de uma sociedade que está assistindo a escassez dos recursos naturais, o esgotamento dos grandes aglomerados urbanos e a degradação das relações de vizinhança, e que não tem mais como viver em sociedade buscando padrões de qualidade de vida sem analisar e incidir sobre os empreendimentos, as atividades e o seu próprio universo, a partir da relação estabelecida do projeto com a possibilidade de absorção pelo meio no qual irá se inserir. A implantação de empreendimentos e atividades, além das tradicionais limitações administrativas físico territoriais e de zoneamento, relacionadas ao regime urbanístico da gleba e da atividade prevista para a região, passa a se submeter a outro exame, relativo a possibilidade fática de absorção da atividade do empreendimento no local proposto, bem como da compatibilidade com o local no qual pretende se instalar.

Um dos grandes desafios para os gestores públicos consiste em superar a visão fragmentada das análises. O mesmo curso d'água que é manancial para quem trabalha com recursos hídricos, é corpo receptor para quem trabalha com águas servidas, os esgotos. A danceteria, que é ponto de encontro de jovens, é fonte de poluição sonora insuportável para a vizinhança das imediações. O shopping que gera emprego e movimenta a cidade, também ocasiona grande congestionamento, porque não possui adequadas vias de acesso. O desafio consiste em todas as áreas do conhecimento que interferem no processo de aprovação urbanística e ambiental buscarem uma nova síntese que supere a visão fragmentada das análises, implicando uma decisão mais abrangente e que gere melhor qualidade de vida.

Além disso, é fundamental a participação popular no processo de tomada de decisão. Apesar de não estarem expressamente prevista audiência pública para EIV no Estatuto da Cidade, os municípios podem e devem prever a hipótese na regulamentação do EIV no âmbito municipal, identificando as atividades e empreendimentos sujeitos a ele, e prevendo audiência pública ou outras formas de divulgação da análise.

O Estatuto da Cidade deu ao plano diretor uma dimensão fundamental na articulação das ações de planejamento no âmbito do município, evidenciando seu caráter de controle

urbanístico municipal, mas deixando em aberto como articulá-lo ao desenvolvimento regional em diversas dimensões.

1.4.1 O Plano Diretor

O Plano Diretor é obrigatório para municípios com mais de 20 mil habitantes, integrantes de regiões metropolitanas e aglomerações urbanas, com áreas de especial interesse turísticas e situadas em áreas de influência de empreendimentos ou atividades com significativo impacto ambiental na região ou no país.

A instituição do Plano Diretor Municipal permite aos seus participantes conhecer a cidade e entender as forças que a controlam. Mas é preciso não perder de vista a natureza do poder municipal, ator fundamental na legitimação da especulação imobiliária.

Há uma distância imensa entre discurso e prática. Invariavelmente os Planos Diretores são sempre muito bem intencionados, afirmam uma cidade para todos, porém, a implementação do plano tende a seguir a tradição de favorecer apenas alguns grupos sociais.

Villaça (2005) observa que, se pode entender a “Participação Popular” como o conjunto de pressões que “a população” exerce sobre o poder político, por ocasião da tomada de importantes decisões de interesse coletivo. Não existe “a população”. O que existe são classes sociais ou setores ou grupos da população. A classe dominante sempre participou seja dos planos diretores seja dos planos e leis de zoneamento. Quem nunca participou, foram e continuam sendo as classes dominadas, ou seja, a maioria. Até agora foram essas classes as grandes ausentes.

Portanto, quando se fala em Plano Diretor Participativo, como sendo uma novidade e se referindo aos planos diretores do presente, essa ênfase na “participação” só pode ser referir à maioria dominada, já que a minoria dominante sempre participou, embora raramente de forma ostensiva. Os debates públicos formais são apenas uma das várias formas de pressão social sobre os encarregados de decisões políticas.

São 10 etapas para a construção do plano diretor segundo Pinheiro (2004): 1) constituir o núcleo gestor; 2) preparar o processo; 3) divulgar por que e como participar; 4) capacitar a

população; 5) leitura técnica e comunitária; 6) formular a estratégia; 7) construir o pacto e o projeto de lei; 8) discutir na câmara municipal; 9) implementar projetos; 10) monitorar.

Historicamente, a inexistência de diálogo com os setores populares produziu planos e leis urbanísticas com padrões e parâmetros excludentes, refletindo apenas os interesses da parcela da população com acesso ao consumo da cidade legal.

Montenegro (2004), ao analisar o consumo de água na cidade, lembra que, cabe ao plano diretor identificar os mananciais destinados ao abastecimento de água em uso, avaliá-los e caracterizá-los quanto à origem superficial ou subterrânea da água, quanto a quantidade e qualidade em relação à demanda, bem como em relação a riscos atuais e potenciais de redução de disponibilidade hídrica por uso indevido do solo e da água nas bacias hidrográficas em foco. Projeções de demanda por água de abastecimento, fundamentadas em projeções demográficas e de desenvolvimento econômico feitas durante a elaboração do Plano Diretor, orientarão a identificação de novos mananciais e a adoção de medidas para sua proteção com vistas à garantia de disponibilidade hídrica.

No Brasil atual, a despeito dos progressos realizados em abastecimento de água e, em menor monta, em esgotamento sanitário, são notórias as carências de atendimento e cobertura dos serviços de saneamento.

Ao se buscar qualificar essas carências, notam-se nítidas distinções entre níveis de cobertura por tipos de serviço, entre as regiões brasileiras, entre os espaços urbano e rural e entre as diversas camadas de renda das populações.

Lefebvre (2004) descreve que, o direito à vida urbana se afirma como um apelo, uma exigência. Porém, a reivindicação da natureza se anuncia a partir da ideia distorcida de fuga da cidade. Desta forma, a necessidade e o direito à natureza entra em contradição com o direito à cidade.

Na elaboração de Planos Diretores em municípios conurbados ou pertencentes a aglomerações, regiões metropolitanas ou microrregiões, Azevedo (2004) salienta a necessidade de estar atento para algumas recomendações: 1) é recomendável que a capacitação das equipes técnicas municipais e de representantes da sociedade civil dos municípios envolvidos ocorra de forma conjunta para o nivelamento dos princípios que irão embasar a elaboração dos Planos Diretores e

toda a mobilização social, gerando também economia de recursos; 2) ao iniciar um processo de plano diretor, é importante conhecer os planos elaborados ou em elaboração nos municípios vizinhos; 3) é recomendável também que nas etapas iniciais do plano sejam levantados os estudos recentes já realizados no âmbito regional, por exemplo, de bacias hidrográficas e regiões econômicas; 4) as equipes municipais poderão ter um comitê de articulação regional de todo o processo; 5) a elaboração dos planos diretores municipais deve explicitar conflitos e desencadear discussões entre vários municípios em torno de questões comuns e ter um ponto de conexão com o planejamento regional; 6) deve-se construir um ambiente que propicie negociações com vistas a instituir mecanismos de solidariedade regional; 7) um conjunto de dados sobre a realidade regional podem ser compartilhados, bem como os levantamentos aerofotogramétricos, socioeconômicos e geotécnicos municipais, e a própria compra de equipamentos de informática e softwares para os municípios; 8) as oficinas de levantamento de problemas e potencialidades poderão ter momentos cujo enfoque das discussões será local e outros que ocorrerão de forma regionalizada. Com essa finalidade, podem ser organizados seminários ou encontros regionais sobre determinadas temáticas ao longo do processo de elaboração do Plano Diretor; 9) mesmo os projetos de outras esferas de governo ou projetos municipais de impacto em determinados municípios deverão ser discutidos de forma conjunta; 10) reconhecer de forma conjunta, os espaços de valor ambiental e cultural para a região e aqueles espaços degradados ou precários a serem transformados; 11) a eleição de temas prioritários e estratégicos para municípios de uma dada região deve, ser coordenados e compatibilizados em torno de uma agenda de natureza regional; 12) a política e o planejamento do uso e ocupação do solo dos municípios de uma região deve articular-se ao planejamento regional, especialmente entre municípios vizinhos.

A construção de um plano regional que se apoie num processo e numa institucionalidade, a partir de atores locais, terá maior legitimidade na construção de um desenvolvimento que seja sustentável em determinada região, tendo a realidade local como contexto, do que planos regionais realizados por instituições centralizadas. Dessa forma, a elaboração articulada

de planos diretores municipais é um momento oportuno para se deflagrar a construção de pactos territoriais e de discussões regionais mais amplas, amparadas na realidade e com legitimidade social.

2 NOTAS SOBRE O PROCESSO DE URBANIZAÇÃO EM FLORIANÓPOLIS

Segundo Peluso Jr. (1991), a Ilha de Santa Catarina tem 52 km de comprimento por 17 km em sua parte mais larga ao norte da ilha, e 5 km ao sul em sua parte mais estreita. Apresenta diversos maciços isolados unidos por planícies: 1) serra entre a Vargem do Bom Jesus ao norte e a planície do rio Tavares ao sul é o maior conjunto montanhoso da ilha abrigando o morro da Cruz, com 285 metros de altitude. Em seu sopé encontra-se o centro do município de Florianópolis. O morro mais alto desta serra é o morro da Lagoa da Conceição com 493 metros de altitude; 2) serra situada ao sul da planície do rio Tavares atingindo a extremidade meridional da ilha, abarcando o ponto mais elevado da ilha com 519 metros no Morro da Cruz; 3) área rochosa ao norte que termina na ponta da Laje e na Ponta das Canas; 4) área situada entre a baixada do rio Papaquara e o mar, tendo a leste a praia de Canasvieiras e a oeste a praia de Jurerê; 5) área em que se localiza a Ponta Grossa, no nordeste da ilha; 6) Tapera, em que se situa a ponta da Caia canga-Mirim; 7) Morro do Santinho, com 195 metros de altitude, no extremo sul da praia dos Ingleses, em que fica a ponta do Barcelos; 8) morro das aranhas, com 258 metros de altitude, tendo a leste a ponta das Aranhas; 9) morro da Galheta, com 198 metros de altitude, tendo a ponta da Galheta, a ponta do Caçador e a ponta do Meio; 10) morro do Gravatá, com 154 metros de altitude, apresenta a ponta do Gravatá e a ponta do Retiro; 11) morro das Pedras, com 60 metros de altitude; 12) morro do Matadeiro, com 289 metros de altitude, e morro do Cocuruto, com 200 metros de altitude, com a ponta do Quebra Remos e a ponta do Marisco.

O tipo de relevo de uma área estreitamente ligado à origem de suas rochas. A geologia da ilha apresenta em suas serras e morros, rochas do complexo migmático, com intrusões de riolitos no Pântano do Sul, no morro da Cruz e no morro da Costa da Lagoa, além de diques de diabásio que cortam as rochas mais antigas da ilha em diversos locais.

Próximo à praia do Santinho, na região nordeste da Ilha são encontrados campos de dunas que se apresentam fixas ou em vias de fixação, apresentando areias finas trabalhadas pelos ventos predominantes, possuindo formas de línguas, produzidas pelo abundante vento nordeste. Há a ocorrência de dunas

também na região da praia do Campeche. Normalmente apresentam estratificação cruzada. Deposições marinhas podem incluir areias negras ilmeníticas e magnetíticas associadas aos diques de diabásio.

Duas grandes lagoas destacam-se na ilha. A maior é a Lagoa da Conceição, com 12 km de comprimento por 2,5 km na parte mais larga. Ao sul está localizada a Lagoa do Peri, que mede 3,5 km de comprimento e 1,8 km em sua maior largura.

A Ilha de Santa Catarina foi modelada pela ação do mar, que reuniu diversas ilhotas que haviam ficado isoladas após a transgressão marinha. Indícios de clima semiárido no quaternário são encontrados na região do litoral e encostas. Nesta fase climática ocorreu o desenvolvimento periférico de uma pedimentação embrionária. O terraço encontra-se dissecado junto às rochas cristalinas que lhe disponibilizaram o material detrítico. A Ilha de Santa Catarina originalmente encontrava-se coberta por vegetação primária, como florestas, vegetação de mangue e vegetação de restinga, conforme salienta Caruso (1990).

Várzea (1985) relata que, em 1650 a Ilha de Santa Catarina ainda não havia sido colonizada, apesar de o Brasil já estar dividido em Capitanias desde 21 de janeiro de 1535, e estar de posse de suas terras e do continente, 70 léguas no litoral, desde a Cananéia à Laguna. Pero Lopes de Souza, irmão de Martim Afonso, nomeado pelo governo português em 1530 comandante geral, de terra e mar. Porém, a ocupação portuguesa se efetivou apenas em 1651, com a chegada de Francisco Dias Velho Monteiro, trazendo consigo sua família, além de 500 índios. Acompanharam-no também dois padres e um agregado com sua família.

As conquistas marítimas portuguesas e a incorporação do litoral catarinense são analisadas por Mamigonian (1997). As combinações dos elementos físicos e biológicos foram fundamentais no planejamento da ocupação do litoral catarinense por parte da coroa portuguesa. As autoridades portuguesas logo após o Tratado de Utrecht começaram a tomar as primeiras providências para garantir o controle do litoral ao redor da ilha de Santa Catarina, por constituir importante porto natural. As embarcações encontrem-se seguras em qualquer condição de tempo, configurando geografia perfeita para a

edificação de fortalezas capazes de garantir a defesa do litoral sul brasileiro.

O brigadeiro Silva Pais foi encarregado pela coroa portuguesa de fortificar a Ilha de Santa Catarina. Foram construídas quatro fortalezas nas entradas das baías norte e sul, entre a ilha e o continente. A construção da Fortaleza de Anhatomirim foi finalizada em 1739. A Fortaleza de Ponta Grossa em 1740. A Fortaleza de Ratoles foi finalizada em 1740 e a de Barra do Sul em 1742. Mais tarde foram construídas três fortificações junto a Desterro. A ilha se tornou o lugar mais fortificado na parte meridional da América portuguesa.

Havia abundância de excelentes madeiras, peixes e baleias. A exportação de óleo de baleia para a Europa, sobretudo para Inglaterra, Holanda, Alemanha e França, teve um peso importante nas exportações do Brasil na segunda metade do século XVIII.

Siqueira et al. (1999), verificam que, em 1777 Florianópolis foi invadida pelos espanhóis, comandados por Zeballos. Aqui se estabeleceram por 2 anos e a população viveu assustada e com medo desses soldados que representavam uma ameaça à paz da cidade. Os fortes do norte da Ilha foram vencidos sem que um único tiro fosse disparado.

Bastos (2000) divide a urbanização de Florianópolis em três fases. Elas estão atreladas ao processo de ascensão e decadência da pequena produção mercantil açoriana e a divisão territorial e social do trabalho imprimida pelo desenvolvimento industrial do Brasil. As fases de urbanização são as seguintes: 1) a 1ª fase está vinculada à condição de praça exportadora entre os anos 1750 e 1875; 2) a 2ª fase está vinculada à condição de praça importadora entre os anos 1875 e 1960; 3) a 3ª fase, está vinculada à inserção no contexto capitalista industrial brasileiro desde 1960.

2.1 A ASCENSÃO DA PEQUENA PRODUÇÃO MERCANTIL AÇORIANA

A primeira fase da urbanização de Florianópolis compreende a ascensão da pequena produção mercantil açoriana. A colonização açoriana na Ilha de Santa Catarina se beneficiou pela localização geográfica (entre o Rio de Janeiro e Buenos Aires).

Tal fase relaciona-se também ao estabelecimento de milícias portuguesas no Brasil meridional para defesa do território e a organização da função administrativa. Bastos (1997) destaca que foi apenas na segunda metade do século XVIII que a coroa portuguesa promoveu o povoamento do litoral sul brasileiro, numa evidente estratégia econômica, política e militar, frente à expansão espanhola, a partir do Rio da Prata, visto que as correntes vicentistas do século XVII chegaram apenas até São Francisco do Sul.

Florianópolis (Desterro), São Francisco do Sul e Laguna desenvolveram os principais centros comerciais neste período, se especializando na produção de farinha de mandioca, enquanto o sertão nordestino se especializou na produção de carne.

Na virada do século XVIII para o XIX, a capital catarinense tornou-se exportadora de gêneros alimentícios como a farinha de mandioca, peixe salgado, óleo de baleia, feijão e amendoim. É importante chamar a atenção para a pesca da baleia, que foi o fato que realmente levou o capital comercial português a se interessar pelo Brasil meridional, pois surgiram seis armações no litoral catarinense. O óleo extraído da baleia era uma espécie de “petróleo” nos séculos XVIII e XI.

Rangel (1982) relaciona as quedas nas exportações em Florianópolis neste período com a fase depressiva do primeiro ciclo de Kondratiev. A depressão econômica que o capitalismo europeu atravessa no período de 1815 a 1848, do primeiro ciclo de Kondratiev, provocou sensível queda nas exportações obrigando diversificação na produção das fazendas de escravos criando uma movimentação nos recursos ociosos e se auto abastecendo. Este auto abastecimento econômico substituiu importações, favorecendo longo período de auto abastecimento no litoral catarinense.

É observado por Peluso Jr. (1991) que, a imigração européia em meados do século XIX deu grande impulso ao porto, que passou a centralizar a maior parte da exportação dos produtos da região.

2.2 A DECADÊNCIA DA PEQUENA PRODUÇÃO MERCANTIL AÇORIANA

Segundo Bastos (2007), a segunda fase de urbanização de Florianópolis se volta à condição de praça importadora destinada ao atendimento das colônias de alemães e italianos instalados nos vales atlânticos catarinenses.

A formação socioespacial de Santa Catarina com presença modesta do escravismo, e com o excedente econômico acumulado pela pequena produção mercantil açoriana, alemã e italiana distingue-se das áreas agroexportadoras do país, conforme Bastos (1997), porque a população escrava era diminuta na província catarinense e atingiu seu máximo em 1860, quando obteve participação de 16,5%, assinalando o caráter modesto do escravismo em Santa Catarina passando, em seguida, a diminuir gradativamente este percentual na medida em que chegavam imigrantes europeus para povoar os vales atlânticos catarinenses. Também, porque o excedente econômico gerado pela pequena produção mercantil destinava-se ao mercado interno brasileiro, acarretando a inexistência de comerciantes de exportação e de importação que representassem o capitalismo comercial europeu. Assim, não foi difícil para os comerciantes de Desterro fundar o Partido Conservador em 1847 e se tornar a principal força política de Santa Catarina. O principal articulador desta empreitada foi o comerciante-armador João Pinto.

Esta fase de urbanização significou a substituição dos comerciantes açorianos pelos alemães, Hoepcke, Mayer, Born, Muller etc., o que levou à ampliação das relações comerciais, sobretudo com a Europa, repercutindo na modernização do comércio e do porto.

Durante segunda metade do século XIX, a economia na capital desterrense volta a prosperar, conforme salienta Bastos (1997), pois a economia de exportação brasileira entra em nova fase de expansão, induzida pela fase “a” do segundo ciclo longo. O exemplo mais importante desse período foi o considerável aumento do consumo de café brasileiro pelos Estados Unidos. Ao mesmo tempo, em Santa Catarina, eram ocupados inúmeros vales atlânticos, em todo o litoral. Evidentemente que esta conjuntura favoreceu em muito os capitais comerciais da cidade do Desterro, que se tornou mais e mais praça importadora de

produtos de consumo correntes das colônias alemãs e italianas estabelecidas na fachada atlântica catarinense. Paralelamente nota-se a ascensão econômica de comerciantes recém instalados, principalmente de origem alemã, como Hoepcke, Moellmann, Wendhausen, entre outros, além do surgimento de intensa atividade artesanal e oficinas de conserto como relojoarias.

As atividades portuárias, sobretudo a partir da segunda metade do século XIX repercutiram na configuração espacial da cidade, deslocando o eixo de expansão urbana para oeste da praça, passando a concentrar as atividades comerciais e principalmente o maior número de sobrados. Inicia-se então o processo de separação espacial na área urbana do Desterro, ficando os pobres residindo muitas vezes em cortiços a leste da praça, e as classes mais abastadas ocupando os sobrados a oeste da praça. Neste período, as camadas ricas da sociedade, além de ocupar os sobrados passaram a ocupar as chácaras localizadas ao norte no entorno do centro urbano. Sugai (2002) verifica que o desenvolvimento portuário e comercial de Desterro, juntamente com o crescimento de uma camada social mais privilegiada, mais os problemas de saúde pública, refletiu-se na organização e adoção de novos serviços urbanos, mesmo que paliativos. Deve-se ressaltar a abertura de estradas, ainda que precárias, mas que permitiram o acesso terrestre para o interior da ilha na última década do século XIX.

Santos e Pereira (2008) observam que, o setor hoteleiro de Florianópolis no início do século XX apresenta os primeiros ares de modernidade, estimulado pela construção da ponte Hercílio Luz, proporcionando maior fluidez ao transporte rodoviário, e facilitando a entrada de novos produtos e pessoas vindos de outras regiões. Neste período é inaugurado o Hotel La Porta, o primeiro hotel com elevador da cidade, pertencente a Ângelo La Porta.

55 anos após a instalação desta fase ocorre a perda de vitalidade econômica de Florianópolis no contexto regional e nacional. Situação impulsionada pelo processo de industrialização de outras regiões do Estado e o estabelecimento do novo pacto de poder no cenário nacional, com desdobramentos regionais, desencadeados com a Revolução de 30, entre os latifundiários e a burguesia industrial, apeando do

poder os comerciantes de exportação e importação, aos quais os capitais comerciais florianopolitanos estavam ligados.

Lago (1978) observa que, a microrregião de Florianópolis, palco da colonização vicentista e açoriana, por conta de sua diversidade paisagística apresenta um número reduzido de latifúndios na década de 1930. Correspondendo a 9,35% do total de imóveis rurais. Mas, sua extensão é superior a 53,9%, embora em termos de intensidade de uso os minifúndios fossem mais representativos. Isto significa que os latifúndios eram de exploração mínima.

É salientado por Sugai (1994) que, com a apropriação das terras comunais, característica esta, presente na estrutura espacial açoriana, as áreas localizadas ao norte da Ilha de Santa Catarina, e que hoje constituem os balneários de Canasvieiras e Jurerê tornaram-se os balneários mais valorizados da Ilha, mesmo com uma rede viária incipiente, até porque o transporte predominante entre as freguesias açorianas (Rio Vermelho, Lagoa da Conceição, Sambaqui, etc.) era marítimo.

O Estado passou a promover obras de implantação de grandes equipamentos urbanos a partir da década de 50 do século passado, passando a efetuar constantes alterações na legislação de uso e ocupação do solo.

O primeiro Plano Diretor de Florianópolis, aprovado na Câmara Municipal, como a Lei n. 246/55, propõe uma avenida na orla norte com trinta metros de largura e edificações com gabarito de até oito andares. Na década de 60, é implantada a Avenida Beira-Mar Norte, sendo esta a intervenção viária precursora da atual Via de Contorno Norte-Ilha.

Nas décadas de 50 e 60, enquanto se discutia a localização do campus universitário por acreditar que este seria o principal atrativo econômico da cidade, o Estado promovia uma série de investimentos em equipamentos públicos como o Palácio do Governo, o Distrito Naval, e o Hospital Celso Ramos, no sentido norte da península central. Neste cenário, famílias que orientam a conjuntura política local, se beneficiaram com a valorização das terras ao norte e nordeste da cidade, através da construção da Universidade Federal de Santa Catarina na região do bairro Trindade que consolida a Via de Contorno Norte-Ilha.

Sugai (2002) descreve as intervenções do Plano Diretor aprovado em 1955, em especial, aquelas de caráter rodoviário, que garantiram acessibilidade às áreas ao norte da península.

Das proposições viárias mais importantes definidas na península, apenas uma foi executada de acordo com o Plano, a Avenida Beira-Mar Norte. Foi efetuada também, a conexão entre a Avenida Rio Branco e a ponte Hercílio Luz. A abertura da Av. Beira – Mar Norte ao longo da orla da baía norte, além de garantir a acessibilidade e a consequente valorização da área norte da península, foi a intervenção viária que procurou diferenciar e definir a marca de modernidade a este setor residencial. Apesar de ser uma avenida intraurbana, foi construída pelo governo estadual através do DER-SC. A construção desta avenida foi iniciada em meados da década de 60, na gestão do governador Celso Ramos, sendo concluída e pavimentada no início da década de 70, pelo governador Ivo Silveira.

2.3 A INSERÇÃO DO CAPITAL INDUSTRIAL BRASILEIRO

E por fim, a terceira fase de urbanização, referente à inserção de Florianópolis no contexto capitalista industrial brasileiro, mesmo havendo forte resistência por parte dos capitais comerciais locais, principais beneficiados nas fases precedentes. Bastos (2000) observa que, nesta fase, os capitais comerciais tradicionais foram substituídos por capitais comerciais nacionais, a exemplo da Colombo, Arapuá, Pão de Açúcar e Ponto Frio, bem como regionais, como Cassol, Imperatriz e Casas da Água. Os desdobramentos da fase se fazem sentir na atividade pesqueira através de incentivos à pesca industrial via SUDEPE, no processo de balnearização de Florianópolis, modernização das instituições públicas, através da instalação de universidades, Eletrosul, Celesc, Besc, Telesc, DNOS, DNER entre outras instituições, bem como obras de infraestrutura, a exemplo da construção da BR 101.

Com a consolidação do “DI-Departamento Industrial I”, o impulso no crescimento da produção industrial brasileira a partir de 1970 incrementa o mercado interno, aumentando a inserção do capital industrial brasileiro no processo de urbanização e balnearização. Rangel (2005, p.710) observa:

Como sempre acontece a crise, a crise trouxe uma redistribuição das atividades econômicas, suscitando um novo setor

público ao lado de um novo setor privado. A construção residencial, tão importante, num país que expandia sua população urbana a ritmos tão galopantes, teve reforçadas ou criadas suas próprias bases financeiras, por certo sob a supervisão do Estado, via Sistema nacional de habitação (SNH) e Banco Nacional de Habitação (BNH), mas movendo fundos privados em escalas sem precedentes. Com recursos antes comprometidos com aplicações no próprio setor público, o Estado empreendeu, noutras áreas, um gigantesco esforço de formação de capital – notadamente no campo da indústria pesada, da energética, dos serviços urbanos, dos transportes pesados rodoferroviários etc.

Em áreas como a construção residencial, a correção monetária foi remédio necessário e suficiente. Bastou que os institutos enquadreadores da garantia real fossem regenerados, para que o sistema reagisse como era mister. Os serviços de utilidade pública beneficiaram-se dos recursos liberados pela construção residencial e áreas aparentadas. Nem sequer nos apercebemos que não podíamos simplesmente transferir uma instituição criada para uma área, para outra.

Este período é controlado pelo monopólio do capital industrial e agrário nacional, servindo os interesses do capital financeiro estadunidense. Assim o capital estrangeiro e nacional tem todas as facilidades para especulação imobiliária e o processo de urbanização e balnearização aceleram acentuadamente no Brasil, intensificando a crise urbana.

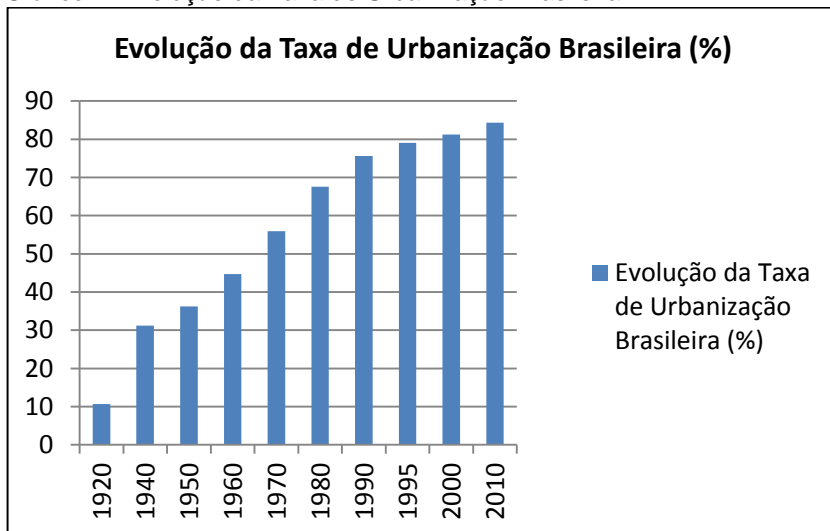
Bastos (1997) verifica que, uma nova política de investimentos federais e estaduais passa a beneficiar Florianópolis, modificando radicalmente o perfil da cidade. Em decorrência disto, a urbanização se acelera e a modernização e o reforço do terciário superior dão novas funções à administração estadual e federal (surgimento do BESC, da CELESC, TELESC, etc.), dinamizando serviços, contribuindo para a implantação de novos serviços, como a UFSC, o DNOS, o DNER, a

ELETROSUL. Neste sentido, Florianópolis readquire certas atividades de âmbito estadual que havia perdido na fase anterior, só que como atividades administrativas modernas.

Esta conjuntura nacional é determinada pela fase depressiva do quarto ciclo de Kondratiev. Rangel (2005) observa que, a situação mudaria radicalmente a partir de 1980, quando coincidiu com a fase recessiva do nosso ciclo breve, a fase recessiva do ciclo longo mundial que, provavelmente, continuará assim por muitos anos ainda. Foi essa crise que desmantelou o regime militar, do mesmo modo como a crise dos anos 60 desmantelou o regime constitucional.

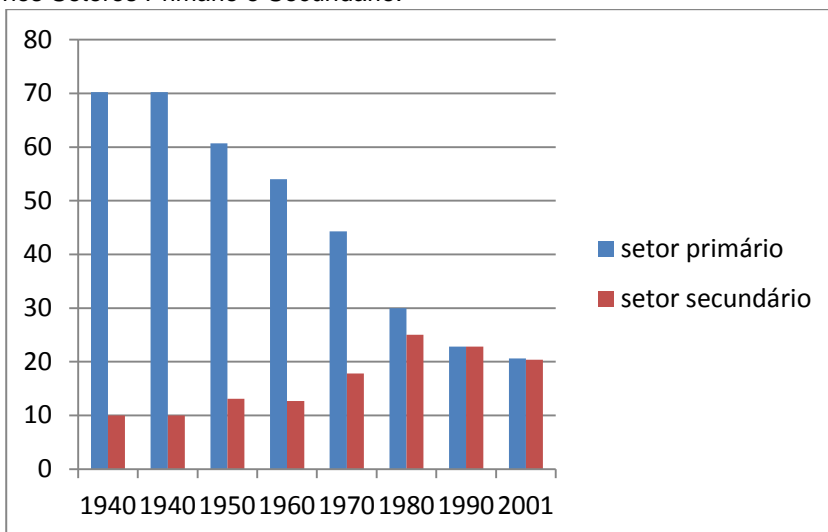
Mamigonian (1999) salienta que, a partir desta fase ficam evidentes nas grandes cidades brasileiras o cruzamento de várias questões carentes de diagnóstico e solução. Com destaque para as questões de soberania nacional, as questões sociais de desemprego e empobrecimento, e as questões ambientais de poluição e saúde pública.

Gráfico 1: Evolução da Taxa de Urbanização Brasileira.



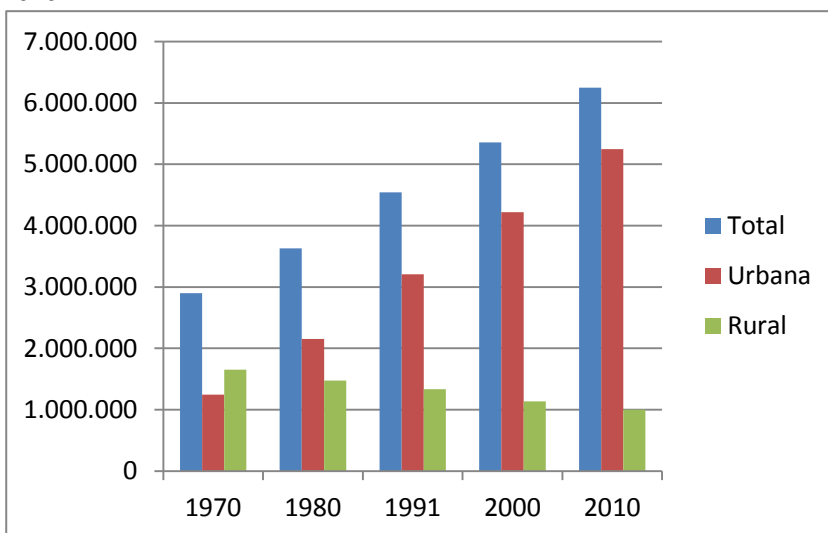
Fonte: IBGE/2015.

Gráfico 2: Distribuição da População Economicamente Ativa Brasileira nos Setores Primário e Secundário.



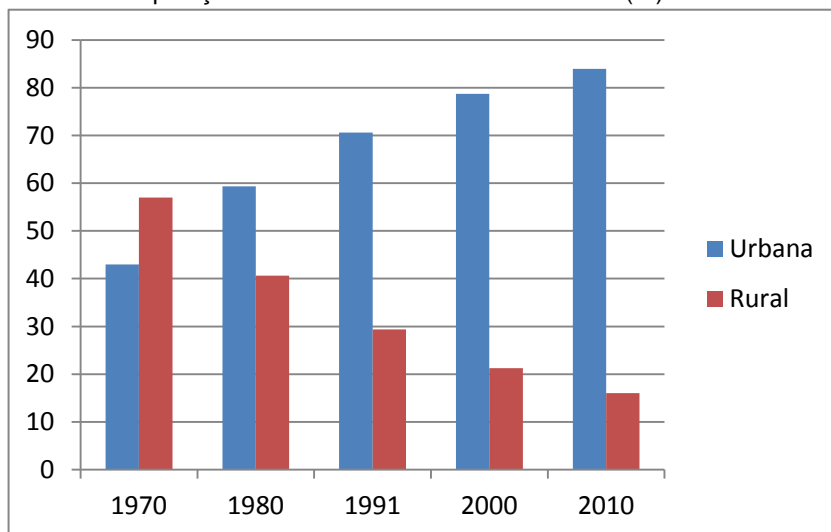
Fonte: IBGE/2015.

Gráfico 3: População de Santa Catarina total, urbana e rural - 1970-2010.



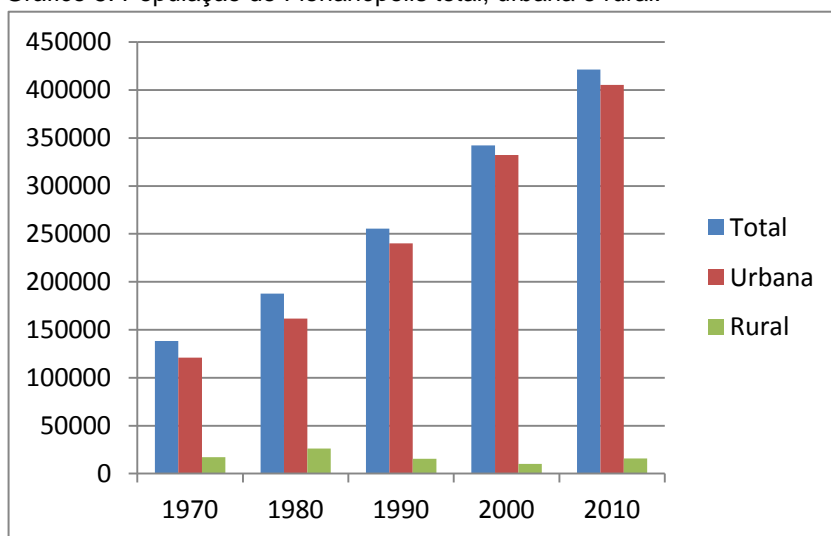
Fonte: IBGE/2015. Censos Demográficos de 1970, 1980, 1991, 2000 e 2010.

Gráfico 4: População de Santa Catarina urbana e rural (%) - 1970-2010.



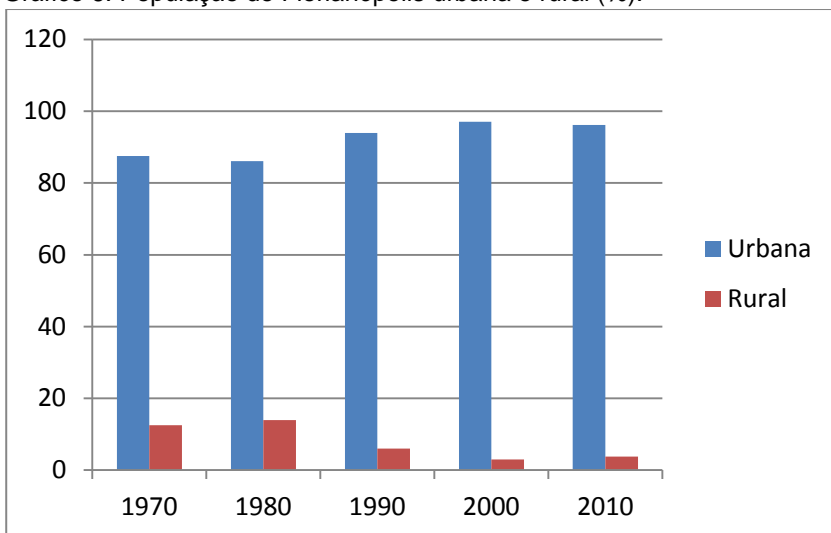
Fonte: IBGE/2015. Censos Demográficos de 1970, 1980, 1991, 2000 e 2010.

Gráfico 5: População de Florianópolis total, urbana e rural.



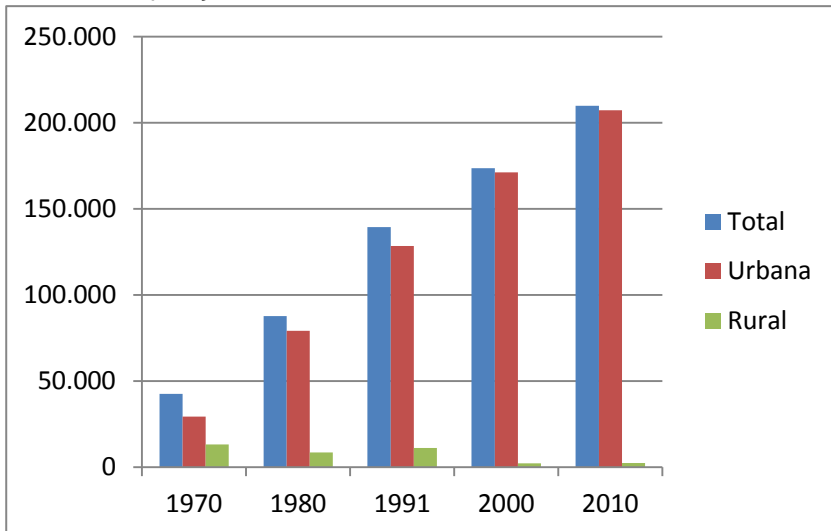
Fonte: IPEA/2015.

Gráfico 6: População de Florianópolis urbana e rural (%).



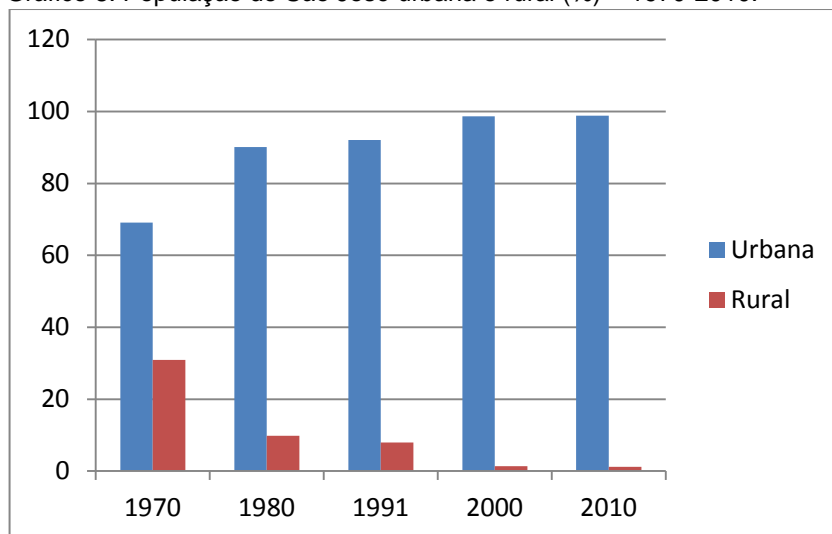
Fonte: IPEA/2015.

Gráfico 7: População de São José total, urbana e rural – 1970-2010.



Fonte: IBGE/2015. Censos Demográficos de 1970, 1980, 1991, 2000 e 2010.

Gráfico 8: População de São José urbana e rural (%) – 1970-2010.



Fonte: IBGE/2015. Censos Demográficos de 1970, 1980, 1991, 2000 e 2010.

Os dados dos gráficos acima indicam que, em 2010 a taxa de urbanização brasileira alcançou 84,36%, mostrando o elevado nível da urbanização brasileira.

A taxa de urbanização de Santa Catarina neste período foi de 93,98% superando a média brasileira. Mais impressionante ainda são as elevadas taxas de urbanização de Florianópolis, chegando em 2010 a 96,2%, e São José chegando a 98,80%.

O Brasil apresenta uma elevada taxa de urbanização. O Estado de Santa Catarina se urbanizou mais que a média brasileira. Porém, a Região Metropolitana de Florianópolis pela sua combinação de atributos apresenta uma taxa de urbanização muito acima da média brasileira e catarinense.

Foi na terceira fase de urbanização que se inicia a especulação imobiliária voltada ao turismo em Florianópolis. Isso se dá a partir da década de 1970 e se intensifica na década de 1990, acelerando o processo de transição do rural para o urbano na Ilha de Santa Catarina, a exemplo de muitas localidades, como o Santinho, Jurerê e Barra da Lagoa.

Marx (1991) observa que, a maior divisão do trabalho material e mental é a separação da cidade do campo. Contudo, Corbusier (2004) salienta que, a causa da ruptura entre a cidade

e o campo é o impacto da aceleração na velocidade da produção e no transporte sobre as áreas rurais.

Os balneários, as áreas de interesse turístico, e as partes adjacentes à zona urbana passam a ser privilegiados pela Lei n. 1.570/78 que alterou o Plano Diretor de 1976.

Sugai (2002), ressalta que, deve-se considerar que no interior da ilha e nos balneários, as longas distâncias, a falta de acessibilidade, de infraestrutura e de transporte coletivo, tornavam inviável morar nessas áreas. Os balneários eram utilizados apenas durante a temporada turística, quando aumentava a oferta de transportes coletivos. Até o final da década de 70 este processo de periferação na área continental foi facilitado pela inexistência de legislações que regulamentassem os desmembramentos e loteamentos que, como se viu, só ocorreu em 1979.

Portanto, apesar da crise e da retração nos investimentos públicos urbanos durante a década de 80, foram observadas no espaço intraurbano de Florianópolis intensas repercussões espaciais decorrentes dos grandes investimentos viários executados na década de 70 e início de 80. Entre outras consequências espaciais deve-se destacar a consolidação dos eixos das áreas residenciais das elites, o processo de periferação no interior da Ilha, a expansão do mercado imobiliário e da construção civil nas áreas centrais e nos balneários, as alterações na dinâmica imobiliária e os deslocamentos espaciais das instituições estatais. Os balneários e loteamentos utilizados pelas camadas de alta renda estão em sua maioria todos pavimentados, inclusive as vias de acesso, como Jurerê Internacional, Praia Brava e Ponta das Canas, no norte da Ilha.

Os investimentos públicos efetuados na área conurbada na década de 1990, e em especial, a manutenção de sua concentração na metade norte da Ilha, contribuíram para as transformações intraurbanas verificadas no final do período. Estes investimentos dos anos 90, somados às constantes ações das últimas décadas e, ainda, a fatores conjunturais e exógenos, produziram alterações no ambiente construído, na composição dos estratos de renda, na distribuição socioespacial e na ampliação das camadas dos extremos sociais pela atração de novos grupos de migrantes para a área conurbada.

Atualmente, grandes empresas ditam a organização do mercado imobiliário em Florianópolis, em consonância com a desenfreada busca da elevação dos lucros em detrimento da qualidade de vida da população local. Empresas como Costão do Santinho Empreendimento Turísticos e CostãoVille Empreendimentos, enquadram-se como representações de tal realidade. Basta lembrar a execução de grandes empreendimentos turísticos, como o Condomínio Residencial Costão Golf, ligado ao Costão do Santinho Resort, que projetam o risco de impactos socioambientais sobre as comunidades que atuam, afrontando a Legislação Ambiental, ou utilizando influência política para mudar a legislação, impondo um modelo segregador. Sobre os impactos da especulação imobiliária na orla marítima de Florianópolis, Bastos (2000) destaca que, embora as facilidades proporcionadas pela modernização do acesso à praia tenha facilitado a colocação do pescado no mercado consumidor; também favoreceu a expansão da atividade turística. A multiplicação dos loteamentos e dos empreendimentos imobiliários fez com que muitas comunidades pesqueiras ficassem praticamente impossibilitadas de chegar até a praia, é o caso de Canasvieiras, por exemplo. Para tanto, ilegalidades não foram raras, tais como a privatização das terras de uso comum.

Sobre as principais causas que poderiam ser enumeradas para explicar o vertiginoso crescimento urbano dos municípios da orla atlântica catarinense, Bastos (2000) destaca: 1) dinamismo econômico brasileiro e catarinense; 2) expansão mercado ligado ao turismo; 3) a reserva de valor na aquisição de imóveis em áreas desvalorizadas, mas com potencial turístico; 4) a melhoria das infraestruturas urbana e rodoviária como força atrativa de investidores, mão-de-obra, novos moradores e turistas. O vertiginoso crescimento da população brasileira e notadamente da orla marítima entre 1970 e 2000 denuncia o avanço do crescimento urbano, enquanto a população urbana no Brasil multiplicou-se por 2,64 vezes, a população urbana de Santa Catarina e dos municípios do litoral catarinense tal multiplicação foi respectivamente 3,7 e 4,6 vezes. Eis a representação do “fenômeno da litoralização”, na verdade, presente desde sempre no Brasil, verifica Pereira (2007).

Logo, trata-se de área que historicamente sofre demasiada pressão exercida pela ação antrópica, a exemplo de

Florianópolis, ao qual a transição do rural para o urbano significou danos severos ambientais e sociais, conforme observa Veado (1998, p. 72 e 73):

A principal atividade do geofácies (Planície Central) resume-se tradicionalmente no setor terciário, porque Florianópolis canaliza para si a prestação de serviços – educação, comércio, profissões liberais, administração pública, etc. Entretanto, nas últimas décadas, o turismo vem surgindo como o principal meio de vida de um sem número de pessoas e instituições. O crescimento anual do fluxo dificulta o estabelecimento de medidas de planejamento, e o que se vê é um crescimento desmesurado de cidades como Florianópolis. A abertura de vias de comunicação quase sempre mal planejadas, que, cedo, acabam criando outros problemas, como inexistência de rede de águas pluviais, impermeabilização da pista de rolamento com escoamento superficial dificultado pelo relevo plano, deficiência na distribuição de água e energia elétrica, deficiência ou inexistência de pavimentação, dentre outros. A expansão urbana sem planejamento leva à ocupação irregular das encostas, dos mangues, das restingas e não tem merecido atenção das autoridades, ou, quando muito, apenas parcial. Acrescentem-se o lançamento diretamente no mar de esgotos domésticos e de restaurantes e de hotéis, fossas sépticas mal dimensionadas e mal construídas, que deterioram o lençol aquífero, lixo nas praias, infraestrutura hoteleira, de restaurantes e bares incipiente para a quantidade de turistas.

Alterações no Plano Diretor são exemplos claros de facilitação do Poder Público que beneficia os grandes empreendedores do setor turístico, e contribui para o processo de balnearização sem planejamento. Cabe, portanto, investigar os grupos econômicos, seus investimentos e consequências socioambientais de suas ações, ou seja, realizar um estudo de *“Geografia do Capital”*, conforme Monbeig (1957).

Pois bem, foi na terceira fase de urbanização que se inicia a especulação imobiliária voltada ao turismo em Florianópolis. Isso se dá a partir da década de setenta do século passado e se intensifica na década de noventa do mesmo século, acelerando o processo de transição do rural para o urbano e de segregação socioespacial na Ilha de Santa Catarina, a exemplo de muitas localidades como o Santinho, Jurerê, Barra da Lagoa, entre outras, alterando de forma irreversível as combinações geográficas e a formação socioespacial de Florianópolis.

Marx (1980) observa que com a introdução da maquinaria, os meios de trabalho assumem grandes dimensões de valor, e representam volumosos valores de uso. Isto é verificado no mercado imobiliário e da construção civil. A expansão imobiliária é influenciada diretamente por padrões de concorrência e competitividade. As inovações tecnológicas e as estratégias de gestão empresariais são determinantes para definição de tais padrões.

Os padrões de concorrência e competitividade são analisados por Kupfer (1992), a partir da construção de um estatuto próprio para o conceito, pois a principal insuficiência defendida pela literatura está no reducionismo do enfoque que propõe a noção de competitividade atrelada somente ao produto ou a empresa que o produz. A riqueza do conceito reside na sua percepção como um fenômeno que se plasma no âmbito da indústria, vale dizer, no conjunto de firmas que a constitui, e no mercado, este último não simplesmente como parcela de demanda a ser conquistada ou mantida pela firma, mas como o verdadeiro espaço de concorrência intercapitalista.

As estratégias empresariais demoram a trazer resultados, portanto o tempo é determinante na definição dos padrões de concorrência e competitividade, assim como a incerteza em avaliar as próprias estratégias, as estratégias dos concorrentes, e o padrão de concorrência do segmento. Portanto a competitividade é definida pela adequação das estratégias empresariais ao padrão de concorrência de um mercado específico.

As inovações tecnológicas e as estratégias empresariais são analisadas por Freeman (1975). O autor destaca 4 tipos de estratégias empresariais: 1) estratégia inovadora ofensiva: além de inovadora, pretende conseguir a liderança tecnológica e do mercado introduzindo novos produtos; 2) estratégia inovadora

defensiva: não assume o risco de ser o primeiro a inovar, e se aproveitam do fato de poder não repetir os erros dos primeiros inovadores, caracterizando-se como oportunista; 3) estratégia imitativa: as estratégias imitativas são dependentes, e copiam os produtos introduzidos por inovadores anteriores, assim estas empresas se contentam em caminhar atrás dos líderes em tecnologias estabelecidas; 4) estratégias tradicionais: possuem a característica de mudar muito pouco, ou não mudar ao longo dos anos, tendo sua tecnologia apoiada em saberes artesanais.

Campos (2009) divide a expansão urbana e a dinâmica da indústria da construção civil na Região Metropolitana de Florianópolis em 4 fases: 1) a 1ª fase está atrelada ao boom imobiliário a partir de 1970; 2) a 2ª fase está atrelada à crise da década de 1980; 3) a 3ª fase está atrelada à retomada do boom imobiliário na década de 1990; 4) a 4ª fase, atrelada à explosão imobiliária a partir do ano 2000.

Houve alguns períodos de grande expansão imobiliária na região metropolitana de Florianópolis. O primeiro “boom imobiliário” ocorreu nos anos 70, comandado pelas grandes construtoras locais que construíam seus empreendimentos no centro, beira mar norte, trindade e adjacências construindo preferencialmente prédios de 12 andares.

Este período correspondente ao término do decênio final da fase “a” (fase ascendente) do 4º Ciclo de Kondratiev. Florianópolis teve o seu primeiro boom imobiliário e toda a sua fisionomia alterada. Surgiram grandes empreendimentos ligados à construção de edifícios e de loteamentos, tanto em Florianópolis como nos demais municípios da Região Metropolitana.

Os primeiros anos da década de 60 foram marcados por um pequeno crescimento urbano em Florianópolis. Na segunda metade da década de 1960, lentamente são construídos os primeiros prédios. Surgiram também alguns loteamentos em determinadas localidades da cidade, como o Loteamento Santa Mônica.

Na década de 1970, o baixo nível de desemprego e a baixa taxa de inflação, acompanhados por um período de alto crescimento econômico no país fez com que a indústria da construção civil em toda Santa Catarina e principalmente em Florianópolis prosperasse. A população da Ilha passa a crescer de forma acelerada.

Com a crise dos anos 80 houve uma baixa no mercado imobiliário reflexo da economia vivida no país. Na época, o mercado imobiliário era comandado por pequenas construtoras locais. Os edifícios eram que menores, de até quatro andares e eram construídos em regiões periféricas da cidade, bem como no município de São José- SC.

Marx (1988) considera duas coisas quando se trata de destruição de capital pelas crises. Onde o processo de reprodução se estanca e o processo do trabalho se restringe, destrói-se capital efetivo. Porém, não se destroem valores de uso. Alguns perdem e outros ganham.

Segundo Rangel (1985), com o endividamento externo brasileiro e a crise do petróleo em 1973, inicia-se a fase “b” (decrecente) do 4º Ciclo de Kondratiev e uma crise na economia mundial. Em decorrência disto, ocorre no Brasil uma crise no balanço de pagamento, que coincidiu com a fase recessiva do Ciclo Breve da economia nacional. Assim, a partir da década de 1980 a economia brasileira entrou em crise por um longo período.

É observado por Campos (2009) que, esta fase desencadeou um processo de estagnação na indústria da construção civil local.

A crise mundial se agravou de 1979 até 1982, chegando seus resultados negativos rapidamente ao Brasil. Depois da fase próspera vivida na década de 1970 pelas empresas ligadas à construção civil e ao setor imobiliário, a década de 1980 marca um período muito difícil devido à grande crise econômica nacional.

Mesmo com as medidas paliativas tomadas pelo Banco Nacional de Habitação, o mercado nacional de imóveis permaneceu muito conturbado durante todo este período de crise.

Os efeitos da crise não afetaram somente a Região da Grande Florianópolis, como também todo o estado de Santa Catarina, que presenciou um processo de desativação na construção civil, principalmente no que diz respeito à construção de edifícios.

Como a procura por apartamentos na Grande Florianópolis estava grande e a população crescendo em um ritmo acelerado, a cidade sofreu com a falta de imóveis para compra. Com isso, o valor dos aluguéis subiu de 30 a 50%. Todos foram afetados com

a crise. O construtor, com os altos custos da construção e a falta de financiamentos. O consumidor, com o achatamento salarial, com os altos preços dos imóveis, com os reajustes nas prestações e com a elevação dos preços dos aluguéis.

Embora estivéssemos vivendo uma crise, percebia-se a expansão do espaço urbano. Provocados em parte pelo turismo, setor este que, durante este período se desenvolveu. Outro motivo é que, tanto a população de classe média como a população de menor poder aquisitivo que buscam empregos continuam a mudar-se para a região.

Desse modo nos anos 80 houve uma transformação na indústria imobiliária e grande expansão urbana horizontal em todos os municípios que compõem a Região Metropolitana.

Em 1979 muitas construtoras fecharam as portas ou reduziram drasticamente o número de empreendimentos. Muitas empresas não estavam prontas para enfrentar a crise.

O município que mais se beneficiou com a expansão urbana de Florianópolis foi o de São José. Muitas obras surgiram nesse período. Com destaque para o Shopping Center Itaguaçu. Com 30.000 m² foi inaugurado em 1982, sendo o primeiro de Santa Catarina. Construído às margens da BR-101. Outra transformação importante foi a criação da Área Industrial de São José, já que o Plano Diretor de Florianópolis não permitia a atividade industrial na Ilha.

O surgimento no início da década de 1980 do Bairro Kobrasol e do Loteamento Bosque das Mansões, de fácil acesso à BR-101, associados ao grande número de residências e edifícios que, incrementaram a economia e a vida social do Município. A isenção de impostos por 5 ou 10 anos para as empresas pioneiras foi fundamental para o crescimento de São Jose. Com a instalação da área industrial do município, São José passou de 30º para 4º lugar em arrecadação de ICMS no Estado.

Nos últimos vinte anos, o Bairro Kobrasol tornou-se o mais populoso e importante de São José. Hoje, o Município vive um momento de grande desenvolvimento na indústria da construção civil e, conseqüentemente, observa-se uma acelerada expansão urbana.

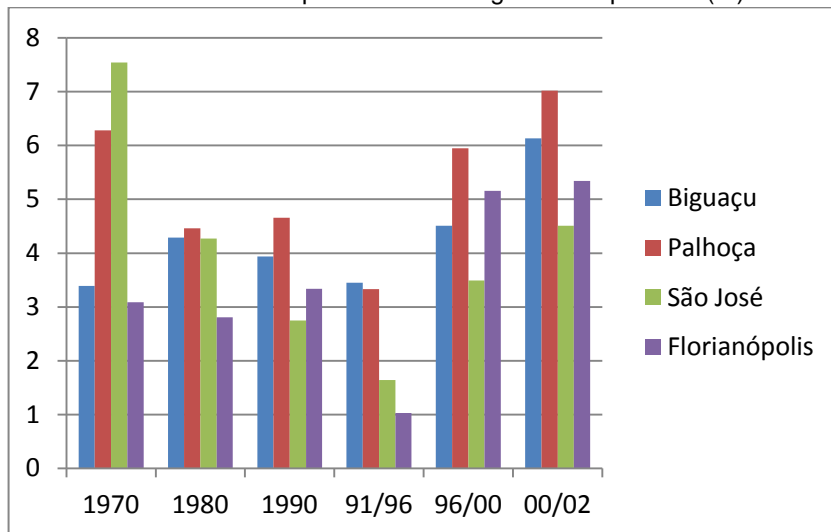
Na década de 1990. Esta década é marcada pelo surgimento de diversos empreendimentos localizados em periferias, áreas centrais e outros municípios como Biguaçu e Palhoça.

A crise da construção civil não passou da década de 1980. Na década seguinte houve uma lenta e progressiva retomada do crescimento da economia brasileira.

Em fevereiro de 1986, o governo Sarney lançou o Programa de Estabilização da Economia Brasileira, popularmente conhecido como Plano Cruzado. Este plano fracassou. O salário mínimo teve um aumento real de 16%, e os assalariados receberam um abono de 8%. Assim, se intensificaram as transações no mercado imobiliário.

A indústria do turismo se desenvolve em Florianópolis. Isso acarreta em crescimento populacional na região metropolitana.

Gráfico 9: Crescimento Populacional da Região Metropolitana (%).



Fonte: IBGE/2015.

No final da década de 1980 os empresários obtiveram uma significativa remuneração financeira com a aplicação de seu capital. Verificando um leve aquecimento no mercado e constatando um déficit habitacional acentuado, possuidores de empresas com estrutura pequena e mão de obra mais em conta recomeçam a construir. A indústria da construção civil é reativada de forma lenta e contínua.

Com a criação do Plano Real em 1993 no governo de Itamar Franco a economia se estabilizou ajudando a beneficiar a indústria da construção civil. Com isso a indústria da construção

civil local, através das pequenas empresas tira proveito dos planos governamentais. A partir da metade da década de 1990 o Município de Florianópolis passou por uma retomada da expansão urbana e da indústria da construção civil.

Algumas ações contribuíram para que Florianópolis crescesse, entre essas ações destaca-se a nota lançada pela Organização das Nações Unidas (ONU), que em 1988, elegeu Florianópolis como a capital brasileira com a melhor qualidade de vida. Isso atrelado a praias belas, seguras, tranquilas e um bom lugar para se viver, consequentemente contribui para a migração e para a demanda de imóveis na região, tanto na década de noventa como no novo milênio, quando ocorre a grande explosão imobiliária na região.

Na segunda metade da década de 90 destacaram-se financiamentos feitos pela Caixa Econômica Federal, que contribuíram com o desenvolvimento da indústria da construção civil na região durante este período.

Assim, no fim da década de 1990, observou-se uma gradativa e constante recuperação do mercado imobiliário e da indústria da construção civil, que vai culminar com a explosão imobiliária do novo milênio.

A explosão imobiliária a partir do ano 2000 teve como característica fundamental a participação de construtoras de outros estados. A Habitasul é um importante exemplo de empresa que domina o espaço de concorrência intercapitalista no mercado imobiliário ligado ao turismo em Florianópolis, empregando estratégias inovadoras defensivas nas áreas mais valorizadas da cidade, assim os padrões de concorrência e competitividade elevam-se, forçando inovações tecnológicas e estratégias empresariais mais refinadas.

Porém, outras firmas menores continuam atuando nas áreas menos valorizadas da Região Metropolitana de Florianópolis, com destaque para o Município de Palhoça, empregando estratégias imitativas e dependentes. A explosão imobiliária a partir do ano 2000 teve como consequência forte elevação nos índices populacionais na área metropolitana.

A explosão imobiliária do ano 2000 foi marcada por um período em que, houve um reconhecimento nacional e internacional das belezas naturais, da segurança e da tranquilidade da cidade de Florianópolis e litoral catarinense.

Esta propaganda somada à estabilidade econômica, baixa inflação, crescimento do PIB brasileiro, elevação do poder de compra da moeda nacional e a uma oferta considerável de crédito imobiliário, criou condições favoráveis ao crescimento da indústria da construção civil. Como na década de 1970, houve uma retomada do crescimento no setor.

Os fatores econômicos expostos impulsionaram a indústria da construção civil e a expansão urbana local. Tal fato proporcionou aumento na verticalização nos maiores municípios da Região Metropolitana. Um “tsunami imobiliário”.

O Turismo teve papel importante neste crescimento. Após a década de 1990 o número de turistas aumentou na Região da Grande Florianópolis, principalmente na Ilha de Santa Catarina.

Florianópolis se tornou um sonho de consumo de turistas e empresários vindos principalmente de São Paulo, Rio Grande do Sul, e de aposentados de outros países, como Argentina e Uruguai. Muitos empresários paulistas e de outras cidades têm estabelecido suas moradias em Florianópolis, resguardando a tranquilidade de família e viajando durante a semana para trabalhar. Todos esses acontecimentos colaboraram significativamente com o crescimento da população, com a expansão urbana e com o incremento da indústria da construção civil.

Hoje Florianópolis firmou-se como um importante pólo turístico e sua economia está calçada basicamente no setor terciário, com a prestação de serviços, o turismo, o comércio, e a construção civil.

Com a evolução da economia local surgiu a aquicultura, sobretudo a maricultura com a criação de ostras e mariscos. O setor de informática e de tecnologia também contribui para o dinamismo econômico de Florianópolis.

Vaz (1991) atribui três fatores marcantes para as transformações de Florianópolis no último século: 1) a centralização dos serviços públicos e administrativos na capital, que consolidou o núcleo do centro urbano; 2) a integração rodoviária, substituindo o transporte marítimo, com a inauguração em 1926 da Ponte Hercílio Luz; 3) o turismo, que, mesmo sendo uma atividade sazonal e periférica, trouxe aos poucos grande impacto espacial, decorrente, também da ampliação das classes médias urbanas.

O crescimento populacional de Florianópolis e São José superam média brasileira. Segundo o IBGE (2009), cerca de 5000 pessoas migram para a Ilha de Santa Catarina a cada ano. Nas últimas décadas a cidade teve um crescimento populacional de 5,8%. Entre 1991 e 1996, migraram 29.000 pessoas, o que representou quase 10% da população.

Florianópolis tornou-se uma cidade cosmopolita, apresentando diferentes conteúdos socioeconômicos e culturais, incorporando e combinando legados históricos bastante expressivos. De um lado apresenta-se a tradicional pesca artesanal e industrial, que subsistem conjuntamente com atividades do setor primário na economia, contribuindo pouco com a economia local. Por outro lado a indústria da construção civil, o turismo, o comércio e a prestação de serviços impulsionam a economia do Município.

2.4 OS PLANOS DIRETORES MUNICIPAIS DE FLORIANÓPOLIS

Segundo Pereira (2011), a primeira experiência em planejamento de Florianópolis foi coordenada por Edvaldo Pereira Paiva, com participação Edgar Graeff e Demétrio Ribeiro em 1951. Esta equipe contratada preparava na ocasião um plano modernista para Porto Alegre, inspirado no planejamento urbano uruguaio, orientado pela Carta de Atenas.

O plano indicava uma hierarquização das vias de transporte, caracterizada por uma via tronco entre o continente e a ilha, embora implantados de forma assistemática por questões políticas, construindo primeiro a Avenida Beira Mar Norte, uma via hierarquicamente inferior que a via Expressa Sul, uma via tronco de circulação principal.

Este plano determinava a localização de certas estruturas como a estação ferroviária, a estação marítima, a rodoviária, o centro cívico, o campus universitário e o estádio esportivo.

Sugai (1994) salienta que, este plano diferenciou a ocupação da Ilha e do Continente em função dos equipamentos e das atividades que cada área exerceria. Na parte continental o plano foi mais voltado para o Bairro do Estreito. Um aterro de mais de 60 hectares, localizado entre a Ponta do Leal e a Ponte Hercílio Luz abrigaria as novas instalações portuárias. Nas imediações deste complexo portuário e industrial, as áreas

residenciais teriam seu espaço dando condições para a expansão urbana.

Na Ilha o plano era apenas na área da península. Propunha, na parte sul da península, a implantação de uma Via-Tronco. Esta via se originaria no Continente, efetuar a conexão com a Ponte Hercílio Luz, e na Ilha, contornava a orla sul da península. Ao longo desta Via-Tronco seriam instalados um centro cívico e um centro religioso-comercial na área da Praça XV, e sobre um aterro na extremidade da via a Cidade Universitária.

A ocupação das glebas situadas ao norte da península era umas das prioridades do plano. A urbanização partiria da ampliação do sistema viário que desmembraria essas glebas. A construção destas novas ruas garantiria a ocupação e a acessibilidade na área norte da península, fazendo sua ligação a oeste da península com a Ponte Hercílio Luz, e ao sul da península com o centro administrativo comercial da cidade.

Uma avenida à beira-mar contornando a orla norte seria implantada sobre o fundo das propriedades existentes e em parte sobre aterro. Esta avenida seria conectada com a via tronco sul, alcançando o centro administrativo-comercial da cidade pela orla. Esta nova avenida acabou sendo chamada de Avenida Beira-Mar Norte. Implantada na década de 1960, tornou-se a ligação viária precursora da atual Via de Contorno Norte-Ilha. Esta que era uma via secundária no Plano modernista de 1951 acabou assumindo o papel de via-tronco no processo de urbanização que se estabeleceu.

No final dos anos 50 surgiu a ideia da construção de um campus universitário no bairro Trindade. Nesse período, houve poucos investimentos do Estado na área da mobilidade, carecendo principalmente intervenções que melhorassem a acessibilidade à região do campus universitário.

Os acessos existentes eram quatro. Dois destes faziam a ligação da Trindade com a península central, contornando o Morro da Cruz pelo norte. O outro acesso contornava o Morro da Cruz pelo sul. Um terceiro cruzando o morro. E uma quarta via direcionava-se da Trindade para o Córrego Grande e para a Lagoa da Conceição, situada a leste da Ilha.

A estrada que dava acesso aos balneários do Norte da Ilha, a SC-01 (atual SC-401), surgiu dos antigos caminhos do

século XVIII que levavam ao Forte de São José da Ponta Grossa, e até a década de 1960 não tinha sido asfaltada.

O acesso ao Norte da Ilha estava mais adiantado. Todo este setor foi privilegiado, não apenas com um novo sistema viário, infraestrutura, equipamentos e áreas verdes, mas, também, com o benefício de sua qualificação e preservação, restringindo a ocupação das atividades indesejáveis, como as atividades industriais e portuárias, através da legislação urbana (Lei n.246/55). Fica evidente a negação da cidade tradicional e a forte inspiração funcionalista.

Para Campos (2004), muitas foram as leis esparsas que tentaram ordenar a ocupação do solo e o processo de urbanização da cidade. Porém, a primeira e verdadeira experiência de Florianópolis com a elaboração de um Plano Diretor se deu somente com o Plano da década de 1950.

Foi o primeiro plano diretor aprovado pela Câmara Municipal, através da Lei nº 79/51. Trazia disposto em seu artigo 1º: “Fica o Governo Municipal autorizado a contratar com um escritório técnico especializado ou com um engenheiro urbanista, o estudo e a elaboração de um Plano Diretor para a Capital”. Este Plano foi elaborado e aprovado durante a gestão do Prefeito Paulo Fontes, entre os anos 1951 e 1955.

Este primeiro Plano Diretor Municipal, denominado de “Código Municipal de Florianópolis”, foi aprovado na Câmara de Vereadores em 15 de novembro de 1955, através da Lei nº 246/55. Tal plano nunca foi aplicado em Florianópolis, porém influenciou o primeiro plano modernista de 1969.

2.4.1 Um Plano Diretor Modernista em 1976

Segundo Pereira (2011), em 1969 outro plano modernista foi coordenado pelo arquiteto urbanista Luiz Felipe Gama d'Eça e apresentava pressupostos técnicos orientados pela crença no processo de planejamento articulado dos planejadores locais com o processo de planejamento nacional integrado da época, e fé no planejamento regional segundo os princípios da Carta de Atenas, sendo aprovado em 1976.

Ele distribuía as indústrias ao longo da BR-101 nos municípios de Palhoça e São José e disseminava áreas agrícolas no espaço regional, caracterizando Florianópolis como uma

metrópole de trocas. Este plano pode ser considerado desenvolvimentista, racionalista e planificador.

Sugai (1994) salienta que, algumas condições marcam esse novo plano: a) a implantação de uma base naval e um complexo portuário em Anhatomirim, situado no Continente, próximo ao limite norte da Ilha; b) a criação de redes de integração rodoviária dentro da área metropolitana (rodovias estaduais); c) a integração destas rodovias com a BR-282 (Florianópolis/Lages), para acelerar o desenvolvimento em Lages e região.

O plano indicava duas áreas de expansão urbana. Uma área ao longo da BR-101, em trecho dos municípios de São José, Palhoça e Biguaçu. A outra, mais importante, na costa leste da Ilha. A condição básica do plano era a implantação, em caráter de absoluta prioridade, do Plano Urbano de Florianópolis e área conurbada.

Outra meta do plano era a criação do centro metropolitano, situado na área urbana central, da Ilha e do Continente, voltado para a Baía Sul. Neste Centro Metropolitano estavam previstas uma série de grandes intervenções que consolidariam um centro administrativo, institucional e financeiro.

Destaque para a proposta de uma nova ponte Ilha-Continente (Ponte Colombo Salles) e um grande aterro para dar suporte às diversas conexões viárias (aterro da baía sul), os terminais rodoviários, o centro cívico, o túnel do Morro do Penhasco (obra executada no Plano Diretor de 1997) e os prédios do Legislativo, Judiciário e Executivo.

A maior intervenção do plano era o eixo viário de integração Continente-Ilha, que se dirigia para a área sudeste de Florianópolis. A nova ponte Ilha-Continente e o Túnel do Penhasco se conectariam com a Via Expressa. Seriam implantados na parte sul do Morro da Cruz. Um novo trecho da Via Expressa continental foi denominada BR-282 e a sua continuidade na Ilha denominava-se Via Expressa Sul (obra foi executada no Plano Diretor de 1997). O principal acesso à cidade universitária seria feito pelo Saco dos Limões, através de uma derivação desta via expressa. Esta obra é prevista pelo o atual PDP revogado pela Justiça Federal.

Na parte urbana da ilha foram previstas vias de trânsito rápido contornando a área da península e o Morro da Cruz, através de anel viário formado pela continuidade da Avenida

Beira-Mar Norte em conexão com a Via Expressa Sul. Esta via de trânsito de rápido cruza a península e o Morro da Cruz, no sentido norte-sul, efetuando conexão entre a Agrônômica e a Via Expressa Sul (Avenida Mauro Ramos).

Um complexo rodoviário ao longo da Ilha, garantindo acessibilidade a todos locais considerados de interesse turístico também estava previsto no plano. Outro feito do plano era um circuito rodoviário ao redor da Ilha, que totalizavam 116 km de estradas mais amplas e asfaltadas. Já que pouquíssimas estradas estavam pavimentadas.

No Setor Oceânico Turístico o plano previa uma ligação rodoviária pela orla leste entre a Praia da Joaquina, Praia do Campeche e Morro das Pedras. A Via Parque faria conexão com a Via Expressa Sul. O projeto desta via nunca foi executado. Ele é objeto do atual plano diretor, porém a resistência dos movimentos sociais tem atuado no sentido de inibir a execução deste projeto. Interesses políticos e econômicos levaram a expansão urbana da Ilha para o norte, na direção de Canasvieiras e Jurerê, mesmo com o plano priorizando a expansão no sentido sudeste da Ilha.

Apesar da importância de Canasvieiras e Jurerê como pontos turísticos hoje, os mesmos ficaram em sexto lugar na lista de prioridade do plano. Não foram previstos nestes balneários investimentos urbanos semelhantes aos definidos para o Setor Oceânico Turístico.

Novamente o plano dá indícios de um privilegio ao sudeste da ilha. A única Via Expressa prevista neste Plano Urbano de Florianópolis ligaria a BR-101 com a Via Parque.

O Plano Integrado garantia acessibilidade rodoviária a todas as regiões da Ilha, privilegiando, no entanto, a área do Campeche. Não era prevista nenhuma outra via expressa além da Via Expressa Sul, que ligava a BR-101 ao sudeste da Ilha. A Via de contorno Norte-Ilha não foi proposta pelo Plano Integrado com características de via expressa.

A Avenida Beira-mar estava quase pronta. Faria parte do anel viário ao redor do Morro da Cruz. Seria implantada uma via com duas pistas até o campus UFSC e deste até o Saco dos Limões, conectando-se ali com a Via Expressa Sul. Esta extensa via constituiria o anel viário norte. Portanto, teria características de avenida de trânsito rápido e não de via expressa.

O Plano Diretor foi aprovado em 1976, pela Lei n.1440/76. O Plano veio legitimar e servir de orientação para todas as grandes intervenções viárias feitas nas décadas de 70 e início de 80 em Florianópolis. O plano aprovado definia que o Município deveria ser dividido em Zona Urbana, Zona de Urbanização Prioritária e Zona de Urbanização Diferida.

Na década de 1970 foram feitos os aterros na Ilha e no Continente, dando início as obras da nova Ponte Governador Colombo Salles. O aterro serviu de acesso à Ponte Colombo Salles e também à terceira ponte prevista para ser implantada paralela a esta. A Ponte Pedro Ivo Campos foi concluída em 1991.

Apesar da Via de Contorno Norte ter garantido acessibilidade e tantos privilégios locacionais à região, os acontecimentos têm evidenciado as dificuldades de convivência entre esta via expressa e os bairros residenciais em seu entorno.

CECCA (1997) apud Campos (2004) salienta que, desde a entrada em vigor do Plano Diretor em 1976, até 1993, o Plano sofreu 285 alterações pontuais, ficando totalmente descaracterizado enquanto um instrumento de planejamento. Na gestão de Esperidião Amim, entre os anos 1989 e 1992, promoveram-se 158 alterações do Plano Diretor.

Após uma série de alterações o Plano foi ficando defasado e perdeu a sua eficácia. Surge o Plano Diretor dos Balneários em 1985, em decorrência da expansão urbana ocorrida em Florianópolis, durante a década de 1970 e início da década de 1980. Neste período os empreendedores da construção civil tiveram nas praias da Ilha uma excelente fonte de renda e lucros.

Segundo Sugai (1994), em 1985 é aprovado o Plano Diretor dos Balneários com a Lei Municipal nº 2193/85. Pode-se destacar que de início em função da problemática definida, ao contrário do Plano de 1976, o Plano de Balneários não elegeu as áreas de transporte como ponto chave. Destinou apenas três seções relativas ao Sistema Rodoviário, Hidroviário e à Circulação de Pedestres.

2.4.2 O Plano Diretor de 1997

Pereira (2011) analisa o plano aprovado em 1997, que apresentou sérias contradições, com destaque para as inúmeras

modificações de zoneamento, feitas por leis específicas que seguiram o plano diretor de 1976.

Assim o plano de 1997 apresentou um zoneamento muito diferente do anterior, mas muito parecido em relação ao uso do solo. O zoneamento tomou o lugar do plano.

Segundo Campos (2004), o Plano Diretor de 1976 já se encontrava defasado no início da década de 1980. Foi aprovado um novo plano no dia 29 de setembro de 1997, através da Lei Complementar 001/97, com o nome de Plano Diretor do Distrito Sede do Município de Florianópolis.

Esse plano antes de aprovado foi discutido com 22 comunidades, por um período de 6 meses. Das 159 emendas apresentadas, 78 foram incorporadas.

Sugai (1994) salienta que, apesar de os Planos dos Balneários sugerir regulação por 20 anos, a Lei Municipal nº 5055/97 definiu uma década depois o novo plano diretor da cidade. Nova regulação do uso e ocupação do solo. Especialmente quanto à localização, aos acessos, à implantação das edificações e outras limitações ao direito de construir. Desaparece a função das terras para a produção agrícola.

No sistema viário houve poucas mudanças em relação ao Plano dos Balneários. Entre elas destaca-se a inclusão do Artigo 119, que trata da rede de hierarquização viária. Este artigo define o sistema viário é por uma rede de vias hierarquizadas, as quais devem ser obedecidas e implantadas em todos os projetos de urbanização ou ocupação e que, de acordo com as suas funções e capacidades têm as seguintes denominações:

- 1) Vias arteriais - ligação entre o Centro, os balneários e os municípios vizinhos;
- 2) Vias principais - ligação do tráfego de passagem com o tráfego local. Via facilitadora do transporte coletivo;
- 3) Vias coletoras - ligação do tráfego das vias sub-coletoras e locais com as vias principais. Corredor de comércio e serviços;
- 4) Vias sub-coletoras - ligação das vias locais às vias coletoras. Função comercial. Facilita o acesso ao interior dos bairros;
- 5) Vias locais - ligação das demais vias de circulação com os lotes urbanos residenciais;

- 6) Vias preferenciais para pedestres - ligação do fluxo de pedestres com os lotes urbanos residenciais;
- 7) Vias panorâmicas - função de turismo e lazer devido à visibilidade da paisagem com elementos naturais e culturais marcantes;
- 8) Ciclovias – destinadas à circulação exclusiva de bicicletas.

2.4.3 Um Plano Diretor Participativo em 2014

O advento do Estatuto da Cidade em 2001 fez com que Florianópolis iniciasse seu planejamento participativo em 2004. Um planejamento distinto de todos os outros realizados e que após dez anos de conflitos se concretizou. Foi aprovado em 06 de janeiro de 2014, com enorme resistência popular e do MPF. Dificilmente, assistiremos disputa mais explícita, que opõe Prefeitura e Câmara Municipal de Florianópolis, que representam os interesses do mercado imobiliário, contra os moradores, representantes comunitários e diversas organizações da sociedade civil. Trata-se de um conflito onde os interesses do mercado imobiliário, Prefeitura, Câmara Municipal, comerciantes locais, movimentos de luta por moradia, moradores de cortiços, moradores de favelas, recicladores, ambulantes e moradores de rua estão muito claros, e a população não estão aceitando passivamente.

Em Florianópolis, como em todas as metrópoles brasileiras, um furacão imobiliário revoluciona bairros residenciais e até mesmo as periferias distantes, empurrando os pobres para além dos antigos limites, insuflado pelos recursos do Minha Casa Minha Vida no contexto de total falta de regulação fundiária e ou imobiliária. Em outras palavras, falta planejamento urbano por parte dos municípios. A especulação corre solta, auxiliada por políticas públicas que identificam valorização imobiliária como progresso.

Protestos pontuais acompanham essa escandalosa especulação que, levou à multiplicação dos preços dos imóveis, deflagrando uma guerra de classes. No entanto, o mercado imobiliário nunca respondeu positivamente as manifestações dos movimentos sociais, que exigiam um mercado diferenciado, seja para habitação social, ou para a preservação ambiental.

O mercado imobiliário busca terrenos amplos que permitam a construção de uma ou de várias torres, padrão praticamente generalizado atualmente no Brasil. Por outro lado há os pobres, com toda a diversidade já exposta, cuja proximidade desvaloriza os novos empreendimentos, coerentemente com os valores de uma sociedade que além de patrimonialista está entre as mais desiguais do mundo.

Os pobres ocupam áreas de proteção ambiental. As favelas estão localizadas em áreas de risco, mas não se aceita que ocupem áreas valorizadas pelo mercado, como revela a atual disputa do plano diretor. Enquanto os planos das várias gestões municipais não deslancharam, pois não interessaram ao mercado imobiliário, os serviços públicos declinaram.

Frente a isso, a atual gestão do prefeito Cezar Souza Junior deu continuidade ao projeto, iniciado por seu antecessor, Dário Berger, e vem se empenhando em retirar os obstáculos que afastam o mercado imobiliário de concretizar seus objetivos.

O modelo é contra os pobres que estão longe de constituírem minoria em nossa sociedade. O atual Plano Diretor de Florianópolis quer os pobres fora da cidade. A determinação disso tudo é econômica. A centralidade é a produção do espaço urbano e a mola propulsora, a renda imobiliária.

Inicialmente surpreendeu a boa vontade e iniciativa do pessoal da atual gestão no IPUF, que convocou o retorno dos trabalhos do NGM/PD, destituído na gestão anterior. Sabemos que esta é uma nova gestão de um novo governo eleito, porém percebe-se a continuidade da outra gestão.

No dia 10 de março de 2014 a Justiça Federal revogou o Plano Diretor Municipal. Por decisão do juiz federal Marcelo Krás Borges, da Vara Ambiental da Capital, foi revogada a lei do novo Plano Diretor de Florianópolis, aprovada no final do ano passado pela Câmara Municipal e sancionado pelo prefeito Cesar Souza Júnior. O magistrado julgou procedente ação civil pública impetrada pela procuradora da República, Ana Lúcia Hartmann, sob a alegação de que a legislação federal não foi cumprida. Argumenta o Ministério Público Federal que não foram realizadas 13 audiências distritais, e inexistiu a audiência geral e foi descumprido o Estatuto das Cidades. A decisão do juiz determina à Câmara que devolva o projeto do Plano Diretor à Prefeitura Municipal de Florianópolis para tomar as providências.

Em 04 de junho de 2014 a 3ª Turma do Tribunal Regional Federal da 4ª Região (TRF4) confirmou por unanimidade, a decisão que suspende o cumprimento imediato da sentença da Justiça Federal de Santa Catarina que obrigava o Município de Florianópolis a realizar novas audiências públicas para aprovação do Plano Diretor da cidade. Assim está assegurado o normal exercício do plano. O MPF recorreu contra decisão judicial e a sentença da apelação ainda não tem previsão de julgamento.

Todos esses conflitos configuram um contexto jurídico de normas e leis que envolvem a dinâmica socioambiental instaurada no processo de implantação dos grandes empreendimentos turísticos em Florianópolis.

3 ORIGEM, DESENVOLVIMENTO E IMPACTOS DOS GRANDES EMPREENDIMENTOS TURÍSTICOS EM FLORIANÓPOLIS

Os capitais acumulados a partir da consolidação da industrialização brasileira foram invertidos para o mercado imobiliário e da construção civil, acentuando a transformação da produção espacial em mercadoria. Santos (2008) observa que, a sociedade se transforma em espaço através de sua redistribuição sobre as formas geográficas. Isto se dá em benefício de alguns, em detrimento da maioria, e ocorre com o objetivo de separar os homens entre si, atribuindo-lhes uma localização segundo o valor comercial. O espaço é uma mercadoria e é direcionado aos consumidores de acordo com seu poder de compra.

No fim do século XX as cidades passaram a apresentar um conjunto de atribuições político-econômicas que transformaram o papel de seus governos. Leal (2003) observa que, o protagonismo do poder local na distribuição territorial dos investimentos na produção e o poder decisório sobre a gestão financeira de políticas tradicionalmente do governo central, que hoje recaem sobre a municipalidade, tem provocado competitividade interurbana pelas preferências alocativas dos investimentos econômicos e pela configuração de novos centros de decisão. Nessa competição, a capacidade empreendedora de cada governo local vem se mostrando como um diferencial na efetivação de vantagens comparativas em relação a outras cidades. Desta forma as cidades adquirem o caráter de mercadoria, e a ideia de empreendimento urbano aparece como o mecanismo mais eficaz para criar novas possibilidades às cidades.

É verificado por Custódio (2004) que, a implantação de empreendimentos turísticos temáticos hoteleiros no Brasil ocorre em áreas privilegiadas de nosso território, respaldado basicamente pelas suas ofertas naturais, cujo meio ambiente apresenta uma riqueza cênica diferenciada, traduzindo-se em demandas de mercado.

A segregação espacial dos bairros residenciais das diferentes classes sociais privilegia determinados sítios sociais, criando concentrações das camadas de alta renda em um ou mais setores. Villaça (2001) salienta que, a segregação não

impede a presença nem o crescimento de outras classes no mesmo espaço. Não existe presença exclusiva das camadas de mais alta renda em nenhuma região geral de nenhuma metrópole brasileira (embora haja presença exclusiva de camadas de baixa renda em grandes regiões urbanas). Na melhor das hipóteses, pode haver tal exclusividade em bairros.

As classes de mais alta renda tendem a morar onde o preço unitário do metro quadrado é mais valorizado. A segregação deriva de uma disputa por localizações entre as classes sociais buscando uma melhor posição social.

A hegemonia ideológica fortalece este tipo de dinâmica de acumulação de capital ligado à especulação do uso da terra, dificultando a participação comunitária nas ações contra a segregação urbana. Embasada na Ideologia Alemã (Marx), Chauí (1980) descreve o processo de sustentação da ideologia capitalista pautados na alienação, reificação, e no fetichismo, inspirado no tripé da filosofia hegeliana. É esse processo fantástico no qual as atividades humanas começam a realizar-se como se fossem autônomas ou independentes dos homens e passam a dirigir e comandar a vida dos homens, sem que estes possam controlá-las. São ameaçados e perseguidos por elas. Tornam-se objetos delas. Basta pensar no trabalho submetido às “vontades” da máquina regulada por um “cérebro eletrônico”, ou no indivíduo que, jogando na bolsa de valores de São Paulo, tem sua vida determinada pela falência de um banco numa cidade de interior da Europa, de que nunca ouviu falar.

O processo de segregação urbana, no qual a ideologia capitalista impera e o espaço atua como mecanismo de exclusão, onde a localização espacial e os tempos de deslocamentos significam status, as ações políticas do Estado têm papel determinante. Lefebvre (2008) salienta que, com a mudança de escala, trata-se, portanto, de uma mudança qualitativa. No âmbito local, o comprador de um volume “habitável” adquire um tempo cotidiano. No âmbito planetário, o poder de Estado que domina um espaço adquire potência e instrumento de potência. O uso no âmbito local do emprego do tempo e raridade do espaço bem situado tem um caráter imediato. No âmbito global, logo estratégico e político, o espaço tem um uso mediato, direto (lucros) e indireto (estratégias). Nesse nível, nessa escala, as estratégias políticas servem-se do

espaço duplamente: utilizam todos os recursos dos espaços “ricos” e se desenvolvem em todos os espaços existentes.

Rizzo (1993) destaca o fato e a ideologia não poder estar dissociada da utopia. Esta associação entre ideologia e utopia nem sempre contrapõe uma situação inversa à diagnosticada como perversa. Os modelos associados às ideologias das classes dominantes poderão ser utilizados para reforçar os traços do que se criticou de uma situação real. Neste caso, ao Estado, compete não apenas assegurar as condições para a reprodução da força de trabalho, mas também assegurar a reprodução da submissão da força de trabalho à ordem estabelecida. Lojkine (1981) diz que não é apenas o capital monopolista que organiza espacialmente as concessões políticas promovidas pelo aparelho do Estado, pois a hegemonia burguesa local tem papel de destaque neste processo.

Segundo Gottdiener (1997), a expropriação da riqueza distribui de modo desigual os lucros do desenvolvimento, embora deixando o ônus dos custos para o Poder Público, em um momento que o espaço absoluto de dominação política e econômica reina hegemonicamente sobre o espaço social.

O Estado é uma representação das relações de classe, onde ao mesmo tempo em que defende os interesses do capital é palco da luta de classes, representando interesses diversos. Carnoy (1990) destaca que, o Estado é uma expressão ou condensação das relações sociais de classe, e estas relações implicam na dominação de um grupo sobre outro. Em consequência, o Estado é ao mesmo tempo um produto das relações de dominação e o seu modelador.

Lojkine (1981) diz que, somente na medida em que o critério determinante não for mais a lógica do lucro em escala global, e sim um desenvolvimento econômico regional e equilibrado das regiões é que será possível substituir a segregação urbana por um real equilíbrio espacial entre as atividades e entre as diferentes camadas sociais tendo um acesso cada vez mais igual aos diversos meios de consumo coletivos.

Singer (1998) salienta que o planejamento pode organizar melhor as relações da metrópole com o exterior, com proveito mútuo para ambas as partes. Para tanto, é preciso que o planejamento determine a natureza e a importância das atividades de exportação da metrópole, suas potencialidades de

expansão, e identifique as áreas problemáticas e o tipo de solução que pode ser aplicado.

Em 1970 o Conselho de Desenvolvimento do Extremo Sul (CODESUL) publicou um estudo minucioso das potencialidades turísticas de Santa Catarina, com destaque a valorização dos terrenos de praia e o surgimento de empresas loteadoras, principalmente nas áreas de Canasvieiras, Jurerê e Lagoa da Conceição.

Neste período o banho de mar como atividade de lazer já estava consolidado em Florianópolis. Ferreira (1998) verifica que, as belezas da Ilha de Santa Catarina, sobretudo suas praias, começaram a despertar na elite local o desejo de transformar a cidade em importante centro turístico.

Na década de 70, a burguesia de Florianópolis ocupa a Avenida Beira-Mar Norte, os balneários localizados no Norte da Ilha e a Lagoa da Conceição. Sugai (1994) destaca a construção da Avenida Beira-Mar Norte ao longo da orla da baía norte. Além de garantir a acessibilidade e a consequente valorização da área norte da península, foi a intervenção viária que procurou diferenciar e definir a marca da modernidade a este setor residencial. Apesar de ser uma avenida intraurbana, foi construída pelo governo estadual através do DER-SC. A construção desta avenida foi iniciada em meados da década de 60, na gestão do governador Celso Ramos, sendo concluída e pavimentada no início da década de 70, pelo governador Ivo Silveira.

O Plano Diretor de 1976 previa a construção de uma via expressa ligando o aterro da baía sul a Universidade Federal de Santa Catarina, passando por um túnel no bairro Prainha. Desta forma, a expansão na ocupação do solo pelas camadas de alta renda se daria no sentido sul da Ilha. Graças aos interesses das oligarquias locais, esta obra não se concretizou neste momento, sendo concluída somente em 2004.

Um Estudo de Tráfego elaborado pela empresa COPAVEL S/A, em 1976, definiu que a área que mais crescia e mais necessitava obras de expansão era a área onde estava localizada a população de alta renda, ou seja, ao longo da Avenida Beira-Mar Norte e arredores, embora os acessos à universidade pelo sul fossem mais utilizados, por proporcionarem um deslocamento mais curto e mais rápido. Assim, privilegia-se a construção do trecho que liga à Avenida Beira-Mar norte a

Universidade Federal de Santa Catarina em detrimento da construção desta conexão pela via expressa sul.

De acordo com o projeto final de engenharia, a obra da Via de Contorno Norte-Ilha tinha como objetivo possibilitar o acesso rápido aos pontos turísticos situados ao Norte e ao Leste da Ilha, e a Universidade Federal de Santa Catarina. É ressaltado por Oliveira (1998) que, a partir de 1980 o desenvolvimento das tecnologias informacionais permitiu que os serviços turísticos ficassem mais rápidos, mais eficientes e com os preços mais baixos. As companhias aéreas baixaram em mais de 50% os preços das passagens, tanto as nacionais quanto as internacionais. As diárias hoteleiras seguiram o mesmo caminho. (ver tabela expansão do turismo em Florianópolis, fonte: SANTUR).

Nesta mesma década, o Estado manteve o processo de transferência para as regiões próximas à Trindade e ao Itacorubi de empresas estatais como, ACARESC, PRODASC, CIASC, CIDASC, CERTI, ASTEL, e CELEC, assim como investimentos em infraestrutura, equipamentos e serviços. Desta forma, a região atrai investimentos do setor privado como empreendimentos imobiliários, estabelecimentos comerciais, escolas, bancos e clubes.

A concentração dos investimentos estatais e privados, na direção norte e leste da ilha foram influenciados diretamente pela construção da Via de Contorno Norte-Ilha, gerando um modelo segregador e promotor de impactos socioambientais na estrutura urbana de Florianópolis.

Os clubes frequentados pela população de alta renda em Florianópolis, com suas sedes localizadas no centro da cidade, passam a criar novas sedes nos balneários, como é o caso do Clube 12 de Agosto, o mais tradicional da cidade, que abre uma ampla sede na praia Jurerê, e o Lagoa late Clube, na Lagoa da Conceição, vinculado a um empreendimento imobiliário voltado para a população de alta renda. As condições dos balneários e loteamentos utilizados pelas camadas de alta renda são destacadas por Sugai (2002), pois nestas áreas ocupadas pelas camadas de alta renda, as rodovias estão em sua maioria todas pavimentadas, inclusive as vias de acesso, como Jurerê Internacional, Praia Brava e Ponta das Canas, no Norte da Ilha.

Conforme salienta Peres (2008), a partir dos anos 80 os preços dos terrenos próximos à orla duplicam em média com

relação aos mais distantes, indicando uma acelerada tendência de valorização crescente das bordas de água ou orla de Santinho, cujo processo de ocupação que se agrava nas temporadas de verão, tende a aproximar-se da configuração densificada atual da orla Sul de Ingleses, onde a integração paisagística e visual da orla com o mar é obstruído pelas edificações. Este modelo de concentração na orla há décadas se reproduz tanto na parte insular como continental de Florianópolis. Diversos autores que têm estudado a orla de Santa Catarina, particularmente a região de Florianópolis, verificaram que o processo de ocupação portuguesa da orla desenvolveu-se de “costas” para o mar e que, desde os anos 60, as edificações começaram a voltar-se de frente para o mar, tornando-o um bem que começa a possuir um valor de uso e principalmente mercantil.

A crescente destruição dos ecossistemas nos balneários, principalmente a partir de 1985, é resultado de um modelo de ocupação que privilegia a orla como objeto de valorização fundiária e imobiliária. A partir deste período a especulação imobiliária se intensifica na orla e nos balneários de Florianópolis com mega empreendimentos que promovem severos impactos socioambientais.

No Norte da Ilha de Santa Catarina, sobretudo nos bairros de Jurerê Internacional e Santinho, atuam empresas como Costão do Santinho Empreendimentos Turísticos e Habitasul. O Costão do Santinho Empreendimentos Turísticos é proprietário do Costão do Santinho Resort e do Condomínio Residencial Costão Golf, já a Habitasul é proprietário do Il Campanário Villaggio Resort em Jurerê Internacional. Estas empresas além de possuírem muitos terrenos, e terem acesso a empréstimos e financiamentos, também são favorecidos por legislações que não lhes restringe o uso e ocupação do solo, contribuindo com a segregação urbana, e produzindo danos à sociedade e ao meio ambiente.

Em 12 de dezembro de 1996 o MPF propôs a Ação Cautelar Preparatória de Ação Civil Pública nº 96.0007478-0, citando Costão do Santinho Empreendimentos Turísticos, FATMA e IBAMA, pelo projeto do complexo turístico do Costão do Santinho, localizado na praia do Santinho em Florianópolis. Este empreendimento ocupou inúmeros terrenos alodiais com vegetação ainda existente ou em estágio de regeneração, e

também de área de marinha, considerada pela própria municipalidade como Área Verde de Lazer, onde só são permitidos equipamentos de uso público. O empreendimento, com a complacência dos órgãos competentes destruiu dunas e vegetação de restinga, além da possibilidade de impactar sítios arqueológicos com projeto do complexo turístico do Costão do Santinho. Outra obra do Costão do Santinho Empreendimentos Turísticos é o Condomínio Residencial Costão Golf, que opera desde 2007.

Segundo a Ação Civil Pública 2005.72.00.002978-8, o Condomínio Residencial Costão Golf está associado a um campo de golfe profissional com nove buracos com 3.334 metros de percurso. O condomínio é formado por 181 unidades residenciais com área média de 900 m² cada, e 124 apartamentos de dois e três dormitórios, numa área contígua que será interligada por um túnel subterrâneo para veículos, cruzando a Rodovia Estadual SC-406. O empreendimento está situado em uma área de 571.984 m² na localidade do Sítio Capivari, Distrito de Ingleses, no norte da ilha de Santa Catarina, sob o Aquífero Ingleses.

Foi por meio de participação popular que o Ministério Público Federal tomou conhecimento do risco que o Condomínio Residencial Costão Golf representa para a qualidade de vida da população florianopolitana, e impetrou uma Ação Civil Pública, que responsabiliza Fernando Marcondes de Mattos, proprietário do Costão do Santinho Empreendimentos Turísticos, o ex-presidente da FATMA Sérgio Grando, e o ex-prefeito de Florianópolis Dário Berger.

Serão utilizados aproximadamente 30 mil quilos de agrotóxicos por ano na manutenção do campo de golfe que está sobre o Sistema Aquífero Sedimentar Freático Ingleses, um aquífero tipo poroso, freático não confinado e desprovido de uma camada impermeabilizante, tem uma área total de 20,47 quilômetros quadrados, e abastece 130 mil pessoas.

A “integração” é uma marca nos empreendimentos do Costão do Santinho Empreendimentos Turísticos. Além do Condomínio Residencial Costão Golf, a empresa possui o Costão do Santinho Resort, a Marina do Costão, o Condomínio Residencial Vilas do Santinho e o Condomínio Residencial Costão das Gaivotas. Todos os empreendimentos estão localizados nos bairros Ingleses e Santinho no Norte de Florianópolis.

Costumeiramente os empreendedores se aproveitam da “ingenuidade” dos moradores nativos, para comprar as terras herdadas por um pequeno valor comercial. E ainda a falta de alternativas do nativo, frente às imposições capitalistas geradoras da transição de um ambiente rural em Florianópolis para um urbano, presentes na terceira fase de urbanização, ao qual a especulação imobiliária constitui uma das facetas da crise urbana vivida na capital do estado catarinense.

De acordo com Mattos (2007), ele atuou na Praia do Santinho adquirindo a área onde está situado o Costão do Santinho Resort. Era raro o sábado que ele não estivesse na Praia do Santinho para percorrer e conhecer profundamente as áreas já adquiridas e completar a gleba necessária para desenvolver um projeto. Um desses lotes custou-lhe cinco anos para convencer o proprietário a fechar negócio. O proprietário do Costão do Santinho relata que na operação viveu lances de uma guerrilha. Cada sábado ele aparecia para tomar um cafezinho para sondar-lhe o ânimo à espera de uma reviravolta no impasse.

Embora o empresário se julgue um defensor da cultura local, a imagem que ele nutre da comunidade que o cerca é de certo desprezo. Mesmo sendo acolhido e tendo o seu projeto viabilizado com a disponibilização das terras pelos nativos que tinham uma relação histórica com o local o empresário comenta de maneira pejorativa o modo de vida da comunidade. Ao fazer o balanço dos 28 lotes, ele notou que os lotes compunham uma extensão disforme, um verdadeiro mosaico. Demorou cerca de dez anos para montar o quebra-cabeça de uma propriedade imensa para os padrões de cada um dos antigos donos, preocupados eles apenas com sua canoa, sua pesca, sua casinha, sua mulher e seus filhos, segundo o empresário.

O ex-governador de Santa Catarina Luis Henrique da Silveira era defensor dos grandes empreendimentos turísticos em Florianópolis. Aqui em Santa Catarina, o empreendedor é tratado como predador, acusou Luis Henrique da Silveira, ao agradecer homenagem na cerimônia de abertura do Encontro Catarinense de Turismo. Referia-se a projetos turísticos relevantes para a economia estadual que sofrem embargos inexplicáveis. O governador licenciado citou dois exemplos: o Costão Golf, do empresário Fernando Marcondes de Mattos, e o Jurerê Internacional, do investidor Péricles Drück.

Mattos (2007) defende a atuação política do empresário, mas sem filiação partidária. No ano de 1984, quando Jorge Bornhausen correu todo o Estado para formar o novo partido e o convidou para integrar o Diretório Regional, o empresário aceitou, pela sedução do desafio de participar mais ativamente do movimento político de nosso País, e, também, porque dedica grande apreço a Jorge Bornhausen.

Lopes e Peres (2011) salientam que, o Projeto de Lei Complementar 513 de 2003 alterou o zoneamento de áreas no distrito de Ingleses do Rio Vermelho para favorecer a construção do teleférico (que vai retirar a cobertura da restinga fixadora do cordão dunário) e do campo de golfe (que pode contaminar de forma irreversível o aquífero), associados ao Condomínio Residencial Costão Golf. Áreas, que eram de uso residencial exclusivo, tiveram o zoneamento alterado para uso residencial predominante, ou seja, recategorizando de forma menos restritiva o uso do solo.

Dessa forma, o empresário Fernando Marcondes de Mattos, por meio do Condomínio Residencial Costão Golf, com seu campo de golfe e teleférico, utiliza o seu poder político junto ao poder público e às comunidades, onde se encontram os seus empreendimentos. Sua ação acumula terras, explora a mão de obra local e barata, e consequentemente acumula capital, afrontando a legislação ambiental e urbanística, projetando perversos danos ambientais irreversíveis a Florianópolis.

O II Campanário Villaggio Resort, empreendimento pertencente a Péricles de Freitas Druck do grupo Habitasul é outro exemplo de grande empreendimento turístico na capital catarinense que o Ministério Público, a opinião crítica e os Movimentos Ambientalistas não conseguiram sustar, mesmo com a intervenção do Ministério Público. A Ação Civil Pública 2006.72.00.009533-0, buscou a condenação solidária dos réus na recuperação da área degradada, em função da construção do empreendimento, localizado na Quadra Cinco do Loteamento Jurerê Internacional, em Florianópolis.

Fica evidente que o empreendimento apresenta alguns problemas: a falta de divulgação dos laudos e dados correspondentes à sociedade; a falta de participação das comunidades resistentes e da opinião pública crítica.

Postulou-se, ainda, a condenação específica do Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais

Renováveis (IBAMA) e da Fundação do Meio Ambiente (FATMA) em obrigações de não fazer consistentes na abstenção, quanto à outorga de licenças nos ambientes de restinga da Ilha de Santa Catarina, além da condenação da municipalidade para vistoriar todos os imóveis com pedidos de alvará, certificando-se da ocorrência, ou não, de áreas de preservação permanente.

Conforme Ação Civil Pública, destacada anteriormente, em 2004, após o recebimento de informações do IBAMA sobre a pretensão do Grupo Habitasul de construir um empreendimento hoteleiro em Jurerê Internacional, foi instaurado um procedimento administrativo junto à Procuradoria da República/SC, com envios de ofícios aos órgãos competentes, para obter mais dados sobre a obra em tela e, assim, a cópia do respectivo processo de licenciamento, oportunidade em que a FATMA foi advertida sobre a exigência inafastável de estudo de impacto ambiental (EIA) e de impacto de vizinhança (EIV), sob pena de responsabilização.

Segundo constatado: 1) não foi exigido ou apresentado EIA, mas somente diagnóstico ambiental simplificado da área pretendida; 2) o empreendedor juntou parecer jurídico particular sobre a desnecessidade de anuência do IBAMA, mesmo em se tratando de área do entorno da estação Ecológica de Carijós, Unidade de Conservação Federal, com o argumento que o IBDF (Instituto Brasileiro de Desenvolvimento Florestal) já havia anuído com a implantação do empreendimento nos anos 1980; 3) não obstante as considerações feitas pelo IBAMA, que ressaltavam as áreas de preservação permanentes existentes no local (planície de restinga localizada a menos de 300 metros da linha preamar máxima e a existência de curso da água que desemboca no mar), e o parecer à Advocacia Geral da União (AGU) sobre a anuência do órgão federal, a FATMA com lastro nas informações do empreendedor enfocou apenas nos aspectos geológicos do ecossistema estudado.

Conforme vistoria feita pela Assessoria Técnica da 4ª CCR do MPF, em junho de 2006, quando a obra estava no início da escavação/terraplanagem para a fundação, a fonte que alimentava o curso da água da Quadra cinco também secou, sendo que a principal causa, segundo os técnicos, do rebaixamento do nível das águas e da secagem da drenagem superficial é o bombeamento relacionado às obras de engenharia civil do empreendimento “Il Campanário”.

Já os projetos do Complexo Urbanístico Porto da Barra, do Florianópolis Village Golf Resort e do Parque Hotel Marina Ponta do Coral são exemplos de projetos de grandes empreendimentos turísticos em Florianópolis, que foram sustados pela Justiça Federal, Ministério Público, Movimentos Ambientistas, opinião crítica e resistência civil.

O Projeto Urbanístico Porto da Barra, pertencente a Cesar Gomes do Grupo Portobello é uma das exceções frente à dinâmica de desenvolvimento dos grandes empreendimentos turísticos em Florianópolis, por ter sido sustado.

Em virtude do impasse judicial por mais de 15 anos que envolve o empreendimento do grupo Portobello, denominado Projeto Porto da Barra, no que diz respeito ao primeiro projeto arquitetônico houve diversas modificações, como exemplo do setor náutico. O primeiro projeto tinha previsão para uma frota de 300 embarcações. Já no último projeto a capacidade foi reduzida para 100 barcos. De acordo com os estudos solicitados pelo Ministério Público Federal, a frota naval deve ser restringida à 30 embarcações.

Em 19 de dezembro de 1996, o MPF e a União Federal, por meio de seus procuradores, impetram a Ação Civil Pública 97.0000001-0, com pedido de liminar contra os réus do Projeto Porto da Barra e a FATMA. Em 27 de fevereiro de 1998, a Justiça Federal decidiu-se por deferir a liminar da Ação Civil Pública para impedir o início das obras e suspender as Licenças Ambientais expedidas pela FATMA.

Atualmente, o Ministério Público Federal foi intimado a informar acerca da tentativa de solução conciliada, que justificou a paralisação do feito por vários anos. À União foi determinado que informasse se havia ocorrido, de fato, o cancelamento da ocupação da área destinada à instalação do empreendimento objeto de discussão nos autos. O MPF informou que a conciliação não se realizou. Como não houve acordo e nem há prova concreta da desistência da pretensão do empreendedor, o MPF deu prosseguimento ao feito.

A União, por sua vez, esclareceu que eventual cancelamento da ocupação depende de um laudo do Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (IBAMA) a respeito da característica da área e de preservação permanente. Em vista da informação trazida pelo

MPF, intima-se o grupo Portobello para esclarecer se ainda persiste seu interesse na implantação do empreendimento.

O Florianópolis Village Golf Resort, projeto da JAT Engenharia é outro exemplo de mega projeto que foi sustado pela justiça e pela participação popular. A área pretendida pelo empreendimento, localizada na planície do Pântano do Sul, é objeto da Ação Civil Pública nº. 2004.72.00.015309-6/SC, e está embargada para execução de obras de qualquer tipo de empreendimento.

A União processa o Estado de Santa Catarina por ter emitido os títulos das terras de forma irregular e vendido a terceiros. O Estado aproveitou da Lei da Reforma Agrária, e através do IRASC fez uma reforma agrária para atender proprietários de terras na Ilha, que não eram pequenos produtores rurais, nem necessitados. A União exige que a Justiça Federal cancele a emissão dos títulos das terras e as devolvam para seu o domínio.

Por fim, outro mega projeto, por enquanto sustado. De propriedade do grupo Hantei, o Parque Hotel Marina Ponta do Coral, um Complexo Multiuso/Hotel Marina foi projetado com 22 pavimentos. Exigirá um aterro de 34.645,74 m². Também seria necessário privatizar 57.436,00 m² de espelho d'água para construção de uma marina com 247 embarcações na foz da bacia do Itacorubi.

O Manguezal do Itacorubi está inserido em área densamente ocupada e urbanizada na bacia do Itacorubi, onde se encontram diversas colônias de pescadores artesanais e faz parte da zona de amortecimento da Estação Ecológica de Carijós.

As manifestações da sociedade civil e dos movimentos sociais deram força à resistência contra o projeto do empreendimento denominado Hotel Marina Ponta do Coral. Formou-se o movimento Ponta do Coral 100% Pública, com o intuito de formar o Parque Cultural das 3 Pontas. Na campanha do movimento de criação do Parque Cultural das 3 Pontas foram coletadas mais 20 mil assinaturas de apoio.

A intervenção do MPF deu origem a ACP nº 5013052-40.2012.404.7200, que questiona principalmente a legalidade frente à emissão da autorização do licenciamento ambiental do empreendimento, além de defender a utilização pública do espaço, pleiteando à efetivação da função social da propriedade

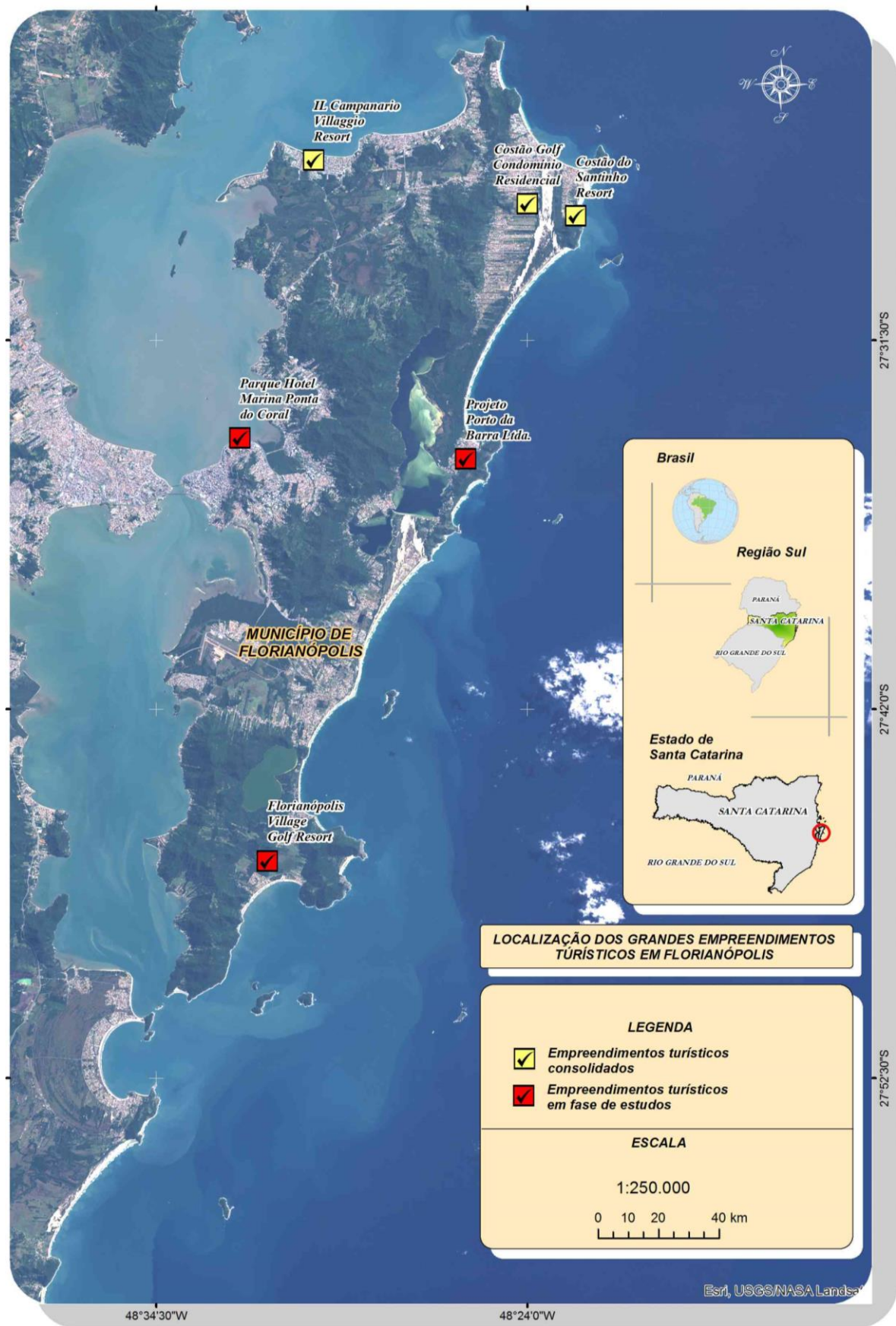
e do patrimônio público, da qualidade de vida digna e do desenvolvimento de cidades mais justas e sustentáveis para as atuais e futuras gerações.

Castro (1973) observa que, uma análise correta do meio deve abarcar o impacto total do homem e de sua cultura sobre os elementos restantes do entorno, e o impacto dos fatores ambientais sobre a vida do grupo humano considerado como uma totalidade. Desse ponto de vista o meio abrange aspectos biológicos, fisiológicos, econômicos e culturais, todos combinados na mesma trama de uma dinâmica ecológica em transformação permanente.

No caso dos grandes empreendimentos turísticos em Florianópolis é evidente a ocupação de forma irregular em áreas de preservação permanente e outras áreas protegidas por lei com a legitimação do Poder Público (Mapa 2).

Campos (1991) mostra que, nestas áreas onde estão localizados os grandes empreendimentos turísticos em Florianópolis existiam campos comunais. Praticava-se o uso comum das terras pelas comunidades locais, principalmente para pastagens. Hoje esta pratica é insipiente nestas comunidades, pois a atuação da indústria da construção civil e do mercado imobiliário privatizando as terras e urbanizando as comunidades é muito intensa e desordenada.

Mapa 2: Localização dos grandes empreendimentos turísticos em Florianópolis.



Fonte: Aurélio Herzer/2015

.

3.1 O CASO COSTÃO DO SANTINHO RESORT

De acordo com o EIA/RIMA (1995), o Costão do Santinho Resort está localizado no extremo nordeste da Ilha de Santa Catarina, Distrito de Ingleses do Rio Vermelho, entre as Praias do Santinho e Moçambique. Faz parte da elevação conhecida localmente como Morro das Aranhas. O local do empreendimento está situado nas falésias que formam o costão do Morro das Aranhas, em uma parte relativamente plana do promontório. A área é separada do empreendimento por um canal natural, com vales pronunciados e vegetação arbórea. A drenagem segue em curso aproximadamente paralelo ao canal citado, situando-se em cotas mais elevadas, com vales pouco diferenciados e com vegetação predominantemente arbustiva em seu trecho próximo ao oceano.

O Morro das Aranhas é composto por duas unidades litológicas distintas, constituídas por rochas granítico-gnáissicas de idade Proterozóica Superior, do Ciclo Tectônico Brasileiro. Estas rochas são cortadas por diques intrusivos de diabásio, de idade Mesozóica e circundadas pelos flancos sul, oeste e norte, por sedimentos Holocênicos e Pleistocênicos de origem eólica e marinha. A contribuição das rochas cristalinas do Morro das Aranhas para a formação dos solos na região é praticamente irrelevante, considerando a acentuada declividade das encostas e também a falta de um ambiente deposicional entre o maciço cristalino e a orla marítima.

O promontório do Morro das Aranhas é contemplado em sua porção leste pela unidade estratigráfica conhecida como Granitóide Paulo Lopes. Já o Granito Ilha ocupa boa parte do flanco oeste do promontório e corresponde a quase 2/3 da área do Morro das Aranhas, e é assim designado por sua presença maciça em quase todo o arquipélago. A Formação Serra Geral está representada por corpos tabulares alongados por várias dezenas de metros de comprimento, orientados preferencialmente segundo a direção N 10° a 30° E.

Depósitos marinhos praias holocênicos estão presentes no local em uma pequena faixa da porção nordeste do promontório e são em geral constituídos por cordões externos, de areias médias a grosseiras, bem selecionadas, de cores claras, às vezes recobertas por depósitos de encostas. Os cordões internos

apresentam-se geralmente recobertos por depósitos eólicos da mesma idade. Em função de suas características é possível que sua deposição esteja relacionada a um evento trans-regressivo do nível do mar, conhecido como Transgressão Cananéia.

Do lado oposto ao oceano, recobrimdo os flancos oeste, sul e parte do norte do Morro das Aranhas, encontram-se depósitos eólicos predominantemente formados por areias finas quartzosas, de coloração amarelada e esbranquiçada, com alto teor de óxidos de ferro. Esses depósitos se dividem em depósitos atuais ou em movimento de idade holocênica, e depósitos antigos ou estabilizados de idade pleistocênica. Os depósitos eólicos atuais são constituídos por areias quartzosas, de granulometria fina a média, cor esbranquiçada, e apresentam-se ativos, deslocando-se periodicamente nos sentidos dos ventos nordeste e sudoeste. Os depósitos eólicos antigos encontram-se fixados por vegetação arbustiva, são de coloração amarelada a marrom claro, e originários do retrabalhamento de sedimentos arenosos marinhos praias de idade pleistocênica.

A área em questão é constituída principalmente por rochas graníticas do Proterozóico Superior ao Eo-Paleozóico (Formação Paulo Lopes), seguida das Formações Juro-Cretáceas (diques de diabásio e basaltos) e por depósitos sedimentares, de características eólicas e marinhas, encontram-se sob influência de alinhamentos estruturais com direções preferenciais N 50° W, N 30° E e EW.

As características geológicas do Morro das Aranhas, formado por um substrato de rochas cristalinas medianamente fraturadas, com inserção de diabásio em certos tipos faturamento, determinam a formação de ravinamentos que definem caminhos preferenciais para águas pluviais. A pequena cobertura de solo nas elevações maiores resultou de um processo de degradação e acumulação de detritos no sopé das encostas, caracterizados como depósitos de encostas.

A Praia do Santinho está inserida em dois grandes domínios morfoestruturais, que se estendem ao longo da borda oriental de Santa Catarina. Assim, na área onde afloram as rochas do Embasamento Cristalino, as elevadas e dissecadas formas de relevo correspondem à unidade geomorfológica denominada Serras do Leste Catarinense, e nas áreas de cobertura quaternária, as formas mais suaves e planas do relevo correspondem à unidade geomorfológica Planície Sedimentar.

As Serras do Leste Catarinense são constituídas por uma sequência de elevações dispostas de forma paralela ou subparalela. Suas cristas são orientadas no sentido NE/SW, segundo as antigas zonas de fraturas do embasamento ou segundo as falhas mais jovens, apresentando níveis altimétricos superiores a 150 metros, como o Morro dos Ingleses com 195 metros de altitude e o Morro das Aranhas com uma elevação de 255 metros.

A unidade geomorfológica denominada Planície Sedimentar apresenta extensões de terrenos modelados em sedimentos arenosos quaternários, apresentando formas planas ou rampeadas, encontradas principalmente entre os dois pontões que delimitam a Praia do Santinho. Estes depósitos praias recentes e os depósitos eólicos das dunas litorâneas, tanto ativas como as estabilizadas, constituem material de granulometria que varia de areia média a fina, bem selecionada, de cores claras como creme amarelada.

A área de maior extensão desta unidade corresponde ao campo de dunas ativas que se estende até próximo ao Morro dos Ingleses e orientam-se na direção SSW/NNE, paralelamente à direção dos ventos dominantes. Essas formações dão lugar a afloramentos do lençol freático, abrigando pequenas lagoas como a Lagoa do Jacaré e a Lagoa das Lavadeiras, que tem suas águas drenadas em direção a Praia do Santinho. As dunas estabilizadas encontram-se em toda a extensão ocidental da Praia do Santinho. Por serem ocupadas por construções, a retirada da vegetação que as cobrem, corre-se o risco torna-las ativas e remobiliza-las pela ação do vento.

A partir destas combinações físicas é desencadeada uma série de conflitos socioambientais relacionados à expansão do empreendimento denominado Costão do Santinho Resort.

As obras do resort, como se observa do documento de autuação da FATMA (1988) iniciaram sem qualquer pedido de licenciamento ambiental. Advertido, o empreendedor obteve da FATMA, órgão licenciador estadual, em 1989, a Licença Ambiental Prévia, sem exigência de estudo de impacto ambiental. Agindo o órgão em desrespeito à lei e com completa irresponsabilidade, frente a esta área, com ocorrência de ecossistema bastante frágil, rico em biodiversidade (mata atlântica, restinga, dunas e promontório). Note-se nos

documentos da FATMA, o reconhecimento da fragilidade do ecossistema.

Imagem 1: Vista geral da Praia do Santinho com o terreno do empreendimento ao fundo.



Fonte: ACP nº 96.0007478-0/1996.

Continuando em seu desapego às normas pelas quais deveria zelar, determinou o órgão, por sua Diretoria à época, a análise de cada uma das etapas do empreendimento como obra autônoma, sem considerações maiores pelo impacto total. Assim, desde 1989, várias foram as Licenças Ambientais de Instalação deferidas, omitindo-se o órgão acerca da perda da validade da LAP original, e da ausência de EIA/RIMA.

Agraciado com tais equívocos, pôde o empreendedor continuar edificando sem o cumprimento das exigências legais, constatando-se não só a ocupação dos terrenos alodiais, mas também da área de marinha (União Federal), considerada pela própria municipalidade como Área Verde de Lazer, onde só são permitidos equipamentos de uso público (advertência que consta também do documento da FATMA).

Imagem 2: Vegetação do terreno, com gramíneas e algumas espécies arbustivas embaixo. Logo acima vegetação secundária, e na encosta, o início da transição da restinga litorânea para a Floresta de Encosta Pluvial Atlântica.



Fonte: ACP nº 96.0007478-0/1996.

Conforme o Plano Diretor dos Balneários, lei municipal de 1985, tais terras de marinha, na verdade, além de serem caracterizadas como AVLs pela legislação municipal, eram constituídas de dunas fixas, cobertas por vegetação de restinga, consideradas, portanto, pela legislação federal como áreas de preservação permanente. Todo esse patrimônio ambiental foi destruído pelo empreendedor, com a complacência da FATMA.

Imagem 3: Marcação dos técnicos do IBAMA referente a faixa de vegetação em APP na margem do curso d'água dentro do empreendimento, com o Hotel ao fundo.



Fonte: ACP nº 96.0007478-0/1996.

Segundo ACP nº 96.0007478-0 (1995), o Ministério Público Federal, através de seus agentes, no uso de suas atribuições, com base nos dispositivos da Lei 7347/85, impetrou em dezembro de 1996 uma Ação Cautelar Preparatória da Ação Civil Pública, após forte participação da extinta Fundação Lagoa (Anexo 4).

O processo nº 96.0007478-0 apresentou pedido de liminar, contra Santinho Empreendimentos Turísticos. Com sede na Estrada Dom João Becker, 2505. Praia do Santinho. Florianópolis. Representado por Fernando Marcondes de Mattos.

Também foi processado o IBAMA, Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis, localizado na Avenida Mauro Ramos, 187. Florianópolis. Citado na pessoa de seu Superintendente Estadual, Ademar Ubirajara Vieira.

A FATMA, Fundação de Amparo ao Meio Ambiente, entidade localizada na Rua Felipe Schmidt, 485. No município de Florianópolis. Foi citada na pessoa de seu Diretor Geral, Vladimir Ortiz da Silva.

Os réus foram citados por uma série de ilegalidades. Pode-se destacar o fato de o complexo turístico do Costão do Santinho, ocupar uma enorme área na região norte da Ilha de Santa Catarina, incluindo inúmeros terrenos de marinha. A empresa, através dos anos, foi reunindo posses e propriedades na região, projetando um empreendimento que contempla hotelaria, vilas residenciais e outros equipamentos.

Para dar início às obras do Hotel, que não possui Licença Ambiental Prévia foi tentada terraplanagem e erguida pequena edificação, com supressão de vegetação de preservação permanente, o que foi suficiente para alarmar a população local e os turistas.

Em janeiro de 1989 chegou ao conhecimento da Procuradoria o início efetivo da ocupação inadequada e ilegal. Foram determinadas vistorias pela FATMA, IBAMA e Polícia de Proteção Ambiental, o que resultou em embargo administrativo dos órgãos estadual e federal, impedindo temporariamente os avanços da ré.

Quanto ao destacamento militar de proteção ambiental, teve a ousadia o representante da empresa no local, de apresentar ao policial uma cópia de licença ambiental de uma das Vilas Residenciais em construção fora da área do promontório, como se a mesma fosse do hotel.

As vistorias geraram auto de infração do IBAMA, encaminhado ao Ministério Público Estadual, versando sobre supressão de mata ciliar e de mata atlântica.

Do laudo do IBAMA assinado por um engenheiro agrônomo e um biólogo, destaca-se que, em vistoria realizada em 03 de janeiro de 1996, uma equipe técnica constatou o corte de vegetação nativa em parte do terreno onde agora está construído o mirante. O que motivou a notificação nº 051258-B solicitando a apresentação dos documentos do licenciamento ambiental pertinentes.

Apresentados esses documentos, constata-se que não havia a necessária autorização de desmatamento para a construção do mirante, ficando comprovado, portanto, que os empreendedores descumpriram a legislação em vigor.

Ao efetuar vistoria em 25 de março de 1996 para a elaboração de laudo técnico, constatou-se a construção do mencionado mirante e a ocorrência do fato apontado pela vistoria anterior. Entretanto, verificou-se que parte do terreno foi demarcada para o início da obra, o que resultou na supressão de uma faixa de 70m por 1,5m de vegetação, atingindo a área de preservação permanente. Obviamente, não houve, e nem poderia haver autorização para tal corte de vegetação. De acordo com a demarcação feita, ficou evidente que a construção do empreendimento naquele terreno implicaria na destruição da vegetação de preservação permanente, o que legalmente não poderia ser feito.

No tocante ao licenciamento ambiental do empreendimento, foi anexada a cópia da autuação efetuada pela FATMA, em 28 de janeiro de 1996, cuja infração é descrita como uma construção em área de preservação permanente sem prévia autorização. Ou seja, não há licenciamento ambiental com validade que permita a implantação do empreendimento, e nem poderá haver, posto que a construção do mesmo signifique a destruição de considerável parcela de área de preservação permanente.

Imagem 4: Técnicos do IBAMA demonstrando a APP dentro dos limites do empreendimento.



Fonte: ACP nº 96.0007478-0/1996.

Considerando os resultados da vistoria conclui-se que o empreendimento em tela não reuniria condições legais para prosperar.

Foi constatado pelos órgãos ambientais que a empresa construíra uma espécie de "mirante" ou local de visitação para clientes em parte alta do terreno, como pode ser observado na Imagem nº 5. Para tanto, além da altera o do local pela constru o, foi queimada e cortada parte da vegeta o do entorno. Inclusive do curso d' gua. Existe, ainda, cercamento de parte do acesso ao promontório e ao sítio arqueológico do Costão do Santinho. O obstáculo supracitado já era objeto de notifica o da autoridade municipal, como se comprova documentalmente.

Aparentemente, a empresa ré tem por hábito iniciar suas obras e só depois procurar as autoriza es da administra o, quando o faz, pois adotou o mesmo método na obra do Condomínio Residencial Costão Golf.

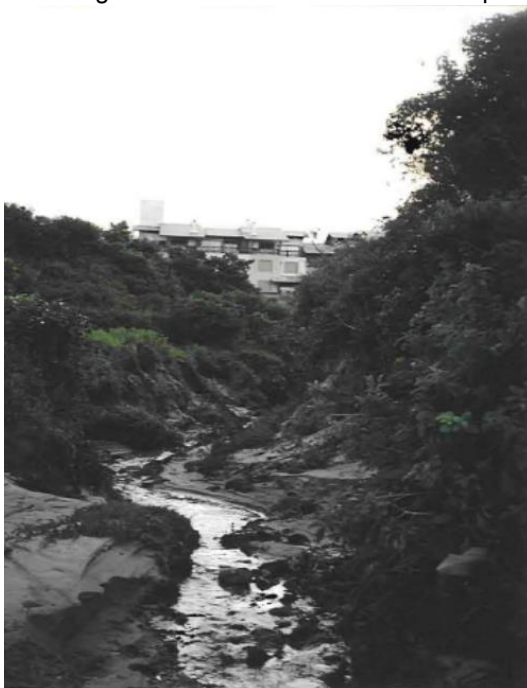
Infelizmente, mais uma vez a atua o dos órgãos ambientais não foi suficiente para afastar o risco para o patrimônio natural e turístico da Ilha de Santa Catarina.

Imagem 5: Técnicos do IBAMA demarcando a APP a partir do curso d'água com mirante em promontório ao fundo.



Fonte ACP nº 96.0007478-0/1996.

Imagem 6: Curso d'água atravessando o terreno do empreendimento.



Fonte: ACP nº 96.0007478-0/1996.

Em 04 de dezembro de 1996, diversos telefonemas foram recebidos na Procuradoria e no Comando de Polícia Ambiental, denunciando o recomeço de atividades no local, mais precisamente com a presença de máquinas pesadas e alterações no promontório. Foram abertas valas em frente à área projetada para o Hotel, aproximadamente há 15 metros das pedras que contornam aquele acidente geográfico.

Em relação ao promontório, à vegetação ainda existente ou em estágio de regeneração, às consequências para todo o ecossistema e o procedimento de licenciamento irregular, preferiu o IBAMA (órgão central/coordenador do SISNAMA, conforme Lei 6938/81) "lavar as mãos", omitindo-se e pedindo a atuação da FATMA.

Imagem 7: Curso d'água na demarcação do local da ampliação do empreendimento.



Fonte: ACP nº 96.0007478-0/1996.

Quanto à FATMA, também na mesma data foi descoberto pelo MPF que fora expedida Licença Ambiental Prévia - LAP para o Hotel, já em setembro de 1996. Ou seja, uma nova LAP foi expedida apenas para o hotel, em manobra evidente para evitar a discussão da nulidade da LAP anterior, do licenciamento sem EIA/RIMA e o prejuízo de áreas de preservação permanente.

Imagem 8: Técnicos do IBAMA demarcando a APP dentro do empreendimento com a praia ao fundo.



Fonte: ACP nº 96.0007478-0/1996.

Pior ainda. Em data de 27 de novembro de 1996, dois meses após a assinatura da LAP referida, o Diretor-Geral substituto da FATMA garantira ao MPF que, nenhum novo licenciamento existia, e que o embargo anterior estava no CONSEMA (Conselho Estadual do Meio Ambiente), para apreciação de recurso administrativo.

Respondendo aos ofícios da Procuradoria de forma a ocultar a verdade, já que a nova LAP tinha sido deferida, sem dúvida cometeu o funcionário público ato irregular, cuja investigação foi objeto de encaminhamento à Unidade Criminal do MPF.

Diz o Diretor-Geral da FATMA que é inverídico que o empreendimento tenha iniciado suas obras, pois não possui LAI (em 1988 também iniciou sem qualquer licença), e que a resposta anterior dizia respeito a outras etapas do complexo (previstas para área de dunas interiores afastadas do promontório), as quais igualmente estavam embargadas.

Muitas são, portanto, as irregularidades relacionadas ao conhecido empreendimento turístico, fazendo-se necessária a atuação ministerial no sentido de enquadrá-lo na legislação de regência, objetivando a defesa do patrimônio natural de toda a sociedade, o respeito às leis e a penalização de seus infratores.

A região ora em discussão, além de integrar a Zona Costeira, insere-se nos últimos remanescentes da mata atlântica

brasileira, e encontra-se em processo de regeneração natural, embora tenha sofrido muito pela ação antrópica.

Já em 1981, com o advento da Lei 6.938, que dispõe sobre a Política Nacional do Meio Ambiente, as formas de vegetação natural de preservação permanente relacionadas no Código Florestal (Lei 4771/65) foram transformadas em reservas ou estações ecológicas, sob responsabilidade do IBAMA.

Desde 1986, igualmente, previstos estavam os procedimentos mínimos em se tratando de estudo de impacto ambiental, por força da Resolução CONAMA 01/86, que deu concretude ao dispositivo introduzido pela Lei 6938/81, que considera impacto ambiental qualquer alteração das propriedades físicas, químicas e biológicas do meio ambiente, causada por qualquer forma de matéria ou energia resultante das atividades humanas que, direta ou indiretamente, afetam a biota, as condições estéticas e sanitárias do meio ambiente e a qualidade dos recursos ambientais.

Dependerá da elaboração do EIA/RIMA, a aprovação do órgão estadual competente, e do IBAMA em caráter supletivo, o licenciamento de atividades modificadoras do meio ambiente, tais como projetos urbanísticos, acima de 100 hectares ou em áreas consideradas de relevante interesse ambiental a critério dos órgãos competentes.

Quando do início das obras no Santinho, já havia sido promulgada a Carta Constitucional de 1988, a qual consagrou a exigência do estudo de impacto como dever do Poder Público (art. 225, § 1º, IV). Tal preceito, como todos os demais em matéria ambiental, insere-se no objetivo maior do ramo jurídico, qual seja a proteção do meio ambiente, finalidade que determina a validade das normas legais respectivas e a regularidade da atuação da Administração, em seus diversos níveis.

No mesmo sentido, pode ser citada a Lei do Plano Nacional de Gerenciamento Costeiro, Lei Federal 7661/88, igualmente desconsiderada no caso em tela.

Quanto à legislação estadual, além dos regramentos da Constituição de Santa Catarina/89, especialmente o Capítulo VI-Do Meio ambiente. Há que citar o Decreto 14.250/81, que regulamentou os dispositivos da Lei Estadual 5.793/81. Este decreto considera áreas de proteção especial os promontórios, as ilhas fluviais, as ilhas costeiras e oceânicas, estas quando cedidas pelo Governo Federal, as áreas de formações vegetais

defensivas à erosão de encostas e de ambientes de grande circulação biológica, especialmente os mangues, os sítios de interesse recreativo, cultural e científico.

Considera-se promontório a elevação costeira florestada ou não que compõe a paisagem litorânea do continente ou de ilhas, e área de formação defensiva à erosão de encostas e de ambientes de grande circulação biológica a região sensível ao desgaste natural onde a cobertura vegetal preserva permanentemente o solo.

Nos promontórios, numa faixa de até 2.000 metros de extensão, a partir da ponta mais avançada é proibido o corte raso da vegetação nativa, a exploração de pedreiras e outras atividades que degradem os recursos naturais e a paisagem, a edificação de prédios ou construção de qualquer natureza.

Na área do empreendimento existe ainda, sítio arqueológico não totalmente delimitado, sendo certo que a escavação do terreno, sem uma análise anterior por parte do IPHAN - Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional poderá impactar de forma irreversível patrimônio cultural porventura existente.

Finalmente, ressalta-se do parecer elaborado pelos Professores João de Deus Medeiros e Ana Lúcia Carneiro Schaefer, do Departamento de Botânica da UFSC, sobre a área do promontório das Aranhas visada pelo empreendimento privado, que a área é coberta por uma vegetação típica, que sofre uma influência direta do mar e das condições edáficas. No local específico do empreendimento, tem-se um terreno coberto por uma vegetação cuja composição florística reflete um estágio de transição dos agrupamentos de restinga para aqueles da Floresta da Encosta Pluvial Atlântica. É importante salientar que tais ambientes de restinga e floresta atlântica são citados na literatura especializada como ecossistemas que apresentam alta complexidade estrutural e diversidade biológica, e que se encontram ameaçadas de descaracterização com a consequente imposição de eminente risco a um valioso patrimônio genético.

Pelo exposto, exigia o MPF a decisão judicial para imediata paralisação do procedimento de licenciamento irregularmente em tramitação na FATMA. Além de continuar suspenso o cancelamento do embargo do IBAMA, abster-se a empresa ré de efetuar qualquer alteração no promontório das Aranhas, salvo o que se faça necessário no decorrer do processo para proteção

do ecossistema e do patrimônio cultural lá existente, especialmente no que diz respeito à supressão de vegetação, alteração de cursos d'água e colocação de obstáculos físicos ao acesso da população ao promontório, retirar a empresa ré os mourões de cerca existentes no local, e abster-se a empresa ré ou seus representantes da publicidade em tomo do lançamento do Hotel, haja vista a possibilidade de tal fato criar prejuízos para terceiros, conforme o direito do consumidor.

Imagem 9: Maquete do empreendimento.



Fonte: ACP nº 96.0007478-0/1996.

Lopes (2015) conclui que, os Procuradores da República Analúcia Hartmann, Maria Soares Cordioli, Maurício Gotardo Gerum, e Roberto Luís Oppermann Thomé, deram ao feito cautelar o valor de 1 milhão de reais.

O restaurante e o centro de eventos construídos sobre o promontório não obedeceram ao termo de ajustamento de conduta proposto pelo Ministério Público Federal (MPF). Atualmente o empreendimento opera de forma irregular (Anexo 1), enquanto o processo tramita na Justiça Federal.

Mapa 3: Localização das propriedades do grupo CostãoVille Empreendimentos.



Fonte: Gabriel Bertimes Di Bernardi Lopes/2007.

3.2 O CASO CONDOMÍNIO RESIDENCIAL COSTÃO GOLF

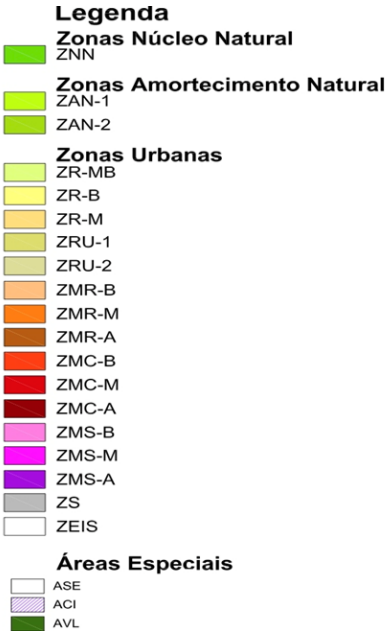
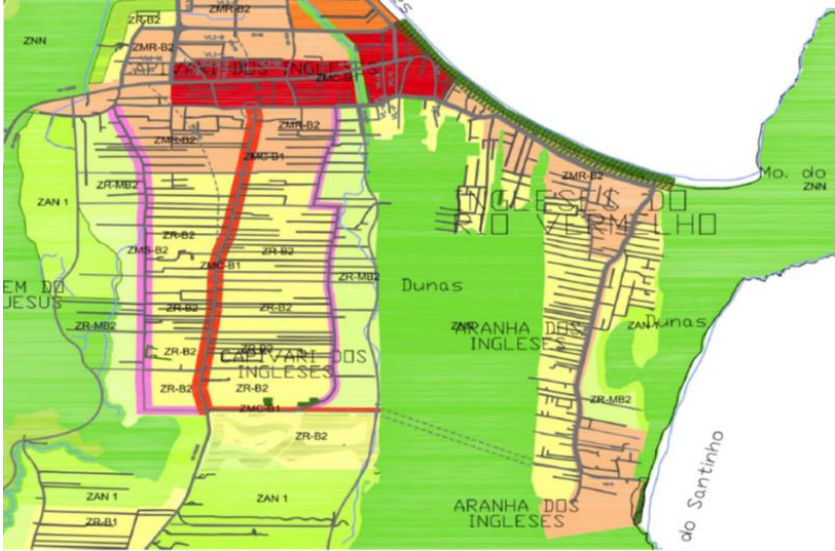
Conforme EIA/RIMA (2004), o Condomínio Residencial Costão Golf está localizado em uma área que a geologia apresenta o embasamento cristalino, bacias sedimentares e diques de diabásio encaixados nos granitos, com destaque para o Granitóide Paulo Lopes que constitui o Morro das Aranhas, e os depósitos eólicos e marinhos que formam os cordões dunares. Por influência da latitude o clima subtropical na região, também chamado de mesotérmico úmido, apresenta chuvas uniformemente distribuídas durante o ano e verões quentes. Nas encostas do embasamento cristalino a vegetação é formada pela Floresta Ombrófila Densa, já nas planícies do quaternário, onde o terreno é arenoso predomina a vegetação de restinga. Na hidrografia local se destaca o Aquífero Ingleses e o Rio Capivari.

O Condomínio Residencial Costão Golf é de propriedade de Fernando Marcondes de Mattos. O empreendimento está associado a um campo de golfe profissional com nove buracos com 3.334 metros de percurso, e é formado por 181 unidades residenciais com área média de novecentos metros quadrados cada, e 124 apartamentos de 2 e 3 dormitórios numa área contígua que será interligada por um túnel subterrâneo para veículos, que cruzará a Rodovia Estadual SC-406.

O empreendimento está situado em uma área de 571.984 metros quadrados na localidade do Sítio Capivari, Distrito de Ingleses, no Norte da ilha de Santa Catarina. Faz limites com a estrada Dário Manoel Cardoso ao Norte, com os terrenos de Dauro Redaelli e Saul Bianco ao Sul, com as Dunas dos Ingleses a Leste, e com a Rua Graciliano Manoel Ramos a Oeste.

O campo de golfe terá apoio de uma sede social com área de 1200 metros quadrados e espaço coberto para treinamento. O empreendimento terá infraestrutura viária, sistema de vigilância 24 horas, sistema de separação de lixo, e rede de energia elétrica subterrânea. O Condomínio Residencial Costão Golf estará integrado ao Costão do Santinho Resort por meio de um teleférico, numa distância aproximada de 1.200 metros, que cruzará o cordão dunário (Mapa 4).

Mapa 4: Microzoneamento proposto pela empresa CEPA para o Rio Vermelho com destaque para o teleférico.



Fonte: IPUF/2010.

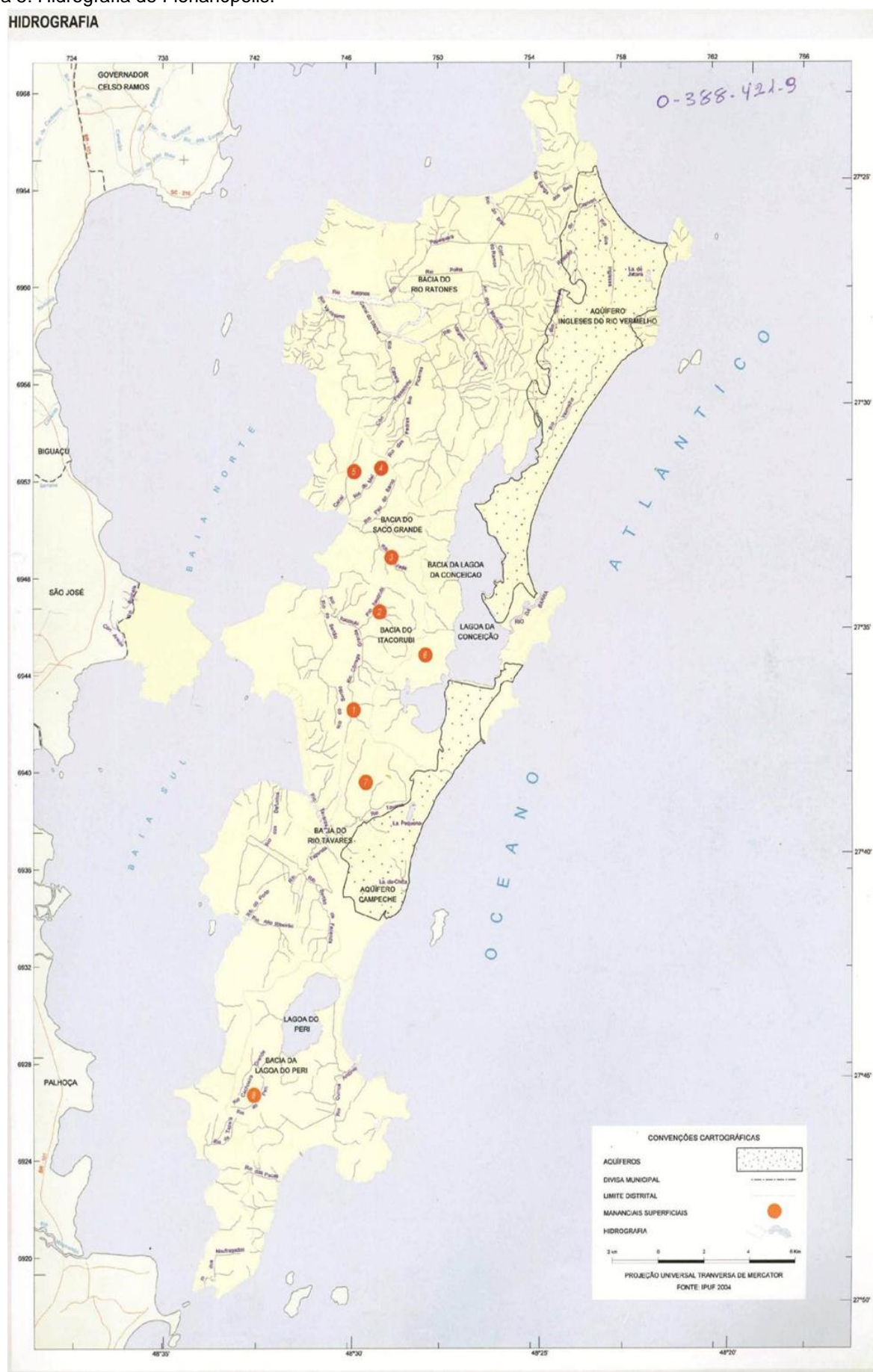
O Costão do Santinho Empreendimentos Turísticos e o CostãoVille Empreendimentos são os proprietários do Condomínio Residencial Costão Golf, do Costão do Santinho Resort, da Marina do Costão, do Condomínio Residencial Vilas do Santinho e do Condomínio Residencial Costão das Gaivotas. Todos os empreendimentos estão localizados nos bairros de Ingleses e Santinho no Norte de Florianópolis.

No caso em tela, a União Florianopolitana das Entidades Comunitárias (UFECO) encaminhou ao PROCON em 26 de janeiro de 2005 um documento versando sobre os riscos que a construção e operação de um empreendimento com um campo de golfe, empregam ao Aquífero Ingleses. Este documento foi assinado pela Aliança Nativa, Associação Caeté Cultura e Natureza, Associação de Moradores da Praia do Forte, Associação de Moradores de Canasvieiras, Associação de Moradores do Rio Vermelho, Conselho Comunitário de Ingleses, Fórum da Cidade, Fundação Lagoa, Movimento Ilhativa e União Florianopolitana das Entidades Comunitárias.

Foi através da participação comunitária que o Ministério Público Federal tomou conhecimento do risco que o Condomínio Residencial Costão Golf representa para a qualidade de vida da população florianopolitana. De acordo com o EIA/RIMA, em um parecer assinado pelo Professor Doutor em Geologia Luis Fernando Scheibe, serão utilizados aproximadamente 30 mil quilos de agrotóxicos por ano na manutenção do campo de golfe que está sobre o Sistema Aquífero Sedimentar Freático Ingleses, um aquífero tipo poroso, freático não confinado e desprovido de uma camada impermeabilizante, e tem uma área total de 20,47 quilômetros quadrados.

Mesmo que as lagoas do campo de golfe sejam impermeabilizadas e a água reaproveitada, o esgoto seja tratado e despejado em local propício, qualquer acidente contaminará o aquífero, que por ser sedimentar e superficial, faz com que a infiltração ocorra de forma direta, podendo comprometer o abastecimento de água do Norte de Florianópolis, pois o Aquífero Ingleses (Mapa 5), segundo a CASAN, seus poços no norte da Ilha (Mapa 6) abastecem de água 130 mil pessoas, além do risco de contaminação por substâncias carcinogênicas que compõe os agrotóxicos.

Mapa 5: Hidrografia de Florianópolis.



Fonte: Atlas do Município de Florianópolis/2004.

De acordo com a ACP nº 2005.72.00.002978-8/SC (2003), esta é a Legislação Municipal que através do Projeto de Lei Complementar 513/03 alterou o zoneamento de áreas em Capivari, no distrito de Ingleses do Rio Vermelho, recategorizando a área de forma menos restritiva, e regulamentando as obras do Condomínio Residencial Costão Golf. Assim dispõe a lei:

Fica alterada para Área Residencial Predominante 2-A (ARP 2-A) e Área de Preservação Permanente (APP) a Área Residencial Exclusiva - 5 (ARE - 5), e parte da Área de Exploração Rural (AER), localizadas na UEP - 74 – Capivari, Distrito de Ingleses do Rio Vermelho, conforme delimitação no mapa de zoneamento, anexo I, escala 1: 10.000, parte integrante desta Lei.

Art. 2º. Fica aprovado o Plano Geral de Implantação do Projeto do Complexo de Múltiplo Uso Turístico/Esportivo/Residencial Costão Golf Club, com área de 57,19 há, subdividido no Setor Leste A1 e Setor Oeste A2, conforme planta em escala 1:2.000, anexo II, composto dos seguintes usos:

I – Campo de Golfe profissional de 9 buracos, com Área Verde Privativa (AVP) e Escola de Golfe (Driving Range);

II – Setor Habitacional Unifamiliar, constituído de 05 conjuntos, totalizando 185 unidades residenciais isoladas;

III – Setor Habitacional Multifamiliar constituído de 15 vilas residenciais coletivas, com um total de 125 unidades de 2 a 4 dormitórios;

IV – Setor de Equipamentos Privativos composto de Sede Social (Club House), Setor Comercial, Setor de Serviços e Teleféricos;

V – Setor de Equipamentos Comunitários (Setores Esportivos A1 e A2 e Portaria de Acesso);

VI – Sistema Viário Condominial A1 e A2, interligados através de passagem subterrânea (túnel) sob a rodovia SC – 406;

VII – Área Verde de Preservação Permanente;

VIII – Sistema Teleférico de integração Costão Golf Club ao Costão do Santinho, de caráter público e acesso tarifado, com formação do Parque do Municipal das Dunas dos Ingleses e Santinho e Centro de Educação Ambiental, em convênio com o Município de Florianópolis e uma Universidade local na forma do anexo III;

Parágrafo único – além da medida compensatória descrita no inciso VIII deste artigo, deverá o empreendedor elaborar Projeto Paisagístico de criação e implantação do Parque da Lagoa do Jacaré, localizada a leste da Estrada Vereador Onildo Cardoso Lemos, na localidade da Praia do Santinho, em parceria com o IPUF e FLORAM, que deverá ser executado concomitantemente a implantação do Complexo “Costão Golf Club”.

Art. 3º. O uso do espaço aéreo em áreas públicas será a título oneroso, através da destinação de 10% (dez por cento) da receita líquida das tarifas cobradas do Sistema Teleférico, a ser depositada semestralmente, à conta do Fundo Municipal de Integração Social.

Parágrafo único – A receita auferida destinar-se á ao desenvolvimento de projeto voltado a contenção da ocupação das Dunas dos Ingleses, objetivando a remoção das ocupações que se encontram na área ambientalmente protegida.

Art. 4º. Todos os projetos executivos dependerão da aprovação dos órgãos de Prefeitura, ficando o licenciamento condicionado à aprovação e anuência prévia dos órgãos ambientais estadual e municipal competentes, bem como à apresentação de Estudo de Impacto Ambiental e o respectivo Relatório Ambiental (EIA/RIMA) para aprovação.

Art. 5º. O Complexo de Múltiplo Uso disporá de sistema próprio de infra-estrutura básica

completa, compreendendo rede de abastecimento e tratamento de água, rede de coleta e tratamento de esgotos cloacal, rede de escoamento pluvial, rede subterrânea de energia elétrica, iluminação e telefonia, e coleta de lixo.

Art. 6º. As obras do Complexo Múltiplo Uso referido no artigo 2º somente poderão ser iniciadas no que concerne aos usos residenciais após a completa implantação das obras de infra-estrutura e esportivas.

Art. 7º. O programa de edificações, equipamentos e benfeitorias reger-se-á pelas disposições constantes da Lei 2.193/85 e legislação complementar, quanto aos limites urbanísticos.

Parágrafo único – No caso das habitações uni e multifamiliares integrantes de Complexos de Múltiplos Usos, o número máximo de unidades em regime de condomínios fica condicionado somente aos limites de ocupação da zona de uso correspondente, podendo extrapolar ao número máximo previsto na Lei Municipal nº 1566/78 e Lei Complementar nº 001/97.

O procedimento administrativo correlato de inquérito civil que originou esta ação civil pública foi instaurado em novembro de 2003, após o recebimento de material alusivo ao empreendimento. As diligências providenciadas, embora não tenham resultado em solução amigável para o problema, demonstraram a necessidade absoluta de propositura de feito que traga segurança jurídica ao patrimônio ambiental e social em grave risco.

Como se verá a seguir, a pretensão imobiliária ora combatida iniciou sua trajetória no ano de 2003, quando da apresentação de projeto de lei complementar municipal, para alteração pontual de zoneamento previsto pelo Plano Diretor dos Balneários.

Através das diligências determinadas no bojo do procedimento investigatório na Procuradoria da República, logrou esta agente receber toda a documentação da Prefeitura e da

Câmara de Vereadores, a qual revela a trajetória da alteração legislativa municipal.

Após diversos debates no IPUF, em duas sessões públicas na Câmara Municipal de Florianópolis, foi aprovado em dezembro de 2003 o Projeto de Lei Complementar 513 que prevê a construção do Condomínio Residencial Costão Golf sobre o Aquífero Ingleses, concedendo também todos os alvarás municipais necessários.

Em 17 de novembro de 2003, o Condomínio Residencial Costão Golf entrou com pedido da LAP junto a FATMA. A Fundação persistiu a negar a ocorrência de discussão ou a existência de procedimento sobre o assunto, como comprova o ofício 4326/03 de 22 de dezembro de 2003.

Ainda sobre as informações contraditórias, em 23 de abril de 2004, novamente o Diretor Geral da FATMA informou que “... não foi gerado qualquer documento a respeito do empreendimento Condomínio Residencial Costão Golf”. No entanto, em reunião realizada no Ministério Público Estadual (com o Dr. Rui Richter, então Promotor de meio ambiente da Capital), o responsável pelo empreendimento, o Sr. Marcondes de Mattos, entregou cópia de seu próprio ofício enviado à FATMA em 12 de março de 2004, encaminhando o EIA/RIMA em várias cópias. Na citada reunião, o MPF recebeu a cópia do EIA/RIMA.

Embora a FATMA afirmasse nada saber sobre o empreendimento no final de abril de 2004, em maio do mesmo ano lançou comunicado na imprensa, convidando a sociedade a participar de audiência pública sobre o projeto.

O MPF compareceu à referida audiência, na qual restaram sem respostas inúmeras considerações importantes, bem como foi admitida a ignorância do tema pelos técnicos da Fundação Estadual, que não haviam sequer lido os documentos do EIA. Na própria audiência, em 07/06/04, foi requerida sua anulação, complementação de estudos e realização de audiência válida.

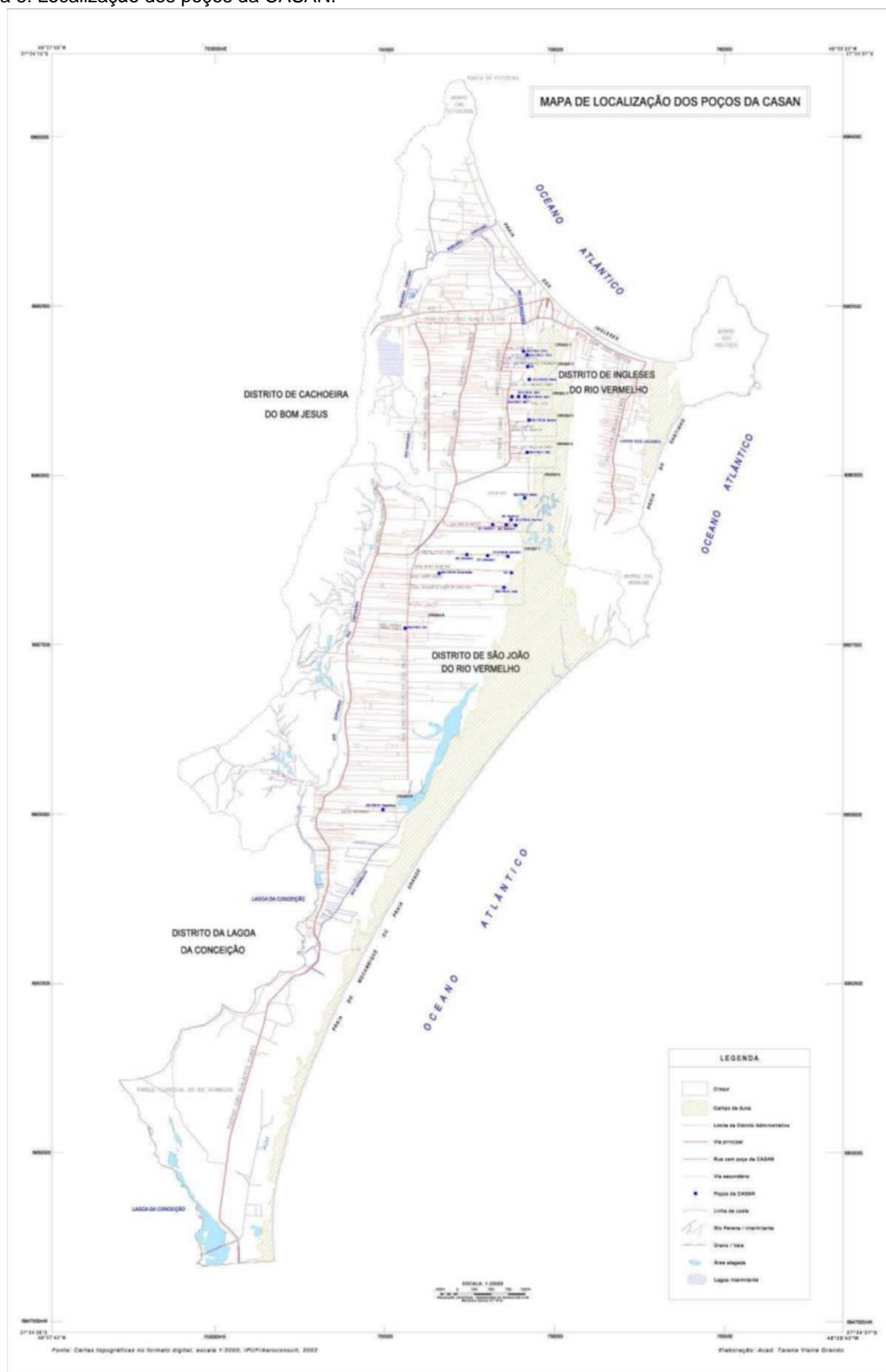
O MPF requisitou a assessoria técnica do Prof. Dr. Jorge Cravo, emérito geólogo que presta consultoria a 4ª Câmara de Coordenação e Revisão do Ministério Público Federal. O geólogo, bem como os demais assessores técnicos da Procuradoria da República em Santa Catarina, acompanharam as reuniões e audiências e exararam pareceres, todos discorrendo e alertando sobre os riscos do empreendimento.

Foi realizada nova audiência, em 16/08/04. Novamente aconteceram pressões políticas e econômicas para a aprovação do projeto, bem como continuaram sem respostas problemas técnicos da maior relevância, notadamente em relação à utilização de produtos químicos para formação do gramado do golfe e sua manutenção e consequente risco de aniquilação para o aquífero.

Após a realização da audiência pública acima referida, recebeu este MPF documentos de entidades de moradores de Florianópolis, bem como parecer técnico da 4ª CCR, documentos estes que foram repassados à FATMA, requisitando-se complementação do EIA e julgamento do mesmo com a devida atenção aos riscos de degradação irreversível do Aquífero Ingleses.

O parecer da 4ª CCR, acima citado, é justamente da lavra do Prof. Dr. Jorge Cravo, consultor renomado, o qual indicou mistificações no EIA e falta de atenção por parte da FATMA, especialmente no que respeita à fragilidade e vulnerabilidade do aquífero e risco de contaminação pelos defensivos a serem obrigatoriamente utilizados na manutenção de um campo de golfe, bem como pelo próprio empreendimento imobiliário, de grande magnitude. Em outubro de 2004, através do ofício 3233, a FATMA informou estar prosseguindo nas análises e ter determinado a complementação do EIA.

Mapa 6: Localização dos poços da CASAN.



Fonte: Taiana Vieira Grando/2008.

Inúmeros documentos foram encaminhados ao MPF, na sequência, de particulares e de entidades inconformadas com o projeto em área tão sensível.

Em 26 de novembro de 2004, foi remetido pelo MPF à FATMA o ofício 2825/04, requisitando, com prazo de 48 horas, a remessa de informações sobre a situação da análise do EIA do empreendimento, para fins de propositura de ação civil pública. Ultrapassado o prazo sem qualquer resposta, novo ofício foi encaminhado em data de 01 de dezembro de 2004 – ofício 2872/04. Apenas no dia 06 de dezembro de 2004 foi obtida cópia da Licença Ambiental Prévia nº 225/2004.

A Licença Ambiental Prévia número 225 foi deferida curiosamente em 05 de novembro de 2004. Para deferir a LAP, a FATMA aceitou um EIA-RIMA que mais parece uma propaganda do empreendimento, como indica os Anexos 1 e 2. O estudo é feito por uma empresa conhecida na cidade, a Caruso Jr. Estudos Ambientais. O fato é que o empreendedor contrata a empresa que desejar para realizar o estudo.

Os dirigentes da FATMA, portanto, deliberadamente esconderam do MPF o deferimento da LAP, como já haviam procedido por ocasião do início do procedimento de licenciamento.

Ainda em dezembro de 2004, o Costão Golf entrou com o pedido da LAI nº 083, que foi deferida, após analisar o projeto de todas as medidas mitigadoras e compensatórias exigidas pela FATMA.

Em 06 de dezembro de 2004 este MPF enviou nova correspondência à FATMA, alertando sobre as irregularidades da Licença e requisitando informações sobre as motivações da decisão administrativa (pareceres técnicos) no prazo de dez dias e sob as penas previstas pelo art. 10 da lei 7347/85. Nada foi remetido em resposta, mas a LAI foi deferida ainda naquele mês, o que só foi descoberto quase um mês mais tarde.

Apenas em meados de janeiro do corrente ano tomou ciência este MPF, por pesquisa própria, do deferimento LAI, através da qual a FATMA, sem qualquer segurança quanto à incolumidade do Aquífero dos Ingleses, em afronta à legislação referente às áreas de preservação permanente e postergando condições ínsitas à fase da LAI, permitiu ao empreendimento iniciar trabalhos de terraplanagem e reestruturação da vegetação no local, atividades estas que já foram iniciadas e devem ser

paralisadas para se assegurar o resultado útil do feito e a preservação dos recursos naturais.

Em data de 18 de dezembro de 2004, atendendo ao convite de 10 entidades comunitárias e ONGs, centenas de pessoas realizaram manifestação de protesto contra o empreendimento, no Bairro de Ingleses.

Em 20 de janeiro de 2005, foi encaminhada cópia de uma representação da UFECO ao PROCON, versando sobre o empreendimento objeto desta ação, ressaltando o Presidente da entidade que a propaganda veiculada pelo empreendedor não se conforma com a realidade.

Entre algumas das medidas adotadas pelo Costão Golf para ter deferida a LAI junto a FATMA, está o compromisso de cooperação técnica com a CASAN visando o acompanhamento da qualidade das águas dos dois poços de captação que ficam ao lado do Condomínio Residencial Costão Golf, conforme mapas 6 e 7, e imagens 10 e 11. Outras medidas foram a formação de um convênio com a Fundação de Ensino e Engenharia de Santa Catarina para programas de Gestão Integrada do Gramado e Controle de Pragas, além do monitoramento de eventual concentração de traços de elementos químicos nos recursos hídricos da região, e impermeabilização do campo de golfe, associado a um sistema de drenagem com captação da água da chuva.

Em abril de 2005, sob os cuidados da Procuradora da República da área ambiental, Analúcia Hartmann, foi impetrada Ação Civil Pública, visando à paralisação imediata da construção do Condomínio Residencial Costão Golf, argumentando possíveis danos ao meio ambiente, mais especificamente ao aquífero, pela manutenção do gramado do campo de golfe, que utilizará agrotóxicos, como pesticidas, herbicidas e inseticidas.

A Ação Civil Pública também destaca a afronta à legislação na alteração do zoneamento da área onde será construído o condomínio. Esta ação responsabiliza Fernando Marcondes de Mattos, proprietário do Costão do Santinho Empreendimentos Turísticos e do CostãoVille Empreendimentos Imobiliários, o ex-Presidente da FATMA Sérgio Grando, e o ex- Prefeito de Florianópolis Dário Berger.

No mês de junho de 2005, foram paralisadas as obras do Condomínio Residencial Costão Golf por determinação da Procuradora da República Analúcia Hartmann, mesmo com o

parecer de dois agrônomos, Professores Doutores da Universidade Federal de Santa Catarina em química dos solos e fitopatologia, contratados pelo o empreendimento, que concluem que a manutenção do campo de golfe não colocará em risco o Aquífero Ingleses.

Em dezembro de 2005 por determinação da Justiça Federal, o Ministério Público exigiu um trabalho científico em hidrologia, com modelagem matemática, para avaliar o risco toxicológico que a aplicação de agrotóxicos representaria para o aquífero. Para tanto foi contratado a Hidroplan (Hidrogeologia e Planejamento Ambiental). A empresa constatou que, a utilização de agrotóxicos em níveis máximos no campo de golfe não oferece risco de contaminação do aquífero.

O plantio da grama do campo de golfe foi autorizado pela Justiça Federal em abril de 2006, modificando completamente a paisagem local, retirando a cobertura vegetal, e modificando o solo com aterros e terraplanagem. No ano corrente foram novamente paralisadas as obras do Condomínio Residencial Costão Golf, a pedido da Justiça Federal.

Em 13 de dezembro de 2007 a 4ª Turma do Tribunal Regional Federal, em Porto Alegre, ao julgar o Agravo de Instrumento interposto pelo Estado de Santa Catarina, reconheceu através de dois de seus três membros, a incompetência do Foro da Justiça Federal para processar e julgar os assuntos inerentes ao Costão Golf, declarando que a competência é da Justiça do Estado de Santa Catarina. E de fato o empreendimento foi inaugurado no mês de dezembro de 2007.

Mapa 7: Localização das Estações de Tratamento de Água 1 e 2.

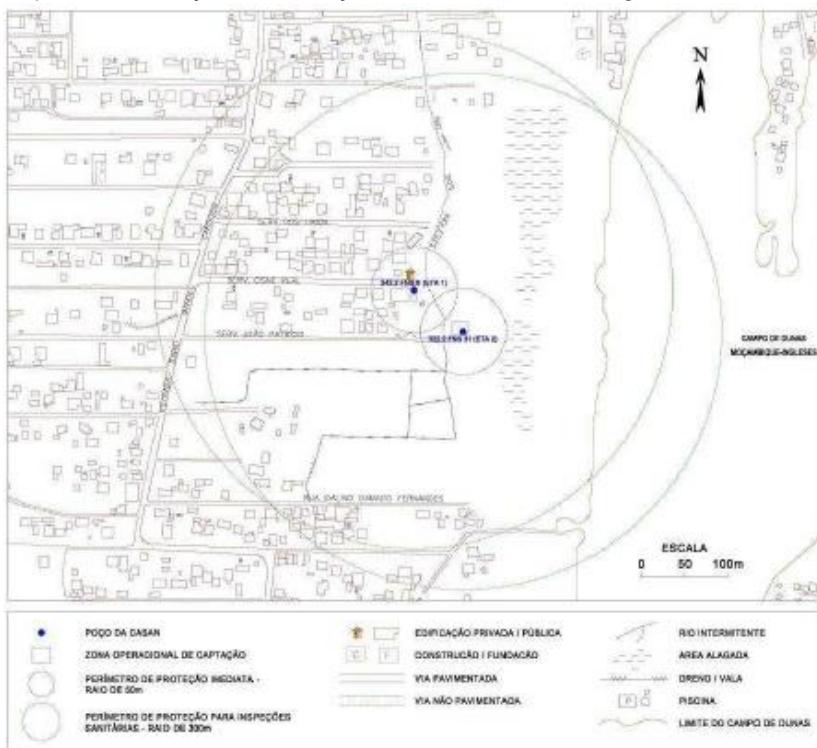


FIGURA 11: CROQUI 1- POÇOS ETA 1 e 2

Fonte: Taiana Vieira Grando/2008.

Os Princípios da Prevenção e da Precaução, e fundamentos do Direito Ambiental consagrados no Artigo 225 da Constituição Federal de 1988 foram afrontados no caso Costão Golf.

Havendo o conhecimento científico sobre o dano ambiental, que é o caso de se o aquífero for contaminado pelos agrotóxicos, isto será irreversível, o Princípio da Prevenção tem que ser aplicado.

O Princípio da Precaução também funciona como uma medida antecipatória, porém aplicado no caso de falta de consenso científico sobre os possíveis danos ambientais. No caso Costão Golf não se tem certeza sobre o tempo demandado para contaminar o Aquífero Ingleses, portanto o princípio da precaução também tem que ser aplicado.

A Carta Magna atual também é afrontada em seu Artigo 225, pois sendo a água um bem vital, o Poder Público e a coletividade tem a obrigação de preservar o Aquífero Ingleses para as presentes e futuras gerações.

Imagem 10: Estação de Tratamento de Água 1.



Fonte: Taiana Vieira Grando/2008.

A Lei da Política Nacional do Meio Ambiente de 1981 é afrontada com o licenciamento da obra do Condomínio Residencial Costão Golf. Esta Lei já garantia o direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado, além de estabelecer a preservação e a restauração dos recursos ambientais através da difusão do manejo racional. O manejo do gramado do campo de golfe em questão poderá provocar um desequilíbrio ecológico irreversível em um recurso ambiental vital e raro que é a água doce potável.

O Artigo 25 do Ato das Disposições Constitucionais Provisórias da Constituição do Estado de Santa Catarina, de 1989, proíbe os municípios a instituírem normas menos restritivas sobre o uso do solo e das águas na orla marítima até a promulgação do Plano Estadual de Gerenciamento Costeiro. Desta maneira a Legislação Estadual é afrontada pelo empreendimento Costão Golf que conseguiu aprovar uma Lei Municipal autorizando a construção do

condomínio/teleférico/campo de golfe, em uma área que era classificada de forma mais restritiva.

Imagem 11: Estação de Tratamento de Água 2. Taiana Vieira Grando/2008.



Fonte: Taiana Vieira Grando/2008.

O Projeto de Lei Complementar 513 de 2003 que alterou o zoneamento de áreas no distrito de Ingleses do Rio Vermelho para favorecer a construção do teleférico (que vai retirar a cobertura da restinga fixadora do cordão dunário) e do campo de golfe (podendo contaminar de forma irreversível o aquífero), associados ao Condomínio Residencial Costão Golf. Áreas que eram de uso residencial exclusivo tiveram o zoneamento alterado para uso residencial predominante, ou seja, recategorizando de forma menos restritiva o uso do solo, afrontando diretamente o Artigo 25 do Ato das Disposições Constitucionais Provisórias da Constituição de Santa Catarina.

A motivação para alteração do zoneamento, evidentemente, era a de propiciar o parcelamento em lotes residenciais, impossível em área rural (AER), e a construção de unidades multifamiliares (prédios), impossível em área residencial exclusiva (ARE). O texto novo, obviamente, constitui hipótese menos restritiva de uso e ocupação do solo. Onde antes se previa atividades rurais e residências unifamiliares, passava-se a propiciar construção de prédios (vilas multifamiliares),

estabelecimentos comerciais e utilização com risco de contaminação aguda.

Imagem 12: Campo de golfe e da habitação unifamiliar do Condomínio Residencial Costão Golf.



Fonte: Gabriel Bertimes Di Bernardi Lopes/2010.

A ausência de generalidade e de impessoalidade são requisitos para a validade de lei, não sendo possível concordar com ato legislativo editado com a única e expressa finalidade de tornar legal ou legítima pretensão de um particular específico.

Como se pode perceber, malgrado a “maquiagem” de condicionamento à análise em várias sedes (Prefeitura e órgãos ambientais, através de EIA/RIMA), a motivação do ato legislativo nunca foi a do interesse público, sendo viciada pela ausência de generalidade e de impessoalidade, atributos que devem caracterizar o texto legal.

Cuidando-se de lei de alteração de zoneamento, instrumento urbanístico vinculado ao planejamento do uso do solo e da expansão das cidades/qualidade de vida, apenas poderia ocorrer à determinação válida para todo e qualquer empreendimento, no local visado. Assim, melhor esclarecendo, sob a motivação de urbanizar de forma mais adequada e/ou propiciar a racional utilização de solo em local objetivado para expansão urbana, em tese pode haver uma reclassificação de usos em áreas no território do município. O que não pode ocorrer é amesquinhar-se o ato legislativo diante de projeto de um particular, legislando apenas em seu benefício.

A Lei Complementar 133/2003 (na qual foi transformado o projeto de lei complementar 513/2003), portanto, apesar de ter aparência de lei, não pode assim ser considerada para finalidades legais, inclusive a de fundamentar deferimento de licenciamento ambiental.

A pretensa legislação municipal que respaldou o pedido de licenciamento ambiental do “Costão Golf” também feriu a legislação federal urbanística, confundindo propositadamente modalidades de parcelamento do solo como “loteamento” com o condomínio de casas térreas e assobradadas previsto na Lei 4.591/64.

Como já se indicou, o “Costão Golf” pretende incluir propriedades privadas (nos lotes individuais), copropriedades (vilas multifamiliares) e áreas comuns, além de estabelecimentos comerciais privados, alternando características típicas de dois regimes legais (o da Lei 6766/79 e o da Lei 4.591/64).

A manobra aqui revelada em outras situações costuma adotar o fantasioso nome de “loteamento fechado”. Verifica-se, que a referida “Lei Complementar” também buscou burlar a legislação municipal genérica e aplicável aos condomínios residenciais horizontais (aqueles da Lei 4.591) ou ao uso e ocupação do solo em regime de copropriedade, prevendo, em seu art. 7º, parágrafo único, o afastamento dos dispositivos da Lei nº 1566/78 e LC 001/97.

Aparentemente entenderam os Senhores Vereadores que a legislação geral deve ser aplicada a apenas alguns dos cidadãos, ressaltando-se pessoas ou empresas que estariam “acima da lei”.

Os dois textos legais municipais, Lei 1566/78 e LC 001/97, aplicáveis a todos os cidadãos de Florianópolis, determinam em relação ao condomínio dito horizontal um número máximo de 15 unidades autônomas nas zonas residenciais e de 25 unidades nas zonas de expansão urbana. O “Costão Golf” pretende extrapolar em muito este limite, bem como incluir estabelecimentos diversos, inclusive comerciais, criando uma espécie de “cidade fechada”, sem qualquer sustentação legal.

A 4ª CCR destaca a afronta também à Lei federal de loteamentos e à Lei do Plano Diretor dos Balneários. O parcelamento do solo para fins urbanos é regido pela Lei Federal nº 6766 de 19 de dezembro de 1979. Ela dispõe que os estados, o distrito federal e os municípios poderão estabelecer normas

complementares relativas ao parcelamento do solo municipal para adequar o que ela prevê as peculiaridades regionais e locais.

A citada lei determina que o parcelamento dos solos para fins urbanos só será permitido em zonas urbanas, de expansão urbana ou de urbanização específica. Em seu art. 3º destaca-se que somente será admitido o parcelamento do solo para fins urbanos, em zonas urbanas, de expansão urbana, ou de urbanização específica. São diretrizes definidas pelo plano diretor ou aprovadas por lei municipal.

De acordo com o EIA, a área prevista para a implantação do Costão Golf é zona de expansão urbana, onde é admitido o parcelamento, considerando-se que a área está devidamente tipificada como Zona de Expansão Urbana, na letra da Lei Complementar nº 133.

Pela Lei 2.193/85, o Plano Diretor dos Balneários da Ilha de Santa Catarina, somente é autorizado o parcelamento em zona de expansão urbana quando seus terrenos são imediatamente adjacentes a áreas já urbanizadas. Em seu art. 7º, destaca-se que nas Zonas de Expansão Urbana, satisfeitas as exigências da legislação específica, o loteamento e a utilização do solo na forma de condomínios residenciais unifamiliares somente serão licenciados para os terrenos imediatamente adjacentes às áreas já urbanizadas, a fim de evitar a dispersão da ocupação do solo. Em seu inciso 1º, consideram-se terrenos imediatamente adjacentes às áreas já urbanizadas aqueles situados num raio de 250m (duzentos e cinquenta metros) medidos a partir do local onde cessa a ocorrência de edificações contíguas ou do limite entre a zona urbanizada e a zona de expansão urbana.

O empreendimento em questão é considerado condomínio e não loteamento. Portanto, deve-se submeter às exigências do parágrafo primeiro anteriormente transcrito. Porém, o EIA não relata em nenhum de seus capítulos se a tal determinação é cumprida pela região escolhida para a locação do Costão Golf.

Assim, ao pretender tratamento desigual perante a lei, o empreendimento “Costão Golf” mais uma vez fere as regras de validade dos atos normativos, além do princípio constitucional da igualdade. Mais que isso, afronta à competência da União Federal em relação às normas gerais de urbanismo.

Aliás, também há ferimento dos princípios e das regras da Lei federal 10.257/2001, denominada Estatuto da Cidade, como bem lembrou a assessoria de engenharia da Câmara Municipal.

Lopes e Peres (2010) concluem que, o Condomínio Residencial Costão Golf, com seu campo de golfe e seu projeto de teleférico, sob a ação de seu proprietário, o empresário Marcondes de Mattos, utiliza o seu poder político junto ao Poder Público e as comunidades onde se encontram os seus empreendimentos. Sua ação acumula terras, e consequentemente acumula capital, afrontando a Legislação Ambiental nos âmbitos federal, estadual e municipal, projetando perversos danos ambientais irreversíveis à Florianópolis.

Conforme análise de Ouriques (1998), a exploração da mão-de-obra local e barata também é evidenciada nos grandes empreendimentos turísticos da capital catarinense.

Dois fatores são além das relações políticas são determinantes para a consagração de empreendimentos como o Costão do Santinho Resort e o Condomínio Residencial Costão Golf. O fator capital, e o fator terra.

O fator capital é fundamental para a concretização de grandes empreendimentos turísticos. Dificilmente o empreendedor dispõe em capital de giro o montante total necessário para a realização da obra, colocando o acesso a financiamentos em uma posição de destaque no que se refere ao fator capital. Portanto o acesso ao capital vai passar por uma série de relações políticas.

Imagem 13: Foto do outdoor em frente ao Condomínio Residencial Costão Golf.



Fonte: Gabriel Bertimes Di Bernardi Lopes/2010.

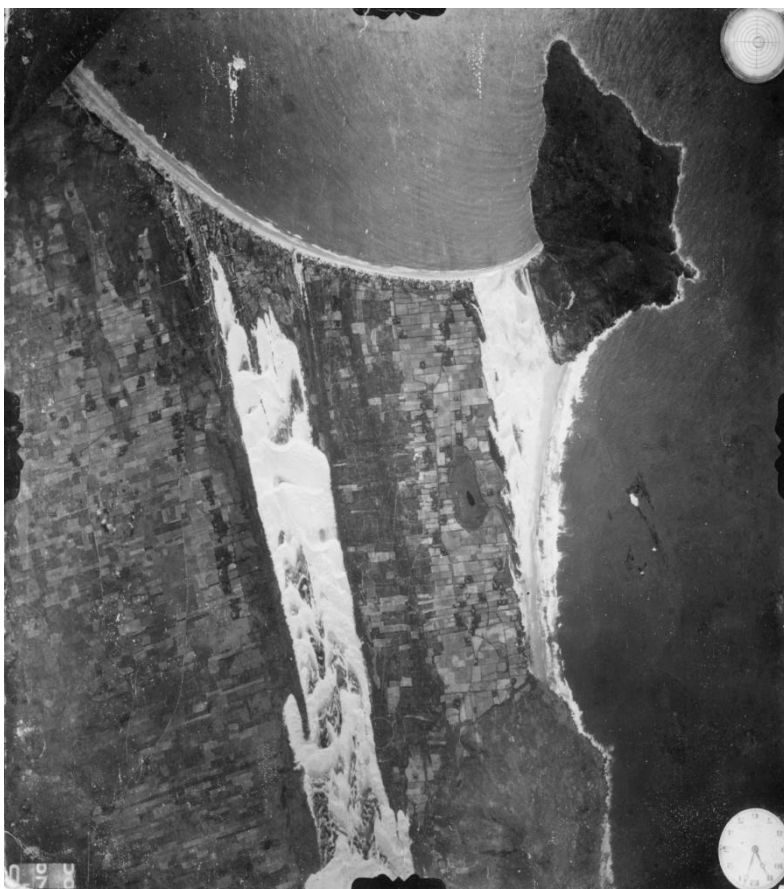
Um bom relacionamento com o Poder Público é importante. Lopes (2011) salienta que o proprietário do Condomínio Residencial Costão Golf foi um dos fundadores do Partido da Frente Liberal em 1984 foi candidato a vice-governador de Santa Catarina em 1986 também pelo PFL, sendo Vílsom Kleinümbing o candidato ao governo do estado eleito pelo partido. Assumiu a Secretário de Projetos Especiais na Prefeitura de Florianópolis em 1988, no mandato de Esperedião Amim, momento este de parceria entre PDS e PFL. Tomou posse da Secretária do Planejamento e Fazenda em 1990, convidado pelo então governador eleito pelo PFL Vílsom Kleinümbing em outra coligação com o PDS de Esperedião Amim.

No caso dos empreendimentos turísticos o fator terra é determinante. A necessidade dos atrativos culturais e naturais vai determinar o sucesso dos grandes empreendimentos turísticos.

Como o Poder Público pouco investe na pesca artesanal, os poucos pescadores que sobraram na comunidade da Praia do Santinho se tornaram dependentes do apoio do empreendimento, retribuindo a ajuda fazendo apresentações para os turistas do Costão do Santinho Resort, e não mais vivendo da pesca artesanal, configurando uma relação social

exemplo daquilo que Debord (1992) chama de “sociedade do espetáculo”, sem esquecer as Vilas Açorianas de alto padrão que pouco lembram as originais habitações açorianas. Portanto um bom relacionamento com o Poder Público e com as comunidades locais é necessário para facilitar a detenção dos fatores capital e terra, fundamentais no sucesso dos grandes empreendimentos turísticos em Florianópolis.

Imagem 14: Aerofoto de 1938 indicando a transição do rural para o urbano na área do Costão do Santinho Resort e do Condomínio Residencial Costão Golf.



Fonte: SEPLAN/SC.

Imagem 15: Aerofoto de 1957 indicando a transição do rural para o urbano na área do Costão do Santinho Resort e do Condomínio Residencial Costão Golf.



Fonte: SEPLAN/SC.

Imagem 16: Aerofoto de 1977 indicando a transição do rural para o urbano na área do Costão do Santinho Resort e do Condomínio Residencial Costão Golf.



Fonte: SEPLAN/SC.

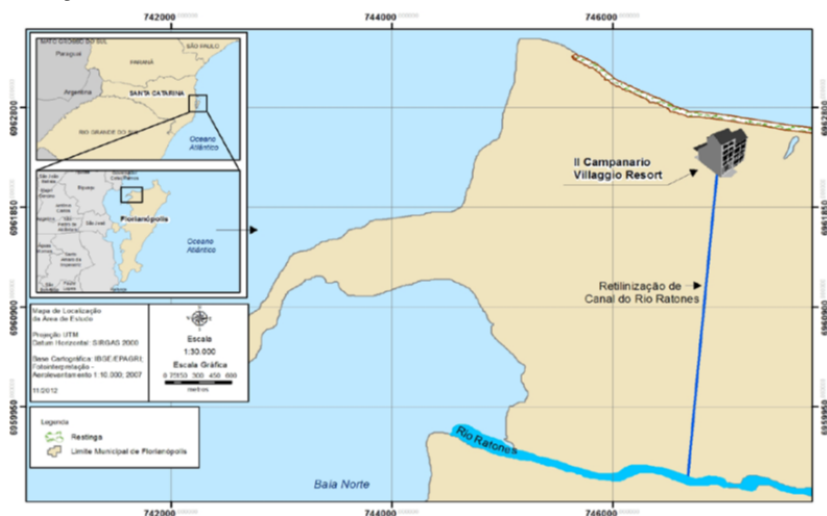
O Condomínio Residencial Costão Golf não realizou um termo de ajustamento de conduta junto ao Ministério Público Federal e a Justiça Federal. Atualmente o empreendimento opera de forma irregular (Anexo 1), enquanto o processo tramita na Justiça Federal.

3.3 O CASO IL CAMPANÁRIO VILLAGIO RESORT

Segundo EIA/RIMA (2005), o empreendimento em tela encontra-se situado nas proximidades de uma Unidade de

Conservação Federal de uso indireto, denominada de Estação Ecológica Carijós. A Estação Ecológica Carijós foi criada pelo Decreto Federal nº 94656/87, que define seus limites. É formada por dois manguezais existentes na Ilha de Santa Catarina, o Manguezal do Rio Ratones e o Manguezal do Saco Grande, possuindo uma área total de 718 há. Situada entre a Rodovia SC 401 e a Baía Norte. O objetivo desta U.C. é a proteção integral de seus ecossistemas integrados, permitindo-se também a pesquisa científica e educação ambiental, desde que licenciado pelo órgão gestor, o IBAMA. Os ecossistemas predominantes da unidade de conservação em destaque são os manguezais e as restingas, bem como suas zonas de transição. A referida reserva possui o seu Plano de Manejo, cuja necessidade foi instituída pelo SNUC, Lei Federal 9.985/2000, desde o ano de 2002. Tal plano define o seu zoneamento, bem como diretrizes, critérios e limites do seu manejo. No referido Plano não há menção a uma Zona de Amortecimento, propriamente dita, entretanto definiu-se a Área de Interesse para Implantação da Zona de Amortecimento de Carijós.

Mapa 8: Localização do Il Campanário Villaggio, Rio Ratones, afluente e restinga.



Fonte: Áthila Gevaerd Montibeller/2012.

A distância aproximada da área em estudo à ESEC é de 1700m, estando, portanto, na sua “Área de Interesse para

Implantação da Zona de Amortecimento”. A área em estudo é pertencente à bacia hidrográfica do Rio Ratones e afluentes, este um dos principais cursos d’água da ilha. Tendo sua foz no Oceano Atlântico, Baía Norte da Ilha de Santa Catarina. A referida bacia hidrográfica sofreu grandes transformações, iniciadas no ano de 1949, em função de obras de retificação dos seus cursos de água, canalizações e construção de comportas. Tais obras foram executadas pelo extinto DNOS, possuindo, como um dos seus objetivos, o impedimento da entrada de águas movidas pela maré para as áreas internas. No ecossistema local existia, partindo do terreno em direção ao oeste da área em estudo, um curso de água natural denominado rio do Faustino, bem como um canal artificial que conduzia as águas do terreno ao Rio Ratones, sentido Norte-Sul.

A propriedade em estudo está situada às margens do Oceano Atlântico, contando com áreas adjacentes à praia, não excedendo a distância de 320 m em relação à linha de início de vegetação da praia. Na frente do terreno, entre o Passeio dos Namorados e o mar, bem como nas suas adjacências, observa-se a presença de colinas de constituição predominantemente arenosa, comumente chamadas de dunas.

Originalmente, insere-se o local examinado em um ecossistema de formações pioneiras de influência eólico-marinha, pertencente ao domínio da Floresta Atlântica, denominado restinga, salientando-se a restinga herbácea ou subarbustiva em suas tipologias em estágio sucessional, vegetação de praias, dunas frontais e vegetação de lagunas, banhados e baixadas, definidas conforme Resolução CONAMA 261/1990.

Encontram-se também agrupamentos de herbáceas nativas e exóticas distribuídos na maioria da área da propriedade em estudo, entretanto sua simples presença não serve para descaracterizar a tipologia nativa predominante de restinga. A introdução de tais espécies no ecossistema original tem origem antrópica, que seja deliberada ou não.

Também o ajardinamento, cercamento, movimentações de solo, bem como drenagem do entorno e outras interferências externas permitem a modificação e consequente ocupação do ecossistema original de Restinga por espécies exóticas a este ecossistema. Estas atividades impedem ou dificultam a regeneração natural da vegetação nativa.

Entre as principais espécies florísticas encontradas atualmente no local destacam-se a *Typha domingensis*, conhecida como taboa, *Cyperus*, conhecida como tiririca, a *Hydrocotyle bonariensis*, conhecida como erva-capitão, o *Paspalum vaginatum* conhecido como capim-aramé, entre outras.

O relevo do local atualmente pode ser classificado como plano, entretanto possíveis movimentações de solo no passado, para a implementação do parcelamento de solo existente ou urbanização do lote em questão, podem ter influenciado a feição natural do terreno. A interpretação da fotografia aérea de 1957 permite inferir que na porção frontal do terreno, ao sul do Passeio dos Namorados, dentro do lote em estudo, existia área com relevo suave inclinado em função da presença de dunas.

Observa-se que em função da proximidade do terreno em estudo à praia, suas altitudes são próximas ao nível do mar. Os solos do local possuem textura predominantemente arenosa. Verificou-se uma camada de aterro sobre o solo na região sul, posterior do terreno, junto a Avenida dos Búzios, provavelmente para a acomodação do Parque Aquático, empreendimento anteriormente existente.

A fauna associada aos ecossistemas existentes no entorno é abundante, entre as espécies de ocorrência no local podemos citar peixes, aves, répteis, anfíbios, moluscos, crustáceos e mamíferos, inclusive com a constatação da presença de indivíduos da espécie *Speotyto Cunnicular*, conhecida como coruja buraqueira, no interior e nas adjacências do terreno. A coruja em questão é espécie característica de áreas alteradas de restinga.

A interpretação das fotografias aéreas georreferenciadas de 1938, 1957 e 1977, indicam que o lote em estudo é originalmente pertencente a um ecossistema de restinga herbácea e subarbustiva, composto pelas fitofisionomias predominantes, estágios sucessionais de vegetação de praias, dunas frontais, vegetação de lagunas, banhadas e baixadas. Constata-se também a presença de uma área úmida, caracterizada como região de vereda ou espaço brejoso, definida pela Resolução CONAMA nº 303/2002, comumente associada ao lençol freático próximo à superfície, por vezes aflorando naturalmente. Entre os elementos hídricos observados no

histórico verifica-se a presença de lagunas, cursos de água e banhados.

Salienta-se que o controle da radiância medida pelos sensores em áreas de interesse indica a constância de água ou superfícies úmidas sobre o terreno ao longo do histórico de ocupação, caracterizando, em conjunto com outros fatores como, edafologia, geologia, relevo, hidrografia e influencia de maré, a referida região de vereda. A classificação supervisionada das imagens indica a similaridade entre os percentuais de cobertura vegetal ao longo do tempo. Mesmo com o registro da interferência antrópica ao longo dos anos, drenado o local, é possível se detectar a permanência de lagunas e áreas úmidas constantemente durante o histórico. Tais pontos apresentaram, ao longo do estudo temporal de sensoriamento remoto produzido, suas reflectâncias sempre associadas a corpos hídricos ou áreas úmidas, mesmo após as drenagens impostas ao terreno. Tal característica deve estar associada à surgência de água subterrânea naturalmente no local, oriunda de afloramento do aquífero, o que caracteriza pontos de nascentes. É importante também mencionar que estes pontos estão situados nas cabeceiras do rio do Faustino, corpo hídrico, atualmente extinto em função da ocupação da região.

A vistoria em campo, após a alteração do local em função das obras relatadas na Informação nº 71/2006, do SETEC/SR/DPF/SC, corroborou tais constatações, indiciando ser possível a existência de nascentes nas duas áreas em destaque. Observa-se que, em vistoria preliminar anterior, no dia 22 de dezembro de 2005, equipe composta por Policiais Federais já havia identificado os referidos locais como prováveis afloramentos, inclusive registrando-os fotograficamente.

Na fotografia aérea de 1938, a resolução da foto não permite o detalhamento dos alvos, entretanto é possível a visualização do ecossistema de restinga naturalmente existente, verificando-se pelas texturas e níveis de radiância observados, as tipologias de vegetação de praias e dunas frontais, além dos banhados e baixadas em áreas úmidas. Nota-se que o terreno é constituído predominantemente de áreas úmidas. Observam-se também os corpos hídricos existentes no interior da área e adjacências, em especial o rio do Faustino.

Imagem 17: Aerofoto de 1938 na área do Il Campanário Villaggio.



Fonte: SEPLAN/SC.

Na fotografia aérea de 1957, observa-se a cabeceira do rio do Faustino na porção central do terreno. Também é possível a visualização da restinga, verificando-se pelas texturas e níveis de radiância observados as tipologias de vegetação de praias, de dunas frontais, de banhados e baixadas em áreas úmidas. Nota-se nitidamente, que o terreno é constituído predominantemente de áreas úmidas, tipicamente associadas às veredas, e que o carreador ou trilha que dá acesso à praia foi disposto de maneira a evitar o banhado existente, contornando-o.

Imagem 18: Aerofoto de 1957 na área do Il Campanário Villaggio.



Fonte: SEPLAN/SC.

Na fotografia aérea de 1977, observa-se o canal de drenagem do DNOS já disposto sobre o terreno, alterando a disposição natural da drenagem da área, que era feita principalmente pelo rio do Faustino. O canal possuía como objetivo drenar a área para o interior da ilha. Basta verificar a redução abrupta da sua largura na porção central do terreno, na extremidade N. Entretanto nota-se pequeno curso de água desaguando na praia, provavelmente pequena vala construída para auxiliar a drenagem artificial em andamento. Tal corpo hídrico não é observado na imagem de 1957. Salvo pequenas mudanças em seu traçado e dimensões, esta pequena vala parece ser a precursora da vala existente no terreno até o início

das obras atuais. A vala era artificial, entretanto a água que transportava em seu leito era provavelmente proveniente dos acúmulos naturais presentes no interior do terreno.

Imagem 19: Aerofoto de 1977 na área do Il Campanário Villaggio.



Fonte: SEPLAN/SC.

A execução das obras no local, com a abertura de valas, com os consequentes impactos de movimentações do solo e retirada da cobertura vegetal, expuseram ao sensor fotográfico as superfícies dos corpos hídricos existentes. Além das tipologias vegetais características já observadas nas imagens anteriores, observa-se nesta imagem a abundância de água naturalmente existente no local. A estrada construída na região, no sentido NO-SE também sofreu desvio nas proximidades do terreno,

provavelmente evitando a região de banhado e os cursos de água.

A partir da década de 1990 foi intensa a urbanização do local, provocada pela implantação do loteamento Jurerê Internacional. O ecossistema de restinga foi bastante alterado e reduzido em sua área original. Também foi extinto o rio do Faustino e o antigo canal do DNOS, que drenava o terreno em direção ao interior. A obstrução do canal do DNOS alterou os caminhos da drenagem anteriormente existentes. O terreno em estudo é caracterizado pela forte presença de água no local.

Muitas alterações no Plano Diretor da capital beneficiaram diretamente grandes empreendimentos turísticos. Um bom exemplo é a mudança, em 2006, da lei municipal de Florianópolis, que regulamenta o setor da hotelaria, beneficiando muitos empresários. Tal alteração foi investigada pela Polícia Federal, deflagrando a Operação Moeda Verde, no ano de 2007, que investigou a negociação de licenças ambientais na cidade de Florianópolis. A operação culminou com a prisão temporária de 19 das 22 pessoas indiciadas pela Polícia Federal.

Lopes et. al (2012) salientam que, o caso do Resort Il Campanário Villagio é outro exemplo de grande empreendimento turístico que o Ministério Público, a opinião crítica e os Movimentos Ambientalistas não conseguiram sustar. Ainda assim, vale citar que outros exemplos de resistência civil ocorrem no momento em Florianópolis, onde grandes empreendimentos estão pressionando a Prefeitura Municipal e Órgãos Públicos Municipais para a sua aprovação, como é o caso do Parque Hotel Marina Ponta do Coral.

De acordo com a ACP nº 2006.72.00.009533-0/SC (2006), que trata do caso em análise, buscou a condenação solidária dos Réus na recuperação da área degradada, em função da construção do Empreendimento denominado “Il Campanário”, localizado na Quadra cinco do Loteamento Jurerê Internacional, em Florianópolis, incluindo a demolição das edificações porventura erguidas, retirada de entulhos e equipamentos, além da apresentação de Projeto Técnico de Restauração Ambiental, bem como a adoção de outras medidas reparadoras que viessem a ser indicadas por perícia técnica.

Na análise da ACP, fica evidente que o empreendimento apresenta alguns problemas: a falta de divulgação dos laudos e

dados correspondentes à sociedade; a falta de participação das comunidades resistentes e da opinião pública crítica.

Imagem 20: Il Campanário Villaggio.



Fonte: Gabriel Bertimes Di Bernardi Lopes/2012.

Na esfera municipal, alega-se que não se exigiu a realização de Estudo de Impacto de Vizinhança (Lei n. 10.257/2001 - Estatuto da Cidade), deixando-se de aplicar os dispositivos da Lei n. 4.711/65, no que tange à adequação do zoneamento para fins de uso e ocupação do solo.

Em seguida, o MPF (Ministério Público Federal) oficiou à FATMA, à Vigilância Sanitária e à Secretaria de Urbanismo e Serviços Públicos (SUSP) um questionamento das irregularidades, acima expostas, bem como da existência ou não de projeto de prevenção contra incêndio e viabilidade do sistema sanitário, já que o empreendedor responsável por ele não incluiu qualquer dado sobre o número de pessoas atendidas. A FATMA, sem sua resposta, não enfrentou a necessidade de licença pelo IBAMA, limitando-se a argumentar a inocorrência de área de restinga e de nascentes no terreno. Alegou que, em condições normais de crescimento, o sistema de esgoto projetado será suficiente para o empreendimento, devendo-se apenas monitorar novas ligações para evitar a saturação da rede.

Imagem 21: Il Campanário Villagio - Drenagem.



Fonte: Gabriel Bertimes Di Bernardi Lopes/2012.

A Vigilância Sanitária, sem embasar suas afirmações em dados técnicos, respondeu que o sistema de tratamento (fossa séptica e canais de ligação à Estação de Tratamento da Habitasul) não teria influências negativas para o lençol freático.

Em março de 2004, foram enviados ofícios ao IBAMA e a FATMA, objetivando obter informações e cópia do procedimento de licenciamento para análise. O IBAMA informou que havia enviado seu procedimento à FATMA, e esta por sua vez afirmou que os autos do licenciamento encontravam-se na Secretaria Estadual de Desenvolvimento Social, Urbano e Meio Ambiente, para identificação da área quanto à existência ou não de restinga em conformidade com a Portaria 10/04 da Fundação.

Em 26 de abril de 2004 foi renovada a correspondência à Fundação. Na ocasião, advertiu-se sobre a exigência inafastável de estudo de impacto ambiental e estudo de impacto de vizinhança, em se tratando do empreendimento em tela, bem

como responsabilização caso comprovado dano ambiental nos recursos naturais existentes no local.

No procedimento de licenciamento da FATMA, verificou-se que em 17 de setembro de 2002 a Habitasul apresentou requerimento para obtenção de licença ambiental prévia para empreendimento hoteleiro com 288 unidades, estas distribuídas por quatro blocos compostos de subsolo, térreo, 4 pavimentos tipo e ático, comportando um total de 900 leitos, além de contar com restaurante com capacidade para 300 pessoas e áreas de lazer para hóspedes. Não foi exigido ou apresentado EIA, mas somente RAS da área pretendida.

O empreendedor também apresentou a FATMA um parecer jurídico com sua pretensão de desnecessidade de anuência do IBAMA, mesmo em se tratando de área de entorno da Estação Ecológica dos Carijós, unidade de conservação federal, afirmando que para tanto o IBDF já havia anuído com a implantação do Loteamento Jurerê Internacional nos anos 1980.

A FATMA encaminhou, no ano de 2003, o pedido de licenciamento para a apreciação do IBAMA, conforme Resolução CONAMA 13/90, tendo sido instaurado no órgão federal o Procedimento nº 02026.002207/03-81. Nos autos deste procedimento constam aspectos locais. Constatou-se que o local pretendido para a implantação do empreendimento, é classificado como Planície de Restinga pelo Mapeamento do Município de Florianópolis, elaborado em 1991 pelo IBGE e IPUF.

A área prevista para o empreendimento está localizada a menos de trezentos metros da linha de preamar máxima, portanto na faixa de preservação permanente e o empreendimento hoteleiro não se esquadra como de utilidade pública ou de interesse social.

No diagnóstico ambiental, verificou-se que o afloramento do lençol freático, caracterizado como nascente, origina um pequeno curso d'água, com cerca de 280m de extensão e largura inferior a 10 metros, que deságua no mar, determinado a necessidade de delimitação de uma faixa de preservação permanente de 30m de largura ao longo de cada margem.

No parecer do IBAMA, ressaltava-se que as áreas de preservação permanente existentes no local do empreendimento, a Habitasul encaminhou documentos ao órgão, os mesmos que

foram encaminhados à FATMA quando do pedido de licença, na tentativa e afastar a análise contrária à sua pretensão.

As informações técnicas constantes do processo aliadas à definição legal, nos levam a concluir que existe APP de restinga na área, mesmo que a vegetação tenha sido retirada em parte dela e que, em outras partes ainda esteja em estágio primário de recomposição.

A informação técnica DELIC nº 37/2003 do IBAMA concluiu que o licenciamento ambiental da FATMA afirma que, no local de implantação do hotel existe área de preservação permanente, conforme estabelecida pela Lei nº 4.771/65. Assim projeto dever ser adequado, a conservação desta área de preservação permanente.

Face ao acima exposto, concluímos que o licenciamento ambiental do empreendimento em comento deve ser conduzido pela FATMA, em conformidade com a legislação vigente. A atuação direta do IBAMA deverá ocorrer se houver circunstância que justifique ação supletiva.

Tais informações foram remetidas à FATMA em 12 de janeiro de 2004, mas as mesmas não foram acatadas, pois a Fundação considerou, com base nas informações prestadas pelo empreendedor, que não havia áreas de preservação permanentes no local pretendido para as obras, deferindo a LAP nº 44, F 04, de 14 de setembro de 2004, com validade de 42 meses.

Após o recebimento e a análise dos procedimentos da FATMA e do IBAMA, foi oficiado à SUSP, requisitando informações acerca da concessão de alvará de construção ao empreendimento. Em 25 de janeiro de 2005 a Secretaria enviou cópias do procedimento que culminou com o deferimento do alvará de licença nº 1597, para construção de um hotel com 44.132,72m² de área total. A assessoria técnica do MPF, por meio da Informação nº 055/2005, levantou dúvidas sobre a aprovação, principalmente no tocante ao sistema de esgotamento sanitário, ausência de projeto de prevenção contra incêndio e quanto à transferência de índices de construção.

Em 09/02/05 o Procurador da República Dr. Carlos Augusto de Amorim Dutra anotou por meio de ofício que segundo as informações obtidas pessoalmente, já estariam sendo comercializadas unidades do empreendimento Il Campanário,

razão pela qual solicitou informações que pudessem porventura configurar lesão ao direito do consumidor.

No mês de março de 2005, o procedimento de licenciamento da FATMA foi novamente enviado a este MPF. Quando da devolução dos autos, o MPF fez ressalvas à Fundação, como informações pormenorizadas acerca da caracterização do local, já que não foi enfrentada a restrição imposta pela Resolução CONAMA 303/2002, haja vista a classificação do IBGE para a área, a confirmação de existência de nascente, afloramento de lençol freático, a admissão de tratar-se de zona úmida e a presença de remanescentes de vegetação típica de restinga.

A resposta encaminhada pela FATMA em junho de 2005, pelo Ofício 01264, acompanhado da Informação Técnica 016/05, destaca que, quanto às características geomorfológicas que, juntamente com a vegetação definem e compõem o ecossistema de restinga, foram realizados estudos por profissionais legalmente habilitados e apresentados pela requerente. Esses estudos demonstraram não ocorrer naquela praia, feições geomorfológicas de restinga. Não apresentam nascentes, ocorrendo ali resquícios de canal feito pelo DNOS na década de 60, que ainda acumula água, uma vez que o mesmo assim como a área está abaixo do nível do loteamento implantado.

A Informação nº 113/2005 da Assessoria técnica do MPF se posicionou a respeito das licenças deferidas pela FATMA ao empreendimento, salientando que a LAP nº 138, F 04, condiciona a Licença Ambiental à apresentação de declaração do responsável pela ETE, atestando que o sistema implantado possui capacidade para tratar todo o esgoto gerado pelo empreendimento. No processo de licenciamento, os responsáveis pelo Sistema de Esgoto Sanitário de Jurerê Internacional é o próprio empreendedor e o mesmo não acrescentou nenhum dado populacional acerca do número de pessoas já atendidas pela ETE. Cabe ressaltar que sem esta informação, não se pode afirmar que o sistema de esgoto implantado possui capacidade adicional para atender os 1212 contribuintes do empreendimento.

No mês de março de 2008, foram requisitadas informações à FATMA, à Vigilância Sanitária Municipal e à SUSP acerca do projeto de tratamento de esgotos do Il Campanário.

A Vigilância Sanitária, em sua resposta, afirmou que o sistema de tratamento composto por fossa séptica e encaminhamento a Estação de Tratamento da Habitasul, não terá influências negativas ao lençol freático do local. Não apresentou dados técnicos para embasar sua afirmação.

A FATMA defendeu que em condições normais de crescimento do loteamento a ETE atenderá ao empreendimento hoteleiro projetado. Advertiu, porém, para a necessidade de monitoramento de novas ligações, para não haver saturação.

Salienta o MPF que, durante todo ano de 2005, foram realizadas reuniões para buscar uma solução negociada aos diversos procedimentos e processos judiciais, envolvendo o Loteamento Jurerê Internacional, visto que estão pendentes de decisão judicial definitiva questões relacionadas ao Sítio Arqueológico do Rio do Meio, à pretensão de intervenção em algumas de suas etapas.

Durante todo o ano de 2005, foram realizadas reuniões entre o MPF e os representantes da Habitasul, visando buscar uma solução negociada para os diversos procedimentos e processos judiciais tendo por objetivo o Loteamento Jurerê Internacional, já que pendentes de decisão judicial definitiva as questões relacionadas ao Sítio Arqueológico do Rio do Meio, a pretensão de intervenção na marina.

As tratativas para o termo de acordo foram extensas e incluíram consultas aos órgãos públicos e a duas associações de moradores da região, diretamente interessadas na solução a ser dada aos feitos. O objetivo principal do MPF, em tais reuniões, sempre foi o de prevenir novos danos ambientais, através da exigência de estudos abrangentes para atuais e futuras pretensões na área e da preservação de remanescentes florestais, bem como recuperar ambientalmente as terras de marinha, dunas, restinga e contribuir para a instalação de sistema público de tratamento de esgotos em toda a região.

Assim, e desde que houvesse legalidade nos documentos e atos do empreendedor e dos órgãos ambientais, seria possível regularizar a situação global, beneficiando meio ambiente e sociedade.

No caso específico do Il Campanário, a empresa Habitasul responsabilizou-se pela validade de sua licença ambiental específica, que não se confunde com as licenças para o loteamento ou etapas do mesmo, garantindo não existir curso

d'água na Quadra 5. No mesmo sentido posicionaram-se os técnicos da FATMA. A ressalva no TAC quanto à imprescindibilidade da legalidade da licença ambiental e do alvará municipal foi feita pelo MPF, justamente para prevenir qualquer novo dado técnico que apontasse em direção diversa, o que acabou ocorrendo.

Nessa linha, O MFP ressalta que, em setembro de 2005, foi firmado Termo de Ajustamento de Condutas (TAC) entre os interessados, onde estava incluso o Processo Administrativo que deu origem à Ação Civil Pública, quando concordou com a implantação do empreendimento Il Campanário, mediante “a expressa ressalva quanto à legalidade do alvará e das licenças e anuências dos órgãos públicos competentes”, conforme a Ação Civil Pública.

Com a assinatura e a homologação deste TAC, o Ministério Público providenciará o arquivamento da PA 2291/04, referente ao empreendimento Il Campanário. Assim, e se estiverem em perfeita legalidade alvará, licenças e anuências dos órgãos públicos competentes, concorda o MPF com a sua implantação após a homologação judicial do acordo.

O texto do acordo não deixa dúvida quanto à exigência do MPF de que as licenças, alvarás e anuências fossem válidos, o que não ocorre: a licença ambiental revelou-se ilegal, pois visava construção em área de preservação permanente. A licença da FATMA, permitindo a supressão/ocupação de áreas de preservação permanente, é ato administrativo nulo, posto que eivado de vício insanável. O Alvará para construção, em afronta à legislação ambiental de regência, também é ato administrativo nulo. Atos nulos não podem gerar efeitos jurídicos ou direitos.

O TAC antes referido foi homologado pela 4ª Câmara de Coordenação e Revisão do Ministério Público Federal em 15 de dezembro 2005.

Nos autos da ACP 99.008090-4, apesar de evidentemente não possuir atribuição para tal, houve intervenção irregular de outro membro do MPF, o qual pretendia a não homologação com base em argumentos variados, dentre eles a questão ora investigada da existência de curso d'água na Quadra 5 do loteamento Jurerê Internacional. A Procuradora respondeu à intervenção através da petição de 31 de janeiro de 2006, esclarecendo a questão.

Os autos tratam das áreas denominadas “etapas 3 e 5” do loteamento Jurerê Internacional, além de discutirem a atuação institucional do Ministério do Meio Ambiente e ex-agente executivo do IBAMA, que cancelou embargo administrativo nessas etapas. Não se trata, portanto, da Quadra 5, outra etapa do empreendimento.

O TAC, conforme explicitado na petição da Procuradora, foi apresentado para homologação judicial para conclusão do feito específico, em relação aos acordantes.

No que refere ao empreendimento, ou qualquer outra pretensão do grupo HABITASUL para extensão da Quadra 5, não será restaurada e preservada terras de marinha e cerca de 7 mil metros quadrados alodiais. O TAC expressa que, o empreendedor deverá obter os alvarás municipais e licenças ambientais válidas.

Assim, não há que se falar que a decisão judicial nos autos da Ação Civil Pública 99.8090-4 tenha criado direitos em relação a atos administrativos que não eram tema daquela demanda. O TAC, se mantida a homologação completa deferida em dezembro de 2005, certamente teria efeitos jurídicos em relação ao empreendimento objeto do atual feito, o II Campanário, mas apenas se cumprida a condição expressa da existência de alvará e de licença ambiental válidos.

Afirma o Ministério Público Federal que o TAC contribuirá positivamente para a completa e perene manutenção das dunas e da vegetação de restinga das mesmas, únicas áreas que não foram alteradas após a decisão do TRF 4ª Região, o qual suspendeu os efeitos da liminar deferida inicialmente. Além disso, o termo contém compensação ambiental através de doação de área de 34 hectares no mesmo ecossistema e de doações diversas aos órgãos ambientais.

O TAC define a exigibilidade de estudo de impacto global para as futuras implantações e a doação de obras e equipamentos necessários em Jurerê para o futuro sistema público de tratamento de esgotos que deverá abranger igualmente as Praias do Forte e Daniela.

Diante de tais ponderações, o MPF homologa o TAC, declarando parcialmente extinto o feito em relação aos requeridos Habitasul Empreendimentos Imobiliários Ltda., IBAMA e FATMA.

No entanto, em 08 de fevereiro de 2006, a 4ª Câmara de Coordenação e Revisão do MPF alterou sua decisão homologatória de acordo, excluindo da mesma a área objeto desta ACP, a quadra 5 do loteamento. A razão da alteração foi a apresentação da Informação nº 022/06 do assessor técnico, geólogo professor Doutor Jorge Cravo, que afirma que o local previsto para o Il Campanário constitui-se em área de preservação permanente, ambiente de restinga e com curso d'água. Os técnicos do IBAMA, e o laboratório de águas da ESEC Carijós, concordam com a caracterização do curso d'água e de sua nascente.

A referida Informação técnica foi produzida após trabalho de campo, que contou com a participação dos técnicos do IBAMA e análise documental. Das conclusões apresentadas destaca-se os significativos impactos ambientais de origem antrópica no terreno analisado da Quadra 5, do ponto de vista geomorfológico, pedológico e hídrico. Identificou-se água subterrânea no terreno em análise, os quais alimentam tanto curso d'água que deságua de forma intermitente no oceano, como uma das manchas úmidas limitada pela Avenida dos Merlins. A água subterrânea identificada forma dentro dos conceitos hidrogeológicos vigentes, nascente ou fonte.

O curso d'água, apesar de suas dimensões reduzidas desempenha funções ecológicas significativas, principalmente por se localizar em uma faixa litorânea com processo de descaracterização ambiental. A atual ocorrência de dunas, no limite externo da Quadra 5, ficou comprovada. A vegetação fixadora de dunas foi identificada por especialistas. As conclusões acima apresentadas embasam a caracterização de APP, de acordo com a legislação ambiental vigente.

É importante a participação da SPU para a delimitação detalhada da área correspondente ao bem da União, denominado Terreno de Marinha. Complementando estes dados, no mês de fevereiro de 2006, a SPU apresentou a Informação nº 030/06, delimitando a abrangência e a extensão das áreas de preservação permanente do terreno.

A nascente, área com água subterrânea, identificada do ponto de vista hidrogeológico como nascente ou olho d'água, situa-se na porção mediana do comprimento do terreno.

A Área de Preservação Permanente em torno do curso d'água com até 10m de largura, segundo legislação ambiental

vigente, é de 30m para cada margem, a partir do nível d'água mais alto, em projeção horizontal.

Segundo a legislação ambiental vigente é considerada APP a área situada em restinga, dentre outras, em faixa mínima de 300 metros medidos a partir da linha de preamar máxima.

A área do empreendimento em questão possui um terreno com vegetação rasteira. Essa condição reflete a drástica alteração da cobertura vegetal original, a qual era tipificada como restinga arbustiva. A área é cortada em parte por um curso d'água, que nasce junto a uma depressão úmida na porção central do terreno, e projeta-se em direção à praia onde deságua.

O empreendedor, após tomar conhecimento da revogação parcial da homologação do TAC e dos pareceres técnicos, apresentou novo documento datado de fevereiro de 2006, sobre a caracterização geohidrológica da quadra 5 de Jurerê Internacional, reafirmando sua convicção de não existir curso d'água na área do terreno, afloramento de aquífero, lençol freático ou olho d'água. No mesmo mês de fevereiro, o empreendedor interpôs pedido de revisão junto à 4ª CCR em Brasília, relativamente ao Il Campanário, o qual não obteve êxito.

Mapa 9: Delimitação da Área Estudada.



Fonte: Glauco Ladik Antunes/2012.

Face à alteração da homologação, e às provas da invalidade de licença ambiental e alvará do II Campanário, o MPF se manifestou em 22 de fevereiro de 2006.

Conforme demonstrado, o termo de ajustamento de conduta firmado entre a empresa Habitasul, este MPF, o IBAMA, a FATMA e o município de Florianópolis, foi homologado à unanimidade pela 4ª CCR em data de 15 de dezembro de 2005. Em janeiro de 2005, foi peticionada homologação judicial do referido acordo. Em atuação irregular, outro Procurador da

República encaminhou petição e peças referentes à sua irresignação contra o TAC, alegando que há área de preservação na Quadra 5 da etapa 2 do loteamento, local pretendido para a obra do Il Campanário, de interesse da Habitasul.

A manifestação desta agente já esclareceu sobre a confusão entre objetos, haja vista que esta ação civil pública trata exclusivamente das denominadas etapas 3 e 5 do loteamento Jurerê Internacional. Por outro lado, a mesma manifestação do MPF adiantou que o TAC não exime a Habitasul de obter licenciamento ambiental válido para o empreendimento do Il Campanário ou de qualquer outro que pretenda para a área remanescente na Quadra 5, fora da parcela a ser recuperada ambientalmente, composta pelas terras de marinha e mais cerca de sete mil metros quadrados de alodiais. A ilegalidade ou irregularidade do licenciamento expressamente impede qualquer construção.

A decisão judicial pela homologação analisou os requisitos legais e os fatos tratados no feito, dando razão à Procuradora titular. No entanto, em fevereiro de 2006 foi recebida na PR/SC o extrato da ata da reunião da 4ª CCR/MPF, no qual se verifica o reexame do tema, para excluir a Quadra 5 da homologação do TAC, em razão da existência de parecer técnico que indica a presença de área de preservação permanente. Tal exclusão em nada altera a possibilidade de conclusão desta ACP, que não se refere à Quadra 5, mas em se tratando de acordo de grande abrangência, é importante verificar da atual concordância da empresa acordante.

Intimada, a empresa ré manifestou-se propugnando pela validade global do TAC. O MPF reagiu. No presente feito, foi homologado acordo entre as partes, definindo providências para solução amigável da discussão judicial que já se prolonga por muitos anos. O Termo de Ajustamento de Conduta homologado, no entanto, não se restringiu ao tema específico da instalação das etapas 3 e 5 do Loteamento Jurerê Internacional, mas buscou equacionar outras pendências judiciais e de procedimentos investigatórios em curso.

Como indicou a petição da ACP houve alteração na homologação da Câmara de Coordenação e Revisão do MPF em relação à obra denominada “Il Campanário”, pretendida pela empresa Habitasul para o mesmo loteamento, fora das etapas 3 e 5. Assim, em relação ao empreendimento hoteleiro específico,

o “Il Campanário”, não há TAC que socorre a pretensão da empresa, em razão do surgimento de estudos técnicos recentes que indicam a caracterização de parte da área pretendida como de preservação permanente, entorno de nascente e margens de curso d’água, além de ambiente de restinga.

O tema será debatido em outro processo, pois cumpre esclarecer que documentos técnicos recentes afastam a caracterização que serviu de base ao licenciamento ambiental da FATMA e o alvará municipal para a obra do “Il Campanário”, tornado tais documentos atos administrativos nulos, os quais, portanto, não podem gerar efeitos jurídicos. Ainda cumpre ressaltar que o TAC já previa, no capítulo específico sobre a Quadra “5”, local pretendido para o Il Campanário. Com a assinatura e homologação do TAC, o Ministério Público providenciará o arquivamento do PA 2291/04, referente ao empreendimento Il Campanário. Assim e se estiverem em perfeita legalidade alvará, licenças e anuências dos órgãos públicos competentes, concorda o MPF com sua implantação após a homologação judicial do acordo.

Portando, a perfeita legalidade dos atos administrativos é condição do capítulo do TAC concernente ao Il Campanário e pretensões na área remanescente da Quadra 5.

Não socorre à empresa Habitasul o argumento de que o termo só pode ser compreendido como um todo, até porque foi o mesmo expresso em capítulos, o que propicia, se for o caso, soluções específicas em relação a cada um. Não possui o documento jurídico do TAC, título executivo conforme a legislação em vigor, por outro lado, as características que lhe quer emprestar a defesa da empresa, mais restritivas que aquelas da própria lei, já que esta pode ter alguns de seus artigos declarados inconstitucionais ou ilegais.

A manifestação do empreendedor, conforme petição e documentação juntadas aos autos, é pela manutenção da solução para as etapas 3 e 5, não havendo, no entendimento deste agente ministerial, outros obstáculos para o prosseguimento da contagem do prazo recursal, até porque a decisão judicial que homologou o TAC é expressa sobre sua abrangência restrita a este feito, às etapas 3 e 5 do Jurerê Internacional.

Posteriormente, em 08 de fevereiro de 2006, a 4ª Câmara de Coordenação e revisão do MPF alterou sua decisão

homologatória, excluindo da mesma área objeto da ação. O motivo para a referida mudança de rumo deve-se ao parecer técnico elaborado pelo geólogo professor doutor Jorge Cravo, acompanhado pelos técnicos do IBAMA, que, após trabalho de campo e análise documental, apresentou algumas conclusões importantes acerca do empreendimento.

Em abril de 2006, em face das informações não oficiais sobre o início de instalação do empreendimento, apesar da manifestação judicial da qual foram intimados os órgãos públicos ambientais, foi feito contato o IBAMA, o qual se comprometeu a enviar um funcionário ao local e a adotar as providências cabíveis. No entanto, cerca de uma semana após, e apesar da constatação de preparativos para o início das obras de terraplenagem, nenhuma medida de poder de polícia foi adotada. Ao contrário, o IBAMA manifestou-se nos autos da ACP versando sobre as etapas “3” e “5”, para equivocadamente posicionar-se a favor da leitura do empreendedor acerca dos limites e validade do TAC. Desta manifestação apenas meses depois teve ciência o MPF.

Em 19 de maio de 2006, foram enviados ofícios específicos ao IBAMA e à FATMA confirmando a notícia anterior da não homologação do TAC firmado com a Habitasul em relação ao empreendimento II Campanário e requisitando providências para a revisão do licenciamento ambiental em relação à existência de áreas de preservação permanente no local. Além disso, houve solicitação para adoção de providências ao poder de polícia.

Frente a esse contexto e informado sobre os preparativos para o início das obras, o MPF contata a FATMA e o IBAMA para a adoção das providências cabíveis. O órgão ambiental estadual, após vistoria realizada em 08 de junho de 2006, concluiu pela manutenção das licenças expedidas, aduzindo o IBAMA que, com base no citado acordo firmado e homologado na ação nº 99.00.08090-4, não poderia adotar qualquer providência no sentido de paralisar a obra.

Frustrada a hipótese de conciliação, foi concedido ao empreendedor, no caso réu, o prazo de 15 dias para que comprovasse o cumprimento dos acordos firmados no âmbito da ACP nº 99.00.08090-4, em que se analisará no breve estudo do caso em questão.

O IBAMA não se manifestou, demonstrando omissão. Deveria o Instituto ter assumido em atuação supletiva o licenciamento ambiental, uma vez ciente das falhas do procedimento da FATMA.

No dia 03 de julho de 2006 foram renovados os ofícios aos dois órgãos ambientais, para que num prazo de 48 horas apresentassem manifestação sobre o início das obras e danos porventura já causados ao meio ambiente no local do empreendimento.

Em resposta, a FATIMA encaminhou relatório da vistoria realizada no dia 08 de junho 2006, concluindo pela viabilidade do empreendimento e manutenção das licenças ambientais, afirmando que tanto o afloramento do lençol freático como o canal que conduz as águas superficiais provenientes dos eventos de precipitações intensas não são objetos limitadores da instalação do empreendimento hoteleiro pretendido, necessitando sim de um eficaz sistema de macrodrenagem a fim de evitar futuros riscos de alagamento da área e seu entorno, bem como implementar uma eficiente manutenção nas ante dunas e sua cobertura vegetal.

O IBAMA, por sua vez, limitou-se a informar que com base no Acordo Judicial firmado e homologado nos autos da Ação nº 99.00.08090-4 não poderia adotar nenhuma providência no sentido de paralisar as atividades para implantação do Il Campanário, omitindo-se quanto ao ofício nº 1016/06 UTC/PR/SC, antes mencionado, e à não homologação do acordo na parte referente ao empreendimento. O IBAMA também não informou sobre o atual estágio das obras.

A assessoria Técnica da 4ª CCR do MPF, por meio da Informação nº 205/06, relativa a diligências efetuadas em junho corrente, se manifestou, declarando apenas que na área em tela está sendo construído o empreendimento Il Campanário. No período desta vistoria a obra estava no início da escavação e terraplenagem para a fundação. Para o rebaixamento do lençol freático foi instalado um arranjo operacional com cinco conjuntos de poços tipo ponteira, com afastamento entre si de aproximadamente 3,0m, distribuídos tanto acompanhando o perímetro da gleba, situando-se na mesma orientação onde anteriormente ocorria área úmida e a cabeceira da fonte que alimentava o curso d'água.

As águas subterrâneas bombeadas se concentram em um ponto para lançamento no canal situado na intersecção das Avenidas dos Búzios com a das Arraías. Constatou-se nesta vistoria que a fonte que alimentava o curso d'água, em final de janeiro de 2006, secou, conseqüentemente, o curso d'água na Quadra 5 também secou, pois esta fonte era sua principal alimentadora.

A principal causa do rebaixamento de nível das águas subterrâneas e da secagem da drenagem superficial é o bombeamento relacionado às obras de Engenharia Civil, escavações e terraplenagem do empreendimento II Campanário. As modificações no meio biótico deverão ser estudadas por especialistas das áreas respectivas.

Das conclusões apresentadas pelos técnicos do MPF, verifica-se a gravidade dos danos causados às áreas de preservação permanente do empreendimento.

Assim, a empresa Habitasul, com base em licenciamento ambiental cuja nulidade ainda estava em discussão, iniciou as obras de construção do empreendimento II Campanário, degradando e obstruindo áreas de preservação permanente. Quebrou-se, portanto, a confiança em relação à validade do licenciamento, e em seguida em relação à possibilidade de uma adequação da pretensão privada à realidade da existência de recurso hídrico e da área de preservação pertinente.

A Lei nº 6938/81 lançou as bases do licenciamento ambiental e do sistema nacional de meio ambiente no país. A CF/88 consagrou o Estudo de Impacto Ambiental como instrumento de proteção ao meio ambiente imprescindível. As Resoluções do CONAMA complementaram este arcabouço legislativo, visando dar segurança a toda a sociedade, acerca das características e reflexos de obras ou atividades empreendedoras em relação ao meio ambiente onde estas são pretendidas.

A empresa Habitasul não apresentou Estudo de Impacto Ambiental sobre o projeto hoteleiro denominado II Campanário à FATMA, mas tão-somente alguns estudos sobre a área. Consta ainda de tais estudos um laudo técnico de caracterização hidrológica que afirma que a presença de água estagnada na área em comento originalmente é decorrente da contribuição das áreas adjacentes, sendo que o local de menos cota do terreno é o remanescente canal de drenagem construído pelo DNOS.

No Parecer Técnico nº 009, de 21/07/04, que antecedeu o deferimento da licença prévia, a FATMA adotou como fundamentação os estudos apresentados pelo empreendedor, além de um parecer da Secretaria Estadual de Desenvolvimento, no qual esta afirma que o local do empreendimento não se trata de uma restinga no contexto geológico e geomorfológico e sim de uma planície de cristas arenosas.

Assim, a limitação à ocupação do solo, prevista pela Resolução 303/202 do CONAMA, referente à faixa de ambiente de restinga a ser preservada, em 300 metros, foi afastada pela FATIMA com base em manifestação sob os aspectos meramente geológicos do ecossistema estudado, o que também constitui um dos equívocos do licenciamento. A Fundação não procedeu a diligências no local pretendido para o empreendimento hoteleiro, baseando-se nos estudos apresentados pelo empreendedor. Igualmente ignorou as indicações do IBAMA, cujo parecer continha a preocupação com a caracterização do elemento hídrico na área pretendida.

Além disso, tratando-se de continuação da implantação de empreendimento de grande abrangência, no entorno direto da Estação Ecológica dos Carijós, com agravamento da forma de ocupação iniciada anos antes, deveria a FATMA ter exigido o Estudo de Impacto, adequando assim a nova pretensão à legislação em vigor e aos princípios de direito ambiental.

A LAP teve prazo de validade de seis meses e foi seguida pela Licença Ambiental de Instalação nº 44, F 04, datada de 14 de setembro de 2004 e com validade de quarenta e dois meses.

O IBAMA, por sua vez, ao verificar que a FATMA não estava realizando o licenciamento ambiental de acordo com as normas em vigor e com o necessário cuidado em relação a recursos naturais, deveria ter invocado sua atuação supletiva, referente à Lei 6938/81, e Resoluções CONAMA 01/86 e 237/97. Não há menção no licenciamento ambiental à exigência de Estudo de Impacto de Vizinhança, Lei 10.257/2001, Estatuto da Cidade.

A Lei federal nº 10.257/01, denominada Estatuto da Cidade, estabelece regras de ordem e de interesses públicos visando garantia dos cidadãos à “cidade sustentável”. Trata-se de importante inovação legislativa que, à luz da Constituição de 88, procura concretizar o desígnio da função social/ambiental da propriedade, ordenando e controlando o uso do solo a fim de

evitar a deterioração das áreas urbanizadas e a degradação ambiental.

O Estatuto da Cidade têm como principais instrumentos o estudo prévio de impacto ambiental e o estudo de impacto de vizinhança, os quais devem, evidentemente, ser instruídos pelos princípios do Direito Ambiental, especialmente aquele visando à informação e à participação do público nas decisões dos órgãos competentes.

O EIV tem como objetivo evidenciar a repercussão que a implantação de um empreendimento trará à vida e às atividades das pessoas em sua área de influência, bem como avaliar seus efeitos sobre a infraestrutura pública do local.

No caso do Il Campanário, a municipalidade não exigiu a realização do EIV e deixou de aplicar a legislação ambiental federal e estadual em vigor, arts. 24 e 30 da CF/88, inclusive no que se refere à adequação do zoneamento para fins de uso e ocupação do solo, em obediência aos dispositivos da Lei 4771/65, Código Florestal. Área com curso d'água deve conter zoneamento com a devida restrição de uso.

Acordaram o Ministério Público Federal, a empresa Habitasul, a União, a FATMA, o IBAMA e o Município de Florianópolis, por seus representantes legais, no Termo de Acordo, mediante cláusulas e condições, contando ainda com a anuência da CASAN.

As partes representadas concordaram com o encerramento da Ação Civil Pública nº 99.008090-4, considerando o interesse em uma composição amigável que melhor contemple a solução mediante a implementação, sob a responsabilidade da Habitasul e sem direito a qualquer exigência a título de compensação, inclusive aos moradores. Aquisição de material e efetivação da instalação completa da rede de coleta de esgoto em toda a área de Jurerê dita “tradicional” e da Praia do Forte, segundo projeto a ser definido pelo município ou pela concessionária CASAN e pelo órgão ambiental licenciador, com doação da integralidade da obra ao Município de Florianópolis, na forma e no prazo a serem definidos pelo ente público e pelos órgãos ambientais.

Quanto aos terrenos e construções da área denominada “Jurerê Internacional” compreendida entre o “tradicional” e a Praia do Forte, deverá a Habitasul implementar a rede coletora de esgotos em toda a área, inclusive nas etapas mais antigas do

loteamento, e complementar a rede de coleta já existente, modificando-a ou trocando equipamentos, se necessário for para cumprir as exigências cabíveis do Município e da CASAN e integrá-la ao novo sistema público de saneamento em toda a região, após a conclusão da ETE.

As obras e equipamentos citados nos itens anteriores ficaram limitados em R\$ 1.500.000,00, um milhão e quinhentos mil reais, a serem atualizados pelos índices da construção civil a partir da assinatura deste TAC pela Habitasul. Se as obras e equipamentos especificados na alínea acima forem avaliados pelo Município ou pela CASAN em valor inferior a R\$ 1.500.000,00, a Habitasul deverá completar tal importância com a aquisição de material e de equipamentos visando a instalação da futura estação de tratamento de esgotos de Jurerê, sistema que abrange Jurerê Tradicional e Internacional, Praia do Forte e Daniela, conforme projeto técnico e de engenharia a ser definido pelo município ou pela CASAN e pela FATMA, com anuência do IBAMA.

Se no prazo de cinco anos, a contar da assinatura do TAC, a municipalidade ou a CASAN não viabilizarem ou iniciarem as obras do sistema público de saneamento em Jurerê, o valor equivalente ao compromisso com a rede de coleta e eventuais equipamentos da estação de tratamento acima referida, será revertido pela Habitasul para outras obras de saneamento público em Florianópolis, a serem definidas em termo aditivo a este acordo, entre os mesmos signatários. Para o sistema de tratamento de esgotos em Jurerê, o Município ou a CASAN deverá providenciar Estudo Prévio de Impacto Ambiental, a ser aprovado pela FATMA, após ser anuência do IBAMA.

Será criada uma área de RPPN, na bacia hidrográfica do Rio Ratonas, na zona de entorno da Estação Ecológica dos Carijós, em total de 34 ha, de acordo com projeto a ser submetido à aprovação do IBAMA, segundo critérios de importância ecológica, no prazo de seis meses a partir da homologação do TAC.

A restauração e preservação das terras de marinha adjacentes ao empreendimento, áreas frontais da Praia de Jurerê Internacional, etapas 1ª, 2ª, 3ª e 5ª do loteamento, através de concretização de projeto com utilização de espécimes de restinga, com exceção dos locais onde tenham sido implantados legalmente os denominados “postos de praia”. O projeto de

restauração deverá ser apresentado em um prazo de três meses a contar da assinatura do TAC.

O início da implementação do projeto, ocorrerá até um ano após a assinatura do TAC, salvo atrasos de inteira responsabilidade dos órgãos públicos. Manutenção pela Empresa ré até que a vegetação de restinga atinja uma situação na qual o ecossistema possa ser considerado restaurado ambientalmente e estabilizado, de acordo com a tipologia de áreas similares não degradadas. A constatação de tal situação dependerá de vistorias e pareceres técnicos conclusivos do IBAMA e do MPF, à vista de estudos técnicos a serem providenciados pela Habitasul.

Nas áreas de dunas, restinga e terras de marinha de Jurerê Internacional, nenhum equipamento será tolerado, salvo passarelas para pedestres, sobre pilotis ou outras forma não impactante, e em número máximo a ser definido pelo IBAMA e pelo MPF, devidamente autorizado pela União Federal e pela Prefeitura Municipal de Florianópolis, ficando a responsabilidade da Habitasul em obter as autorizações e licenças cabíveis.

O monitoramento das faixas de praia adjacentes ao empreendimento, visando evitar o desenvolvimento de processos erosivos. Também nas praias não serão tolerados equipamentos, mesmo que de prestação de serviços, que possam caracterizar apropriação privada do bem de uso comum, alteração paisagística ou ocupação que seja considerada, pelo IBAMA, pela Prefeitura Municipal, pela União Federal e pelo MPF, diminuição de área comum ou descaracterização da praia como espaço de lazer público.

A Habitasul fica encarregada da elaboração dos projetos técnicos para defesa de erosão nas faixas de praia de Jurerê, a serem analisados e autorizados pelos órgãos competentes. A empresa também será responsável por sua implantação inicial e sua manutenção, podendo repassar este encargo a associação ou associações representativas de todos os moradores e proprietários locais, ou órgão público, através de aditamento do TAC.

Ficou estipulada uma doação do valor de R\$ 200.000,00 a ESEC Carijós, para projetos de pesquisa, manutenção e consultoria da unidade de conservação, ou para aquisição de equipamentos ou construções. A opção por qualquer destinação da verba, desde que em benefício da ESEC, será determinado

pelo gestor público, o IBAMA. Prazo máximo para cumprimento é de 30 dias a contar da homologação judicial do TAC e da entrega da relação dos serviços de pesquisa e consultoria, obras a serem executadas ou equipamentos a serem adquiridos, a ser fornecido pelo beneficiário. Em caso de aquisição de equipamentos ou contratação de serviços, o IBAMA poderá optar pela prestação direta ou aquisição pela Habitasul.

Será doado o valor de R\$ 200.000,00 em equipamentos, obras civis, reformas de prédios ou consertos de equipamentos, para a Companhia de Polícia e Proteção Ambiental, conforme lista a ser fornecida pela autoridade beneficiária e após a homologação judicial do TAC. Prazo máximo para cumprimento é trinta de 30 dias após o recebimento da lista mencionada. A Habitasul deverá adquirir e contratar diretamente os fornecedores de material ou de mão de obra, respeitando estritamente o detalhamento a ser apresentado pelo órgão público.

Uma doação no valor de R\$ 200.000,00 em equipamentos será efetuada à Divisão de Fiscalização do IBAMA em Santa Catarina, conforme lista a ser fornecida por seu Gestor Público, com detalhamento e especificações técnicas. Prazo máximo para cumprimento é de 30 dias após a homologação judicial do TAC e recebimento da lista mencionada.

Também será doado R\$ 200.000,00 em material ou mão de obra para a construção de centro de visitação e de valorização de patrimônio arqueológico na Ilha do Campeche, conforme projeto a ser definido pelo IPHAN/SC e aprovado pelo IBAMA. Prazo para total cumprimento e entrega da obra é de 01 ano após a homologação judicial do TAC, salvo demora justificada pela confecção do projeto. O IPHAN/SC deverá pronunciar-se, ao final do prazo, sobre o cumprimento do mesmo, exigindo as retificações, alterações ou complementações que se façam necessárias, desde que previstas no projeto e detalhamento inicial.

A Habitasul providenciou estudos ambientais complementares em relação aos canais e obras de drenagem, e a seus reflexos em relação às demais etapas do empreendimento e à ESEC Carijós, especialmente visando à preservação dos remanescentes florestais e da fauna associada, bem como do lençol freático. Assim, o licenciamento ambiental da etapa deverá ser instruído com tais documentos, para

assegurar expressamente a preservação dos remanescentes florestais relevantes, conforme planta anexa a este TAC e que faz para integrante do mesmo. A Habitasul deverá zelar pela correta e estrita observação da autorização de corte do órgão ambiental.

Havendo dúvidas sobre a alternativa técnica mais adequada em relação à drenagem dos canais da área e visando impedir efeitos negativos no restante do empreendimento e na ESEC Carijós, resta acordado que as três possibilidades seguintes serão objeto de discussão e de definição entre a Habitasul, a FATMA, o IBAMA e o MPF, no prazo de 30 dias a contar da assinatura do TAC por todas as partes.

Assim é responsabilidade do empreendedor, manter os canais de drenagem existentes nos limites das etapas 6 A e 6 B, providenciando sua tubulação da maneira mais adequada, providenciar a canalização das águas que hoje fluem em tais canais para a lagoa artificial existente no empreendimento, através de obra a ser analisada e aprovada, manter o projeto de lançamento de tais águas no canal existente na Av. das Algas, na forma técnica mais adequada. A definição deverá contar com o consenso dos órgãos antes referidos, sendo oficializada através de sua inclusão no procedimento de licenciamento ambiental e de aditamento a este TAC. Não sendo possível o consenso, a decisão será da equipe técnica do MPF nos trinta dias subsequentes.

Uma vez a Habitasul já realizando os estudos previstos pela Portaria IPHAN 230/2002, como demonstra a documentação a ser anexada a este e o protocolo nº 535/05, de 26/07/05, do Instituto, e não havendo indícios da existência de bens arqueológicos a ser objeto de medidas específicas nessa etapa, deverá providenciar a autorização.

A referida Etapa do loteamento poderá ser imediatamente divulgada e comercializada, mantendo-se a situação atual dos canais de drenagem até a definição indicada no item 3 do TAC, situação que deverá ser esclarecida a possíveis adquirentes de lotes.

As obras de instalação física, com exceção da drenagem, poderão ser realizadas imediatamente após a assinatura e homologação do TAC na 4ª Câmara de Coordenação e Revisão do MPF. A Habitasul compromete-se, para quaisquer novos procedimentos de pedidos de licenciamento ambiental, ou para a

instalação de etapas do loteamento ou de terrenos na região de Jurerê Internacional. Nestes últimos tão somente para as obras ou atividades a serem licenciadas conforme a listagem da Resolução CONAMA 04/94 e Instrução Normativa 06, a realizar necessariamente estudo de impacto ambiental global, com elementos indicadores do impacto ambiental cumulativo desde as primeiras alterações na área, servindo como área de influência direta para o termo de referência toda a bacia hidrográfica do Rio Ratonos.

O EIA/RIMA referido acima terá seu termo de referência estipulado em comum acordo entre a FATMA, IBAMA e MPF, e só poderá ser objeto de deferimento de licença pela FATMA após a anuência do IBAMA, fazendo-se ainda necessários os estudos arqueológicos determinados pela Resolução IPHAN 230/02, a autorização do IPHAN e de outros órgãos envolvidos, especialmente Prefeitura Municipal de Florianópolis.

Também deverá a empresa empreendedora providenciar, para qualquer nova etapa do loteamento ainda não instalada ou aprovada pelo IBAMA, aprovação de EIV abrangente e que considere as alterações já concluídas, além de comprometer-se a continuar desenvolvendo, junto com a ESEC Carijós, e pelo prazo mínimo de três anos a contar da data da homologação deste TAC, projeto de educação ambiental para moradores e usuários da praia de Jurerê, Praia do Forte, ou da bacia do Rio Ratonos.

Em relação aos terrenos da quadra em causa, a Habitasul compromete-se a reduzir o aproveitamento construtivo para o máximo de 4 pavimentos, mais subsolo e ático, desde que sejam obedecidas as legislações ambiental, sanitária e urbanística em vigor, e desde que viável tecnicamente.

Toda e qualquer obra no imóvel aqui referido não poderá comprometer em hipótese alguma o lençol freático. Para tanto, deverão ser devidamente licenciados os equipamentos de impermeabilização e de ligação com o sistema de tratamento de esgoto, bem como inspecionados e aprovados pelos órgãos ambientais e pela vigilância sanitária do município.

Os efluentes dos empreendimentos pretendidos para esta área só serão encaminhados à ETE da Habitasul após a comprovação da capacidade e de eficácia da mesma para o incremento que deverão gerar, e sem qualquer infiltração ou

destinação de dejetos que comprometa ou coloque em risco lençol freático, manguezal ou vegetação nativa remanescente.

A Habitasul deverá comprometer-se expressamente em relação a quaisquer estudos que sejam exigidos pela FATMA, pelo IBAMA ou por outros órgãos públicos, visando estabelecer a adequação de seus projetos à legislação em vigor e à proteção do meio ambiente, além de comprometer-se expressamente em relação a quaisquer problemas de poluição que possam ser constatados a partir de seus sistemas de tratamento de esgotos e de reuso de água.

Com a assinatura e a homologação do TAC, o MPF providenciará o arquivamento do PA 2291/04, referente ao empreendimento II Campanário. Assim, e se estiverem em perfeita legalidade o alvará, licenças e anuências dos órgãos públicos competentes, o MPF concorda com sua implantação após a homologação judicial do acordo. As edificações subsequentes na Quadra 5 dependerão do atendimento das normas legais em vigor, do alvará da Prefeitura Municipal, do licenciamento da FATMA e da anuência do IBAMA e da FLORAM.

A Habitasul promoverá a restauração ambiental em parcela da quadra indicada neste título, com espécies nativas de restinga e conforme o projeto a ser analisado e aprovado pelo IBAMA e pelo MPF, de uma área de preservação permanente correspondente a uma faixa de 67 metros de profundidade além das terras de marinha em direção interior, perfazendo um total de no mínimo 100 metros de profundidade entre a praia e a área remanescente da empresa em tela. Para viabilizar a implantação da área de proteção de restinga mencionada, a Habitasul concorda em ampliar o recuo do terreno da Quadra 5. A empresa deverá providenciar as anotações no Cartório de Registro de Imóveis, bem como as alterações cabíveis na planta do loteamento e demais documentos legais. Também deverá providenciar a retirada dos atuais equipamentos relacionados com o “passeio dos namorados” e acessos, na área a ser restaurada, que deverá assim ser unificada como área de preservação, que não poderá ser cercada.

A empresa poderá implantar uma calçada de até quatro metros de largura, desde o meio fio da via pública adjacente, para acesso entre a área edificável remanescente e o posto de praia, desde que tal equipamento não comprometa a área a ser

restaurada e preservada com vegetação nativa. Nessa área de acesso não serão tolerados equipamentos comerciais ou usos diversos ao acima objetivado.

Firmado o TAC, assinarão as partes petições aos Juízes e Desembargadores Federais, requerendo a extinção na Ação Civil Pública nº 99.008090-4, e dos recursos incidentes e conexos.

A Habitasul compromete-se a arcar com eventuais custas, ou honorários periciais pendentes ou necessários ao encerramento da demanda e dos recursos interpostos. Em relação ao processo judicial com termo de acordo homologado, envolvendo o Sambaqui do Rio do Meio e demais sítios arqueológicos, sua execução amigável deverá ser mantida naquele procedimento, devendo as partes encontrar a melhor forma para seu integral cumprimento, ouvindo o IPHAN.

O TAC terá validade, vigência e eficácia de título executivo judicial com a publicação da sentença homologatória, ficando claro que o disposto neste acordo, inclusive a assunção das obrigações estipuladas, não implica o reconhecimento de prática de qualquer ato ilegal ou irregular pelas partes, especialmente no que se refere a danos ambientais, ou reconhecimento de qualquer culpa decorrente. As obrigações aqui elencadas deverão ser integralmente cumpridas pela empresa ré.

Fica estipulado que, em caso do não cumprimento de qualquer das cláusulas do TAC pela Habitasul, deverá a empresa arcar com o pagamento de multa pecuniária no valor de R\$ 500.000,00, quinhentos mil reais. Independente de novas estipulações que venham a ser determinadas judicialmente para execução deste TAC.

Em 17 de outubro de 2013, o Desembargador Federal Luís Alberto D'Azevedo Aurvalle emitiu uma decisão judicial de agravo de instrumento de decisão proferida nos autos da ação civil pública, buscando prevenção e cessação de danos ambientais, e recuperação da área de preservação permanente situada no Loteamento Jurerê Internacional, que assim como o empreendimento denominado Il Campanário Villaggio Resort, é propriedade do Grupo Habitasul.

O presente processo encontra-se paralisado há mais de cinco anos sem nenhuma justificativa plausível. Há grave afronta ao Princípio da Razoável Duração do Processo, bem como grande ofensa ao Princípio da Precaução, já que com o passar do tempo a produção da prova pericial perderá toda a utilidade.

Tal situação acaba resultando em total descredito do Poder Judiciário.

O dano ambiental não foi provocado pela parte autora, mas pela ré. Assim, não nenhuma razoabilidade em onerar o Ministério Público Federal ou a União com a produção de prova pericial custosa. Com efeito, o Princípio do Poluidor Pagador impõe que aquele que causou o dano ambiental é que deva arcar com os custos para comprovar ou reparar a degradação.

Assim a empresa ré deve providenciar o pagamento dos honorários periciais, sob pena de presumirem verdadeiros os fatos alegados pelo Ministério Público Federal, com fundamento na Lei da Ação Civil Pública e no Código de Defesa do Consumidor, que é aplicável aos direitos difusos.

Para a concessão do efeito suspensivo, a inequívoca lesão grave ou de difícil reparação que o prosseguimento da ação civil pública causará à agravante, na medida em que, há determinação de depósito de honorários periciais, sob pena de se presumirem como verdadeiros os fatos alegados pelo Ministério Público Federal. Para o provimento do recurso entende-se que o agravo de instrumento nº 2008.04.041512-0, fundamento da decisão que paralisou a ACP na origem, está sob análise perante o Superior Tribunal de Justiça, onde está sendo discutida a própria extinção da ação civil pública, em razão da coisa julgada, que, por se tratar matéria de ordem pública, reitera a ocorrência de coisa julgada e, postula, o seu reconhecimento, desde então.

A ACP nº 99.000.8090-4/SC, antes ajuizada pelo MPF, tinha por objeto discussão sobre a instalação das etapas 3ª e 5ª etapas do Loteamento Jurerê Internacional, que, em paralelo à referida ACP, tramitou inquérito civil relativo ao empreendimento Il Campanário, e licenciamento ambiental. Reunidas todas as questões, foi realizado Termo de Acordo, homologado judicialmente em 02 de fevereiro de 2006, que, sobre a Quadra 5, na parte destinada ao empreendimento Il Campanário, objeto da ação civil pública na origem, foi referida a aceitação entre as partes de que não havia área de preservação permanente a ser discutida.

Assim a decisão recorrida merece ser suspensa. A concessão do efeito suspensivo ao presente recurso não se dá em virtude de reconhecimento de coisa julgada ou pela necessária suspensão do processo de origem, enquanto tramita

junto ao Superior Tribunal de Justiça. Tampouco é embasada, nos fundamentos trazidos pela agravante, alegando ausência de responsabilidade em arcar com os ônus periciais. Referidas alegações serão apreciadas quando do julgamento final do presente autuado.

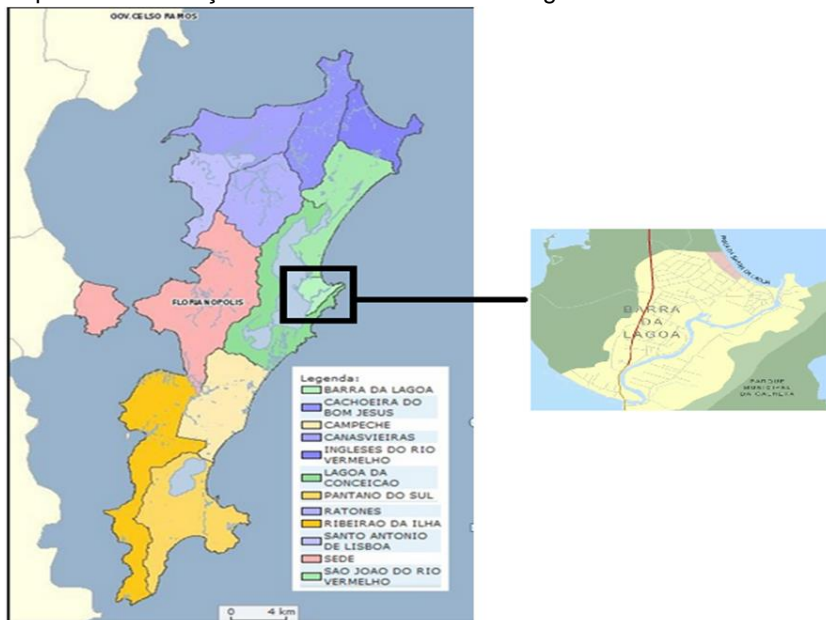
Fica evidenciada uma contradição entre a apropriação do capital e o domínio do espaço, em relação à preservação do meio ambiente e o desenvolvimento socioeconômico da população local. Tal contradição leva a questões de impossibilidade de conciliar temas como o desenvolvimento sustentável, que é um princípio do direito ambiental, com o desenvolvimento econômico orientado por fundamentos liberais e capitalistas.

O empreendimento denominado Il Campanário Villaggio não obedeceu ao termo de ajustamento de conduta proposto pelo Ministério Público Federal. Atualmente o empreendimento opera de forma irregular (Anexo 1), enquanto o processo tramita na Justiça Federal.

3.4 O CASO PROJETO URBANÍSTICO PORTO DA BARRA

Conforme EIA/RIMA (1995), no meio físico da área em estudo, há a presença de afloramentos rochosos, solos litólicos, cambissolos, solos podzólicos vermelho-amarelos, terra roxa e areia quartzosa, característica esta presente por toda a Ilha de Santa Catarina. Também é destacada a presença do solo de areia quartzosa, que é o solo predominante na área de influência direta do empreendimento, e cobre apenas 1,5% do estado de Santa Catarina, sendo que o mesmo é encontrado apenas no litoral de Santa Catarina.

Mapa 10: Localização do Distrito da Barra da Lagoa.



Fonte: Neemias Lauro Gonçalves/2015.

Para identificação da geologia, da geomorfologia e dos recursos minerais foram utilizadas as escalas 1:500.000 para a área de influência indireta e 1:200.000 para a área de influência direta. Tais escalas são inapropriadas, sendo mais adequado a utilização das escalas 1:25.000 na área de influência indireta e 1:2.000 na área de influência direta.

Quanto à textura dos solos há a maior incidência de areias com diâmetro médio superior a 0,840. A descrição dos solos na área do empreendimento, afirma que muito se consumiu seu potencial produtivo. No RIMA foi citado que os metais pesados podem desenvolver concentrações locais economicamente exploráveis.

Imagem 22: Delimitação da área do empreendimento.



Fonte: Villasbôas/2003.

A Lagoa da Conceição, juntamente com o Canal da Barra e a região oceânica em que este desemboca, constituem um sistema hidráulico de extrema complexidade. Uma gama de variáveis ambientais como maré, vento e chuva, determinam padrões de circulação e estratificação do referido sistema hidráulico, que por sua vez tem influência direta sobre a dinâmica de nutrientes, organismos e sedimentos. Porém, quanto à hidrodinâmica do local o EIA não aborda a influência da rede de canais artificiais que seriam criados pelo o empreendimento em tela. Os impactos decorrentes do aumento de embarcações no canal também não são mencionados.

Em relação o meio biótico, o EIA destaca que podemos observar a ictiofauna e a ornitofauna, ambas com espécies de hábitos sazonais, além de fitoplâncton, espécie de fundamental importância por ser o principal responsável pela produção primária de todos os ecossistemas aquáticos.

Quanto à vegetação o EIA afirma que as formações de mangue praticamente inexistem, no entanto em grandes extensões das margens do terreno do empreendimento foram identificadas *Laguncularia racemosa* e *Spartina alterniflora*, que são espécies características de ecossistema de manguezal. Atualmente as espécies vegetais predominantes são formas rasteiras.

A Barra da Lagoa, local apontado para a implantação do Porto da Barra, constitui-se em excelente praia de mar aberto e com larga faixa de areia, sendo integrante dos balneários da

Costa Leste da Ilha de Santa Catarina. Sua importância para a região é ampliada pelo sinuoso e destacado canal que une a lagoa da Conceição ao mar.

A distância é de 20 km do centro de Florianópolis e conta com acesso asfaltado. A Barra da Lagoa abriga a maior colônia de pescadores artesanais da Ilha de Santa Catarina, conservando ainda hoje algumas das características dos imigrantes açorianos. Segundo o Plano de Desenvolvimento Turístico do Aglomerado Urbano de Florianópolis, trata-se de um importante local para conhecimento da arte, folclore e cultura da Ilha de Santa Catarina. Neste bairro, encontram-se, também, numerosos sítios arqueológicos de grande valor cultural.

A pesca artesanal, que vem dividindo sua importância socioeconômica com a atividade turística, consagra-se na época da já tradicional “Festa da Tainha” que tem caráter de festa comunitária. Outra particularidade importante da localidade de Barra da Lagoa diz respeito à intrínseca e proveitosa relação do homem com o mar, presente quer no contato constante, quer na culinária típica de frutos do mar servida em seus inúmeros e pequenos restaurantes, ou mesmo na visão do colorido de seus barcos.

Imagem 23: Representação do Complexo Urbanístico Porto da Barra.



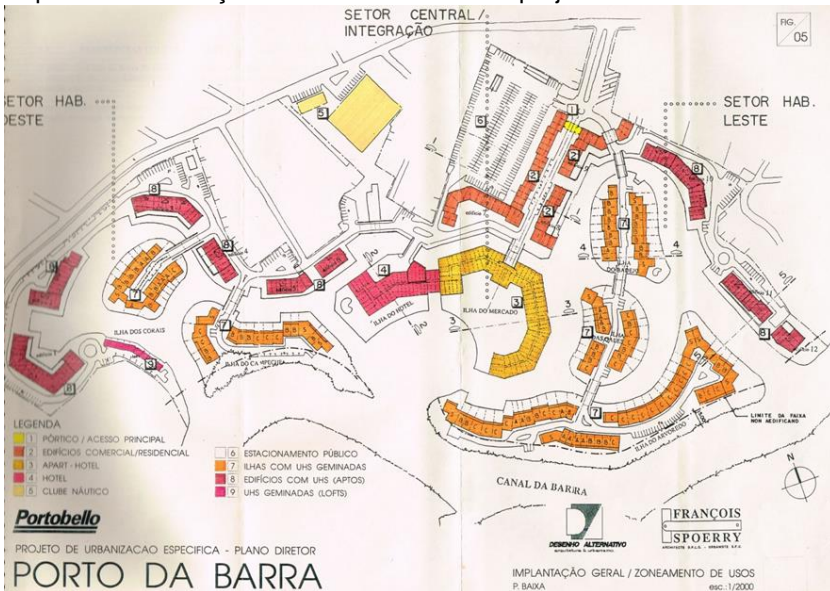
Fonte: EIA/RIMA - 1995.

O primeiro Projeto Urbanístico Porto da Barra tinha característica de um porto de lazer composto por edificações de uso misto e coletivo, quais sejam: hotel, espaços comerciais e habitações multifamiliares; estruturado em Setor Central e dois Setores Habitacionais (Mapa 10). O Setor Central tinha no seu foco o ponto de maior convergência do projeto que é a Praça do Mercado onde terá animação de bares e restaurantes. Complementando o Setor Central foram projetados equipamentos coletivos: 1 estacionamento público com previsão para 630 vagas de carro, 1 Centro Náutico com áreas para exposição e comércio, e 1 Hotel/Apart Hotel de porte médio na Praça do Hotel conjugado à Praça do Mercado consolidando as atividades turísticas de hospedagem e gastronomia. Os setores habitacionais eram formados por condomínios multifamiliares: conjuntos de unidades habitacionais geminadas de dois pavimentos e ático, e conjuntos de unidades habitacionais em bloco de apartamento de dois pavimentos com ático.

Para analisar as alterações fitas do primeiro projeto arquitetônico para o atual é necessário uma compreensão

aprofundada do caso em tela. No decorrer da Ação Civil Pública o empreendedor foi adaptando o projeto às necessidades exigidas pelo MPF.

Mapa 11: Demarcação dos setores e usos do projeto.



Fonte: EIA/RIMA - 1995.

Segundo a ACP nº 97.0000001-0/SC (1996), a Portobello apresentou seu primeiro projeto à Fundação do Meio Ambiente (FATMA) em 1989. Nessa época, o empreendimento denominava-se “Marina Vila Náutica”. Em 22 de janeiro de 1990, a FATMA indeferiu a Licença Ambiental Prévia (LAP). Não havia sido realizado um Estudo de Impacto Ambiental e Relatório de Impacto do Meio Ambiente (EIA/RIMA). Em setembro de 1994, o grupo Portobello entrou com novo pedido de licenciamento ambiental junto à FATMA, para o empreendimento que passa a se chamar Porto da Barra.

Em agosto de 1995, a empresa Engevix concluiu o EIA/RIMA. A Fundação Lagoa, um dos principais opositores ao Projeto, solicitou a diversos professores da UFSC que elaborassem um parecer técnico sobre o empreendimento. A Procuradoria da República em Santa Catarina enviou à FATMA,

em 11 de dezembro de 1995, uma correspondência na qual eram questionados diversos aspectos do Projeto Porto da Barra.

Mapa 12: Plano de massa do complexo / volumetria.



Fonte: EIA/RIMA - 1995.

Conforme a ACP, foi realizada uma Audiência Pública na Barra da Lagoa em 6 de abril de 1996, expondo todas as fragilidades do EIA/RIMA. A LAP foi deferida pela FATMA em 18 de setembro de 1996.

Em 19 de dezembro de 1996, o MPF e a União Federal, por meio de seus procuradores, impetram a Ação Civil Pública (Processo nº 97.0000001-0), com pedido de liminar contra os réus, citados através do Sr. César Gomes, Presidente do Grupo Usatti Portobello Ltda., sócio majoritário da Ré; e contra a FATMA, Fundação de Amparo ao Meio Ambiente, entidade de caráter científico dotada de personalidade jurídica de direito privado, citada na pessoa de seu Diretor-Geral, Engenheiro Vladimir Ortiz da Silva.

Trata-se de feito civil público visando impedir alterações em áreas de preservação permanente, em bens do ente federativo maior e impacto ambiental irreparável na bacia hidrográfica da Lagoa da Conceição em Florianópolis. Segundo

relatam os documentos anexados na Ação Civil, desde muitos anos pretendia a empresa Portobello viabilizar equipamento náutico de grandes proporções, no canal que liga a Lagoa da Conceição à praia denominada Barra da Lagoa.

Originando-se a Lagoa da Conceição de primitivos movimentos geológicos que “aprisionaram” uma parte do mar em terra firme, resulta o referido canal em verdadeiro “cordão umbilical” daquele importante acidente geográfico, pleno de vida e de atributos naturais e turísticos. Há que ressaltar que dita ligação com o mar já foi artificialmente alargada em 1985, pela CIDASC. Tais obras tinham por objetivo facilitar a ligação para os barcos de pesca que normalmente trafegam entre a Lagoa, a comunidade da Costa da Lagoa e a própria Barra, especialmente nos períodos de pesca da tainha e outros.

Embora já em vigor a legislação ambiental que prescreveria a exigência do Estudo de Impacto Ambiental (EIA), esse foi solenemente desprezado pelas autoridades da época, que realizaram a dita dragagem sem maiores considerações. Infelizmente, as consequências de tanta irresponsabilidade fazem-se sentir até os dias de hoje, pois o alargamento do canal e a construção de molhes aumentaram sensivelmente a salinidade da Lagoa (que é salobra e não salina), diminuindo fauna e flora, além de contribuir decisivamente com o processo de assoreamento do corpo d’ água, que atualmente corre o risco de desaparecer.

Assim, buscaram os peritos, as organizações da sociedade civil e as autoridades em geral, dar uma resposta a tal problema, reconhecida a negligência ocorrida quando da obra do canal. No entanto, e novamente de forma irresponsável, a FATMA admitiu a viabilidade do empreendimento que pretendia alterar ainda mais a conformação natural do canal da Barra da Lagoa, destruindo suas margens, alargando e aprofundando-o em locais adjacentes a alodiais particulares, e também na entrada do curso, em menosprezo, inclusive, do ente público ao qual pertencem tais bens.

A Portobello, empresa responsável pelo Projeto Urbanístico Porto da Barra, detentora de vários títulos aquisitivos entre eles a Portobello Pisos Cerâmicos, situada no município de Tijucas e a Pedra Branca Cidade Sustentável situada no município da Palhoça, apresentou seu primeiro projeto de

equipamento náutico à FATMA em 1989 (Processo 04.418/89, de 07.11.89).

À época, o empreendimento era denominado “Marina Vila Náutica”, e constituía-se em uma marina e duas vilas náuticas, prevendo área construída de 53.589 m², em imóvel de 141.000 m². Já pretendia, como na época da Ação Civil Pública, a criação de canais artificiais, a recortar e a dar nova conformação ao canal principal, também fazendo desaparecer as terras adjacentes ao elemento hídrico, que são bens da união.

A Fundação Estadual, após a análise do primitivo projeto, indeferiu liminarmente qualquer possibilidade de alteração do quadro natural apresentado, mesmo sem EIA/RIMA, forte nos argumentos que caracterizavam a área como de preservação permanente, ecossistemas dos mais frágeis e de cuja conservação depende toda a bacia hidrográfica.

O Rio ou Canal da Barra, com aproximadamente 2,9 Km de extensão, possuía, como em parte ainda possui, suas margens formadas por restingas de origem quaternária e por manguezais, com espécies típicas. A importância dos manguezais, para a reprodução da vida no litoral brasileiro, é hoje do conhecimento público, podendo-se citar, acerca do ecossistema encontrado pela FATMA, em 1990.

Sobre as áreas de mangue, além de ecossistemas protegidos pela legislação ambiental, bens da União Federal, não passíveis de aquisição pelo particular. Mesmo sua degradação ou desaparecimento não alteram tal caracterização. Além disso, a partir das áreas atingidas pelas marés, caracterizam-se os bens públicos denominados terras de marinha, cuja ocupação ou aforamento são previstos pela legislação, mas não seu domínio por particulares, que não podem, por conseguinte, simplesmente fazê-los desaparecer, como pretendia a empresa Portobello.

A ex-Superintendente de Recursos Naturais, Sra. Jucélia Cardoso Caetano, levou ao conhecimento da empresa o parecer contrário, em 22 de janeiro de 1990. Infelizmente, não estava encerrada a pretensão de transformação radical do canal da Barra, com seu alargamento, aprofundamento e criação de canais artificiais. Mais uma vez a empresa Portobello voltou à carga, entregando novo pedido de licenciamento em 1994.

Apesar do precedente estudo de caso, optou a FATMA pela exigência do Estudo Prévio de Impacto Ambiental. Poderia, no entanto, concluir de imediato pela impossibilidade do

empreendimento, seja pela característica da área (bens da União Federal), seja pelo impedimento de alteração do canal, seja pela inexistência de inúmeros fundamentos de ordem ambiental e cultural (também ocorrência de sítios arqueológicos) para tanto.

Não apenas exigiu o Estudo, mas também esqueceu que, a competência para o processo de licenciamento recaía sobre o órgão federal, o IBAMA. Alertada a Procuradoria da República por moradores da região da Lagoa da Conceição, integrantes de organização não governamental denominada “Fundação Lagoa” para as implicações ambientais do projeto do “Porto da Barra”, foi solicitada ciência de todo o procedimento à FATMA, que enviou os diversos volumes que constituíam os documentos entregues, até então, pela empresa Portobello S.A.

Assim, em meados do ano 1995, reaberto no MPF o dossiê que cuidava do assunto, e fora instaurado em 1989, quando da primeira tentativa de licenciamento. Solicitaram-se à Fundação Lagoa os pareceres técnicos indispensáveis ao melhor conhecimento do complexo tema.

A referida ONG, para apresentar a análise detalhada e responsável, buscou alicerçar-se no conhecimento da comunidade científica catarinense, professores e pesquisadores da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC), alguns deles membros da Fundação lagoa, outros apenas cidadãos preocupados com o quadro de degradação ambiental e cultural desta linda ilha, e com os rumos de um “desenvolvimento” em desequilíbrio com a qualidade de vida de toda a sociedade.

Foi requisitada à FATMA a consulta prévia à DPU, Fundação Municipal de Meio Ambiente, IBAMA, IPUF, DER, CASAN, CELESC e IPHAN. Recebido o ofício da PR/SC em 11 de dezembro de 1995, comprometeu-se a Direção da FATMA com a exigência de complementação condizente, encaminhando à empresa cópia da manifestação do MPF.

Foi realizada uma audiência pública no primeiro semestre de 1996, fixado o local na Barra da Lagoa, conforme já foi destacado. Porém, mais uma vez, foram afastados os princípios e normas que exigem o estudo de toda área de influência do projeto, especialmente em se cuidando de bacia hidrográfica. Apesar dos inúmeros pedidos protocolados na FATMA, não foi considerada a hipótese de audiências nas demais comunidades a serem atingidas, especialmente a do centro da Lagoa da Conceição. Evidentemente, sem os dados conclusivos e sem

respostas a apresentar à população, que ocorreu em grande número ao evento, tudo não passou de encenação em que se buscou convencer a viabilidade da obra, comportando-se os técnicos da Fundação estadual, claramente, como defensores da proposta, e não da sociedade e de seu patrimônio natural, como deveriam.

Na audiência pública nenhuma novidade foi trazida ao conhecimento público. Apenas destacou-se a fragilidade do EIA/RIMA apresentado, especialmente na falta de atendimento aos requisitos exigidos pela legislação para esse tipo de procedimento, bem como sobre o desconhecimento dos técnicos contratados acerca dos impactos a serem sofridos pela Lagoa da Conceição e pela fauna e flora de toda a região de influência. Acrescenta-se, a negligência da equipe que participou dos trabalhos do Estudo, o fato de que a pesquisa de campo foi realizada em quatro ou cinco dias (o que é ressaltado na análise da UFSC e confessado durante a audiência), bem como não ter sido consultada a bibliografia básica sobre o ecossistema estudado, o que fez com que até mesmo fossem indicados peixes que não existem no sul do Brasil como parte da fauna da região. O desconhecimento, portanto, aliado a um menosprezo pelas normas técnicas e jurídicas que informam em procedimento regular de licenciamento ambiental, são fatores extremamente preocupantes.

A UFSC mantém, naquele balneário, projeto de enorme importância, qual seja o laboratório de maricultura, que faz parte de empreendimento capaz de levar o Estado de Santa Catarina a ser o maior. Como informam os documentos enviados pela Reitoria da UFSC, existe inclusive convênio internacional, com o Canadá, envolvendo milhões de dólares, para a manutenção do projeto, que também se vê ameaçado pela pretensão turístico-imobiliária provada. Além disso, apesar de ser correto afirmar que parte dos moradores da Barra da Lagoa (e não de toda a região da Lagoa) seria favorável ao projeto do “Porto da Barra”, não é menos verídico afirmar que parcelas da população local estariam seriamente empenhadas em evitar a degradação ambiental que tal empreendimento poderia causar.

Esse é o caso do Sindicato dos Pescadores da Grande Florianópolis, que protocolou uma Representação, acusando a atuação da FATMA e pleiteando até mesmo a investigação criminal sobre os fatos. Sem dúvida, talvez seja a população que

vive da pesca, ou que dela obtém importante complementação de renda familiar, a mais prejudicada, em caso de esgotamento dos recursos naturais na região.

Em resposta ao pedido de complementação do EIA/RIMA, pleito elaborado com base em vários documentos científicos, que fazem parte integrante do elenco de razões da Petição Inicial da referida Ação Civil Pública, apenas apresentou a proponente alguns pareceres superficiais, sem esclarecer nem mesmo cerca dos impactos no processo de assoreamento da Lagoa da Conceição, sobre o futuro da fauna, ou mesmo sobre a deposição do “bota-fora”, material a ser retirado quando da abertura dos canais.

Quanto ao sistema de tratamento de esgotos do empreendimento, a solução encontrada seria colocar o problema para toda a sociedade, ou seja, gerir junto à CASAN, órgão público estadual, para a liberação de recursos públicos (deixando para trás outros municípios e bairros bem mais populosos). Sequer há um posicionamento formal sobre o caso, já que a CASAN simplesmente comprometeu-se em licitar o projeto, e nada mais que isso.

Apesar de todas as gestões mantidas pela Procuradoria da República e a Fundação Lagoa, entre outros interessados, foi assinada a Licença Ambiental Prévia - LAP, pela FATMA, em 18 de setembro de 1996. Tal licença só foi entregue em 01 de outubro de 1996. Ou seja, duas semanas depois de assinada, nas vésperas do primeiro turno da eleição municipal.

O ato formal de entrega da LAP, que rotineiramente é feito nas dependências da FATMA, contou com a participação do Governador do Estado, e foi realizado na própria Barra da Lagoa, seguido, segundo contam os jornais, de distribuição de bebidas. Na mesma data, surpreendido o MPF com o deferimento da licença, quando ainda em fase de análise dos novos documentos juntados, e ciente da insuficiência destes, fez chegar à direção da FATMA a preocupação e inconformidade de dito procedimento. As explicações do órgão público eram absurdas, restando da leitura do parecer de seus técnicos (nenhum deles com a formação necessária para a análise, por exemplo, no que se refere à área de hidrodinâmica ou zoologia marinha) o convencimento da imprudência cometida.

Apesar de todas as críticas, a FATMA manteve a malfadada licença, a qual traz referências breves e genéricas

sobre requisitos a serem cumpridos para obtenção da Licença Ambiental da Instalação, documento que possibilitaria à empresa Portobello o início das obras no Canal da Barra da Lagoa. Mesmo a negligente FATMA lembra, na LAP, que a DPU deveria ser consultada, assunto que parece não preocupar o “Porto da Barra”. A empresa pretendia alargar e aprofundar o curso d’água, recortar as margens do mesmo, fazendo desaparecer os terrenos da União, e tornar privativas as margens das novas margens, dos canais artificiais.

Desta forma, a população local que mantinha na época e mantém até os dias atuais, o hábito da pesca e a utilização das margens, como lhe é garantido pela legislação em vigor, também seria afastada das áreas que pretendia a empresa Portobello transformar em privativas.

A FATMA, apesar de insistentemente solicitada a relação de possíveis consultores contratados, e requisitadas cópias de novos pareceres internos, através de evasivas, fugia de sua obrigação legal, como é possível avaliar da correspondência juntada na ACP. Não mais sendo possível retardar a propositura da Ação Civil Pública, tais documentos, se existissem, seriam juntados posteriormente.

Com relação ao IBAMA, o órgão federal forneceu apenas os documentos referentes a uma autuação da empresa Portobello. Cópias do auto de infração também instruíram a inicial.

O IPHAN quando indagado sobre os sambaquis existentes na região e a possibilidade de alteração do canal, manifestou-se no sentido da intangibilidade dos referidos bens culturais, especialmente no que respeita ao material existente nas margens e submerso no canal da barra, que evidentemente também se encontravam ameaçados pelo empreendimento, mais especialmente pela pretensão de alteração no curso principal.

Assim destacam-se algumas possíveis irregularidades do projeto inicial, conforme a ACP: 1) Não foram pesquisados no EIA/RIMA detalhes sobre o aquífero subterrâneo que poderiam ser utilizados no empreendimento; 2) O impacto sobre o sistema viário foi pouco trabalhado no EIA/RIMA; 3) Não há um detalhamento do sistema de tratamento de esgoto proposto e tão pouco do local da Estação; 4) Constata-se a descaracterização da área por aterramentos feitos em datas passadas, para realização de festas locais ou por ação do próprio empreendedor;

5) As tainhas e pós-larvas de camarão poderiam vir a ser afetados pelos fortes ruídos provocados pelos motores dos barcos; 6) A implantação do empreendimento poderia causar a ruptura da dinâmica das linhas laterais do canal da Barra em virtude dos canais artificiais que seriam dragados sem contato como canal principal; 7) Possíveis danos sobre a pesca constituiriam um dos pontos mais relevantes para a comunidade local. Caso a poluição por esgoto e pelo combustível não fosse controlada poderia haver comprometimento tanto da qualidade como da quantidade do pescado.

No caso em tela, o empreendimento poderia significar a extinção da fauna e da flora do Canal da Barra e da Lagoa da Conceição. Se for certo que a Lagoa sofre processo de assoreamento, aumentado pela alteração artificial no canal de ligação com o mar, o projeto inviabilizaria qualquer procedimento de reversão, estando literalmente afrontando os objetivos da conservação dos atributos do relevante patrimônio natural e turístico.

A Carta Magna priorizou a Zona Costeira e a Mata Atlântica como patrimônios nacionais, dentre outros ecossistemas, cuja utilização somente será permitida na forma de lei, em condições que assegurem a preservação do meio ambiente.

As Leis Federais 4.771/65 e 6.938/81 relacionam as formas de vegetação de preservação permanente, bem como outras áreas de relevante interesse ecológico, sujeitando seus degradadores à indenizações e reparações pertinentes. Conforme a documentação acostada, a empresa Portobello há muitos anos negligenciou a manutenção da vegetação de mangue existente no imóvel que ocupa, tendo sido autuada pelo IBAMA, sob esse aspecto, no ano anterior a inicial.

Também a Lei 7.661/88, instituidora do Plano Nacional de Gerenciamento Costeiro – PNGC preocupou-se com a preservação dos recursos naturais e dos principais atributos do litoral brasileiro.

A Constituição do Estado de Santa Catarina determinou, no Ato das Disposições Constitucionais Transitórias (art. 25), a impossibilidade de alteração das legislações de uso do solo, na zona litorânea, de forma menos restritiva que a vigente à data da promulgação da Carta (outubro de 1989), até a edição da Lei de Gerenciamento Costeiro Estadual. A Lei referida salienta-se,

ainda não existe, o que configura a inconstitucionalidade das alterações pelo legislativo municipal que contrariam a determinação citada.

Ademais, não há como concordar com o desaparecimento de bens imóveis da União, e com a privatização das margens do curso d'água, que são de uso comum da população. Salvo casos especiais autorizados por lei, é vedada a ocupação, independentemente das providências que deverão ser tomadas, objetivando a imediata reintegração de posse, e aplicação das penalidades cabíveis, que concorra ou tenha concorrido para comprometer a integridade das áreas de uso comum do povo, de segurança nacional, de preservação ecológica, das reservas indígenas, das vias de navegação ou congêneres.

Quanto ao licenciamento ambiental, determina a Lei 6.938, em seu Art. 10, que, em qualquer construção, instalação, ampliação e funcionamento de estabelecimentos e atividades utilizadoras de recursos ambientais, consideradas efetiva e potencialmente poluidoras, bem como os capazes, sob qualquer forma, de causar degradação ambiental, dependerão de prévio licenciamento de órgão estadual competente, integrante do SISNAMA, e do IBAMA, em caráter supletivo, sem prejuízo de outras licenças exigíveis.

Evidentemente, o impacto relativo aos bens da União, ainda mais em se tratando de ilha e ecossistema integrado com o litoral, zona costeira, patrimônio nacional pela CF/88, deve ser avaliado pelo órgão federal de meio ambiente, orientador e coordenador, por outro lado, da política instituída pela legislação federal.

Quanto à regulamentação do Estudo de Impacto, cumpre salientar as regras da Resolução CONAMA 01/86, a qual, dentre outras peças normativas, estabeleceu princípios mínimos a serem exigidos no procedimento, hoje já guindado à esfera constitucional. A Resolução 01/86 e o Decreto Presidencial 99.274/90 foram desprezados quando da análise e expedição da LAP, pela FATMA, posto que uma das maiores críticas ao Estudo apresentado, além da insuficiência de dados científicos para sustentação das conclusões, especialmente questões de hidrodinâmica e preservação da fauna e flora, é a ausência de planos alternativos, seja no que se refere à localização do empreendimento, seja referente às suas características. Não havia sequer a análise de denominada “opção” ou “alternativa

zero”, que diz respeito ao quadro de consequências ambientais com e sem a adoção do projeto pretendido.

Como bem observaram os professores universitários que forneceram os elementos técnicos à referida Ação, um estudo de impacto sério deveria considerar, pelo menos, a alternativa da edificação do complexo sem a abertura dos canais artificiais e a alteração no canal principal. Inexistia a previsão de alternativas à privatização das margens dos elementos hídricos, e ao afastamento da comunidade pesqueira da região, que poderia ver reduzido seu acesso ao bem público.

A intangibilidade dos bens culturais existentes no local de influência, e regularmente defendidos pelo Professor e Arquiteto Dalmo Vieira, Coordenador, na época desta inicial, do IPHAN em Santa Catarina, encontram-se na Constituição Federal, em seu art. 216 e no Decreto-Lei 25/37, além das disposições legais estaduais e municipais.

Carioni (2014) observa que, na área de influência do projeto, conforme determina o art. 5º, III, da resolução CONAMA 01/86, o estudo de impacto ambiental obrigatoriamente deverá definir os limites da área geográfica a ser direta ou indiretamente afetada pelos impactos, denominada área de influência do projeto, considerando em todos os casos, a bacia hidrográfica na qual se localiza.

A definição da área geográfica a ser estudada não fica ao arbítrio do órgão público ambiental, do proponente do projeto ou da equipe multidisciplinar. A possibilidade de se registrarem impactos significativos é que vai delimitar a área chamada de influência do projeto.

No que se refere à audiência pública, errou novamente a FATMA, ao realizá-la quando ainda não havia sido complementado o EIA/RIMA, e em local único, mais uma vez desprezando a área de influência e os pedidos recebidos (Resolução CONAMA 09/87).

Finalmente, e sem entrar em pormenores da legislação estadual e municipal que dizem respeito aos elementos hídricos e espaços especialmente protegidos, cumpre ressaltar o vício maior da atuação da Fundação estadual, que deferiu LAP a partir de estudo de impacto insatisfatório, sem atentar para a legislação de regência, em negligência dos aspectos técnicos e socioeconômicos apontados e detalhados pelos pesquisadores

da UFSC, em trabalho voluntário e louvável, o que se traduz em causa de nulidade da decisão administrativa.

O ato administrativo autorizador, como bem define legislação e doutrina pertinentes, necessariamente deveria conter e analisar todas as razões favoráveis ou desfavoráveis ao projeto, especialmente aqueles levantados quando da audiência pública e/ou tornados oficiais através da correspondência juntada aos autos do procedimento administrativo. Não foram analisadas as graves preocupações dos particulares, das ONG's e da Procuradoria da República, ou as intervenções levadas a efeito na única e irregular audiência pública. O singelo parecer que embasou a decisão administrativa, pelas falhas apontadas e pela ausência de aptidão técnica dos poucos funcionários envolvidos, para a complexa matéria, é prova eloquente do que se afirma na petição inicial. Os riscos apontados pelos professores e pesquisadores da UFSC, especialistas nos diversos aspectos abordados pelo estudo de impacto, e em outros pertinentes ao ecossistema em perigo, não considerados pelo empreendedor, são as razões da lógica ambiental que, aliadas às determinações da Lei, tornariam inviável o projeto inicial da empresa particular.

A atuação irresponsável da Fundação estadual demonstra que o "Porto da Barra" poderia facilmente receber também a licença ambiental de instalação, o que desencadearia o imediato início das obras no Canal da Barra.

Risco maior, o alargamento e aprofundamento do canal principal, e a abertura dos canais artificiais, poderiam tornar irreversível qualquer medida preventiva do desastre ambiental em discussão. Relevante lembrar, conforme indicam os pareceres encaminhados à Procuradoria da República, o fato de inexistir definição técnica também sobre as precauções e soluções a serem adotadas quando da pretendida abertura dos canais artificiais, a provocar deslocamento de grande quantidade de material orgânico e inorgânico, obra que poderia, por si só, provocar dano ambiental importante.

A perda do patrimônio natural, não se restringiria à localidade da Barra da Lagoa, mas poderia, como se comprovou, atingir toda a bacia hidrográfica, notadamente a Lagoa da Conceição. Assim, plenamente comprovados os requisitos ensejadores da tutela liminar judicial, requereram os Autores na Petição Inicial, a determinação no sentido de imediata paralisação do procedimento de licenciamento ambiental, pela

FATMA, e a ordem tendente à conservação da situação atual do imóvel, em relação ao Porto da Barra, inclusive no que diz respeito à vigilância contra terceiros, com fixação de pena de multa diária, em caso de desobediência, independentemente do processo criminal respectivo.

Houve inconsistência de planejamento e metodologia para a execução do EIA/RIMA, acarretando diversos problemas, dos quais se salienta que, o período destinado à coleta de dados para realização do EIA/RIMA foi considerado não apropriado, sendo curto para a avaliação ambiental e dos possíveis impactos, resultando em dados inconsistentes, não representativos e defasados, além do descumprimento da legislação ambiental.

O EIA/RIMA do empreendimento Porto da Barra não se enquadra totalmente na resolução 001 do CONAMA. Alguns itens de grande importância deixaram de serem observados, especialmente os que se referem aos artigos 5, 6 e 9 da citada resolução. O artigo quinto refere-se às diretrizes gerais que o EIA deve obedecer. Em seu inciso II é colocado que os impactos ambientais na fase de implantação devem ser considerados. No estudo estes impactos não são considerados relevantes. Durante a fase de construção seria mobilizado um efetivo em média de 500 pessoas no período compreendido entre os meses de julho de 1996 e outubro de 1999, segundo cronograma que consta no RIMA. Na época, para uma comunidade de 2800 habitantes o acréscimo de 500 trabalhadores seria significativo. O alojamento desses operários, sua contribuição em termos de aumento de carga de esgotos sanitários e consumo de água, além de problemas futuros que poderiam ser gerados se uma parcela desse contingente permanecesse na Barra da Lagoa, seriam suficientes para que este impacto fosse considerado relevante.

No mesmo artigo o inciso III determina que os limites da área geográfica a ser direta ou indiretamente afetada deve englobar em todos os casos a bacia hidrográfica em que se localizaria o empreendimento. No EIA a bacia hidrográfica é apenas citada na introdução do estudo, mas em nenhum momento ela foi localizada ou considerada como área de impacto. Trata-se de uma falha grave, uma vez que o empreendimento teria um grande impacto sobre a Lagoa da Conceição e esta é o depósito de toda a bacia hidrográfica na qual está inserida.

No artigo sexto os itens III e IV tratam respectivamente das medidas mitigadoras e dos programas de acompanhamento e monitoramento dos impactos. Deveriam ser apresentados os equipamentos de controle, os sistemas de tratamento e os fatores e parâmetros a serem considerados nos programas de acompanhamento. Segundo a resolução, esses itens deveriam estar explícitos no EIA, entretanto o que se verifica no documento em questão são vagas alusões às medidas de controle. Alguns exemplos dessa grave falha são: 1) Para o tratamento dos esgotos sanitários a disposição do esgoto deveria merecer atenção na próxima etapa de estudo, porem a etapa de estudo foi exatamente a que se refere a elaboração do EIA; 2) Não se explica como seria feito o monitoramento do fluxo de água no canal, não foram definidos o programa de coleta de dados, estações de amostragem, a frequência e outros; 3) O próprio EIA, contesta o número de 140 embarcações tido como numero que a Lagoa da Conceição comportaria para ter suas águas dentro da resolução do CONAMA em termos de poluição por hidrocarbonetos. Segundo o documento esse número devia ser reestudado, mas a função do EIA é exatamente de fazer esses estudos; 4) Há uma colocação que o monitoramento da biota local poderia estabelecer condutas específicas para esta questão. Percebeu-se que as medidas de controle novamente não são explicitadas. Se algum problema ocorresse, como por exemplo, o desaparecimento das espécies, não existiu proposta para o controle. É bem verdade que o exercício de prever consequências dos impactos é bastante complicado, mas nesse caso do despovoamento da Lagoa da Conceição; 5) Sobre a questão do patrimônio arqueológico, o derrocamento da seção estrangulada do canal, junto à ponte é pressuposto básico para a elaboração de todo o projeto, uma vez que sem esta medida seria impossível aumentar o tráfego de embarcações pelo canal. Entretanto trata-se de um sítio arqueológico tombado pelo patrimônio histórico impassível de ser modificado. A alternativa que o EIA apresentou, não deveria se basear em uma suposição tão vaga. Se o IPHAN negasse o pedido de alteração da área, o que deveria acontecer, todas as alternativas poderiam modificar completamente o projeto e seus impactos.

É bem verdade que a maioria das grandes empresas e seus grandes projetos possui um poder de pressão política e financeira muito grande sobre os órgãos governamentais. É mais

uma vez os interesses privados interferindo na administração pública independente dos interesses da comunidade.

A apresentação dos itens de que trata esse artigo é de fundamental importância porque mostra o grau de comprometimento do empreendedor com a questão ambiental. Com a apresentação destes fica a garantia de que o empreendedor continuaria, caso a sua obra fosse concluída, tendo responsabilidade sobre os danos ambientais causados por seu empreendimento. O que acontece na maioria das vezes é que a recuperação de danos dessa natureza é repassada ao setor público prejudicando duplamente a comunidade: uma vez em função do próprio impacto e outra vez pagando a conta da recuperação da área degradada.

O artigo 9 trata dos requisitos mínimos que devem ser apresentados no RIMA. O inciso I determina que deva ser levantada a compatibilidade do projeto com as políticas setoriais, planos e programas governamentais. O RIMA, entretanto, no seu capítulo que trata da legislação e planejamento para a região do Porto da Barra, não levantou o fato do projeto prever a modificação do sítio arqueológico que se situa na região para a qual estaria prevista a derrocagem do canal e a construção da nova ponte que teria um dos pilares sobre outro sítio.

O inciso II determina que sejam apresentadas a descrição do projeto com suas alternativas tecnológicas especificando os processos e técnicas operacionais. Este inciso não foi atendido pelo RIMA que não apresentou nem a área de destino da escavação dos canais, nem os processos construtivos detalhados dos mesmos.

O inciso IV são pedidas as técnicas e critérios adotados para a identificação. Quantificação e interpretação dos prováveis impactos ambientais, o que não foi feito nem no EIA e muito menos no RIMA. Para alguns impactos são levantadas as necessidades de monitoramento, mas efetivamente não se apresenta as alternativas tecnológicas para sua realização.

No inciso V é pedido a caracterização da qualidade ambiental futura da área de influência, o que não foi feito. Da mesma forma no inciso VI onde se pede a descrição dos efeitos das medidas mitigadoras previstas, as medidas não são apresentadas sendo impossível prever quais seriam os seus efeitos.

No inciso VII é pedido o programa de acompanhamento e monitoramento dos impactos que não foi apresentado. O inciso VIII determina que várias alternativas devam ser consideradas, inclusive a de não fazer o empreendimento, o RIMA apresentou apenas uma alternativa e não analisa propriamente a alternativa de não fazer. No parágrafo único está exposto que o RIMA deve ser apresentado de forma objetiva adequada a sua compreensão. As informações devem ser traduzidas em linguagem acessível, ilustradas por mapas, cartas, quadros, gráficos e demais técnicas de comunicação visual, de modo que se possam entender as vantagens e desvantagens do projeto. No entanto o tema que aborda a questão do plano diretor e que trata de estruturas urbanas entre outras, não se encontra bem explícito ferindo o artigo citado, não apresentando subsídios adequados para análise do RIMA pelos órgãos competentes.

A Constituição Brasileira de 1988, em seu Art. 216, constitui como patrimônio cultural brasileiro os bens de natureza material e imaterial tomados individualmente ou em conjunto, portadores de referência à identidade, à ação, à memória dos diferentes grupos formadores da sociedade brasileira, nas quais se incluem os conjuntos urbanos e sítios de valor histórico, paisagístico, arqueológico, paleontológico, ecológico e científico. O Poder Público, com a colaboração da comunidade, promoverá e protegerá o patrimônio cultural brasileiro, por meio de inventários, registros, vigilância, tombamento e desapropriação, e de formas de acautelamento e preservação. Os danos e ameaças ao patrimônio cultural serão punidos, na forma da lei. Os sítios arqueológicos localizados ao lado da ponte pênsil se enquadram no texto da constituição brasileira.

A Justiça Federal, no dia 27 de fevereiro de 1998, decidiu-se por deferir a liminar da Ação Civil Pública para impedir o início das obras e suspender as Licenças Ambientais expedidas pela FATMA.

É notória a polêmica social que envolve o caso em tela. Aparentemente uma maior elitização da ocupação da área da Barra da Lagoa acabaria com a tranquilidade daquele morador do local que nasceu em Florianópolis, ou mesmo daquele que primeiro a descobriu e veio fugido dos problemas das grandes cidades. Aliás, são estes moradores que enfrentam suas próprias contradições. Dizem terem adotado a Ilha por seus encantos e magias, às vezes dizem até querer uma marina conforme a

proposta no projeto. Defendem também, os espaços públicos que restam da lagoa, pois indubitavelmente eles devem ser preservados.

Em suma, para essas pessoas, os belos espaços da lagoa representam as maiores atrações turísticas e de lazer da Ilha de Santa Catarina. Criticam muito o “fechamento” da lagoa por residências construídas juntas a sua margem, pois não proporcionam um espaço livre para que as pessoas possam usufruí-la livremente, afinal todos sabem que ela constitui um bem público e de uso comum.

A percepção que emerge nessa reação de setores sociais da alta classe média e também da classe média é a mesma que se dá contra o projeto de construção do Porto da Barra: a proteção de toda a bacia da Lagoa da Conceição, especialmente como lugar de recreação, servindo a todos estes moradores como local de banhos, descanso, diversão noturna, gastronomia entre outros.

Segundo Alexandre (2003), tanto os moradores da Barra da Lagoa quanto os moradores da Lagoa da Conceição encaram de forma negativa e preocupante a construção do empreendimento, assim como os empresários da Lagoa da Conceição. Já entre os empresários e líderes políticos da Barra da Lagoa, assim como para os pescadores da região a situação é inversa. Eles apoiam a construção do empreendimento alegando que os impactos socioambientais serão “controlados”. Esse tipo de atitude indica um estreito relacionamento de pescadores, empresários e lideranças políticas locais com o empreendedor.

Destaca Villasbôas (2003) que, a ONG Fundação Lagoa manifestou que o projeto foi muitas vezes discutido abertamente na comunidade, e foi louvável o empenho do empreendedor em abrir o projeto para a comunidade, porém afirma que a capacidade de carga de poluição da lagoa já se esgotou e o projeto significaria uma carga adicional que não teria como ser absorvida. Segundo a ONG, a comunidade só assimila os benefícios potenciais que o projeto traria, como a melhoria da urbanização do local, geração de empregos, entre outros, sem compreender a gravidade dos impactos que seriam causados.

A Federação dos Pescadores de Santa Catarina preocupou-se desde o início com os impactos ambientais e solicitou informações sobre como esses impactos seriam

tratados. O Presidente da Colônia de Pescadores Z-11 confiava então na responsabilidade do empreendedor e nos benefícios que o Projeto traria para a comunidade, alegando que a pesca não estava dando dinheiro e o projeto seria a salvação para os pescadores que estavam morrendo de fome.

Outro tipo de reação a esse projeto parece originar-se, ainda, a partir da hipótese de que a construção do Porto viria a inviabilizar as atividades dos laboratórios da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC), instalados exatamente na Lagoa, principalmente por razões técnico-científicas, contidas nos autos do processo que envolve o caso em tela.

Lopes et. al (2014) salientam que, atualmente o Ministério Público Federal foi intimado a informar acerca da tentativa de solução conciliada que justificou a paralisação do feito por vários anos. À União foi determinado que informasse se havia ocorrido, de fato, o cancelamento da ocupação da área destinada à instalação do empreendimento objeto de discussão nos autos. O MPF informou que a conciliação não se realizou. Como não houve acordo e nem há prova concreta da desistência da pretensão do empreendedor, o MPF deu prosseguimento ao feito.

A União, por sua vez, esclareceu que eventual cancelamento da ocupação está a depender de laudo do IBAMA a respeito da característica da área como de preservação permanente. Em vista da informação trazida pelo MPF, intima-se o grupo Portobello para esclarecer se ainda persiste seu interesse na implantação do empreendimento.

O MPF informou que a conciliação não se realizou. Como não houve acordo e nem há prova concreta da desistência da pretensão do empreendedor. O MPF deu prosseguimento ao feito.

Conforme relato referente ao impasse judicial que envolve o empreendimento do grupo Portobello (Projeto Porto da Barra) por mais de 15 anos, a Procuradora Federal Ana Lucia Hartmann salienta no que diz respeito ao projeto arquitetônico inicial, que houve diversas modificações, como exemplo, no setor náutico o primeiro projeto tinha previsão para uma frota de 300 embarcações, onde no projeto atual a capacidade foi reduzida para 30 (Anexo 1).

3.5 O CASO FLORIANÓPOLIS VILLAGE GOLF RESORT

Conforme o EIA/RIMA (2010), o empreendimento Florianópolis Village Golf Resort trata-se de proposta de parcelamento do solo urbano para implantação de lotes comerciais e residenciais unifamiliares e multifamiliares, localizada no Distrito do Pântano do Sul, Município de Florianópolis/SC, sendo a área de propriedade da JAT Engenharia e Construções.

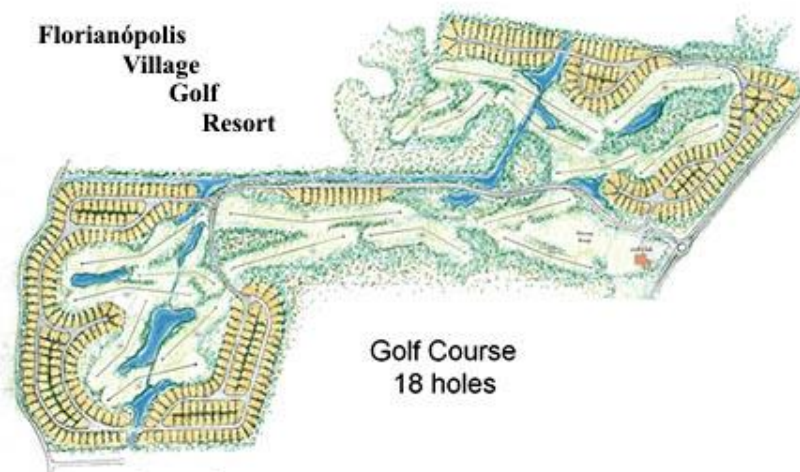
Imagem 24: Projetos dos empreendimentos da JAT Engenharia e do Grupo CR Almeida.



Fonte: Boletim nº 13 do Núcleo Distrital/2014.

O projeto original conta com a implantação de um campo de golfe, um resort e condomínios residenciais multi e unifamiliares, além das demais infraestruturas que compõe um grande empreendimento turístico.

Imagem 25: Projeto do Florianópolis Village Golf Resort.

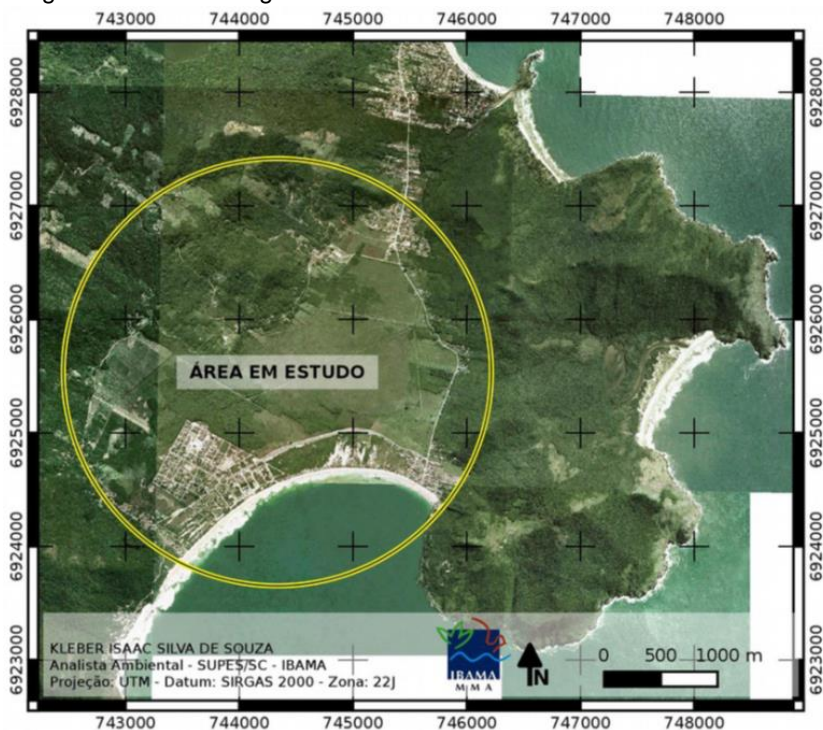


Fonte: parquenaturaldopantanodosul.blogspot.com/2015.

O endereço local do empreendimento é na Estrada João Belarmino da Silva, s/nº - Pântano do Sul - Florianópolis – SC. A área está localizada na Bacia Hidrográfica do Pântano do Sul. Faz parte do Distrito do Pântano do Sul, e está no entorno do Parque Municipal da Lagoa do Peri e do Parque Municipal da Lagoinha do Leste. Essas Unidades de Conservação estão à aproximadamente 1 km do empreendimento. A área de Proteção Ambiental da Baleia Franca encontra-se na região marinha próxima e o Parque Estadual da Serra do Tabuleiro a menos de 10 km do local proposto para o empreendimento.

A área de estudo está localizada em Zona Costeira, nas imediações da Praia do Pântano do Sul. O empreendimento está localizado em área urbana conforme a Lei 2193/85 do Plano Diretor dos Balneários.

Imagem 26: Ortofoto digital da área em estudo.



Fonte: IBAMA/2010.

As unidades geológicas presentes na área de influência direta do empreendimento são os depósitos Paleolagunares e Marinheiros Praiais Holocênicos. Os Depósitos Paleolagunares ocupam a porção central da planície sedimentar. Desta forma, grande parte da área a ser ocupada pelo empreendimento se insere nesta unidade geológica. Os Depósitos Marinheiros Holocênicos ocorrem na Praia do Pântano do Sul, se estendem também acompanhando a Rodovia SC-406, através de uma estreita faixa na planície sedimentar até as proximidades da junção do Rio Quinca Antônio com o curso d'água canalizado que corta transversalmente a área do empreendimento.

A área do empreendimento também abrange parte desta estreita faixa de Depósitos Marinheiros Holocênicos. Atualmente, essas áreas encontram-se colmatadas, em função da mudança

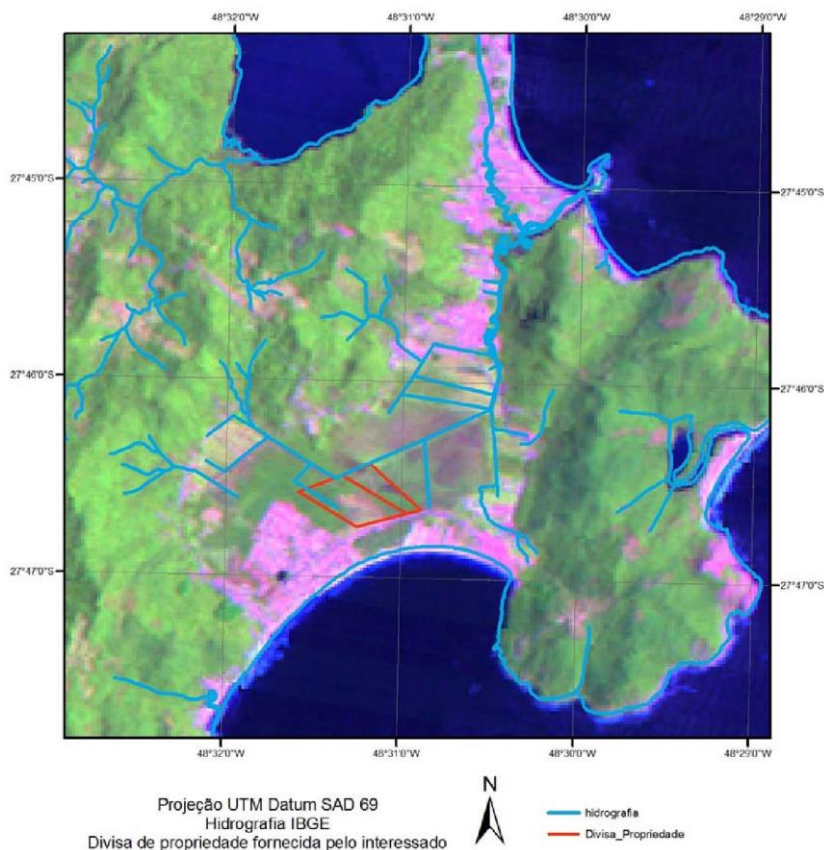
do nível de base ocorrido nos últimos milênios, associados à oscilação negativa do nível do mar.

Os depósitos de manguezais são constituídos por sedimentos finos, ricos em matéria orgânica, e por diversificada vegetação que apresenta espécies típicas de dicotiledôneas, gramíneas e diversas espécies de algas.

Na área de influência direta do empreendimento ocorrem relevos associados aos domínios dos Depósitos Sedimentares Quaternários onde se encontra a unidade geomorfológica Planícies Marinhas, com modelados de acumulação marinha e paleolagunar.

A Bacia Hidrográfica do Pântano do Sul, contida no Domínio Morfoestrutural da Floresta Ombrófila Densa, apresenta as duas unidades ecológicas singulares da Ilha de Santa Catarina, Floresta Pluvial de Encosta Atlântica e Ecossistemas associados às planícies costeiras.

Mapa 13: Bacia Hidrográfica do Pântano do Sul e divisa da propriedade do empreendimento.



Fonte: EIA/RIMA - 2010.

Os principais morros formadores do sistema hidrográfico da bacia do Pântano do Sul são os seguintes: Morro do Pântano do Sul, situado na parte sul próximo a Praia do Pântano do Sul; Morro do Matadeiro, situado na parte nordeste próximo à desembocadura do Rio Quinca Antônio; Morro de Costa de Dentro, situado na parte sudoeste da bacia do Pântano do Sul; Morro do Pelado e Morro da Boa Vista situados na parte centro-oeste da bacia; e os morros de Indaiá e Peri de Cima, situados na parte norte da bacia do Pântano do Sul.

Mapa 14: Reprodução parcial do levantamento planialtimétrico do IPUF de 2002.



Fonte: IBAMA/2010.

Nas áreas planas da região de estudo, onde pretende se implantar o empreendimento, predominam solos de caráter hidromórficos, representados por areias quartzosas hidromórficas álicas que possuem como material originário, sedimentos quaternários. O solo apresentar lençol freático muito próximo à superfície na maior parte do ano, portanto a drenagem é imperfeita.

O Aquífero Ilha, que ocorre nas áreas de influência do empreendimento em tela, é classificado como um aquífero fraturado, livre, freático, anisótropo e heterogêneo. A captação de água é feita exclusivamente nas fraturas da rocha, o que faz a locação dos poços tubulares profundos um trabalho de grande técnica e precisão.

Sítios arqueológicos encontram-se dispersos por toda a enseada, desde o início do sopé do Morro do Pântano estendendo-se até a encosta do Morro da Costa de Dentro. São caracterizados como sítios cerâmicos, oficinas líticas, sambaquis e casas subterrâneas.

Foram registradas 93 espécies de aves, 35 espécies de répteis, 6 espécies de anfíbios, além de uma espécie de camarão

de água doce, de gambá, de cachorro-do-mato, morcego, coati, tamanduá-mirim, lontra, capivara e tatu.

Na área de influência direta do empreendimento ocorrem a Vegetação de Restinga Arbórea, Vegetação de Restinga Herbácea e Pastagem. A história remonta ao uso intensivo destas áreas, principalmente depois de drenados os antigos pântanos brejosos, para ocupação urbana ou para pecuária.

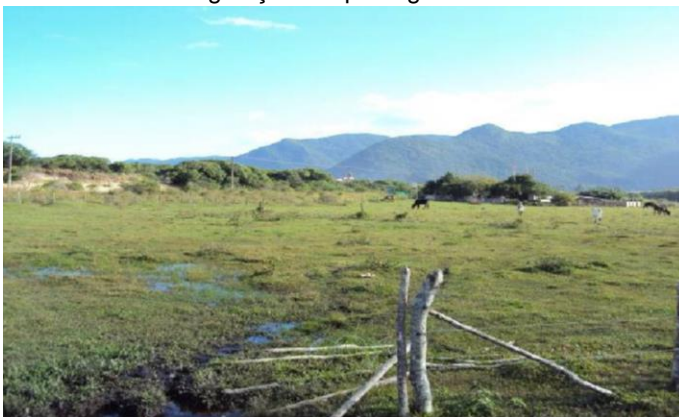
Imagem 27: Vegetação de restinga paludosa em área alagada.



Fonte: IBAMA/2010.

Os terrenos planos foram ocupados por moradias isoladas, extensas pastagens e algumas áreas de cultivo. No passado, a vegetação dos banhados cobria extensas áreas, e foram eventos decorrentes da ocupação e valorização do solo, como abertura de valas de drenagem e desmatamento das florestas, que converteram os terrenos alagadiços em áreas enxutas que foram transformadas em pastagens.

Imagem 28: Terreno alagadiço com pastagem.



Fonte: IBAMA/2010.

Imagem 29: Canal de drenagem a oeste lindeiro ao terreno do empreendimento.

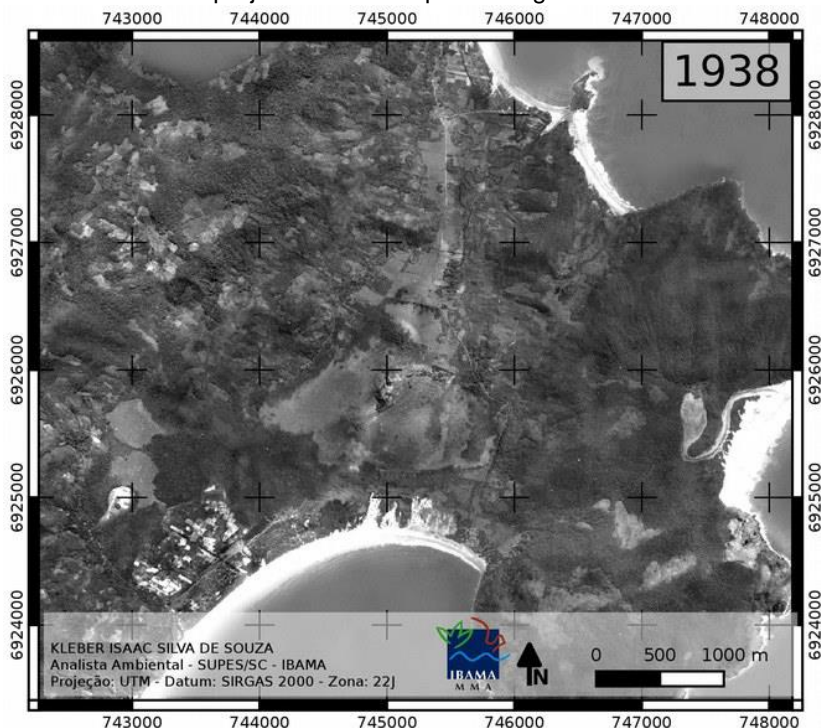


Fonte: IBAMA/2010.

Em termos populacionais, Florianópolis é o segundo maior Município do Estado, contando com um total de 352.401 habitantes, segundo o Censo Demográfico do ano 2000. Este número implica em um aumento de 26,2% em relação à Contagem da População de 1996. Tais índices demonstram um crescimento significativamente superior do município em relação ao Estado, pois para Santa Catarina foi registrado, no mesmo período, um aumento de 9,9%.

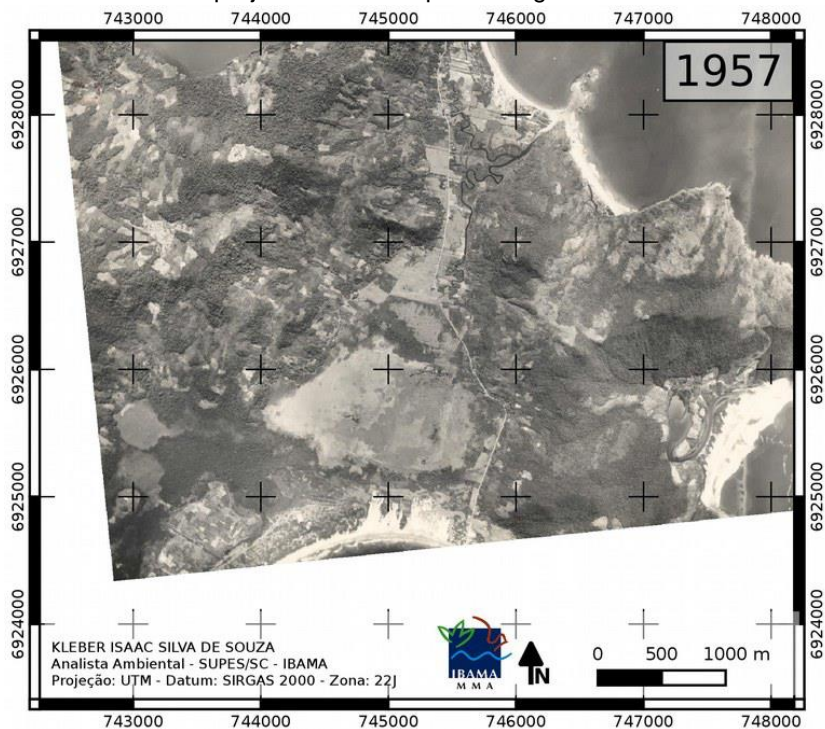
O Distrito do Pântano do Sul se originou a partir da Lei nº 1.042 de 12.08.1966 e foi instalado em 10.12.1967. Sua área é 47,68 Km², sendo formada por Praia da Solidão, Praia do Saquinho, Praia do Pântano do Sul, Lagoinha do Leste, Praia do Matadeiro, Praia da Armação, Lagoa do Peri e Costa de Dentro. Seu limite norte é o Distrito do Campeche, o limite oeste é o Distrito do Ribeirão da Ilha, e a leste e ao sul é delimitado pelo mar.

Imagem 30: Aerofoto de 1938 indicando a transição do rural para o urbano na área do projeto do Florianópolis Village Golf Resort.



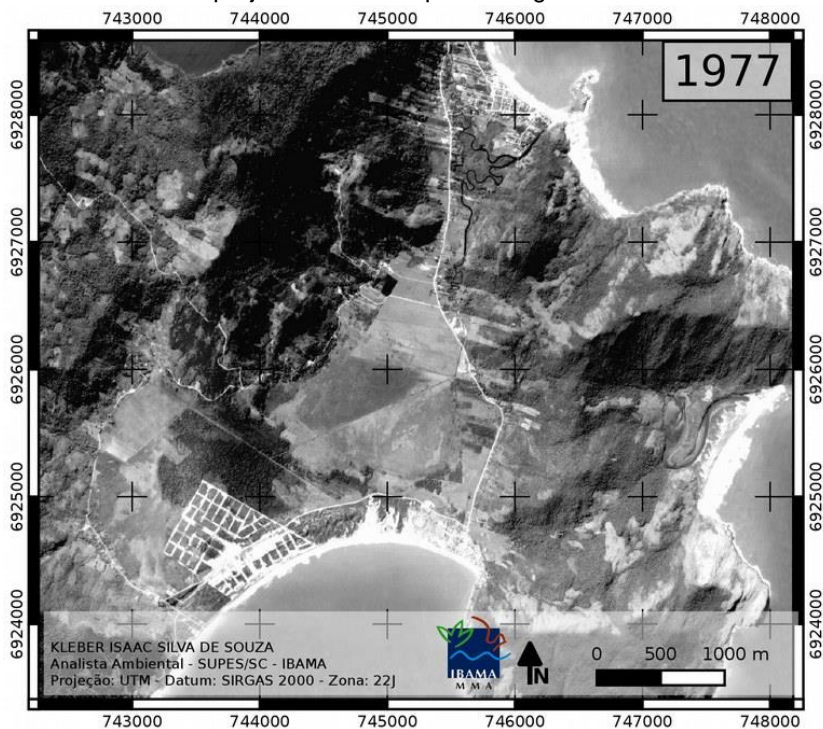
Fonte: IBAMA.

Imagem 31: Aerofoto de 1957 indicando a transição do rural para o urbano na área do projeto do Florianópolis Village Golf Resort.



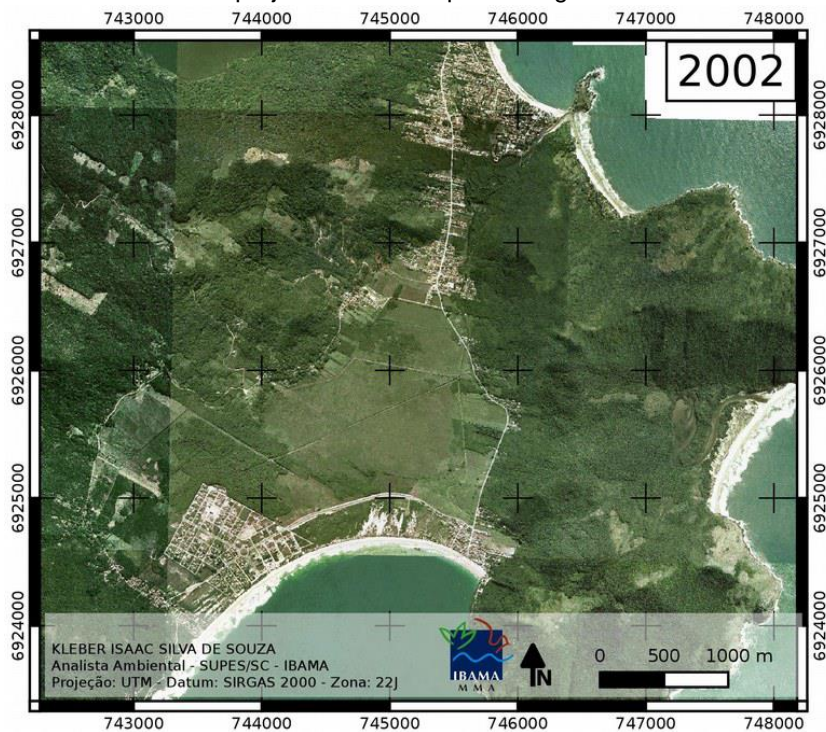
Fonte: IBAMA.

Imagem 32: Aerofoto de 1977 indicando a transição do rural para o urbano na área do projeto do Florianópolis Village Golf Resort.



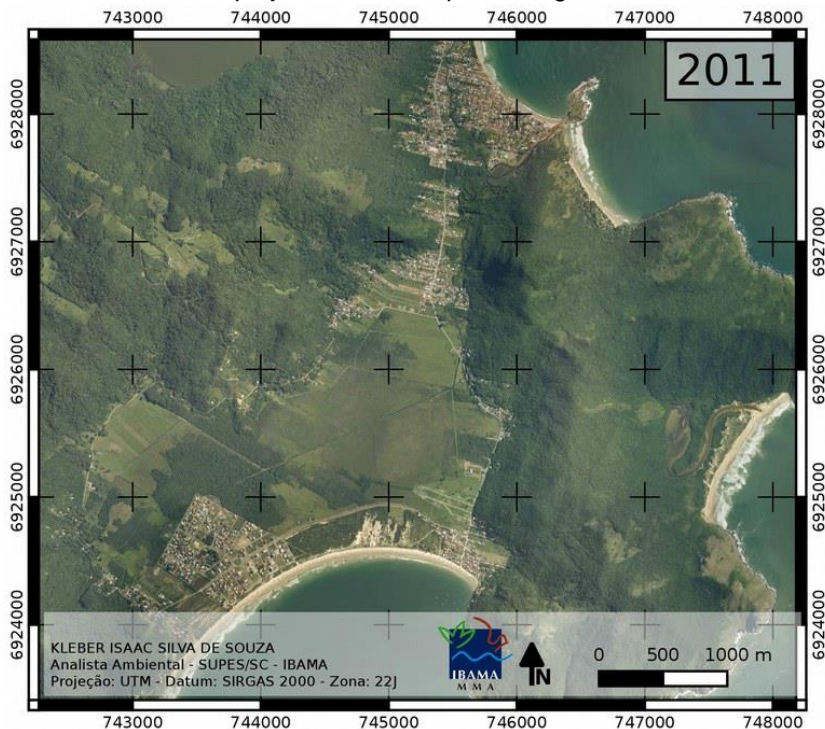
Fonte: IBAMA.

Imagem 33: Ortofoto digital de 2002 indicando a transição do rural para o urbano na área do projeto do Florianópolis Village Golf Resort.



Fonte: IBAMA.

Imagem 34: Ortofoto digital de 2011 indicando a transição do rural para o urbano na área do projeto do Florianópolis Village Golf Resort.



Fonte: IBAMA.

Segundo IBGE (2000), o Distrito do Pântano do Sul possui uma população de 5.824 habitantes permanentes. Atualmente, enquanto a pesca artesanal experimenta um processo de decadência, deixando de representar a principal atividade econômica dos núcleos Armação e Pântano do Sul, a implantação de incipiente setor receptivo turístico começa a configurar o distrito como destino turístico sazonal.

Nos últimos 30 anos, o crescente e denso processo de ocupação tem gerado alguns impactos ambientais neste núcleo, principalmente aqueles ligados ao saneamento básico, cujos equipamentos e processos não são adequados aos tipos de solo, relevo e forma de urbanização, provocando contaminações do lençol freático e dos cursos d' água. Também é evidente o conflito de uso da praia, que além de suportar os restaurantes e

bares, que imprimiram um caráter potencial de orla gastronômica, suportam a circulação e estacionamento de veículos de visitantes do balneário.

A Rodovia SC-406 persiste como único eixo viário, a situação aponta para um crescente conflito de uso e saturação do sistema, onde a demanda por vias coletoras dos fluxos provindos dos demais núcleos urbanos ou a estes direcionados, resultará em seccionamento do bairro com evidente impacto na identidade local e na qualidade de vida dos moradores.

O setor primário da economia do Distrito do Pântano do Sul é caracterizado pelas atividades relacionadas à agricultura, a pecuária e a pesca, apesar de estas atividades estarem em acentuado declínio. A agricultura e a pecuária podem ser observadas em algumas propriedades apenas para fins de subsistência e nas glebas maiores como forma de garantir a reserva fundiária para futura expansão urbana.

Os pescadores do Distrito estão organizados na Praia da Armação e na Praia do Pântano do Sul. As principais espécies de pescado capturadas atualmente são a tainha, corvina, anchova, lula e espada, que perfazem um total aproximado de 310 toneladas ao ano.

O setor terciário se revela como o mais expressivo da economia local, com 159 estabelecimentos identificados entre o ramo de comércio varejista, imobiliárias, bares e restaurantes, pousadas, e serviços gerais.

Além do sistema operacionalizado pela CASAN, existem no Distrito do Pântano do Sul outras iniciativas para abastecimento de água, destacando-se entre elas a Associação dos Moradores do Pântano do Sul (AMPSUL) que tem como uma das principais atividades a Administração do Sistema de Abastecimento de Água para a Comunidade. Utiliza os recursos hídricos do aquífero subterrâneo das Dunas do Pântano do Sul, manancial da antiga Lagoa das Capivaras, abastecendo a maior parte da população da vila do Pântano do Sul, cerca de 80% do total do número das casas.

Com relação ao saneamento básico as comunidades anseiam pela instalação de um sistema de coleta e tratamento esgoto, que até o momento está em fase de projeto. A coleta de lixo é insuficiente e a coleta seletiva não atende a todas as comunidades.

Existe também a preocupação com a futura falta d'água, já que atualmente ocorrem períodos de deficiência hídrica, especialmente no verão quando a demanda aumenta muito com o acréscimo da população.

O desrespeito à legislação urbana é evidente nos apontamentos das comunidades. Conforme os moradores, a ocupação irregular, a ocupação de risco e a ocupação insalubre crescem significativamente, assim como a especulação imobiliária. A falta de retornos, acostamentos, estacionamentos, calçadas e ciclovias, comprometem a mobilidade urbana, resultando no conflito entre pedestres, ciclistas e carros que precisam competir pelo uso do sistema viário.

Dentre os principais impactos ambientais oriundos das fases de implantação e ocupação do Florianópolis Village Golf Resort destacam-se:

- 1) Intervenção em vegetação primária para fins que não sejam de utilidade pública;
- 2) A inadequação de um sistema viário já saturado ao acréscimo de uma população de 6 mil pessoas;
- 3) Os riscos de alagamentos e outras anomalias advindas da impermeabilização do terreno para a população a jusante do Rio Quincas Antônio;
- 4) Os riscos de diminuição da disponibilidade hídrica com a impermeabilização da planície, que hoje funciona como captadora de águas para recarga do lençol freático, amplamente utilizado na região;
- 5) Comprometimento da qualidade do lençol freático e da balneabilidade das praias adjacentes;
- 6) A probabilidade de exposição dos moradores do loteamento pleiteado a alagamentos e inundações, dadas as características pantanosas do terreno;
- 7) A função ecológica da planície no contexto do ecossistema do sul da Ilha de Santa Catarina, inclusive com a manutenção de espécies endêmicas e ameaçadas;
- 8) A pressão sobre a fauna aquática pela alteração dos aportes hídricos, sedimentares, matéria orgânica e de nutrientes;

A projeção destes severos impactos ambientais alarmou a comunidade local, que buscou resistir à ação do grupo

empreendedor mobilizando a participação comunitária organizada, com a atuação da Associação de Moradores do pântano do Sul e de outros movimentos ecológicos locais.

De acordo com o EIA/RIMA (2010), os principais impactos ambientais sobre o meio físico decorrentes da implantação do Florianópolis Village Golf Resort são:

- 1) Possibilidade de processos erosivos e de assoreamento, devido à remoção da cobertura vegetal e movimentação de terra.
- 2) Alteração das características naturais do relevo.
- 3) Redução da permeabilidade do solo por pavimentação das vias.
- 4) Estabilização da margem dos cursos de água.
- 5) Alterações no regime fluviométrico devido à implantação do Empreendimento.
- 6) Possibilidade de redução da qualidade das águas superficiais pela implantação do canteiro de obras.
- 7) Assoreamento e aumento da turbidez das águas superficiais devido à remoção da cobertura vegetal e à movimentação de terra.
- 8) Possibilidade de redução da qualidade das águas subterrâneas pela implantação do canteiro de obras.
- 9) Poluição sonora devido à circulação de veículos e máquinas, para a movimentação de terra e pavimentação de vias.
- 10) Redução na qualidade do ar devido à emissão de gases e material particulado para a atmosfera.

De acordo com o EIA/RIMA (2010), os principais impactos ambientais sobre o meio biótico decorrentes da implantação do Florianópolis Village Golf Resort são:

- 1) Supressão de vegetação para ajuste de topografia e instalação do sistema viário e de infraestrutura principal.
- 2) Recomposição Florestal.
- 3) Afugentamento da fauna terrestre por perda de habitat.
- 4) Afugentamento da fauna devido à emissão de ruídos e movimentação de máquinas, equipamentos e veículos.
- 5) Pressões sobre a ictiofauna local.

De acordo com o EIA/RIMA (2010), os principais impactos ambientais sobre o meio socioeconômico decorrentes da implantação do Florianópolis Village Golf Resort são:

- 1) Geração de tráfego nas principais vias de acesso.
- 2) Aumento da demanda por transporte público.
- 3) Geração de expectativas e incertezas.
- 4) Interferências nas atividades cotidianas da população.
- 5) Alterações da paisagem.
- 6) Exposição da população ao risco de acidentes.
- 7) Aumento da demanda por atendimento nas unidades de saúde.
- 8) Risco de perda de material de interesse histórico-cultural.

De acordo com o EIA/RIMA (2010), os principais impactos ambientais sobre o meio físico decorrentes da ocupação do Florianópolis Village Golf Resort são:

- 1) Redução da permeabilidade do solo devido à construção de edificações.
- 2) Alteração do escoamento superficial devido à implantação da lagoa e da elevação da cota topográfica na área do empreendimento.
- 3) Possibilidade de alteração da qualidade das águas superficiais.
- 4) Possibilidade de alterações na qualidade das águas subterrâneas.
- 5) Possibilidade de alteração da qualidade do ar.

De acordo com o EIA/RIMA (2010), os principais impactos ambientais sobre o meio biótico decorrentes da ocupação do Florianópolis Village Golf Resort são:

- 1) Remoção ou soterramento da cobertura vegetal para implantação das unidades residenciais.
- 2) Interferência no trânsito da fauna silvestre pela planície do Pântano do Sul.

De acordo com o EIA/RIMA (2010), os principais impactos ambientais sobre o meio socioeconômico decorrentes da ocupação do Florianópolis Village Golf Resort são:

- 1) Indução à ocupação urbana desorganizada no entorno do empreendimento.
- 2) Sobrecarga na infraestrutura viária.

- 3) Apropriação parcial da capacidade de atendimento da rede pública de abastecimento de água potável.
- 4) Apropriação parcial do serviço de coleta de lixo.
- 5) Aumento da demanda por transporte público.
- 6) Aumento da demanda por equipamentos públicos e comunitários nas áreas da educação, saúde, segurança pública e lazer.
- 7) Aumento da demanda por serviços de correio, telefonia, agências bancárias, supermercados, dentre outros.
- 8) Aumento do risco de alagamento das comunidades ribeirinhas a jusante do empreendimento.
- 9) Aumento da produção de esgotos na Bacia Hidrográfica do Pântano do Sul.

O caso chamou a atenção do MPF, que em 2004 impetrou uma ACP. O objetivo do é inibir a ação de qualquer empreendimento na planície do Pântano do Sul, como os casos dos projetos da JAT Engenharia, da CR Almeida e da obra do embargado Loteamento Caravelas.

Imagem 35: Loteamento Caravelas embargado no Pântano do Sul sofre constantes alagamentos.



Fonte: IBAMA/2010.

De acordo com a ACP nº 2004.72.00.015309-6/SC (2004), o MPF busca a nulidade de registro imobiliário de imóvel concedido originalmente pelo Estado de Santa Catarina em terras devolutas da União, área de preservação permanente, ou

seja, imóveis da União. O MPF exige julgamento da sentença de procedência, higidez dos fundamentos decisórios, modificação parcial do julgado quanto à sucumbência.

A União ajuizou a presente ação contra o Estado de Santa Catarina, Walter José Lapa, Maria de Lourdes Silva Lapa, Milton Paulo Borges Leal, Vera Lúcia Mafra Leal, Nelson José Diehl, Ivonne Farias Diehl, Milton José Diehl, Maria Helena Diehl, Espólio de José Osni Bruggemann, Nilza Maria Becker Bruggemann e Pirâmide Empreendimentos visando à declaração de nulidade de registro imobiliário de imóvel com área de 64.316,46 m², situado no Pântano do Sul, nesta Capital, e inscrito sob o nº 529, do Livro nº 2, do Cartório do 2º Ofício do Registro de Imóveis.

A pretensão da União está fundada, em resumo, nos seguintes argumentos:

- 1) O Estado de Santa Catarina, por meio do extinto Instituto de Reforma Agrária de Santa Catarina (IRASC), foi quem concedeu o título definitivo em 03/06/1970, que deu origem ao registro imobiliário originário, matrícula 7.468, do Livro 3/F, realizado em 26-6-73;
- 2) O bem foi adquirido, por último, pela empresa Pirâmide Empreendimentos, em 06/05/1976;
- 3) É nula a transferência concedida pelo IRASC, pois o imóvel não era de sua propriedade;
- 4) O imóvel é constituído totalmente de terra devoluta, necessária à preservação ambiental, que nunca passou ao domínio do Estado ou de particulares, pois está localizado em ilha marítima;
- 5) A caracterização do imóvel como área de preservação permanente se deve à presença de dunas e restinga.

Como base nisso, a União fez os seguintes pedidos:

- 1) os atuais proprietários da área a restituir imediatamente o bem ora reivindicado, consolidando-se a posse do domínio em favor da União;
- 2) a anulação dos registros sob nº 529 e 1/529 do Livro 2 de Registro Geral, fl. 1 - nº 10.095 do livro 3/I, fls. 149 - nº 8.935 de livro 3/H, fls. 11 - e nº 7.468 do livro 3/F, fls. 250, todos registrados no Cartório do 2º Ofício de Registro de Imóveis de Florianópolis;

- 3) a anulação das escrituras públicas registradas nos Livros nº 95, fls. 183v/186v, datada de 06/04/1976 no 4º Ofício de Notas da Capital - Livro nº 261, fls. 116v/118, datada de 23/01/1975 no Tabelião Stavros Kotzias desta capital - Livro nº 188, fls. 011/012, datada de 14/08/1973 no Cartório Odilon Bartolomeu Vieira, nesta Capital, e finalmente o título definitivo de concessão de terras datado de 03/06/1970, expedido pelo IRASC;

Os réus Walter José Lapa e Maria de Lourdes Silva Lapa contestaram alegando preliminar de prescrição, sob o argumento de que as terras foram adquiridas há mais de trinta anos do IRASC, de forma legal, e durante esse tempo mantiveram a posse mansa e pacífica. No mérito, aduziram, em suma, não se tratar de terras devolutas nem de área de preservação permanente.

Os réus Milton Paulo Borges Leal e Vera Lúcia Mafra Leal contestaram alegando ilegitimidade passiva, pois não são mais proprietários do imóvel em questão desde 1975. No mérito, em resumo, afirmam que não se presume a condição de terra devoluta e adquiriram o bem mediante registro imobiliário.

Os réus Nelson José Diehl, Ivonne Farias Diehl, Milton José Diehl e Maria Helena Diehl apresentaram contestação apenas afirmando que adquiriram as terras de total e completa boa-fé de quem se apresentava, aparentemente, como legítimo possuidor.

O Estado de Santa Catarina contestou alegando que a Emenda Constitucional nº 46/05 retirou o suposto domínio da União da área descrita.

A ré Pirâmide Empreendimentos foi citada por edital. Em razão disso, foi-lhe nomeado curador especial, que contestou, alegando a ocorrência de prescrição, bem como a falta de prova de propriedade por parte da União.

Informado nos autos o falecimento de José Osni Bruggemann, foi citada como representante do espólio a viúva Nilza Maria Becker Bruggemann. Ela apresentou contestação defendendo, em suma, a validade do registro imobiliário.

O TRF considera ilegitimidade passiva no caso. O pedido de anulação de matrícula de registro imobiliário enseja a citação

de todos aqueles que participaram do negócio que se pretende anular, sob pena de ineficácia da sentença a ser proferida.

Com efeito, nos termos do art. 47 do Código de Processo Civil, há litisconsórcio necessário quando, em razão de dispositivo legal ou da natureza da relação jurídica, a eficácia da sentença depender da citação de todos os litisconsortes no processo. O fundamento desse dispositivo legal é justamente garantir a eficácia das decisões judiciais, o que não ocorrerá se, em alguns casos, determinadas pessoas ou entes não integrarem necessariamente a relação processual, quer em decorrência de expressa disposição legal, quer em decorrência da relação de direito material.

Não há de falar em prescrição do direito à declaração de nulidade de registro imobiliário quando o objeto do pedido é ocorrência de nulidade insanável, a qual não se convalida. É imprescritível o direito de ação na qual se busca a decretação de nulidade de registros imobiliários em consequência das nulidades de pleno direito do registro, uma vez provadas, invalidam-no independentemente de ação direta não passível de convalidação, na forma do art. 214 da Lei 6.015/73.

A boa-fé dos posseiros que receberam a titularidade dominial por concessão do Estado não prevalece ao direito público inalienável.

A ratificação das alienações e das concessões de terras já feitas pelos Estados na Faixa de Fronteiras autorizada pela Lei n.º 4.947/66 depende de requerimento da parte interessada, que deve ser instruído com alguns documentos específicos, a fim de instruir processo administrativo do INCRA, verificando-se se foram atendidas as condições previstas no Decreto-lei nº 1.414/75.

Constatada a nulidade das alienações realizadas pelo Estado do Paraná de áreas localizadas em faixa de fronteira pertencente à União Federal, descabe o pagamento de indenização por desapropriação. . O reconhecimento da nulidade de títulos de propriedade conduz à falta de interesse processual superveniente ao INCRA para manejar ação de desapropriação.

Postula a União o cancelamento do registro imobiliário de uma gleba de terras situada no Pântano do Sul, nesta Capital, bem assim o reconhecimento da sua propriedade sobre elas.

Consoante se constata dos autos, o bem foi registrado inicialmente em 26.06.1973 em nome de Walter José Lapa,

tendo como transmitente o Instituto de Reforma Agrária do Estado de Santa Catarina (IRASC), a título de concessão de terras.

A União alega que a transcrição imobiliária efetuada a partir da concessão das terras pelo IRASC é nula, posto que a propriedade do bem não era do Estado de Santa Catarina, mas sua, nos termos do art. 20, II e IV, da Constituição Federal. Argumenta que se trata de terra devoluta indispensável à preservação ambiental, além de estar localizada em ilha costeira.

A par da condição de Área de Preservação Permanente do imóvel, a procedência do pedido da União depende da constatação de se tratar o imóvel de bem público de sua propriedade. Pretendendo-se anular transcrição imobiliária ocorrida em 1973, impõe-se analisar a titularidade do bem à época.

Para tanto, faz-se uma breve incursão na história da propriedade de terras no Brasil. De fato, com o descobrimento, as terras situadas no Brasil passaram ao domínio do Estado, sendo consideradas públicas e pertencentes a Portugal. Passado o período de tentativa de distribuição por meio das Capitânias Hereditárias e concessão de sesmarias, as terras passaram a ser ocupadas em regime de mera posse até a edição da Lei nº 601/1.850.

A Lei de Terras (Lei n. 601/1850) foi publicada com o objetivo de regularizar a situação das terras públicas e evitar abusos no apossamento e legitimar as ocupações. O critério para a aquisição da propriedade era a efetiva ocupação e cultivo das terras. A lei proibiu o apossamento de novas terras e a aquisição de terras devolutas por outro título que não o de compra, exceto nas zonas de fronteira com outros países. Trouxe a norma, ainda, o conceito de terras devolutas, como sendo terras vagas, abandonadas, não utilizadas pelo Estado ou por particulares, mas pertencentes ao patrimônio público.

A Constituição de 1891, ao instituir a Federação, transferiu as terras devolutas aos Estados, reservando à União somente aquelas necessárias à defesa das fronteiras, fortificações, construções militares e estradas de ferro federais (art. 64).

Note-se que a Lei nº 601/1.850, tampouco a Constituição Federal de 1891, fizeram qualquer referência à propriedade das ilhas. Foi somente com as Constituições de 1934, 1937 e 1946

que houve menção a elas, tratando, todavia, apenas das ilhas fluviais e lacustres.

No entanto, o Decreto-Lei n. 710, de 17 de setembro de 1938, ao tratar das atribuições da Diretoria do Domínio da União do Tesouro Nacional, dispôs sobre os bens de seu domínio, nos seguintes termos:

1) Os mares territoriais, incluídos os portos, baías e enseadas; os rios, lagos e lagoas que sirvam de limite entre o Brasil e países estrangeiros;

2) Os terrenos de marinha e seus acrescidos; os de mangue e das ilhas situadas nos mares territoriais ou não, que não estejam incorporados ao patrimônio dos Estados ou Municípios; os terrenos de aluvião formados em frente aos de marinha e outros pertencentes à União; os terrenos situados à margem dos rios navegáveis no território do Acre, se por algum título não pertencerem a particular os situados à margem brasileira dos rios internacionais; e as ilhas situadas em rios que limitam o Brasil;

Posteriormente, em 5 de setembro de 1946, o Decreto-Lei n. 9760 também dispôs sobre os bens da União em seu art. 1º. Incluem-se entre os bens imóveis da União as ilhas situadas nos mares territoriais ou não, se por qualquer título legítimo não pertencerem aos Estados, Municípios ou particulares.

Por fim, a Constituição Federal de 1988, no art. 20, delimitou os bens da União do seguinte modo:

- 1) Os que atualmente lhe pertencem e os que lhe vierem a ser atribuídos;
- 2) As terras devolutas indispensáveis à defesa das fronteiras, das fortificações e construções militares, das vias federais de comunicação e à preservação ambiental, definidas em lei;
- 3) Os lagos, rios e quaisquer correntes de água em terrenos de seu domínio, ou que banhem mais de um Estado, ou sirvam de limites com outros países, ou se estendam a território estrangeiro ou dele provenham, bem como os terrenos marginais e as praias fluviais;
- 4) As ilhas fluviais e lacustres nas zonas limítrofes com outros países; as praias marítimas; as ilhas oceânicas e as costeiras, excluídas, destas, as referidas no art. 26, II;

Com a edição da Emenda Constitucional nº 46/2005, o inciso IV do art. 20 indica que, as ilhas fluviais e lacustres nas zonas limítrofes com outros países; as praias marítimas; as ilhas oceânicas e as costeiras, excluídas, destas, as que contenham a sede de Municípios, exceto aquelas áreas afetadas ao serviço público e a unidade ambiental federal.

A Constituição de 1988, como se viu, novamente incluiu entre os bens da União as ilhas. Diante disso, a jurisprudência passou a entender que a aquisição de imóveis nelas situados só seria possível se cumpridos os requisitos na vigência da Carta de 1967/69, posto que a sentença de usucapião tenha natureza meramente declaratória.

A questão é saber, então, primeiramente, se poderia o IRASC transferir as terras a particulares. Para tanto, necessário estabelecer a titularidade das ilhas em 1970.

As ilhas costeiras se incluem entre os bens da União. A ressalva contida no art. 20, IV, às áreas, nelas situadas, que estiverem no domínio dos Estados, tem sentido explicativo quanto à possibilidade de parcelas de tais ilhas terem sido, no passado, e serem, no futuro, transferidos para os Estados, Municípios ou particulares, pelos meios regulares de direito, já que as terras públicas dominicais não são insuscetíveis de alienação, sendo elas, ao revés, vocacionadas à passagem do patrimônio público para o patrimônio privado, como um imperativo de progresso.

É de presumir-se, pois, que alguma fração das terras públicas federais, na Ilha do Cardoso, tenha sido adquirida não apenas por particulares, mas também pelo Estado e pelos Municípios, não só pelo efeito de leis que tenham assim disposto, mas ainda em decorrência de atos jurídicos aptos a produzirem tal consequência, segundo a ordem então vigente.

Dessas porções de terra é que, sem nenhuma dúvida, trata a CF/88, no art. 26, II, ao referir as áreas, nas ilhas oceânicas e costeiras, que estiverem no domínio dos Estados, após haver incluído, expressamente, entre os bens da União no art. 20, IV, as ilhas oceânicas e costeiras.

Do contrário, configura-se condomínio ou duplicidade de domínio sobre as mesmas terras públicas. A primeira hipótese não é a tradição, no direito pátrio, no que concerne a terras públicas, e a segunda é inadmitida em nosso sistema jurídico.

Daí a interpretação que seu deu acima, para os dois dispositivos de nossa Constituição, que resultou na harmonização do art. 20, IV, referindo-se às ilhas oceânicas como um todo, confere à União a titularidade de seu domínio, enquanto o art. 26, II, por mencionar parcelas dos ditos bens (áreas que estiverem no domínio dos Estados), há de ser entendido como alusivo a porções adquiridas por estes, pelos meios regulares de direito.

Com esse julgamento, inclusive, o Supremo acabou por modificar seu entendimento acerca da titularidade das ilhas, que havia firmado no Recurso Extraordinário nº 101.037-1/SP. É o que se conclui do voto do Ministro Francisco Rezek. Depois de esclarecer que a Constituição de 1967/69 permitia duas teses interpretativas, e que o Supremo havia abonado aquela considerada mais consentânea com o sistema jurídico.

A Constituição de 88 observou a distinção que o acórdão fizera entre ilhas oceânicas e ilhas costeiras, mas liquidou o assunto por inteiro, dizendo que umas e outras pertencem naturalmente à União, a menos que outra forma de domínio ali se possa demonstrar, seja do Estado, seja do Município, seja do particular.

O que se conclui, então, que a área é de propriedade da União, não havendo prova alguma de que a titularidade das terras tenha sido transferida por ela ao Estado de Santa Catarina, a legitimar o registro imobiliário levado a efeito pelo Instituto de Reforma Agrária de Santa Catarina (IRASC).

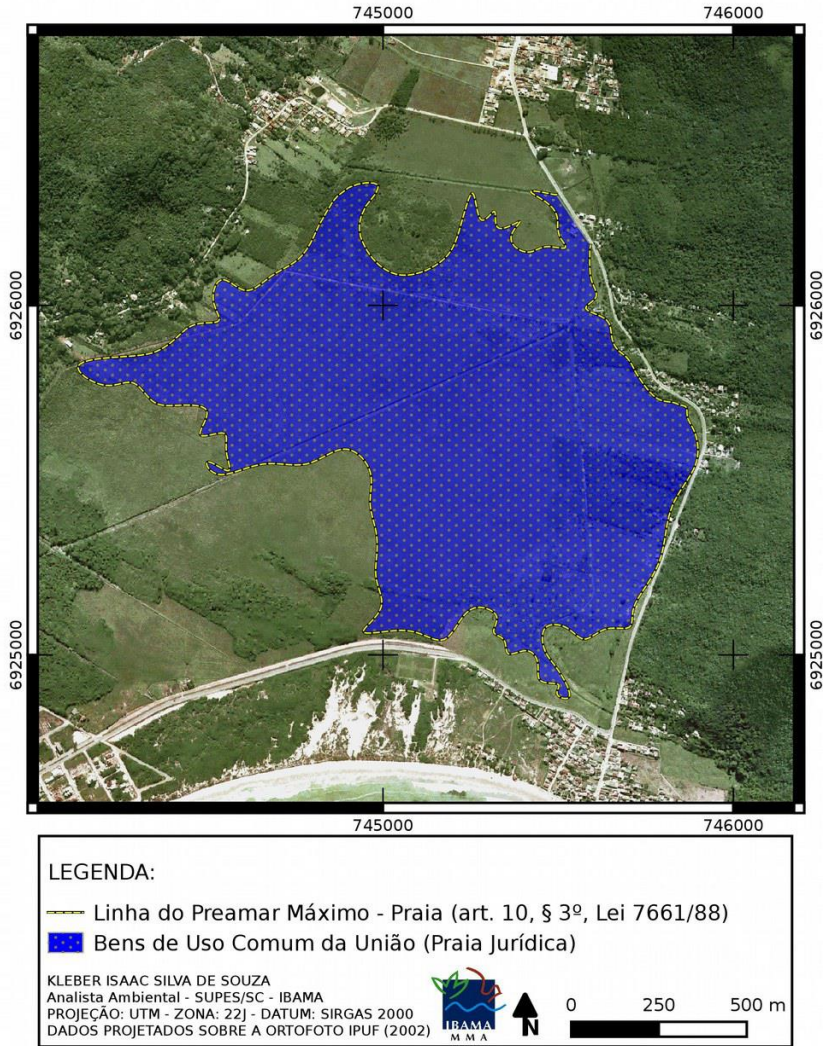
Além disso, o Código Florestal, de 15 de setembro de 1965, vigente à época, expressamente excluía da distribuição de lotes destinados à agricultura, em planos de colonização e de reforma agrária, as áreas florestadas de preservação permanente nele referidas (art. 8º), e o objetivo precípuo da distribuição de terras efetivadas pelo IRASC, criado pela Lei Estadual n. 2.939/61, era a distribuição de terras a posseiros agricultores.

Utilizando-se dos mesmos critérios adotados pela SPU para identificação de terrenos de marinha e acrescidos, identificou-se como de domínio da União uma área adicional de 85,37 hectares, que foi ignorada no levantamento preliminar apresentado pela SPU ao MPF. Se forem consideradas as áreas de bens de uso comum, a área de domínio da União a oeste da SC-406 possui 124,37 hectares.

No que tange esta análise, a União busca:

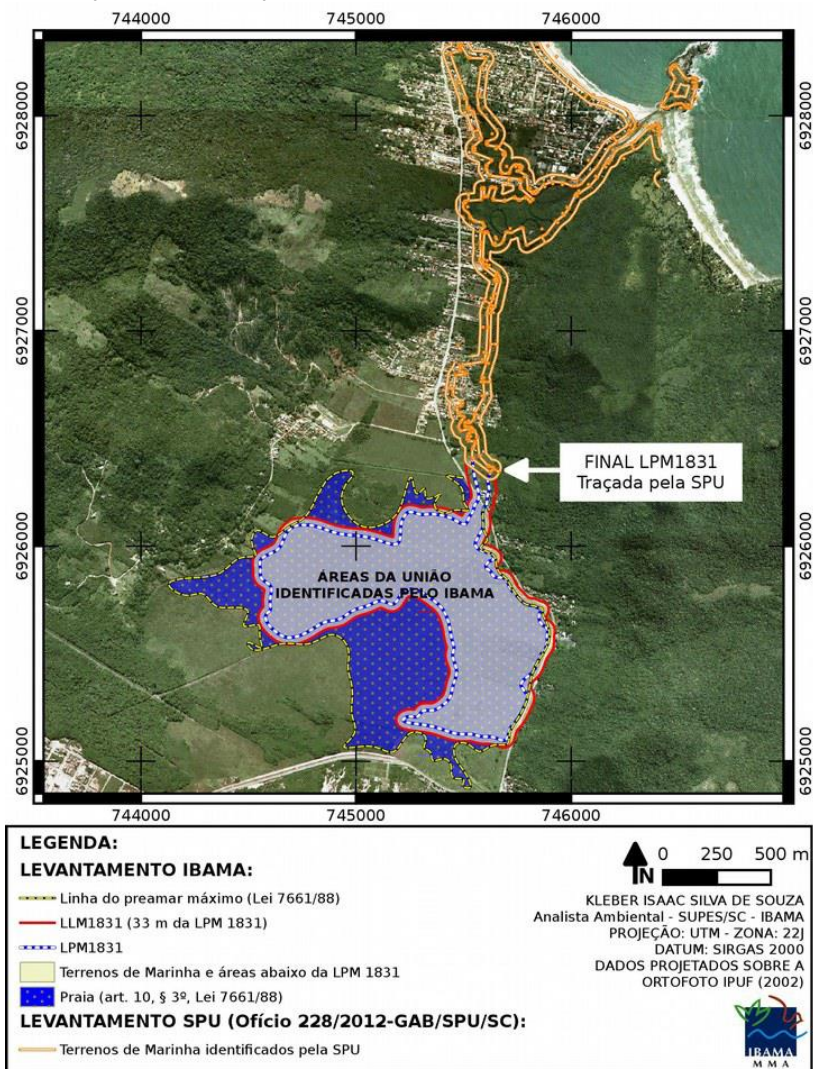
- 1) A condenação dos atuais proprietários da área e a restituição imediata do bem ora reivindicado, consolidando-se a posse e o domínio em favor da União;
- 2) A condenação dos requeridos à promoção do desfazimento das construções e benfeitorias existentes no imóvel;
- 3) A averbação no registro sob nº 529, do Livro 2, fl. 1, do Cartório do 2º Ofício de Registro de Imóveis de Florianópolis quanto à solicitação de declaração de nulidade dos documentos, evitando-se futuros inconvenientes;
- 4) Condenação da parte ré no pagamento dos honorários periciais adiantados pela União nos autos do processo.

Mapa 15: Área alcançada pela preamar máxima na planície do Distrito do Pântano do Sul. Material produzido a partir dos dados hipsométricos das Cartas do Aerolevantamento de Florianópolis realizado pelo IPUF em 2002.



Fonte: IBAMA/2010.

Mapa 16: Comparação entre o levantamento dos terrenos de marinha realizado pela SPU e entregue ao MPF pelo Ofício 228/2012-GAB/SPU/SC - Protocolo PR-SC 00013848/2012, de 30/05/2012, com as áreas de domínio federal identificadas pelo IBAMA. Material produzido a partir dos dados hipsométricos das Cartas do Aerolevantamento de Florianópolis realizado pelo IPUF em 2002.



Fonte: IBAMA/2010.

Em dezembro de 2012 a FLORAM deliberou uma resolução por via da sua Câmara Técnica Ambiental, no bojo da proposta apresentada à PMF em junho de 2012, apoiando a criação de um parque ambiental.

A proposta do parque já contava com o compromisso político por parte do então candidato Cezar Souza Júnior, firmado na véspera da eleição de 2012 quando assumiu este compromisso na consulta feita pela FEEC para os então candidatos à prefeitura.

Diante da posição já externada pela FLORAM em favor da criação de um parque ambiental, o Prefeito Cezar Souza Júnior deveria dar continuidade a tramitação do projeto e cumprir o que prometeu antes de ser eleito, decretando a criação da unidade de conservação, porém o atual Plano Diretor aprovou na região objeto deste estudo uma área de urbanização especial (AUE), cabendo uma operação urbana consorciada (OUC).

3.6 O CASO PARQUE HOTEL MARINA PONTA DO CORAL

Cabral (1972) relata sobre a defesa da Ilha de Santa Catarina, e menciona existência de duas fortificações na Praia de Fora, o Forte de São, Francisco Xavier e o Forte de São Luiz. Não há menção sobre a Ponta do Coral como ponta de vigia, entretanto, as duas fortalezas, quanto ao ponto de vigia, não possuem qualquer vestígio físico que comprove a sua existência. Os relatos de moradores antigos da região indicam que a posição de ambas as fortificações não ofereciam visão adequada da Baía Norte, o que poderia ser suprido pela localização privilegiada da Ponta do Recife, com uma vista de mais de 180° da Baía Norte.

A Câmara Municipal, em 1839, estendeu os limites da área urbana da cidade do Desterro para o sul o para o norte. O limite sul avançou ate a ponta chamada do Jose Mendes (que ainda conserva este nome), onde tivera a sua chácara José Mendes dos Reis. O extremo norte foi empurrado para Pedra Grande, no caminho do Itacorubi. No bairro do Mato Grosso, atual Agrônômica a localidade da Pedra Grande, atual Ponta do Coral, era no século XIX uma região com muitas chácaras.

Este acidente geográfico localizado na Baía Norte da Ilha de Santa Catarina, tem seu acesso feito pela Avenida Beira-Mar Norte, no trecho denominado Av. Irineu Bornhausen. Esta área

do bairro da Agrônômica, por ser plasticamente cênica, sempre foi predominantemente utilizada para o lazer. Região com muitas chácaras no início do século. Após a construção do Abrigo de Menores, em 1940, foi consolidada como um verdadeiro parque dos moradores do bairro. A venda da Ponta do Coral para construção de um hotel, em 1980, retirando da população uma das últimas áreas verdes do centro da cidade foi um grande equívoco do Governo do Estado, provocando revolta em toda a sociedade e até hoje gerando muita polemica.

Imagem 36: Panorâmica da Ponta do Coral.



Fonte: ACP nº 501305240.2012.404.7200/2012.

De acordo com o EIA/RIMA (2011), o Projeto Parque Hotel Marina Ponta do Coral foi orçado em trezentos milhões de Reais, fora o valor do terreno, e se caracteriza como um complexo hoteleiro, turístico e de lazer, que terá 4,9 Ha de área útil, em terra, que abrangerá hotel de luxo, restaurantes, lojas e um parque público, com praças, anfiteatro, museus e playground. Prevê-se, inicialmente, a construção de um prédio de 91,78m de altura, com heliponto e 661 unidades habitacionais para locação e venda. No mar, compreenderá ainda uma marina flutuante com 5,7 Ha de área útil, um píer de 175m, 247 vagas para barcos e um posto de abastecimento de combustíveis com capacidade total de 45m³, comportando 3 tanques de 15m³.

Para a execução do projeto, serão necessários cerca de 140.000 m³ de diversos tipos de materiais, como saibro, areia, pedras e brita, para aterrar 34.645m² de mar territorial, o que implica mais do que dobrar a área atual do local (de 25.700m² para 57.436m²). No solo, o hotel ocupará sozinho uma superfície de 9.000m². Uma vez em operação, estima-se que o empreendimento consumirá 430.000L/dia de água e 400.000KW/hora de energia elétrica, gerando cerca de 447,34m³/dia de esgoto.

O empreendimento gerará diversos impactos ambientais, os quais não só produzirão reflexos sobre as Baías Norte e Sul, mas poderão comprometer seriamente as UCs vizinhas, e ainda, afetar todas as comunidades localizadas no entorno das Baías Norte e Sul de Florianópolis, especialmente as comunidades tradicionais, pesqueiras, coletoras ou não, que utilizam os seus recursos naturais.

O tradicional espaço público, localizado no Centro de Florianópolis há muito tempo é objeto de interesse dos grandes empreendimentos turísticos. Atualmente os grupos Hantei e Nova Próspera Mineração estão projetando no local um hotel/marina, mesmo com total desaprovação dos movimentos sociais que exigem a manutenção do espaço como público. Formou-se o movimento Ponta do Coral 100% Pública, com o intuito de formar o Parque Cultural das 3 Pontas.

As manifestações sociais deram origem a Ação Civil Pública nº 5013052-40.2012.404.7200/SC, em 18 de julho de 2012, que questiona principalmente a legalidade frente à emissão da autorização do licenciamento ambiental do empreendimento.

Imagem 37: Participação popular contra o Parque Hotel Marina Ponta do Coral.



Fonte: ACP nº 50130 52 40.2012.404.7200/2012.

Conforme a ACP nº 5013052-40.2012.404.7200/SC (2012), em 29 de abril de 1926, João Batista Sabino, recebeu o aforamento perpétuo da área, um terreno de marinha com 96 metros de comprimento, confrontado ao norte, leste e oeste com o mar e ao sul com terreno de marinha devoluto. Em 29 de janeiro de 1930, o Sr. João Batista Sabino vendeu a área para Standard Oil Company por vinte e cinco contos de réis.

As razões que motivaram a escolha daquele local pela Standard Oil, recém chegada à Florianópolis, se devem provavelmente as recomendações de conhecedores da região, Capitania dos Portos, navegadores e barqueiros, por ser o local de excelente acesso aos barcos de transporte, a existência de aterro para acesso a antiga ilha e do molhe ali edificado no século anterior.

A Standard Oil transportava combustíveis. Tambores de 200 litros de gasolina e óleo em barcos até a Ponta do Coral. Com os guinchos e trilho existentes no trapiche, levavam o material para os dois pavilhões onde eram armazenados. Posteriormente, os caminhões da empresa levavam combustível para os quatro postos de gasolina existentes na época.

Em 17 de dezembro de 1937 o Prefeito Mauro Ramos, aprova a Resolução nº.49, que determina a desativação dos depósitos de combustíveis a mais de 500 metros do perímetro urbano, atingindo diretamente o depósito da Standard Oil instalado na Ponta do Coral.

A Empresa com autorização da Prefeitura construiu seus depósitos em 1929. Em 1937 a Prefeitura considerou que os depósitos da Ponta do Coral estavam novamente dentro do perímetro urbano, determinando mudança de local.

Não aceitando a decisão da Prefeitura, a Standard impetrou um Mandado de Segurança contra a Prefeitura, não sendo concedida a segurança pelo Juízo de Direito, que confirmou a decisão do Prefeito. Entretanto, a Prefeitura de Florianópolis, citando a Constituição Brasileira de 1934, alertou para os limites do direito de propriedade frente ao interesse público, para justificar o afastamento daquela empresa da Ponta do Coral. Inconformada, a Standard recorreu ao tribunal de Apelação do Estado de Santa Catarina, solicitando o reexame da decisão do juízo de 1º Grau. O Tribunal manteve a decisão do juízo do 1º Grau. O Desembargador Urbano Salles, acatando os argumentos da Prefeitura, mencionou as limitações dos direitos de propriedade disciplinados pela Constituição Federal em vigor na época, quando confrontada com o interesse público, como motivo suficiente para não acatar o pedido da empresa Standard Oil.

Portanto, na década de 1930, ao ser examinado um conflito entre o interesse público e o interesse privado, prevaleceu o reconhecimento da supremacia do interesse público conforme estampado na Constituição Brasileira desde aquela época. Com esta decisão a Standard Oil Company of Brazil, foi obrigada a não mais utilizar seus prédios da Ponta do Coral como depósitos de combustíveis, em benefício do interesse da população florianopolitana.

Imagem 38: Aerofoto de 1938 indicando a expansão urbana na área do Parque Hotel Marina Ponta do Coral.



Fonte: SEPLAN/SC.

Em 11 de março de 1940, o então Presidente da República, Getúlio Vargas, em visita ao Estado, inaugurou o Abrigo de Menores, instituição de apoio às crianças carentes provenientes de todo o Estado, administrado pela Congregação dos Irmãos Maristas. A área que ficava nos fundos do antigo Abrigo de Menores, que era chácara de lazer, passou a ser utilizada pelos internos e por toda a comunidade do entorno por apresentar vários campos de futebol. A praia onde os internos puxavam as redes de pesca e passeavam, também era chamada pelos internos de Ponta da Estanda, em referência a Standard Oil.

Imagem 39: Aerofoto de 1957 indicando a expansão urbana na área do Parque Hotel Marina Ponta do Coral.

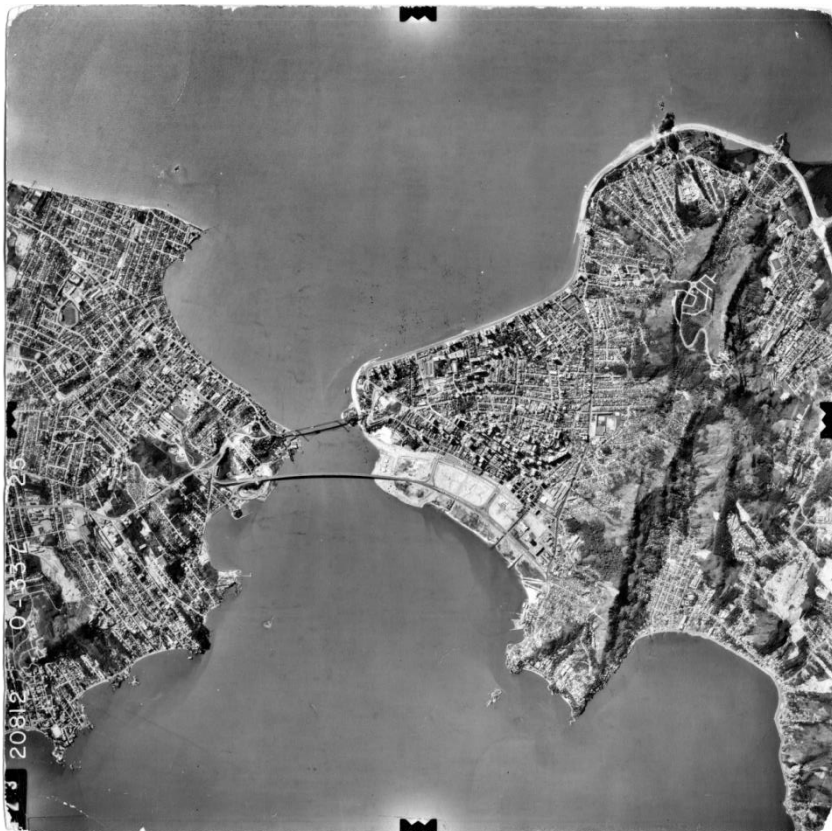


Fonte: SEPLAN/SC.

Em 03 de março de 1960, a ESSO Brasileira de Petróleo S.A. vendeu a área para o Governo do Estado com autorização da Assembleia Legislativa. Em 08 de novembro de 1960, o então Governador Heriberto Hulse inaugura a lavanderia do Abrigo de Menores, com a utilização dos prédios da Standard Oil. No ano de 1964 foi criada a FUNABEM, Fundação nacional do bem estar do menor.

Foi criada a FUCABEM, Fundação Catarinense para O Bem Estar do Menor no ano de 1975. A Congregação Marista foi afastada da administração do Abrigo de Menores, que passou a ser denominado de Educandário 25 de Novembro.

Imagem 40: Aerofoto de 1977 indicando a expansão urbana na área do Parque Hotel Marina Ponta do Coral.



Fonte: SEPLAN/SC.

No dia 1º de abril de 1980 o então Governador Jorge Bornhausen anunciou a construção de um novo abrigo no município da Palhoça, o Centro Educacional Dom Jaime de Barros. Em 20 de julho de 1980, a Governador autoriza a venda da área com a publicação do Decreto Estadual nº 11.708, que em seu texto destinava os recursos provenientes da venda da área para a construção do Educandário em Palhoça.

Entre os dias 07 e 09 de novembro de 1980, os alunos do Curso do Arquitetura e Urbanismo da UFSC, diante da confirmação da venda da área, promoveram um fim de semana de lazer e recreação com a comunidade, na Ponta do Coral,

objetivando demonstrar a importância daquela área como espaço de lazer. No dia 10 de novembro de 1980 o Governo do Estado decidiu impedir o acesso público ao local. Um dos resultados da mobilização da sociedade em geral, iniciada em 1980 contra a venda da Ponta do Coral, foi o surgimento do Movimento Ecológico Livre (MEL), uma das entidades precursoras do movimento ecológico em Florianópolis.

A área da Ponta do Coral foi vendida para a empresa Carbonífera Metropolitana, que comprou a área da FUCABEM, em 16 de dezembro de 1980, através de concorrência pública em que participaram outros três concorrentes. Kbrasol Empreendimentos Imobiliários, late Clube de Florianópolis e Sociedade Nacional de Construções (SNAC), perderam a concorrência para a Carbonífera Metropolitana que ofereceu o melhor preço e foi a vencedora.

A Câmara Municipal de Florianópolis aprova a Lei Municipal nº 2090/84, que dispõe sobre incentivos a construção de hotéis, definindo a área da Ponta do Coral como Área de Incentivo à Hotelaria, ficando permitida a construção de hotéis com até 18 pavimentos e serviços e comércio em prédios de até 4 pavimentos. Assim, o empresário Realdo Guglielmi apresentou um projeto de construção, na Ponta do Coral, de um hotel cinco estrelas com marina, que foi vetado pela FATMA e pela Capitania dos Portos por prever um aterro considerado irregular.

Em 1985 Ponta do Sambaqui foi tombada como patrimônio natural, paisagístico e histórico do município de Florianópolis, após grande empenho da comunidade do Sambaqui que, reivindicou durante vários anos a preservação da área e sua destinação para uso público.

A Câmara Municipal de Florianópolis aprova a Lei Municipal nº 3213/89, que novamente modifica o zoneamento da Ponta do Coral passando do gabarito anteriormente permitido de 04 para 06 pavimentos para serviços e comércio, e mantendo ainda o incentivo de 18 pavimentos para hotéis.

A proposta de alteração da legislação de incentivo à hotelaria coincide com a demolição das ruínas da Ponta do Coral. Em 1997, a Câmara Municipal de Florianópolis começa a examinar Projeto de Lei Nº 7535/97 57 de autoria do Vereador Michel Curi, que inicialmente propunha a extensão do benefício de gabarito de 18 pavimentos concedido aos hotéis, para empreendimentos que previam múltiplos usos em todas as Áreas

Mistas de Comercio-AMC do Centro de Florianópolis. Após sofrer emendas e críticas reduziu a área da alteração proposta às duas Áreas de Incentivo à Hotelaria (AIH) existentes no Centro, a Ponta do Coral na Beira-Mar Norte e a Ponta do Ataliba em Coqueiros.

A legislação em vigor, lamentavelmente, permite a construção de edificações com duas torres de 18 pavimentos na Ponta do Ataliba e Ponta do Coral, desde que sejam utilizados como hotel. Não satisfeitos com este incentivo, vários vereadores assinaram o projeto de lei propondo que uma destas torres de 18 pavimentos seja de múltiplos usos, concentrando os serviços de escritórios, comércio e hotel. Com a possibilidade de implantação de escritórios, cursos e comercio em geral, criar-se-ia um grande fluxo de veículos, semelhante ao Shopping Beira-Mar Norte, o que no caso da Ponta do Coral seria totalmente inadequado e absolutamente incoerente com o planejamento da cidade. Permitir o surgimento de outro grande polo gerador de tráfego seria uma absoluta falta de coerência e um desrespeito com a população. Os vultosos recursos gastos anualmente no sistema viário visam justamente facilitar o tráfego de veículos para o Centro e para o Norte da Ilha.

Em 08 de setembro de 1998, foi aprovada em primeira votação o Projeto de Lei 7535/97 do Vereador Michel Curi, que permite estender o incentivo de gabarito de 18 pavimentos não só para hotéis, mas para escritórios, comercio e serviços. No ano seguinte, o empresário Realdo Guglielmi determina o inicio da demolição do antigo prédio da Standard Oil Company of Brazil, localizado na Ponta do Coral. Após consultar o IPUF recebeu como resposta que a construção, que está no local desde a década de 1940, não é tombada como patrimônio histórico e poderia ser destruída.

Em 14 de outubro de 1998 é aprovado no plenário da Câmara Municipal de Florianópolis a Moção de Repúdio nº 031/98, encaminhada pelo Vereador Mauro Passos do PT, contra a demolição das ruínas do prédio da Standard Oil, ainda existentes na Ponta do Coral. No dia seguinte o Vereador Mauro Passos denuncia a destruição das ruínas da Ponta do Coral ao Ministério Público Estadual. O Promotor Dr. Antonio Carlos Brasil Pinto embargou a demolição objetivando verificar o real valor histórico, paisagístico e natural do local. A Polícia Ambiental, ao cumprir a diligencia no dia 16 de outubro, não chega a tempo e o

que restava da edificação já havia sido demolida, ficando apenas os dois muros da entrada.

Apesar do embargo a demolição continuou em 20 de outubro nos 2 muros que haviam sobrado. Por solicitação do Promotor de Justiça Antonio Carlos Brasil Pinto, a Polícia Ambiental da voz de prisão aos funcionários que desrespeitaram o embargo, restando ainda no local um dos muros e parte do outro.

Em 1997, a Câmara Municipal de Florianópolis, ao aprovar o Plano Diretor do Distrito Sede, Lei Complementar 01/97, manteve o incentivo de 18 pavimentos à hotelaria, previsto na legislação anterior, Lei 2090/84, e 06 pavimentos para comércio e serviços, definindo o zoneamento da Ponta do Coral como Área Turística Exclusiva-2 (ATE-2).

Com este incentivo para construção de prédios de 18 pavimentos, novamente surgirão interessados em empreender um grande aterro no local. Proposta que já foi rejeitada pela FATMA e pela Capitania dos Portos em 1985. O artigo 170 do Plano Diretor de 1997, em seu 3º parágrafo dispõe que, sempre que possível, deverão ser evitadas soluções urbanísticas que impliquem em aterros de baías ou mangues, e somente poderão ser aprovadas mediante pareceres do Órgão Municipal de Planejamento, da Fundação Municipal do Meio Ambiente, com anuência do SPU, FATMA E IBAMA. Também é importante observar que, trata-se de uma área que esta abaixo da maré média e conforme a legislação, não é edificável, é mar. Não se trata sequer de área de marinha.

Considerando os documentos anexos a ACP, contata-se gravíssima falta de proteção e promoção da função socioambiental por parte dos legislativos, executivos municipais e estadual, na salvaguarda dos territórios das Baías Norte e Sul, de Florianópolis, assim como dos Manguezais da Ilha de Santa Catarina.

Em novembro de 2010, chegou ao conhecimento do MPF que os empreendedores, a firma Hantei Construções e Incorporações Ltda. e a empresa Nova Próspera Mineração S/A haviam solicitado a SPU a cessão de terras da marinha para construção do Parque Hotel Marina Ponta Do Coral, projetado para ser construído na Avenida Governador Irineu Ramos Bornhausen (Avenida Beira-mar), na localidade chamada

tradicionalmente de “Ponta do Recife” ou, mais recentemente, “Ponta do Coral”, situada no Bairro Agrônômica.

Assim, em virtude da localização do empreendimento em mar territorial, terras e acrescidos de marinha, todos considerados bens da União, de suas dimensões, da complexidade das obras que serão necessárias para a sua instalação e de todas as atividades previstas para a sua operação, bem como da potencialidade dos danos ambientais, a Procuradoria da República instaurou o Inquérito Civil Público nº 1.33.000.005610/2010-83, a fim de fiscalizar o seu licenciamento aos impactos que serão gerados, direta e indiretamente, sobre os meios físico, biótico e social.

A ACP salienta a representação do ex-deputado federal Mauro Passos, que noticiou a publicação no Diário Oficial de Florianópolis, de 22.10.2010, do Instrumento Público de Protocolo de Intenções firmado entre o Município de Florianópolis e os empreendedores, a fim de viabilizar a instalação e a operação de complexo hoteleiro, turístico e de lazer na Ponta do Coral.

No ano de 2002, o Projeto de Lei Complementar nº 245/2000, de autoria de MAURO GUIMARÃES PASSOS, havia sido aprovado, por unanimidade, em primeira votação: ele pretendia alterar o zoneamento da localidade da Ponta do Coral de Área Turística Exclusiva 2 - ATE-2 em Área Verde de Lazer - AVL, buscando, com isso, devolver ao lugar o seu anterior histórico de zoneamento. Porém, manobras de grupos privados capitaneados pelo Vereador Jaime Tonello, relator do projeto, teriam descaracterizado o projeto de lei, não só mantendo o zoneamento ATE-2, mas também ainda permitindo a realização de aterramento em área adjacente à Ponta do Recife.

Oficiado, o IBAMA/SC asseverou que a decisão administrativa sobre o eventual licenciamento ambiental do empreendimento compete à Diretoria de Licenciamento Ambiental - DELIC/IBAMA, a qual nunca foi categórica quanto à definição da competência administrativa pelo licenciamento ambiental deste empreendimento, ao menos com o MPF. Porém, consultada pelos empreendedores, a DELIC/IBAMA-SEDE, de modo leviano, sem respaldo em estudos técnicos, declarou que a competência não era do IBAMA.

Posteriormente, nova diretoria da DELIC/IBAMA manteve o mesmo entendimento jurídico, ressaltando, contudo, a

necessidade da realização de estudos técnicos para definir a competência do IBAMA no caso concreto. Assim, a DELIC pelo menos reconheceu que sem tais estudos é impossível adotar uma orientação jurídica idônea e confiável.

Ademais, é no mínimo intrigante notar que, há menos de dois anos, em outro empreendimento que ocorreria nas mesmas águas interiores que banham o mar territorial da Baía Norte de Florianópolis, a mesma pessoa da Procuradoria Federal Especializada do IBAMA que orientou o recente posicionamento da DELIC/IBAMA, haja perfilhado orientação radicalmente oposta, posicionando-se amplamente favorável ao reconhecimento da competência do IBAMA para licenciamento ambiental do Estaleiro OSX em Biguaçu.

Na oportunidade, a própria FATMA já se contrapunha a todas às objeções que eram opostas pelo ICMBio, que apenas buscava salvaguardar a integridade das UCs da região, as quais seriam potencialmente afetadas por aquele empreendimento.

Independentemente de tais práticas jurídicas, e das consequências do empreendimento, o fato é que ele será implantado e funcionará predominantemente sobre bens da União, mar territorial, praia marítima, terras e acrescidos de marinha, e poderá gerar danos às UCs federais e aos manguezais do entorno, assim como poderá afetar sítios arqueológicos.

Quanto ao IPHAN, inicialmente, ele apenas informou que havia recebido o documento intitulado “Levantamento Arqueológico não Interventivo” para a área do empreendimento, em função de exigência legal relacionada à necessidade de diagnóstico sobre o eventual patrimônio arqueológico existente na localidade. O diagnóstico elaborado para a área de implantação do empreendimento aponta que, na Ponta do Lessa, acidente geográfico próximo à Ponta do Coral, existem evidências arqueológicas de três ocupações distintas, a mais antiga datada em 2.340 anos.

O parecer técnico da SMDU, que embasou a aprovação da viabilidade do complexo hoteleiro, condicionou o licenciamento à aprovação de prévio EIA, mas não exigiu a elaboração de EIV, indispensável para tais empreendimentos. Mais tarde, o IPUF comunicou que os empreendedores já estavam elaborando o EIV, o qual, uma vez pronto, será submetido à sua análise.

Ainda, além da importância de se considerar o componente ambiental (no caso, cultural arqueológico), deve-se atentar também às exigências do componente urbanístico, haja vista que empreendimentos dessa natureza e porte, nessa localidade, provocarão diversos impactos, como o forte aumento do fluxo de pessoas. Por exemplo, a SMDU, após a análise da consulta de viabilidade, entendeu adequada a previsão de 1.200 vagas para estacionamento de veículos.

Sobre o empreendimento, a SPU informou que, com base na LPM presumida de 1831, a parte alodial do imóvel atual encontra-se parcialmente inserido em área da União.

Posteriormente, a SPU emitiu manifestação contrária às solicitações dos empreendedores, pois além de não haverem sido juntados aos pedidos as dimensões da área a ser aterrada, o licenciamento ambiental para o empreendimento e obras como o engordamento da praia, o projeto da dragagem do mar e a construção da marina, as dimensões do espelho d'água da área da marina que deveria ser usada para a instalação do equipamento náutico, a descrição sucinta do empreendimento com a declaração do valor global estimado dos investimentos, o memorial descritivo e as plantas do empreendimento com as especificações técnicas, não competem aos empreendedores, mas apenas ao Poder Público Municipal, executar obras de interesse público que envolvam engordamento de praia para formação de acrescidos de marinha, com o fim de criar espaços públicos de lazer.

Mesmo que o Município de Florianópolis assuma e justifique a necessidade de realização das intervenções mencionadas, a SPU declarou que somente admitirá a análise das solicitações se vierem instruídas de EIA, com prévia autorização, do ICMBio e da FLORAM.

Quanto ao componente social, o IPUF manifestou que, a partir da construção do aterro da Baía sul e a consequente perda da antiga área portuária da cidade, a Ponta do Coral tornou-se o último marco referencial da área central da Capital. Em conclusão, o IPUF sugere seu uso público para o lazer da população, sendo admitidas construções na área alodial remanescente, desde que possuam porte compatível com a ambiência paisagística, a ser verificado mediante Estudo de Impacto de Paisagem.

A FCC alertou que, nos últimos 50 anos, muitos elementos componentes da paisagem de Florianópolis foram considerados de importância secundária, citando os exemplos dos morros, com sua ocupação desordenada e as diversas torres de transmissão no Morro da Cruz, a mata nativa, os mangues recortados por empreendimentos residenciais, a costa do mar aterrada e descaracterizada em toda a extensão central da cidade, afastando a população de seu patrimônio construído como a Alfândega, o Mercado Público e a Praça XV.

A Ponta do Recife, no entendimento da FCC, é um terreno singular na cidade, com vocação ao uso público reafirmada pela falta de espaços dessa natureza na área central, razão por que sua excepcionalidade e suas condicionantes históricas, estéticas, paisagísticas e naturais justificam preocupação e zelo pela população.

Ainda segundo a FCC, o gabarito de 30 metros de altura e a volumetria do edifício principal alterará significativamente a paisagem, o que torna incompatível o porte da edificação principal com as qualidades exuberantes da área. Por fim, além de concluir pela inadequação do empreendimento no local, alerta que se a venda da área e a permissão à verticalização se mostraram decisões equivocadas do Poder Público, a materialização da proposta criará uma situação de irreversibilidade da paisagem.

No âmbito federal, a conclusão não é diferente. Segundo Parecer Técnico nº 141/2011 do IPHAN, poderia ser dado à sociedade, evitando, assim, o caráter gentrificador de empreendimento, isto é, ao se permitirem a instalação e a operação do hotel e marina de luxo, em área quase que exclusivamente pública, privilegia-se a construção de um espaço elitizado em detrimento da democratização do acesso aos espaços livres de caráter público.

Com base no Parecer Técnico nº157, de 13.6.2012, do seu Setor de Arqueologia o IPHAN notificou os empreendedores, a FATMA, o IBAMA, a FLORAM e o IPUF da suspensão de posição favorável à emissão da Licença Ambiental Prévia para os trabalhos iniciais no local, da necessidade de realização de programa de prospecções intensivas com a execução de sondagens subsuperficiais em toda a área onde está projetado o empreendimento e da necessidade de execução de um programa de arqueologia subaquática, direcionado às áreas do

projeto que serão objeto de aterro, instalação da marina e de qualquer outra obra que gere alteração no solo ou no leito marinho.

O ICMBio manifestou-se timidamente sobre a gestão das Unidades de Conservação federais próximas ao empreendimento, como a ESEC Carijós, a APA de Anhatomirim, o REBIO ARVOREDO e a RESEX Pirajubaé, apenas após contestado pelo MPF é que passou, finalmente, a exercer as suas atribuições. Determinou a constituição de Grupo de Trabalho que, após analisar o EIA e todo o procedimento adotado até agora pelo órgão licenciador e pelos empreendedores, deixou claro à FATMA que diante da indispensabilidade da consulta prévia ao ICMBio, a fim e verificar se o TR para elaboração do EIA deveria ser complementado pelos Empreendedores, o que não ocorreu.

Assim, recomendou à FATMA o reinício de todo o procedimento administrativo de licenciamento ambiental do Parque Hotel Marina Ponta do Coral, mediante o envio do documento que serviu de TR para a elaboração do EIA, medida que tem sido acintosamente desrespeitada pela FATMA.

Apesar do silêncio da UFSC, a FLORAM, sua parceira na cogestão da Unidade de Conservação municipal vizinha ao empreendimento, O Parque Municipal do Manguezal do Itacorubi, manifestou que já requisitou à FATMA que, assim como ao ICMBio, e também deverá ser formalmente consultada sobre a necessidade de eventual complementação de dados no TR, bem como deverá manifestar-se sobre os impactos ambientais do empreendimento que serão provocados na UC.

Desde 1982, a UFSC tem sido a entidade pública federal legal e administrativamente responsável pela gestão de todo o manguezal da Bacia do Itacorubi, que passou a ser compartilhado com a FLORAM a partir de 1999, ocasião em que ambas celebraram o Termo de Cooperação, segundo qual se estabeleceu o regime de cogestão do Parque Municipal do Manguezal do Itacorubi. De qualquer maneira, tais instrumentos jurídicos não subtraem da SPU, do IBAMA e do próprio ICMBio suas competências legais para fiscalização de todo esse patrimônio, a fim de garantir a integridade do domínio da União e a salvaguarda do Meio Ambiente.

A FATMA desde o início tem-se mostrado extremamente resistente a qualquer fiscalização das atividades relacionadas ao

licenciamento ambiental do empreendimento ou, mesmo, a toda medida legal e legítima que possa causar incômodos aos empreendedores e, com isso, diminuir a sua autoridade, como, por exemplo, a indispensável consulta prévia que ela deve formalizar aos órgãos gestores das UCs da região do empreendimento.

Dessa forma, muito embora a FATMA tenha entendido necessária a incorporação pelos empreendedores de 29 itens aos estudos, ela nunca se preocupou em verificar, como lhe advertiu o ICMBio, se o empreendimento poderá gerar danos às Unidades de Conservação da região, advogando a afirmação dos empreendedores de que, pelos dados que teriam sido incorporados nos estudos do EIS, o empreendimento só afetará a área urbana consolidada.

Na prática, a postura da FATMA acaba por usurpar poder do ICMBio, da UFSC e da FLORAM, visto que a competência para emitir a autorização para licenciamento ambiental é exclusiva dos entes gestores das respectivas UCs.

A Lei nº 6.938/81, que cuida da Política Nacional do Meio Ambiente, em seu art. 10 preceitua que, a competência original dos Estados passou a ser do órgão federal nos casos de impactos nacionais ou regionais.

Além disso, o interesse nacional está claramente delineado nas atividades e obras que sejam levadas a efeito nas áreas do patrimônio nacional enumeradas pela CF/88, no art. 225, como a Zona Costeira. Eis, portanto, umas das razões porque o MPF entende que a competência exclusiva para o licenciamento ambiental da atividade é o IBAMA.

De acordo com o art. 24 da Constituição Federal, compete à União, aos Estados e ao Distrito Federal legislar, concorrentemente, sobre a conservação da natureza, proteção do meio ambiente, proteção do patrimônio histórico, cultural e artístico, entre outras matérias.

A Lei Federal nº 6.938/81, que cuida da Política Nacional de Meio Ambiente, em seu art. 8, atribui ao CONAMA poder regulamentar para a preservação do Meio Ambiente.

Ao regulamentar a atuação dos membros do SISNAMA, composto por órgãos e entidades da União, Estados-membros, Distrito Federal e Municípios, a Resolução CONAMA nº237/97, em seu art. 4º, inciso I, estabelece que, compete ao IBAMA o licenciamento ambiental das atividades de significativo impacto

ambiental, situadas em mar territorial, na plataforma continental ou em Unidades de Conservação do domínio da União.

A Resolução CONAMA nº 237/97 não fixa a competência dos integrantes do SISNAMA com base apenas na dominialidade do bem, mas também em função do impacto ambiental do empreendimento ou atividade, preponderando o interesse público. Logo, nas hipóteses de empreendimentos com potencial para gerar significativo impacto ambiental, ainda que a propriedade do bem pertença a outro ente federado, cabe ao IBAMA o licenciamento ambiental.

O STJ entende que não há dúvidas quanto à competência do IBAMA, nos licenciamentos capazes de provocar significativo impacto ambiental. O inciso 4º do art. 10 da Lei 6.938/81 não deixa dúvida acerca da competência atribuída ao IBAMA para licenciamento destinado a construção, instalação, ampliação e funcionamento de estabelecimentos e atividades capazes, sob qualquer forma, de causar degradação ambiental, quando tais atividades ou obras tiverem significativo impacto ambiental, de âmbito nacional ou regional.

A obra em questão atinge o entorno da área de relevante interesse ecológico, criada pelo Decreto 90.792/85, editado pelo Presidente da República, além de constituir importante remanescente da Mata Atlântica, o que evidencia a existência de interesse nacional, capaz de justificar a atuação e fiscalização do IBAMA.

Existem atividades e obras que terão importância ao mesmo tempo para a Nação e para os Estados e, nesses casos, pode até haver duplicidade de licenciamento. O confronto entre o direito ao desenvolvimento e os princípios de direito ambiental deve receber solução em prol do último, haja vista a finalidade que este tem de preservar a qualidade da vida humana na face da terra. O seu objetivo central é proteger patrimônio. Mesmo que o entendimento priorize o critério da dominialidade dos bens, ainda assim a competência deste empreendimento seria afeta ao IBAMA, haja vista que, como mencionado, a Constituição da República, em seu art. 20, inclui entre os bens da União as praias marítimas, terras e acrescidos de marinha e o mar territorial.

A Lei nº 8617/93, em seu Art. 5º, estabelece que o Brasil poderá tomar as medidas de fiscalização necessárias para evitar as infrações às leis e aos regulamentos aduaneiros, fiscais, de

imigração ou sanitários, no seu território ou no seu mar territorial e reprimir as infrações às leis e aos regulamentos, no seu território ou no seu mar territorial.

O Decreto nº 1.265/94, em seu anexo, consta uma lista de encargos específicos dos Ministérios e de outros órgãos da Administração Federal. Assim, entende-se por Poder Marítimo o componente do poder nacional de que a nação dispõe para atingir seus propósitos ligados ao mar ou dele dependentes. Esses meios são de natureza política, econômica, militar e social e incluem, entre vários outros, a consciência marítima do povo e da classe política, a Marinha mercante, e a Marinha de Guerra, a indústria de construção naval, os portos e a estrutura do comércio marítimo. O Poder naval é o componente militar do Poder Marítimo.

Observa-se que a única legislação vigente que abriria, à primeira vista, algum tipo de exceção é a Lei nº 9.966/2000 que atribui expressamente competência aos órgãos estaduais e municipais de meio ambiente para preservação, o controle e a fiscalização da poluição causada por lançamento de óleo em águas sob jurisdição nacional. Contudo, observa-se que esta lei faz referência, em todo seu texto, sempre a expressão “órgão ambiental competente”. Assim, espera-se que no caso concreto de atuação, conforme determina, identifique-se o órgão ambiental competente.

Diante do exposto e pelos motivos ora expedidos pode-se concluir que todo e qualquer empreendimento que provoque impacto ambiental em mar territorial ou águas interiores, atrai a competência para o IBAMA, independente da caracterização de impacto nacional ou regional, pelo fato de que os Estados-membros não tem jurisdição sobre este território.

Como estratégia de não submeter o licenciamento ambiental de sua atividade ao IBAMA, o empreendedor argumenta que a parcela de mar territorial situada entre a linha de baixa-mar e a linha de base reta não constitui mar territorial, mas “águas interiores”. Este argumento não encontra respaldo legal.

O mar territorial tem seus limites definidos na Lei nº 8.617/93, que em seu Art. 1º, define que o mar territorial brasileiro compreende uma faixa de doze milhas náuticas de largura, medidas a partir da linha de baixa-mar do litoral continental insular, tal como indicada nas cartas náuticas de

grande escala, reconhecidas oficialmente no Brasil. Nos locais em que a costa apresente recorte profundos e reentrâncias ou em que existia uma franja de ilhas ao longo da costa na sua proximidade imediata, será adotado o método das linhas de base a partir da qual será medida a extensão do mar territorial.

Observa-se que o mar territorial inicia sempre a partir da linha de baixa-mar do litoral continental e insular. Nos locais em que a costa apresenta recortes profundos e reentrâncias ou em que exista uma franja de ilhas ao longo da costa na sua proximidade imediata, pode ser adotado o método das linhas de base retas que unam os pontos apropriados para traçar a linha de base, mas isto, somente com o objetivo de definir os limites interiores do mar territorial do Brasil.

As águas situadas entre a linha de baixa-mar e a linha de base, não deixam de constituir parcela do mar territorial do País. A expressão “águas interiores” nada mais é do que uma construção jurídica para dar solução ao marco inicial de contagem do mar territorial, nas hipóteses em que se torna essencial a fixação de uma linha de base reta.

O Decreto nº 4.938/2004, em seu art. 4º, fixa a correta interpretação à questão, estabelecendo que as linhas de base retas e normais devem ser exclusivamente usadas como origem para o traçado dos limites exteriores do mar territorial, da zona de contígua, da zona econômica exclusiva e da plataforma continental. As Linhas de Base Retas e Normais, conforme definidos neste Decreto, dever ser exclusivamente usadas como origem para o traçado dos limites exteriores do mar territorial, da zona contígua, da zona econômica exclusiva e da plataforma continental, cujos conceitos estão especificados na Lei nº 8.617/93.

Constata-se, que as “águas interiores”, constituem parte do mar territorial, competindo ao IBAMA, nos termos do art. 4º, I, Resolução CONAMA 237/97, o licenciamento exclusivo das atividades em questão. O IBAMA também é competente para o licenciamento ambiental do empreendimento por haver Floresta Pública Federal na localidade do empreendimento, conforme EIA.

De fato, o conceito de Floresta Pública Federal possui base legal na Lei nº 11.284/06, que, entre outros temas, trata da gestão de florestas públicas para a produção sustentável. No seu artigo 3º, inciso I, conceituam-se florestas públicas como aquelas

que, naturais ou plantadas, estão localizadas nos diversos biomas brasileiros, em bens sob o domínio da UNIÃO, dos Estados, dos Municípios, do Distrito Federal ou das entidades da administração indireta.

A mesma lei, em seu artigo 83, prescreveu ainda que a Lei nº 4.771/65, em seu artigo 19, passa a considerar a exploração de florestas e formações sucessoras, tanto de domínio público como de domínio privado, dependerá de prévia aprovação pelo órgão estadual competente do SISNAMA, bem como da adoção de técnicas de condução, exploração, reposição florestal e manejo compatíveis com os variados ecossistemas que a cobertura arbórea forme. Em seu inciso 1º, saliente-se a competência do IBAMA nas florestas públicas de domínio da União, nas unidades de conservação criadas pela União, nos empreendimentos potencialmente causadores de impacto ambiental nacional ou regional, definidos em resolução do CONAMA.

Ou seja, a própria Lei nº 11.284/06 explicitou que cabe ao IBAMA aprovar a exploração de florestas públicas de domínio da União, preceito que, obstante à edição do novo Código Florestal, Lei nº 12.651/12, não foi modificado. Portanto o seu artigo 31, que trata da exploração de florestas nativas e formações sucessoras de domínio público ou privado, dependerá de licenciamento ambiental pelo órgão competente do Sisnama mediante aprovação prévia de Plano de Manejo Florestal Sustentável, que contemple técnicas de condução, exploração, reposição florestal e manejo compatível como os variados ecossistemas que a cobertura arbórea forme.

Podem-se considerar Florestas Públicas Federais todas aquelas que, naturais ou plantadas, estejam localizadas, independente do bioma brasileiro, em bens da União, competindo, ao IBAMA a sua fiscalização e eventual autorização sobre pedidos para exploração.

Portanto, no empreendimento Parque Hotel Marina Ponta do Coral, apenas o IBAMA é que tem competência para apreciar quaisquer eventuais pedidos de corte de formações vegetais que estejam situadas em bens da União, isto é, praia, terras e acrescidos de marinha. Assim, por qualquer aspecto que se observe o licenciamento ambiental, no presente caso, deve ser atribuído com exclusividade, ao IBAMA.

A Lei Complementar nº 140/2011 também requer análise destacada, pois a própria empresa contratada para elaborar o EIA reconheceu que a LC, entrou em vigor após já ter sido instaurado o procedimento administrativo de licenciamento ambiental da FATMA, conforme salientado no EIA.

Realmente a LC nº 140/2011 preceitua, em seu artigo 18, que seus enunciados normativos só incidirão sobre os procedimentos de licenciamento e autorização ambiental iniciado após a data de sua entrada em vigor em 2011.

Apenas com a interpretação e a aplicação adequadas da LC nº 140/2011 já é possível afastá-la de toda a gama de discussões que se iniciou sobre as competências administrativas para o licenciamento ambiental do empreendimento, inclusive quanto às posições jurídicas que têm sido pública e acintosamente adotadas pela FATMA, que além de comprometer o trâmite regular do licenciamento ambiental, servem para mistificar a opinião pública e afirmar ainda mais a já fragilizada reputação da entidade.

Sobre esse tema, é de irretocável teor do Parecer nº 055/2012 do ICMBio, para orientar a Administração da Coordenação Regional do ICMBio/SC na confusão criada pela FATMA diante de sua postura de violar a legislação. Consta que o EIA/RIMA já foi apresentado pelo empreendedor, todavia, a FATMA não atendeu o art. 2º, §2º, da Resolução CONAMA nº 428/2010, que impõe ao órgão licenciador, antes de emitir o termo de referência do EIA/RIMA, consultar formalmente o órgão responsável pela administração da UC quando à necessidade e o conteúdo exigido de estudos específicos relativos a impactos do empreendimento na UC ou na respectiva ZA.

Um EIA/RIMA adequado e, conseqüentemente, uma avaliação eficiente e criteriosa do órgão licenciador é improvável, pois o órgão ambiental responsável pela gestão da UC não foi chamado nem mesmo para participar da elaboração do termo de referência.

Seguramente, o procedimento de licenciamento na forma como defendido pela FATMA provocará uma série de conflitos entre órgão licenciador e órgão gestor da UC, o que acarretará em prejuízos aos empreendedores e, sobretudo, ao meio ambiente, justamente nos espaços que ainda constituem um reduto da biodiversidade de nosso país, as unidades de conservação.

De outro lado, não há qualquer justificativa razoável para se retirar do órgão gestor da UC a competência aqui estudada. O argumento de que a condução exclusiva pelo órgão licenciador emprestaria maior agilidade ao processo não é suficiente. Primeiro porque os prazos fixados pela Resolução CONAMA 428/2010 ao órgão gestor da UC são bastante razoáveis. 15 dias para analisar o termo de referência e 60 dias para analisar a conclusiva do EIA/RIMA. Segundo porque o princípio da precaução, valor fundamental do direito ambiental, impõe que as decisões quanto à viabilidade ambiental dos empreendimentos com significativo impacto sejam tomadas considerando exaustivos estudos, sobretudo em razão da irreversibilidade do dano.

Convém lembrar, ainda, que o Estado Prévio de Impacto Ambiental tem previsão constitucional, devendo, portanto, o intérprete dar a este instrumento a máxima efetividade. O mesmo se diga ao argumento da existência de conflito ou sobreposição de atribuições.

Parece-me que o objetivo de tal interpretação seja o de afastar mais um entrave institucional à concepção desenvolvimentista. A gestão das unidades de conservação tem sido eficiente na proteção dos atributos ambientais destes espaços e os números retratam tal afirmação. Das 315 autorizações emitidas pelo ICMBio, entre os anos de 2009 e 2012, 105 foram deferidas com condicionantes. Além disso, ao menos seis empreendimentos de grande notoriedade tiveram suas autorizações negadas, a exemplo do estaleiro da empresa OSX.

Diante dos argumentos expostos, o que se conclui é que a interpretação da LAP 140/2011, em especial do art. 13, e de seu inciso 1º, deve ser feita em conformidade com a Constituição, para que sua incidência não dobre o regime do Sistema Nacional de Unidades de Conservação e, assim, evitar o retrocesso quanto à eficiência na gestão das Unidades de Conservação e na efetividade da proteção do direito fundamental ao meio ambiente.

Por conta da repercussão nacional no assunto aqui tratado, o caso será avaliado pela Coordenação Nacional de Matéria Finalística da PFE/ICMBio.

O MPF, em seu Parecer elaborado para a ADI nº 4.757 no novo regime da licença nº140/2011, mesmo quanto estão em

jogo as atividades de fiscalização, o princípio jurídico da subsidiariedade deve sempre permear a sua interpretação. Em matéria ambiental, é preciso sempre preservar uma parcela de ação subsidiária do Poder Público Estatal para que, diante da omissão ou atuação deficiente do ente competente, não fique comprometido ou em sério risco o direito fundamental ao ambiente. É a chamada “proibição de omissão”. A FATMA não só desatendeu a legislação constitucional e infraconstitucional ao instaurar o procedimento de licenciamento ambiental sem ter formalmente consultado o ICMBio, a UFSC e a FLORAM, entes gestores das UCs vizinhas, as quais poderão ser seriamente afetadas pelos impactos do empreendimento, mas também tem afrontado a legislação ambiental ao negar as manifestações desses mesmos entes, no legítimo exercício dos seus poderes de salvaguarda da integridade de suas UCs.

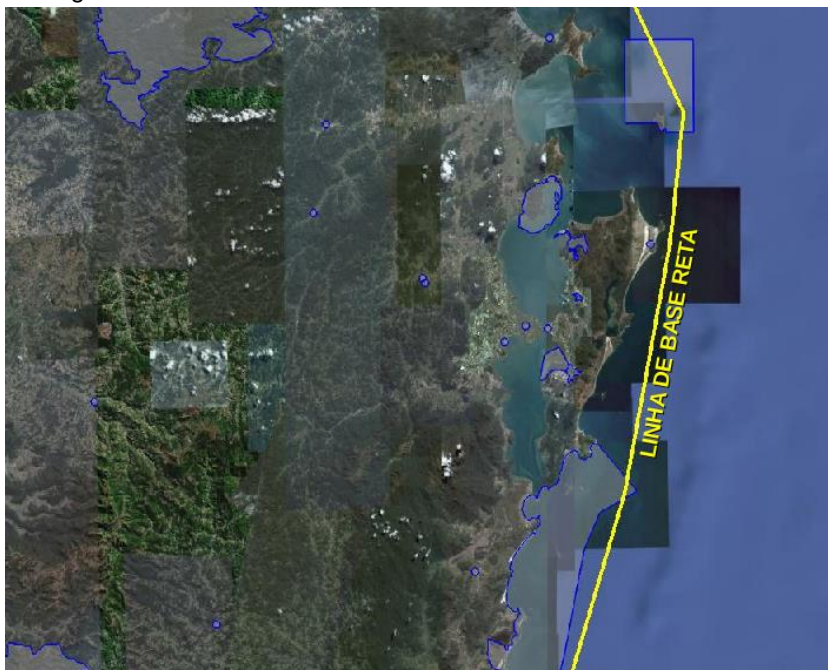
Assim, diante de todos esses fatos, além das razões jurídicas já aduzidas na inicial, resulta inevitável concluir que a FATMA não tem competência para a análise e fiscalização de eventual licenciamento do empreendimento, cabendo tal atribuição ao IBAMA. Pelo exposto, o MPF requer que seja julgado improcedente o recurso interposto pelos empreendedores.

O acréscido de marinha pretendido pelo empreendimento em tela é objeto de procedimento de Licenciamento Ambiental Estudo Prévio de Impacto Ambiental (EIA). Trata-se de empreendimento sobre o mar territorial brasileiro, em águas interiores, portanto a competência para o licenciamento ambiental é responsabilidade do IBAMA. O mar territorial constitui parte do território nacional, cujo domínio é da União Federal, e seus limites compreendem a uma faixa de doze milhas marítimas de largura, medidas a partir da linha de baixa-mar do litoral continental e insular, tal como indicada nas cartas náuticas de grande escala, reconhecidas oficialmente no Brasil.

Tal observação é importante uma vez que na prática muitos infratores ou interessados em procedimentos diversos adotam a tática de afirmar que não se trata de mar territorial a parcela deste bem federal entre a baixa-mar e a linha de base reta, com o objetivo de quitar obrigações e responsabilidades legais. A denominada Baía Norte de Florianópolis trata-se de parcela do Mar Territorial classificada como águas interiores, por

encontrar-se entre a baixa-mar e a linha de base reta, conforme mapa abaixo:

Imagem 41: Linha de base reta definida pelo Decreto nº 4.983, de 2004 ao longo da Ilha de Santa Catarina.



Fonte: ACP nº 5013052-40.2012.404.7200/2012.

O espaço aquático compreendido entre a baixa-mar e a linha de base reta é classificado como águas interiores e pertencem ao bem da União Federal denominado Mar Territorial.

Este descaso historicamente está evidente e vinculado com as frágeis medidas compensatórias exigidas para atenuar processos de aprovação de EIA/RIMA, sem as condicionantes e salvaguardas ambientais adequadas, quando do licenciamento de obras e serviços, públicos e privados, do desenvolvimento urbano da cidade e da Região Metropolitana de Florianópolis, que tratam as Baías Norte e Sul e os Manguezais apenas como estoques territoriais para implantação de equipamentos e infraestruturas urbanas e viárias, por meio de aterros.

O Manguezal do Itacorubi está inserido em área densamente ocupada e urbanizada na Bacia do Itacorubi, e faz

parte da Zona de Amortecimento da Estação Ecológica de Carijós. Além de ser a porção dos Manguezais da Baía Norte que sofre as maiores agressões ambientais na Ilha de Santa Catarina. Sua área é de 2.031.718,32 m². É o 2º maior manguezal urbano no Brasil. Devido a medida compensatória decorrente do EIA/RIMA para aprovação do Licenciamento dos 41.922,68 m² de obras e aterros para implantação do Elevado do CIC, parte do sistema de acesso ao Norte e Leste da Ilha, em 1999, foi transformado em unidade de conservação municipal, através da criação do Parque Municipal do Manguezal do Itacorubi.

A Ponta do Coral, a Ponta do Lessa, a Ponta do Goulart e a Orla da Foz do Rio Itacorubi integram as áreas de amortecimento, proteção ambiental, transição e integração da Estação Ecológica Carijós e do Parque Municipal do Manguezal do Itacorubi com o mar da Baía Norte. A Ponta do Coral e Ponta do Lessa com aproximadamente 15 mil e 20 mil m², são as duas áreas naturais restantes de contato com o mar, separadas desde 1978 do maciço da Ilha de Santa Catarina pela Avenida Beira Mar Norte.

A Ponta do Coral foi patrimônio público até 1980 e a Ponta do Lessa é composta por praias e manguezal, onde existiu a Fortificação Militar de 1780 a 1840, além de vestígios de ocupações humanas com mais de 2.300 anos. Mais de 50% de seu território é grilado da União e do antigo território do Manguezal do Itacorubi.

A empresa Nova Próspera Mineração, proprietária do terreno da Ponta do Coral, mesmo contando com 8.657,20 m² de área (imagem 70), a mais de 30 anos busca concretizar operação urbana consorciada, alegando falência da capacidade de investimento do município para preservar ou urbanizar a área. Assim podendo tirar vantagens, ampliando a ocupação com mais 5.700m², de área da Marinha, totalizando 9.000,00 m² para pavimento térreo da edificação e também aos três primeiros pisos superiores, para implantação do Complexo Multiuso/Hotel Marina, configurando 22 pavimentos, que exigirá também aterro de 34.645,74 m².

Este Complexo Multiuso/Hotel Marina pode trazer enormes danos à mobilidade urbana já saturada, ao meio ambiente, à paisagem natural da orla e ao seu entorno imediato. Outra manobra dos empreendedores buscaria também privatizar

57.436,00 m² de espelho d'água para construção de uma marina com 247 embarcações na foz da bacia do Itacorubí. É importante salientar que sem a vinculação ao processo em elaboração do Projeto Orla.

A disputa pelo uso e ocupação da Ponta do Coral, onde quase 80% de seu território é área da Marinha, e APP, composta por pequenas praias, costões rochosos e vegetação de mangue, é acompanhada por mobilizações populares e institucionais, desde 1980 e que atualmente é objeto de Ação Civil Pública do MPF.

Todos os Laudos Técnicos realizados pela Assessoria Pericial da Procuradoria da República na referida ACP caracterizam a Ponta do Coral, Ponta do Lessa, Ponta do Goulart e Manguezal do Itacorubí como áreas de interesse público para preservação socioambiental, cultural e da paisagem natural, denunciando a falta de condicionantes e salvaguardas ambientais por parte da direção da FATMA, FLORAM, Câmara de Vereadores e do chefe do Executivo Municipal.

A empresa Nova Próspera em 18 de outubro de 2012 contestou a autuação do MPF. Segundo a mineradora a petição inicial não fez qualquer distinção entre o empreendedor e a proprietária, tomando ambos por empreendedores e o licenciamento ambiental se desenvolve sob a responsabilidade do empreendedor (Hantei Construções e Incorporações Ltda.), não tendo a proprietária ingerência alguma na forma como se dá este procedimento. Assim, considerando que o licenciamento ambiental está sujeito à disciplina legal específica e que a responsabilidade é exclusivamente do empreendedor, não há vínculo jurídico capaz de autorizar a permanência da Nova Próspera Mineração na relação jurídico-processual, segundo a empresa.

Imagem 42: Certidão de Situação de Aforamento.

Certidão Impressão 14/02/2012

Página 1 de 1



Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão
Secretaria do Patrimônio da União - SPU

Certidão de Situação de Aforamento/Ocupação

Número do RIP: 8105 0001266-92
Regime de utilização: Aforamento
CPF/CNPJ: 85.109.742/0001-02
Responsável: NOVA PROSPERA MINERACAO SA

Endereço do imóvel: AV IRINEU BORNHAUSEN , S/N PONTA DO RECIFE
Bairro: AGRONOMICA CEP: 88025-000
Cidade: FLORIANOPOLIS UF: SC

Características técnicas do imóvel

Natureza: Urbano

Conceituação: MARINHA

Fração Ideal: 1,0000000

Área Total do Terreno: 8.657,20 m2

Área Total da União: 8.657,20 m2

Certifico que nesta, sob o Registro Imobiliário Patrimonial (RIP) em epígrafe, está inscrito NOVA PROSPERA MINERACAO SA como foreiro do terreno da União acima caracterizado.

Obs.: Esta Certidão não é válida para transferência e registro de imóvel junto aos cartórios, órgãos públicos e instituições financeiras.

Data da emissão: 14/02/2012 Hora da emissão: 16:23:47

Código de controle da certidão: 2699.A422.FB3A.DDCE

A autenticidade desta certidão poderá ser confirmada na página da Secretaria do Patrimônio da União na internet, no endereço <http://www.spu.planejamento.gov.br>.

Fonte: ACP 5013052-40.2012.404.7200/2012.

Contrário ao posicionamento dos dirigentes ocupantes de cargo político comissionados na SMDU/Secretaria Municipal de Meio Ambiente e Desenvolvimento Urbano, os pareceres técnicos feitos pelos profissionais de carreira de todos os órgãos gestores da política urbana, ambiental e do patrimônio histórico e cultural do Município, do Estado e da União apontam para

restrições de uso, visando à preservação e tombamento das áreas da Ponta do Coral e Ponta do Lessa.

Em 19 de setembro de 2013, o MPF, através do Procurador da República Eduardo Barragan Serôa da Motta, requereu junto a Justiça Federal, que seja julgado improcedente o recurso interposto pelos empreendedores.

No dia de abril de 2014, por decisão do juiz federal Marcelo Krás Borges, da Vara Ambiental da Capital, o atual projeto aprovado do novo Plano Diretor, de autoria do Executivo, em parceria com a Câmara de Vereadores, foi revogado em 10 de abril de 2014, por decisão do juiz federal Marcelo Krás Borges, da Vara Ambiental da Capital. O magistrado julgou procedente ação civil pública impetrada pela procuradora da República, Ana Lúcia Hartmann, sob a alegação de que a legislação federal não foi cumprida. Argumenta o Ministério Público Federal que não foram realizadas 13 audiências distritais, inexistiu a audiência geral e foi descumprido o Estatuto das Cidades.

Este Plano Diretor aprovado no final do ano passado pela Câmara Municipal e sancionado pelo Prefeito Cesar Souza Júnior (PSD) é contra as diretrizes elaboradas pelo Núcleo Gestor Municipal, seguindo sem qualquer vinculação com o processo de elaboração do Projeto Orla, propondo novas avenidas sobre o Manguezal do Itacorubí com a conviência da FLORAM, órgão gestor do Parque Municipal do Manguezal do Itacorubí.

O parecer da UFSC, entidade titular da cessão de uso do Manguezal do Itacorubí, feita pela SPU, Decreto Federal nº. 64340/1969, Portaria nº. 214/1982 do Ministério da Fazenda e os pareceres do ICMBio, IBAMA e MPF, responsáveis pela salvaguarda dos manguezais, são contra as avenidas projetadas sobre o Mangue no novo projeto de Plano Diretor.

Na foz da bacia do Itacorubi e nas baías norte e sul encontram-se diversas colônias de pescadores artesanais, a Estação Ecológica de Carijós, a Reserva Extrativista do Pirajubaé e os Lotes da Maricultura das baías de Florianópolis, responsáveis por mais de 80% da produção de ostras e mariscos no Brasil.

O único gestor local e regional que cumpre plenamente com a defesa da preservação e promoção do manguezal, em conformidade com a lei ambiental municipal, estadual e federal é o ICMBIO. A UFSC, titular da cessão de uso das áreas do

manguezal do Itacorubi, não tem condições financeiras, recursos materiais e humanos, e nem atribuições para realizar o plano de manejo, controle, fiscalização e gestão do Parque Municipal do Manguezal do Itacorubi. Tais funções são atribuídas à FLORAM pelo Decreto Municipal 1529/2002 de Criação do Parque Municipal.

Atividades de ensino, pesquisa e extensão realizados pela UFSC na área do Manguezal do Itacorubi, como também acontecem em outras áreas do Manguezal da ESEC de Carijós e da RESEX do Pirajubaé na Ilha de Santa Catarina, não dependem da cessão de uso da área para que ocorram, mas sim de convênios e vontade política. A vontade política expressa nas diretrizes populares do Núcleo Gestor Municipal do Plano Diretor, e na campanha de criação do Parque Cultural das 3 Pontas, que ultrapassou 20 mil assinaturas de apoio ao projeto.

O Parque Municipal do Manguezal do Itacorubi foi criado por exigência de medida compensatória em 1999, e só existe de forma cartorial por falta de interesse político socioambiental do Executivo e Legislativo Municipal. Não possui plano de manejo, recursos financeiros, fiscalização, demarcação territorial, gerenciamento ou instrumentos preconizados pelo SNUC, como conselho gestor da unidade de conservação, sistema municipal de unidades de conservação ou qualquer sistema integrado de corredores ecológicos promotores das interações da flora e fauna das áreas de preservação em Florianópolis.

No Centro de Florianópolis, a quantidade de áreas verdes é reduzida. O que havia de espaços públicos deram lugar aos prédios. Exemplos não faltam como o caso do Shopping Center Beira-Mar, importante foco de congestionamento na Avenida Beira-Mar, foi construído sobre um antigo campo de futebol utilizado pela comunidade. Em frente ao mesmo Shopping havia uma área de lazer que atualmente é utilizada como estacionamento.

Enquanto em muitas cidades, o Poder Público luta para preservar e ampliar áreas verdes, criando espaços públicos de lazer, com o pensamento voltado para as gerações futuras, aqui se permite um empresário especular há mais de 20 anos com esta área verde abandonada e fechada ao acesso público. A Beira Mar, além da ciclovía, da calçada do Koxixo's e do Trapiche, precisa de uma área verde bela e ampla para o lazer daqueles que por ali transitam.

Em 1993, o projeto arquitetônico de conclusão de curso, orientado pelo Professor Dalmo Vieira, denominado "Revitalização da Ponta do Coral", sugere a manutenção do local para os barcos de pescadores, a utilização da área do outro lado da via expressa com quadras de esporte ligadas por uma passarela, destinando a antiga construção da Standard Oil, de 1930, para uma área de uso comum como um restaurante ou boate, e sugerindo a criação do Aquário Municipal de Florianópolis com a edificação de uma estrutura sobre pelotis, avançando no mar, vários metros a frente do trapiche do antigo prédio da Standard Oil. Atualmente o Professor Dalmo Vieira é Secretário Municipal de Desenvolvimento Urbano, responsável pelo IPUF e defende a construção do Hotel Marina Ponta do Coral.

A utilização da área da Ponta do Coral para uso público é necessariamente a melhor opção, devendo contemplar duas importantes preocupações: não ser polo gerador de tráfego, para não prejudicar o trânsito da Avenida Beira Mar Norte e estar em harmonia com a paisagem. Ambos os motivos são de extrema importância para o turismo, o comércio e para a qualidade de vida daqueles que moram ou trabalham na Ilha.

A decisão de vender a área da Ponta do Coral em 1980 foi um grande equívoco do Governo do Estado da época, que assim agiu apesar dos protestos gerais. A beleza da paisagem da Ponta do Coral é indiscutível, principalmente pela ampla visão da Baía Norte que se tem do local, sendo por este motivo, terreno cobiçado pela especulação imobiliária. Entretanto, não se trata de uma área qualquer, sua vocação é sem dúvida alguma, para o uso público.

A existência no local, de edificações remanescentes do período em que Florianópolis tinha um grande vínculo com o transporte marítimo, seria em qualquer cidade motivo suficiente para sua preservação. A importância da Ponta do Coral é ainda maior tendo em vista que o Aterro da Baía Sul afastou o mar da antiga Nossa Senhora do Desterro e junto enterrou parte da memória da cidade. O Mercado Público, a Alfândega, a Catedral, a Praça XV, o casario, estão todos situados em locais privilegiadamente próximos à antiga linha da maré.

A sociedade florianopolitana tem demonstrado sua preocupação com a preservação da Ponta do Coral. O futuro de Florianópolis não está apenas no turismo. Porém, este

importante setor da economia do município só tende a crescer, como acontece em todo o mundo, se houver a preservação da qualidade de vida da cidade com a harmonia da paisagem, que é um dos grandes atrativos turísticos da Ilha de Santa Catarina.

A paisagem natural da Ilha de Santa Catarina sempre foi reverenciada por todos os que passaram por aqui, desde os primeiros navegadores até os turistas dos dias atuais, por isto, a implantação de infraestrutura turística deve ocorrer com o cuidado de não destruir aquilo que atrai o turista, nem tampouco destruir a qualidade de vida daqueles que moram ou trabalham aqui. Todos nós temos a responsabilidade de garantir uma melhor qualidade de vida e a preservação deste patrimônio natural e paisagístico de Florianópolis.

Frente ao exposto, compreende-se que pelo zoneamento proposto para as referidas áreas no projeto do Plano Diretor de Desenvolvimento Urbano de Uso e Ocupação do Solo de Florianópolis, se faz necessário aglutinar as forças dos movimentos sociais, da sociedade civil e das autoridades competentes como o Ministério do Meio Ambiente, Ministério das Cidades, Ministério da Cultura, Ministério do Turismo, Ministério da Pesca e Aquicultura para a Implantação do Parque das 3 Pontas, e anexação do manguezal do Itacorubí ao território da ESEC de Carijós, como acontece atualmente com o manguezal da Bacia do Saco Grande, que é o 2º maior manguezal urbano do Brasil, protegido por lei federal.

Estas medidas, de apoio e gestão fazem parte da salvaguarda nacional e regional das diretrizes das políticas públicas destes Ministérios, referentes aos Parques da Maricultura, Áreas de Extrativismo e da Pesca Artesanal, do Turismo Ecológico e Cultural, promovido pelas populações tradicionais e setores da cultura regional e açoriana, bem como de apoio efetivo aos institutos e diretrizes da política urbana, Ambiental, patrimonial, cultural e social, da nação brasileira, visando à efetivação da função social da propriedade e do patrimônio público, da geração de emprego e renda, da qualidade de vida digna e do desenvolvimento de cidades mais justas e sustentáveis para as atuais e futuras gerações.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A formação socioespacial açoriana em Florianópolis, influenciada pelas combinações geográficas da Ilha de Santa Catarina, configurou-se em freguesias isoladas geograficamente, desencadeando um processo de urbanização dispersa. A pequena produção mercantil açoriana entra em decadência no último quartel do século XIX, sendo substituída por capitais de famílias de origem alemã.

Posteriormente, com a substituição de capitais locais de famílias de origem alemã pelo capital industrial brasileiro a partir da década de 1970 é acelerada a transição do rural para o urbano, do tradicional para o cosmopolita.

Com a explosão imobiliária a partir do ano 2000, acentua-se fortemente a segregação socioespacial, tendo como característica fundamental a atuação de construtoras de outros estados, assim os padrões de concorrência e competitividade elevam-se, forçando inovações tecnológicas e estratégias empresariais mais refinadas, forçando um processo participativo de elaboração de seu novo plano diretor, conforme estabelecido pelo Estatuto da Cidade, porém com uma série de conflitos socioambientais o caracterizando.

Historicamente os recursos naturais estiveram ligados ao desenvolvimento econômico global, servindo de combustível para sustentar esse crescimento. É preciso equilibrar a relação entre a utilização dos recursos naturais e o desenvolvimento econômico, para que as próximas gerações não paguem, até mesmo com a vida, pelos erros decorrentes do mau uso de tais recursos.

É nítida a falta de fiscalização do Plano Diretor Municipal, adequando-se a interesses do empreendimento e alterando o zoneamento em detrimento do capital privado. Os Planos Diretores acabam, muitas vezes, não garantindo a preservação dos recursos naturais.

Além da falha de fiscalização, algumas leis são pouco eficazes, como a Lei de Crimes Ambientais, que obriga a reparação dos danos ambientais cometidos e estabelece punições para os degradadores. Os danos ambientais irreversíveis e as punições previstas são multas que representam um percentual irrisório frente o capital do empreendedor, além de penas leves que dificilmente se concretizam.

Verifica-se que muitas alterações efetuadas no Plano Diretor de Florianópolis beneficiaram diretamente grandes empreendimentos turísticos como o Costão do Santinho Resort e o Condomínio Residencial Costão Golf do Grupo CostãoVille, o Il Campanário Villaggio do grupo Habitasul, o Florianópolis Village Golf Resort da JAT Engenharia, e o Parque Hotel Marina Ponta do Coral, do Grupo Hantei.

O Costão do Santinho Resort, o Condomínio Residencial Costão Golf e o Il Campanário Villaggio mesmo sendo objeto de ações civis públicas, e tendo sido embargados pela Justiça Federal por algum tempo, acabaram tendo as licenças ambientais concedidas e operam normalmente, sem restrições, enquanto as ações tramitam no judiciário.

Já o Complexo Urbanístico Porto da Barra, o Florianópolis Village Golf Resort e o Parque Hotel Marina Ponta do Coral, mesmo beneficiados por alterações no atual Plano Diretor Participativo de Florianópolis encontram dificuldades para efetivar seus projetos, pois a resistência da participação popular vem ao longo dos anos forçando a atuação do Ministério Público no sentido de inibir a execução destes projetos.

Neste contexto, como se constatou, o projeto do Complexo Urbanístico Porto da Barra apresenta uma concepção de turismo considerada pelo empreendedor tem como objetivo a substituição gradativa da hegemonia da antiga população da Barra da Lagoa por outra hegemonia de uma camada mais rica, de classe alta ou pelo menos média alta, e também por um turista de consumo mais exigente, possuidor de embarcações de recreio, principal público-alvo do empreendimento do Porto da Barra. Assim, tornou-se importante que os efeitos e riscos do investimento sobre as populações locais fossem esclarecidos, assim como nos casos do Florianópolis Village Golf Resort e do Parque Hotel Marina Ponta do Coral.

Os estudos dos casos do Porto da Barra, do Florianópolis Village Golf Resort, e da Ponta do Coral, mostram que, embora exista uma lógica dominante do capital imobiliário que pretende garantir a efetivação dos grandes empreendimentos turísticos promotores de impactos socioambientais e em detrimento do cumprimento da legislação ambiental, a evolução do debate acerca destes projetos sustados mostrou a importância da participação popular para que se obtenha êxito no cumprimento

da legislação ambiental e urbanística brasileira, na preservação ambiental e na distribuição equitativa dos recursos.

Assim, tem sido fundamental a atuação dos movimentos ambientalistas e do Ministério Público Federal, que através da Lei da Ação Civil Pública, importante instrumento de controle dos impactos socioambientais, forçou o empreendimento em tela a adequar-se a uma lógica inversa. Os interesses impactantes do empreendimento têm sido colocados em segundo plano, garantindo assim a eficácia da legislação que busca garantir a conservação socioambiental na escala local.

Fica evidenciada uma contradição entre a apropriação do capital e o domínio do espaço, em relação à preservação do meio ambiente e o desenvolvimento socioeconômico das populações locais, que correm o risco também de serem exploradas ainda como mão de obra barata. Tal contradição leva a temáticas mais gerais, como a relacionada à questão da impossibilidade de conciliar-se o desenvolvimento sustentável, que é um princípio do direito ambiental, com o desenvolvimento econômico orientado por fundamentos liberais e capitalistas, mesmo que as legislações ambiental e a urbanística no Brasil encontrem-se historicamente na vanguarda jurídica mundial com a inserção de princípios do direito ambiental e urbanístico em suas normas antes mesmo de eles se popularizarem no debate internacional.

Assim pode-se concluir que: 1) existe uma tendência à efetivação dos interesses dos grandes empreendimentos turísticos na capital catarinense, como são os casos do Costão do Santinho Resort, do Condomínio Residencial Costão Golf e do Il Campanário Villaggio, afrontando princípios do direito ambiental, as legislações ambiental e urbanística, impactando de forma irreversível o meio ambiente, descaracterizando as comunidades tradicionais e acentuando a segregação socioespacial; 2) nem sempre os interesses dos grandes empreendimentos turísticos são efetivados, como são os casos do Projeto Urbanístico Porto da Barra, do Florianópolis Village Golf Resort e do Parque Hotel Marina Ponta do Coral, que por conta de seus severos impactos socioambientais projetados, forte atuação do MPF e dos movimentos ambientalistas, e também por conta das relações políticas do grupo empreendedor não se concretizaram; 3) os grandes empreendimentos turísticos ocupam áreas protegidas com a legitimação do Poder Público,

enquanto as populações empobrecidas ocupam áreas protegidas por não terem acesso à cidade legal; 4) com o plano diretor almejado por parte dos empresários da construção civil e do Poder Público, a Ilha de Santa Catarina segue em seu acelerado processo de degradação ambiental, descaracterização dos modos de vida tradicionais e segregação socioespacial.

Contudo, realça-se que desvendar as ações danosas ao meio ambiente, provocadas por parte dos grandes empreendimentos turísticos e do poder público, não é suficiente. Principalmente se esses dados não forem divulgados e discutidos amplamente junto a todas as comunidades envolvidas. Isso, para que, pela participação e pelo controle efetivo exercido pelas comunidades, seja possível aglutinarem-se forças suficientes para exigir responsabilidade do poder público na criação e no cumprimento das leis que têm por objetivo garantir a qualidade de vida da população.

Pretende-se, com o esta pesquisa, contribuir com os debates sobre os rumos socioambientais da ocupação territorial de uma cidade como Florianópolis, em uma ilha como a de Santa Catarina, exemplo típico do atual modo de urbanização do litoral brasileiro.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ACSELRAD, Henri. *Discursos da sustentabilidade urbana*. Estudos urbanos e regionais. Nº 1, maio de 1999.

ALEXANDRE, Agripa Faria. *Políticas de Resolução de Conflitos Socioambientais no Brasil: O Papel do Ministério Público e dos Movimentos Ambientalistas na Ilha de Santa Catarina*. Florianópolis: Editora da UFSC, 2003.

ANTUNES, Paulo de Bessa. *Direito Ambiental*. Rio de Janeiro: Lúmen Júris Editora, 2006.

ATLAS DO MUNICÍPIO DE FLORIANÓPOLIS. Instituto de Planejamento Urbano de Florianópolis, 2004.

AZEVEDO, Heloísa Pereira Lima. *Plano diretor e desenvolvimento econômico*. In: Ministério das Cidades. Plano direto participativo. Guia para a elaboração pelos municípios e cidadãos. Rio de Janeiro: Tecnopop, 2004.

BASTOS, José Messias. *O comércio de múltiplas filiais*. Dissertação de Mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Geografia da Universidade Federal de Santa Catarina. Florianópolis, 1997.

BASTOS, José Messias. *Urbanização, comércio e pequena produção mercantil pesqueira na Ilha de Santa Catarina*. In: Santos, Maurício Aurélio. Ensaio sobre a Ilha de Santa Catarina. Florianópolis: Letras Contemporâneas, 2000.

CABRAL, Oswaldo Rodrigues. *As Defesas da Ilha de Santa Catarina no Brasil Colônia*. Conselho Federal da Cultura, 1972.

CAMPOS, Édson Telê. *A Gestão Territorial Urbana no Município de Florianópolis: Uma Abordagem sobre a Expansão Imobiliária e seus Impactos Ambientais*. Dissertação de Mestrado em Administração. Universidade Federal de Santa Catarina. Florianópolis, 2004.

CAMPOS, Édson Telê. *A Expansão Urbana na Região Metropolitana de Florianópolis e a Dinâmica da Indústria da Construção Civil*. Tese de doutorado em Geografia. Universidade Federal de Santa Catarina. Florianópolis, 2009.

CAMPOS, Nazareno José de. *Terras comunais na Ilha de Santa Catarina*. Florianópolis: Editora da UFSC, 1991.

CARIONI, Juliana Cidrão. *Legislação Ambiental e Urbanística Brasileira: os conflitos socioambientais do caso Complexo Urbanístico Porto da Barra em Florianópolis*. Dissertação de Mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Urbanismo, História e Arquitetura da Cidade da UFSC. Florianópolis, 2014.

CARNOY, Martin. *Estado e teoria política*. Campinas, SP: Papirus, 1990.

CARUSO, Mariléa Martins Leal Caruso. *O desmatamento na Ilha de Santa Catarina de 1500 aos dias atuais*. Florianópolis: Editora da UFSC, 1990.

CASTRO, Josué de. *Subdesenvolvimento: causa primeira da poluição*. Revista Correio da UNESCO. ONU, 1973.

CHOLLEY, André. *Observações Sobre alguns Pontos de Vista Geográficos*. In: Boletim Geográfico. Nº 179/180, 1964.

COBOS, Emilio Pradilla. *Contribucion a La critica de La “teoria urbana”. Del “espacio” a la “crisis urbana”*. México: Casa abierta al tiempo, 1984.

CORBUSIER, Le. *Planejamento Urbano*. São Paulo: Editora Perspectiva, 2004.

CUSTÓDIO, Denise Vogel. *A importância do planejamento urbano-ambiental para o crescimento sustentável do setor turístico*. In: Gestão em turismo e hotelaria: experiências públicas e privadas. São Paulo: Aleph, 2004.

DEBORD, Guy. *A sociedade do espetáculo*. São Paulo: Contraponto, 1992.

EIA / RIMA. *Estudo de Impacto Ambiental para implantação do Costão do Santinho Resort. Praia do Santinho - Distrito de Ingleses do Rio Vermelho*. Florianópolis, 1995.

EIA / RIMA. *Estudo de Impacto Ambiental para a implantação do Complexo Urbanístico Porto da Barra. Distrito da Barra da Lagoa*. Florianópolis, 1995.

EIA / RIMA. *Estudo de Impacto Ambiental para implantação do Condomínio Residencial Costão Golf. Sítio do Capivari – Distrito de Ingleses do Rio Vermelho*. Florianópolis, 2004.

EIA / RIMA. *Estudo de Impacto Ambiental para implantação do Il Campanário Villaggio Resort. Jurerê Internacional. Distrito de Canasvieiras*. Florianópolis, 2005.

EIA / RIMA. *Estudo de Impacto Ambiental para implantação do Florianópolis Village Golf Resort. Distrito do Pântano do Sul*. Florianópolis, 2010.

EIA / RIMA. *Estudo de Impacto Ambiental para implantação do Parque Hotel Marina Ponta do Coral. Distrito Sede*. Florianópolis, 2011.

ENGELS, Friedrich. *A dialética da natureza*. São Paulo: Editora Paz e Terra, 1985.

FERNANDES, Edésio. *Desenvolvimento sustentável e política ambiental no Brasil: confrontando a questão urbana*. In: O Direito para o Brasil socioambiental. Porto Alegre: Sergio Antonio Fabris Editor, 2002.

FERREIRA, Sérgio Luiz. *O banho de mar na Ilha de Santa Catarina*. Florianópolis: Editora das Águas, 1998.

FREITAS, Vladimir Passos de. *A contribuição da lei dos crimes ambientais na defesa do meio ambiente*. In: Socioambientalismo uma realidade. Curitiba: Juruá, 2007.

GOTTDIENER, Mark. *A produção social do espaço urbano*. São Paulo: Ed. USP, 1997.

GRANDO, Taiana Vieira. *A proteção dos poços da CASAN no Aquífero Ingleses, Florianópolis/SC*. Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Departamento de Geografia da UFSC. Florianópolis, 2008.

LAGO, Paulo Fernando. *Santa Catarina: dimensões e perspectivas*. Florianópolis: Editora Meridional, 1978.

LATOUR, Bruno. SCHWARTZ, Cécile. CHARVOLIN, Florian. *Crises dos meios ambientes: desafios às ciências humanas*. In: Tecnociência e cultura: ensaios sobre o tempo presente. São Paulo: Estação Liberdade, 1998.

LEAL, Suely. *Fetichismo da participação popular: novas práticas de planejamento, gestão e governança democrática no Recife*. Recife: Editora CEPE, 2003.

LEFEBVRE, Henry. *Espaço e Política*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2008.

LEFEBVRE, Henry. *O direito à cidade*. São Paulo: Centauro, 2004.

LEITE, José Rubens Morato. *Dano ambiental: do individual ao coletivo extrapatrimonial*. São Paulo: Editora Revista dos Tribunais, 2006.

LENIN, Vladimir Ilitch. *O imperialismo: fase superior do capitalismo*. São Paulo: Centauro, 2000.

LIBERATO, Ana Paula Gularte. *Educação ambiental e desenvolvimento sustentável: uma abordagem para a proteção internacional do meio ambiente*. In: Socioambientalismo uma realidade. Curitiba: Juruá, 2007.

LOJKINE, Jean. *O Estado capitalista e a questão urbana*. São Paulo: Martins Fontes, 1981.

LOPES, Gabriel Bertimes Di Bernardi. *Legislação Ambiental e os Impactos Socioambientais do Condomínio Residencial Costão Golf*. Dissertação de Mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Urbanismo, História e Arquitetura da Cidade da UFSC. Florianópolis, 2011.

LOPES, Gabriel Bertimes Di Bernardi. *Legislação Ambiental e Urbanística Brasileira: o caso do Costão do Santinho Resort em Florianópolis/SC*. In: Anales del XV Encuentro de Geógrafos de América Latina. Havana, 2015.

LOPES, Gabriel Bertimes Di Bernardi. PERES, Lino Fernando Bragança. *Legislação Ambiental Brasileira e o Caso Condomínio Residencial Costão Golf*. Cadernos de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo FAU Mackenzie. São Paulo, 2010.

LOPES, Gabriel Bertimes Di Bernardi. PERES, Lino Fernando Bragança. *Legislação Ambiental Brasileira e os Impactos Socioambientais dos Grandes Empreendimentos Turísticos em Florianópolis*. In: Revista Geografica de America Central (online). Vol. 46. San José, 2011.

LOPES, Gabriel Bertimes Di Bernardi. CARIONI, Juliana Cidrão. PERES, Lino Fernando Bragança. *Legislação Ambiental Brasileira e o Caso do Il Campanário Villagio Resort*. Cadernos PROARQ 19. UFRJ: Rio de Janeiro, 2012.

LOPES, Gabriel Bertimes Di Bernardi. CARIONI, Juliana Cidrão. VAZ, Nelson Popini. *Legislação ambiental e urbanística no Brasil: o caso Porto da Barra em Florianópolis*. In: Revista Oculum Ensaios. Revista de Arquitetura e Urbanismo/PUC. Campinas, 2014.

MACHADO, Paulo Affonso Leme. *Direito Ambiental Brasileiro*. São Paulo: Malheiros Editores, 2006.

MAGALHÃES, Juraci Perez. *A evolução do direito ambiental no Brasil*. São Paulo: Editora Juarez de Oliveira, 2002.

MAMIGONIAN, Armen. *O habitat*. MONTEIRO, Carlos Augusto de Figueiredo. *Atlas Geográfico de Santa Catarina*. Florianópolis: IBGE/SC, 1958.

MAMIGONIAN, Armen. *A indústria em Brusque (Santa Catarina) e suas consequências na vida urbana*. Boletim Carioca de Geografia. Rio de Janeiro, 1960.

MAMIGONIAN, Armen. *Estudo geográfico das indústrias de Blumenau*. Revista Brasileira de Geografia. Rio de Janeiro, 1965.

MAMIGONIAN, Armen. *Vida Regional em Santa Catarina*. In: Orientações IGEO/USP, 1966.

MAMIGONIAN, Armen. *Notas sobre o processo de industrialização no Brasil*. Boletim do Departamento de Geografia da Faculdade de Filosofia Ciências e Letras de Presidente Prudente. Presidente Prudente, 1969.

MAMIGONIAN, Armen. *A geografia e “A formação social como teoria e como método”*. In: SOUZA, Maria Adélia Aparecida de (Org.). *O mundo do cidadão, um cidadão do mundo*. São Paulo: Hucitec, 1996.

MAMIGONIAN, Armen. *As conquistas marítimas portuguesas e a incorporação do litoral de Santa Catarina*. In: Seminário “O mundo que o Português criou”. Revista Eletrônica Fundaj, 1997. Disponível em: <<http://www.fundaj.gov.br>>. Acesso em: 29 Jan. 2014.

MAMIGONIAN, Armen. *Desenvolvimento econômico e questão ambiental*. Revista do Departamento de Geografia da USP. São Paulo, 1999.

MARICATO, Ermínia. *Formação e impasse do pensamento crítico sobre a cidade periférica: Reflexões sobre os movimentos sociais urbanos*. In: O impasse da política urbana no Brasil. Petrópolis, Rio de Janeiro: Vozes, 2011.

MARX, Karl. *Capital y tecnología*. México DF: Editorial Terra Nova, 1980.

MARX, Karl. *A ideologia alemã*. São Paulo: Moraes, 1984.

MARX, Karl. *O Capital*. São Paulo: Difel, 1984.

MARX, Karl. *As crises econômicas do capitalismo*. São Paulo: Editora Acadêmica, 1988.

MARX, Karl. *Formações econômicas pré-capitalistas*. São Paulo: Editora Paz e Terra, 1991.

MATA, Luiz Roberto da. *O Estatuto da Cidade à luz do Direito Ambiental*. In: O Direito Ambiental das cidades. Rio de Janeiro: DPeA, 2004.

MATTOS, Fernando Marcondes de. *Saga de um visionário*. Florianópolis: EDEME, 2007.

MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL. *Ação Civil Pública nº 96.0007478-0/SC*. Justiça Federal, 1996.

MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL. *Ação Civil Pública nº 97.0000001-0/SC*. Justiça Federal, 1996.

MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL. *Ação Civil Pública nº 2005.72.00.002978-8/SC*. Justiça Federal, 2003.

MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL. *Ação Civil Pública nº. 2004.72.00.015309-6/SC*. Justiça Federal, 2004.

MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL. *Ação Civil Pública nº 2006.72.00.009533-0/SC*. Justiça Federal, 2006.

MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL. *Ação Civil Pública nº 5013052-40.2012.404.7200/SC*. Justiça Federal, 2012.

MONBEIG, Pierre. *Novos estudos de Geografia Humana Brasileira*. São Paulo: DIFEL, 1957.

MONTBELLER-FILHO, Gilberto. *O Mito do Desenvolvimento Sustentável*. Florianópolis: Editora da UFSC, 2001.

MONTENEGRO, Marcos Helano. *Plano diretor e saneamento ambiental*. In: Ministério das Cidades. Plano direto participativo. Guia para a elaboração pelos municípios e cidadãos. Rio de Janeiro: Tecnopop, 2004.

NASCIMENTO, Mariângela Moreira. *Movimentos sociais em tempo de mudanças: novos paradigmas e novas luta*. Tese (Doutorado) apresentada ao Programa de Pós-graduação em Serviço Social, Escola de Serviço Social da Universidade Federal do Rio de Janeiro, 2011.

NAPOLEÃO, Fábio. *Origem, desenvolvimento e crise da indústria joinvilense de materiais de construção em PVC: 1941 – 2002*. Florianópolis: PPGGEO/CFH/UFSC, 2005.

O'CONNOR, James. *Capitalism, Nature, Socialism: A Theoretical Introduction*. Fall, 1988.

OLIVEIRA, Antônio Pereira. *Turismo e desenvolvimento: planejamento e organização*. Florianópolis: Terceiro Milênio, 1998.

OURIQUES, Helton Ricardo. *Turismo em Florianópolis: uma crítica à "indústria pós-moderna"*. Florianópolis: Editora da UFSC, 1998.

PELUSO Jr. Victor Antônio. *Aspectos Geográficos de Santa Catarina*. Florianópolis: Editora da UFSC, 1991.

PELUSO Jr. Victor Antônio. *Estudos de Geografia Urbana de Santa Catarina*. Florianópolis: Editora da UFSC, 1991.

PEREIRA, Elson Manoel. *Planejamento Urbano em Florianópolis e Cidade Contemporânea*. In: PEREIRA, Elson Manoel. DIAS, Leila Christina Duarte (orgs.). *As cidades e a urbanização no Brasil: passado, presente e futuro*. Editora Insular: Florianópolis, 2011.

PEREIRA, Raquel Maria Fontes do Amaral. *A Particularidade do Quadro Urbano do Litoral Catarinense no Processo de*

Urbanização do Sul do Brasil. X SIMPURB. Florianópolis: UFSC, 2007.

PERES, Lino Fernando Bragança. *Uma alternativa ao plano diretor de Ingleses Sul e Santinho em Florianópolis, SC a partir das oficinas comunitárias de planejamento e gestão.* In: *Planejamento Urbano no Brasil: conceitos, diálogos e práticas.* Chapecó: Argos, 2008.

PINHEIRO, Otilie Macedo. *Instrumentos e Metodologia de Participação Popular no Plano Diretor.* In: Ministério das Cidades. *Plano direto participativo. Guia para a elaboração pelos municípios e cidadãos.* Rio de Janeiro: Tecnopop, 2004.

PIVA, Rui Carvalho. *Bem ambiental.* São Paulo: Editora Max Limonad, 2000.

RANGEL, Ignácio. *Dualidade básica da economia brasileira.* 2 ed. São Paulo: Bienal, 2005 (1 ed., 1957).

RANGEL, Ignácio. *Ciclo, Tecnologia e Crescimento.* Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1982.

RANGEL, Ignácio. *Economia: Milagre e Anti-Milagre.* Rio de Janeiro: Ed. Jorge Zahar, 1985.

RIBEIRO, Paulo Silvino. *Movimentos sociais: breve definição.* Brasil Escola, 2012. Disponível em <<http://www.brasilecola.com/sociologia/movimentos-sociais-breve-definicao.htm>>. Acesso em 15 de novembro de 2012.

RIZZO, Paulo Marcos Borges. *Do urbanismo ao planejamento urbano. Utopia e ideologia. Caso de Florianópolis.* 1993. Dissertação de Mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Geografia da UFSC, Florianópolis.

ROCHA, Julio Cesar de Sá da. *Direito ambiental e meio ambiente do trabalho: dano, prevenção e proteção jurídica.* São Paulo: LTr Editora, 1997.

RODRIGUES, Marcelo Abelha. *Processo Civil Ambiental.* São Paulo: Editora Revista dos Tribunais, 2010.

ROLNIK, Raquel. *Plano diretor e estudo de impacto de vizinhança.* In: Ministério das Cidades. *Plano direto participativo.*

Guia para a elaboração pelos municípios e cidadãos. Rio de Janeiro: Tecnopop, 2004.

SACHS, Ignacy. *Caminhos para o desenvolvimento sustentável*. Rio de Janeiro: Garamond, 2009.

SACHS, Ignacy. *Estratégias de Transição para o Século XXI: Desenvolvimento e Meio Ambiente*. São Paulo: Nobel/Fundap, 1993.

SANTOS, Milton. *Sociedade e espaço: a formação social como categoria e como método*. São Paulo, Boletim Paulista de Geografia (54: 81-100), 1977.

SANTOS, Milton. *A urbanização brasileira*. São Paulo: Ed. Hucitec, 1993.

SANTOS, Milton. *A Natureza do Espaço: Técnica e Tempo, Razão e Emoção*. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2008.

SANTOS, Milton. *A responsabilidade social dos geógrafos*. Espaço geográfico em análise. UFP: Curitiba, 2008.

SANTOS, Milton. *Por uma Geografia nova*. São Paulo: Ed. Hucitec, 2008.

SANTOS, Fabíola Martins dos. PEREIRA, Raquel Maria Fontes do Amaral. *Análise histórico-espacial do setor hoteleiro no núcleo urbano central de Florianópolis/SC*. In: GEOSUL n° 46. Florianópolis: Editora da UFSC, 2008.

SCUSSEL, Cassiane Lorenzetti. *O inquérito civil como instrumento preparatório para a Ação Civil Pública*. In: Instrumentos de tutela ambiental no Direito brasileiro. Chapecó: Argos, 2009.

SÉGUIN, Elida. *O Direito Ambiental: Nossa Casa Planetária*. 1ª ed. Rio de Janeiro: Forense, 2000.

SINGER, Paul. *Economia Política da Urbanização*. São Paulo: Ed. Contexto, 1998.

SIQUEIRA, Dalvina de Jesus et al. *Um passeio pela Grande Florianópolis: Homenagem aos 500 anos do Brasil*. Florianópolis: Editora Papa-Livro, 1999.

SIRVINSKAS, Luis Paulo. *Legislação de Direito Ambiental*. 3ª ed. São Paulo: Rideel, 2008.

SUGAI, Maria Inês. *As intervenções viárias e as transformações do espaço urbano. A Via de Contorno Norte-Ilha*. 1994. Dissertação de Mestrado apresentada à Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade da USP, São Paulo.

SUGAI, Maria Inês. *Segregação Silenciosa; Investimentos Públicos e Distribuição Sócio-Espacial na Área Conurbada de Florianópolis*. 2002. Tese de Doutorado apresentada à Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de São Paulo. São Paulo.

TROTSKY, Leon. *A revolução permanente*. São Paulo: Editora Antídoto, 1977.

VÁRZEA, Virgílio. *Santa Catarina: A Ilha*. Florianópolis: Editora Lunardelli, 1985.

VAZ, Nelson Popini. *O Centro Histórico de Florianópolis: espaço público do ritual*. Florianópolis: FCC Ed.,/Ed. da UFSC, 1991.

VEADO, Ricardo Wagner ad-Vincula. *Geossistemas de Santa Catarina*. Rio Claro: UNESP, 1998.

VILLAÇA, Flávio. *Espaço Intra-Urbano no Brasil*. São Paulo: Studio Nobel, 1997.

VILLASBÔAS, Paula de Paiva. *A importância da participação pública no processo de avaliação de impacto ambiental: estudo de caso do Porto da Barra, Florianópolis, Santa Catarina*. Tese de Doutorado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Engenharia de Produção da UFSC: Florianópolis, 2003.

ANEXOS

ANEXO 1: ENTREVISTA COM ANALÚCIA DE ANDRADE HARTMANN - PROCURADORA DA REPÚBLICA - 11/04/13 E 26/11/2014

1) As ações do MPF e dos Movimentos Ambientistas foram determinantes para que os interesses do grupo Portobello não se concretizassem na Barra da Lagoa com a construção do Complexo Urbanístico Porto da Barra?

Sem dúvida nenhuma. Primeiro que inicialmente obtiveram uma complementação no Estudo de Impacto Ambiental. Na verdade a FATMA (primeiro órgão licenciador) se quer tinha exigido Estudo de Impacto Ambiental. Eles estavam fazendo o Licenciamento sem EIA e a partir da recomendação do MPF alertado pelo Movimento Ambientalista conseguimos que eles, não que a FATMA exigisse, mas que o próprio Grupo Portobello apresentasse a FATMA o EIA. O engraçado dessa história é que a FATMA praticamente se recusou em receber e analisar, mas aí forçados até por pressão do grupo empresarial eles analisaram. Não fizeram pedido de complementação alguma aí. Com o auxílio dos grupos ambientalistas, principalmente por uma série de pesquisadores da UFSC. Chegamos um momento a ter mais de vinte colaboradores voluntários na UFSC. Aí a gente conseguiu que a própria FATMA incorporasse o nosso pedido de complementações. Foi um pedido bem amplo, então isso já demandou alguns anos de discussão. Como nós não conseguimos chegar a uma definição com o Grupo Portobello nós ingressamos com a ACP, e a partir daí a Ação teve uma primeira liminar. Em seguida eles conseguiram cancelar essa liminar, mas isso demonstrou ao grupo também uma série de responsabilidades que eles tinham. A gente conseguiu demonstrar que havia um risco muito grande de poluição na lagoa. Acho que eles conseguiram compreender isso, e apesar deles não terem a suspensão da licença, não tiveram mais vontade de implantar o empreendimento. Depois disso também tinha o problema com a autorização do município por conta do zoneamento da região. A primeira autorização que eles tinham tido com a União Federal também foi colocada em cheque por conta dessa movimentação dos grupos ambientalistas. A própria União achou que tinha que rever a questão da autorização de

abertura de canais, então sem dúvida foi preponderante, se não já teria sido implantado. Há anos atrás o MPF tentou estabelecer um acordo. Esse acordo só não foi possível por causa de uma área precisa em que esta havendo uma degeneração natural do manguezal, onde o grupo pretendia estabelecer o Porto de Lazer. Por conta dessa pequena área não foi fechado um acordo. Eles já tinham apresentado um projeto de diminuição dos canais, diminuição das ilhas, e não existiria mais privatização das áreas de preservação permanente. Tínhamos conseguindo estabelecer uma série de limitações bem interessantes. Não seriam mais prédios. Seriam todas casas unifamiliares, não haveria mais centro de convenções, nem um grande hotel, seria totalmente diferente. Inclusive era um projeto bastante interessante. Nós conseguimos que eles fizessem estudos mais aprofundados também sobre a questão das águas dentro desses canais, pois havia um grande risco que se transformasse em um esgoto a céu aberto, já que a gente sabe que tem instalações clandestinas, e pela drenagem fluvial que leva o esgoto até o canal. Então nós estávamos bem avançados e infelizmente, e eu digo infelizmente, pois eu achei que ali seria um bom acordo, mas não foi possível fechar o acordo em função desse ponto preciso. Depois disso o empresário me disse que só faria o empreendimento com o acordo com o MPF, espero que ele cumpra com a palavra dele. O processo judicial está concluso para sentença há bastante tempo, sem sentença de mérito, mas de qualquer maneira eu não imagino até porque o Grupo Portobello está com a experiência nova da Pedra Branca. Eu acho que eles evoluíram bastante no ponto de vista de conhecimento, do que é realmente um projeto sustentável, pois eles apresentaram no início esse projeto como sustentável e evidentemente ele era sustentável economicamente, mas do ponto de vista ambiental e social não era. Não havia Estudo de Impacto de Vizinhança, não havia uma discussão com a comunidade sobre isso, e é uma comunidade ainda bastante tradicional. Então tem uma série de componentes também sociais que nunca foram levados em consideração pela FATMA. A FATMA na verdade não tem nem pessoal para levar em consideração os estudos sócios econômicos que eles exigem. Então está nesse ponto. Hoje a Licença Ambiental de Instalação deles já caducou, não tem mais validade. Se eles quisessem fazer um novo empreendimento lá eles teriam que refazer o

processo de licenciamento. Tem o novo Plano Diretor da cidade, mas também não mudou muito lá embora exista hoje também um entendimento já sedimentado nos órgãos ambientais, inclusive com a FLORAM tendo ingressado com várias Ações Judiciais no sentido de que, as margens desse canal são áreas de preservação permanente. Evoluiu-se bastante no entendimento das limitações ambientais daquela região.

2) Quais os principais impactos que seriam produzidos na identidade cultural e no meio ambiente da Barra da Lagoa caso o projeto original do Porto da Barra fosse aprovado?

A questão realmente era muito complexa. O projeto original era muito ruim. De vez em quando tem tentativa de conversa. Um advogado que não é advogado do caso, mas que me perguntou que se por acaso nós podemos conversar, porque realmente nós paralisamos por conta de um manguezal que esta em regeneração local onde eles pretendiam construir o porto de lazer. Eu ainda tenho esperança sim, mas eles disseram que agora estão mais voltados para a Pedra Branca em Palhoça, que estavam deixando aquilo ali para quando tivessem uma ideia para negociar.

3) O Costão do Santinho Resort e o Condomínio Residencial Costão Golf do Grupo Costão do Santinho Empreendimentos Turísticos e o Il Campanário Villaggio do Grupo Habitasul são exemplos de empreendimentos que mesmo com estudos projetando impactos realizaram termos de ajustamento de conduta e operam normalmente. Qual a sua opinião sobre esses empreendimentos?

O Il Campanário não tem termo de ajustamento de conduta, ao contrário eles sofrem processo na justiça que esta em andamento. Não tem ajustamento algum. O Hotel internacional Costão do Santinho teve ação judicial, nos fizemos um termo de ajustamento judicial que foi homologado e que esta em execução e tem uma parte desse ajustamento que não foi cumprido que fosse justamente a desocupação daquela linha frontal do hotel onde existe um restaurante e um bar. Aquela região ali nós estamos pedindo a desocupação. A demolição daquele restaurante e bar e a demolição total como estava previsto no termo de ajustamento de conduta. Infelizmente as experiências que a gente tem é que normalmente esses grandes grupos empresariais só cumprem uma parte do termo de ajustamento,

não cumpre todo. Normalmente, acho que 90% por caso. Um pedacinho fica faltando aí a gente que ir para execução. O Costão Golf não houve ajustamento algum também, ao contrário. A gente conseguiu inicialmente uma liminar judicial que persistiu durante alguns anos e aí depois de forma totalmente equivocada o tribunal da 4ª Região entendeu que não era competência da Justiça Federal. Eles não julgaram. Só disseram que não eram competentes e aí a gente teve recurso especial, que está até hoje para ser discutido, e aquilo lá opera de uma maneira totalmente irregular. É um loteamento fechado que foi aprovado pelo município irregularmente. Teve uma lei municipal totalmente específica que é ilegal. Eles usam agrotóxicos que estão poluindo o lençol freático, mas a Casan não toma uma atitude. Usam água demais e a gente sabe que todos os anos falta água no Norte da Ilha. Então neste caso há uma total irregularidade que infelizmente a Justiça Federal fechou os olhos para isso, saiu pela tangente, se deu por incompetente. A Justiça Estadual infelizmente não tem tido muita coragem para impedir esses empreendimentos, e os órgãos como a Casan, e o próprio município, normalmente colaboram com esse tipo de ação. A Câmara de Vereadores chegou a fazer uma lei específica para o empreendimento. Uma aberração, mas fez.

4) O zoneamento que beneficia o Parque Hotel Marina Ponta do Coral foi o primeiro ponto aprovado do atual Plano Diretor Municipal. Qual a posição do MPF em relação a viabilização deste empreendimento?

O Plano Diretor atual aprovou o zoneamento, mas existe um processo na Prefeitura de aprovação do empreendimento. É um processo administrativo. Existe um Licenciamento Ambiental pelo órgão Ambiental que aprova o empreendimento. O Plano Diretor não aprova empreendimento ele aprova Zoneamento. O Zoneamento que foi dado ali permite ocupação com algum empreendimento, mas não se sabe qual empreendimento. Isso está sendo acompanhado por outro Procurador da República. Os empreendedores pediram e ingressam com pedido de novo licenciamento, inclusive já contando com a negativa da SPU sobre o aterramento. Porque a proposta inicial era para fazer um aterro para poder contar com aquela área verde e ali construir um grande prédio. Eles têm a negativa da União para isso. Negativa oficial, então o novo empreendimento se eles

pretendem ainda construir, eu imagino que ainda pretendam, vai ter que levar em consideração que isso não é possível. Mas isso ainda vai passar por Licenciamento Ambiental. Os estudos vão ter que ser feitos tudo de novo. É claro vão aproveitar coisas que foram feitas, mas vão ter que atualizar todos esses dados. O Estudo de Impacto de Vizinhança também, com outros estágios, porque nesse meio tempo a cidade também mudou. Mas infelizmente a verdade é que o novo Plano Diretor poderia ter resolvido à questão se tivesse colocado a área como área de preservação permanente ou uma área verde de lazer, porque aí qualquer empreendimento estaria impedido. Talvez tenha indícios de “influência política” nos últimos movimentos na Polícia Federal. Parece que a Câmara de Vereadores tem alguns problemas, mas especificamente sobre a Ponta do Coral eu não posso provar nada. Eles estão propondo umas coisas malucas, que nunca vai passar. Que nunca vai ter dinheiro para fazer. Mas vai fazer essa intervenção toda e não vai criar uma via exclusiva para ônibus? Eles dizem que estão estudando. Estudos que já deveriam ter sido realizados pelo IPUF. Uma via exclusiva para ônibus, do ponto de vista facilidade, seria ótima mesmo que ela não de certo. Não é como um metro que tem que implantar. A via exclusiva uma vez que não deu certo não tem obra. A via exclusiva tem no máximo algumas cercas que tem que ser colocados, mas o investimento é mínimo, e pode ter um grande sucesso. Se não tiver também não se perde nada. Não é como esse teleférico maluco, que é um caso de irregularidade grave. É um monte de dinheiro por uma coisa que não sei para que vai servir. O processo não é transparente. Tem um monopólio de uma empresa no Brasil que faz a implantação desse tipo de serviço. Parece uma coisa muito dirigida, como solução que não é solução. Na cabeça de alguém passa que o problema de mobilidade em Florianópolis é entre o centro e a trindade. Todo problema que a gente tem com o continente, norte da ilha, sul da ilha, não é entre o centro e a trindade. Quem iria usar efetivamente esse transporte? A grande maioria dos estudantes universitários está no entorno da Universidade Federal, tanto que hoje explodiu o preço dos apartamentos no entorno. Por isso que a ciclovia seria super importante, inclusive a UDESC e a UFSC fizeram um convenio para viabilizar essa ciclovia entre as duas universidades, porque os estudantes usam muito a bicicleta. Eles moram nos arredores, e se eles tiverem ciclovia só irão usar a

bicicleta. Então isso seria superinteressante. Na Beira-Mar tem espaço para fazer a via exclusiva de ônibus, para que o ônibus pudesse fluir e não ficasse trancada em engarrafamento. Mas porque já não foi feito. Para o Norte da Ilha, o trânsito para na frente do Angeloni e para o norte da ilha está tudo trancado. Eu moro na Lagoa da Conceição, e não tenho como ir pelo Itacorubi. Tenho que ir pelo Córrego Grande, então são obras muito importantes. Existem projetos antigos do DEINFRA que foram abandonados. Tinha um projeto de uma obra que saía justamente da Beira-Mar, e ia lá para o João Paulo por viaduto. Tirava todo esse tráfego, porque é uma linha reta. Na época em que se fez o elevador do CIC já se falou nesse viaduto. Esse viaduto destrancaria essa região. A mesma coisa na Via Expressa. Existia também um projeto para levar o tráfego por fora do manguezal. Também por viadutos, com até uma via panorâmica, e está abandonado. Eles vão abandonando os projetos. Para o Sul da Ilha chegava ao cruzamento que vai para o Campeche, e agora eles perderam a licitação do projeto. Eles fizeram um mega projeto de viaduto, e não sei se era necessário tudo isso. Quem são os engenheiros que estão pensando isso. Mas tem um mega projeto de viaduto justamente para ligar a Costeira do Pirajubaé ao Campeche, onde tem o cruzamento que vai para o Rio Tavares e Campeche. A notícia que eu tive do IPUF é que eles tiveram que anular a licitação que já tinha sido lançada, porque o valor ficou muito alto e a prefeitura não tem o recurso para fazer. Ou seja, já se passou metade do mandato do atual prefeito e nada foi feito neste sentido. Foi uma promessa que ele fez de construir esse novo acesso ao Campeche. O verão está chegando e vai ser aquele horror de novo, e agora a prefeitura está repensando o projeto, para refazer a licitação. Eu ainda brinquei com eles e disse ao Secretario que ele vai terminar o mandato e não terminar a obra. Eu sei que eles estão quebrando a cabeça para fazer o plano de mobilidade. Eles não têm gente capacidade para isso. Eles têm muitos arquitetos que não sabem fazer. Eu disse isso para eles, e eles ficaram muito irritados comigo. Eu disse para eles, que eles deram um tiro no pé. A partir do momento que colocam 18 andares no Centro da Cidade e no Estreito, como podem querer mobilidade? Isso é adensamento! Eles respondem que não é adensamento. Tem aquela história do Dalmo Vieira, e eu concordo com ele, pois o Centro da Cidade fica abandonado no final de semana porque

tem muito comércio e pouca residência. Mas eu disse para ele que isso não se muda deixando construir mais! Tem incentivo fiscal para construção residencial, para prédios residenciais. Tu podes dar inclusive incentivo fiscal para que os proprietários dos eventuais prédios alterem a destinação deles, de comerciais para residenciais, mas não precisa aumentar pra 18 andares. Incentivo fiscal é uma coisa que eu já falei para o atual Prefeito desde que ele entrou. Ele tem que criar incentivos fiscais. Hoje em dia quem tem algum bem tombado tem incentivo fiscal em Florianópolis, não pagando IPTU. Mas quem tem área de preservação permanente no seu próprio terreno não tem esse incentivo. Então tem varias coisas que poderiam dar incentivo para trazer comércio onde não tem comércio, porque tem bairros só residenciais que precisariam ter um uso misto estimulado, motivado, mas não tem. Até para que as pessoas possam trabalhar no seu próprio bairro. A gente teria que ter alguns incentivos fiscais para criar ocupações de baixa renda, para que esses trabalhadores que trabalham no Norte da Ilha, por exemplo, não tenham que vir de Palhoça ou São José. Porém esses incentivos passaram longe da discussão do Plano Diretor. O Plano Diretor tem um capítulo que trata disso, mas não tem nada efetivo sobre isso. Não tem nenhum artigo criando alguma coisa que efetivamente melhore a disposição espacial da cidade, ou do ponto de vista da mobilidade. Então, todos esses aspectos que poderiam e mereceriam ter sido incluídos no Plano Diretor não foram. Eles ficaram preocupados em ter um Plano Diretor rapidamente e ficaram preocupados em criar algumas possibilidades de construção em alguns locais, e correram alucinadamente atrás disso. Inclusive não tem nada a ver com o discurso do Professor Dalmo, que ele explica sobre centralidades e função dos centros urbanos. Não tem nada a ver, se pegarmos o que foi escrito e aquele discurso padrão. Porque ele tem um discurso padrão. Quando eu ligo para ele é sempre a mesma coisa. Aquilo não bate com o que foi entregue. Eles gostam de colocar a culpa na Câmara, mas a maioria das emendas, trezentas e poucas emendas não foram aprovadas. Então aquilo é o Plano Diretor que eles mandaram para nós. E na verdade houve tanta irregularidade lá que algumas das plantas ninguém sabe nem como apareceram. Algumas plantas do Plano Diretor não são aquelas que o IPUF mandou, mas também não foram precedidas de emendas parlamentares. Então são plantas que

ninguém sabe de onde saíram. Porque que o prefeito não vetou? A justificativa dele é absurda. Ele diz que não vetou porque aquilo não eram emendas e ele não poderia vetar! Ora, estava no texto final. Estava nos anexos finais. Ele poderia e deveria ter vetado, então são desculpas que não tem cabimento. Em relação a participação da comunidade, com Ação Civil Pública ganhamos, mas a Vara Ambiental de Porto Alegre achou que não. Porém, é uma Ação muita nova. Essa discussão sobre o direito à participação popular e até onde vai esse direito, levou mais uma vez o Tribunal da 4ª Região a sair pela tangente. Houve participação. Se ela foi suficiente ou não nós não sabemos, e não é o nosso problema. É problema do legislativo. Mas isso funciona assim. Até uns anos atrás os Tribunais não aceitavam Ação Civil Pública por omissão de política pública. Hoje já aceita tranquilamente. As primeiras levaram bomba. E depois a gente entra com quatro, cinco, dez, vinte, trinta. De repente o Tribunal pode rever o mérito da razão. É assim que muda. A jurisprudência é dinâmica.

ANEXO 2: ENTREVISTA COM CARMEM SUZANA TORNQUIST
- PROFESSORA DA UNIVERSIDADE DO ESTADO DE SANTA
CATARINA - 19/12/2014

1) O Costão do Santinho Resort, o Condomínio Residencial Costão Golf, o Il Campanário Villagio do Grupo Habitasul em Jurerê Internacional são empreendimentos que mesmo com estudos prevendo, projetando os impactos que esses empreendimentos iriam produzir, eles foram viabilizados e estão operando normalmente. Qual a sua opinião sobre esses empreendimentos?

Eu acho que estão todos envolvidos na Moeda Verde. De um modo geral, é uma tendência do Brasil inteiro, acho que não é só daqui. Acho que Floripa é muito exemplar de vários processos. É questão de no primeiro ponto ter atenção a legislação especificamente dos EIA/RIMAs. Hoje em dia me considero Ecologista, não gosto muito do termo ambientalista porque acho que infelizmente foi uma palavra que foi apropriada pelo mainstream e se a gente olhar sob o ponto de vista das populações tradicionais, dos ecológicos históricos que tem uma visão bem crítica da apropriação do capital, da apropriação do discurso ambientalista pelo capital. A gente não gosta mais desse termo ambientalista. Então a primeira coisa que eu queria dizer é isso. Como ecologista, como quem também estuda as questões socioambientais, é importante também frisar a questão social não só a questão ambiental. Eu acredito que por um lado tem todo avanço com relação às essas legislações ambientais e uma delas é a questão do EIA/RIMA. Mas o que no geral acontece com esses EIA/RIMAs? Eu acho que tem dois aspectos. A forma como são feitos, em geral a legislação pede que o próprio empreendedor contrate o estudo, então isso já é um vício de origem. A meu ver deveria ser o próprio estado a fazer o EIA/RIMA. As agências estatais fariam o EIA/RIMA com mais isenção. Quando o empreendedor contrata as empresas especializadas, a gente tem o caso aqui em Santa Catarina do Caruso Junior, por exemplo, tem outras, mas essa é bem conhecida, que é especialista em fazer EIA/RIMAs que atendem o interesse dos empreendedores. Elas fazem recomendações, mas obviamente não é uma atenção ilimitada ao que o empreendedor queria fazer. A gente já tem experiências no Brasil para mostrar que realmente, poderia até não ser, mesmo sendo

empresas, mas a experiência histórica no Brasil mostra que o EIA/RIMA contratado pelo próprio empreendedor tende sempre a favorecer o empreendedor em detrimento da população ao redor. E aquele papo ecologista, não só a população do entorno, mas a população como um todo e a ideia das próximas gerações, que para o movimento ecologista é algo bastante caro e tem sido usado de forma bem leviana. Outra questão bem importante é a preocupação chamada sustentabilidade. A gente perdeu o controle do conceito. Existem muitos movimentos hoje que tem uma preocupação e isso é interessante, mas é limitado. Por exemplo, eu não quero o empreendimento no meu bairro, não quero no meu jardim, mas como aconteceu um pouco no Estaleiro OSX. Não quero aqui em Jurerê, não quero aqui na Daniela, mas se for para o Rio de Janeiro não tem problema. Então vai para outro lugar que eu não me importo. O Ecologismo radical não é favor disso. Não quero aqui, mas pode ir para lá. Então esse é um ponto do EIA/RIMA que tem que ser revisto. Tem outro problema que é a questão ligada também ao primeiro problema, que é o caso do Estaleiro OSX. Tivemos vários casos, tanto de professores, pesquisadores renomados da Universidade Federal de Santa Catarina que fizeram os estudos, e os estudos não interessaram para a empresa que fazia o EIA/RIMA. Assim o responsável foi afastado e foi contratada outra pessoa. Então quer dizer que é este o significado do uso da ciência. Onde fica a isenção da ciência? A gente tem um problema de profissionais que acabam se vendendo. O que é uma forma de corrupção terrível. Tem o problema que inclusive na época a gente falava que tinha que denunciar para os órgãos corporativos. Não pode uma pessoa usar o conhecimento científico e se beneficiar desse conhecimento científico para vender isso para o empreendimento. Foi o caso de um Professor de Biologia da UFSC. Foi também o caso do ICMBio e do Estaleiro OSX que acompanhei bastante. Teve o pessoal do ICMBio que tinha que fazer o parecer sobre o EIA/RIMA e os funcionários se posicionaram contrários, apontando vários problemas do EIA/RIMA. Os funcionários foram mandados embora. Tomaram cartão vermelho, pois era cargo comissionado. Na época saiu até um movimento defendendo esses funcionários. Então esse é um problema do EIA/RIMA na forma como ele é. Eu acho que tem outro problema que os Movimentos Sociais ainda não avaliaram que é a questão do impacto social. O discurso dos

empreendedores é um discurso que ideologicamente tem um apelo enorme. O discurso do emprego. De fato a gente vê isso, como no caso do Estaleiro OSX. A região de Biguaçu e Governador Celso Ramos, onde se pretendia instalar o empreendimento, de fato vem no processo histórico de empobrecimento, de decrescimento populacional. Diminuiu o número de pessoas que viviam da pesca, sem querer romantizar que a pesca e a agricultura eram modos de vida maravilhosos. Sabemos dos seus problemas, inclusive do ponto de vista ambiental, mas eles tinham um determinado modo de vida e caíram em um assalariamento fora de suas atividades tradicionais. Então hoje temos pessoas que vivem da pesca mais como hobby, trabalham como funcionários públicos, ou como trabalhadores terceirizados. Chega o empreendedor lá e faz o discurso do emprego. De fato tu podes pensar que em médio prazo vai gerar emprego, porém postos que necessitam de nenhuma qualificação. Nisso eu acho que o EIA/RIMA deveria avançar também. No sentido de incorporar os estudos da área social para poder realmente pensar de forma científica, no que poderia ser feito para melhorar a renda, o trabalho, e o acesso aos postos de trabalho. Na época do Estaleiro se colocava muito de forma impressionista, mas que provavelmente os empregos que eles prometiam nem seriam para a população local. Para construir um Estaleiro do porte do OSX, teria que ter pessoas com uma qualificação altíssima, e essas pessoas não existiam aqui nessa época. Então, provavelmente os empregos que seriam gerados seriam para pessoas de outros lugares. Era um discurso enganador iludindo a população local com algo que não viria. Então eu acho que isso seria uma questão que teria que avançar em relação ao EIA/RIMA. Ele parece uma conquista, mas não é bem assim. Inclusive a gente tem se colocado contra os EIA/RIMAs. Ele deveria avançar no sentido de ser público. O Estado deveria fazer o EIA/RIMA, mas aí teríamos outro problema que é a falta de aparato e sucateamento do aparelho público. Empreendimentos como o Costão do Santinho que estiveram envolvidos no caso Moeda Verde, não foram levados a maiores consequências e os empreendimentos foram feitos.

2) Qual a sua posição sobre o papel do Ministério Público Federal e dos Movimentos Sociais frente a resistência a ação impactante de grandes empreendimentos como o Complexo

Urbanístico Porto da Barra, o Florianópolis Village Golf Resort e o Parque Hotel Marina Ponta do Coral?

Tendo como foco o Plano Diretor Participativo, que a gente fez de tudo para ele ser participativo. A gente teve uma confluência de movimentos ambientalistas, movimentos comunitários, o movimento urbano, inclusive algumas instituições como o IAB, grupos que não são especificamente dos movimentos sociais, mas são de categorias profissionais, que se engajaram nessa ideia de tornar o plano diretor participativo, de fato participativo, seguindo a legislação do Estatuto da Cidade. Recorreram ao Ministério Público para ele fazer a Prefeitura e os órgãos executivo, legislativo e judiciário cumprirem o seu dever, que eles não estavam cumprindo. No processo do plano diretor participativo há uma crença, eu acho que os movimentos em Florianópolis e os movimentos indígenas também têm um pouco disso, eu diria que é uma crença que às vezes se revela boa, onde o Ministério Público Federal é visto como uma instância que pode resolver os problemas que outras instâncias não resolvem, como o judiciário, o legislativo e o executivo. O movimento indígena tem uma fé no poder do Ministério Público. Nós não podemos ser reféns do Ministério Público. Porque de fato ele é dividido como tudo na sociedade. A gente às vezes acredita que o Ministério Público, que tem essa ideia de ser a salva guarda dos direitos teoricamente, só que é imaginar que é um órgão feito de anjos. Que estão além dos conflitos sociais e políticos. Mas dentro do Ministério Público tem procuradores que tem uma visão política, que não são neutros. É claro que tendencialmente os que são da Vara Ambiental, que são inclusive os que trabalham com a questão indígena, que eu tenho trabalhado mais nos últimos anos, em geral eles tem todo um processo de formação. 80 a 90% deles tendem a ser favoráveis aos movimentos sociais. Muitas vezes, no caso da Moeda Verde foi isso mesmo. Alguns promotores que acolheram os movimentos sociais foram afastados. Sobre a Ponta do Coral, que tem um movimento de resistência há mais de trinta anos. Depois da Constituição Federal de 1988, o Ministério Público teve papel determinante na questão da Ponta do Coral e sempre esteve do lado do movimento, dizendo que aquela área é pública, que a venda do terreno depois do incêndio do Abrigo de Menores foi irregular. Ao mesmo tempo em que o Ministério Público atende as demandas do movimento, ele cria demandas para o próprio

movimento. Eu acho que às vezes os movimentos sociais ficam reféns do Ministério Público. Os movimentos esperam de forma paternalista que o Ministério Público diga o que os movimentos devem fazer. Eu acho que os movimentos deveriam avançar nesse sentido. Os movimentos sociais têm ecologistas, pessoas que tem certo capital científico, então eu acho que os movimentos tem certa autonomia. O próprio processo do plano diretor tem mais autonomia no sentido de questionar, lidar melhor, saber quem são as pessoas, assim como a gente faz com os vereadores e o executivo, e não cair nesse conto de que o Ministério Público esta sempre ao nosso favor. Porque o Ministério Público não é um lugar absoluto cheios de pessoas a favor dos direitos humanos e sociais como estão na Constituição. Às vezes o Ministério Público acaba se colocando contra o movimento.

3) Você acha que os movimentos sociais avançaram na resistência contra a ação impactante dos grandes empreendimentos em Florianópolis?

Eu acho que tem um acúmulo bem legal. O Plano Diretor representa inclusive um processo de acúmulo. É sempre muito pouco pelo que a gente espera para quem é entusiasta e acredita no poder dos movimentos como eu. Porque tem um processo de conservadorismo agora expresso nas eleições. Tem um retrocesso no Brasil com relação à ligação dos movimentos com o parlamento, mas ao mesmo tempo no caso de Florianópolis, eu achei muito interessante aqui na Câmara de Vereadores em 2013. Tínhamos no Plano Diretor os tradicionais militantes dos movimentos de bairro, dos movimentos comunitários. Tradicionais no sentido do movimento, porque sempre entra gente nova. Houve a confluência de outros personagens. Muita gente ligada aos movimentos artísticos e culturais. O Grupo ETC teve um papel importante na cidade. Estes grupos artísticos e culturais tradicionalmente não se envolviam no Plano Diretor. O Plano Diretor não é uma luta imediata como a tarifa zero para os estudantes no transporte coletivo. O Planejamento Urbano necessita muitas mediações, é complexo. Não é uma coisa simples pensar a cidade. Estes setores artísticos e culturais que geralmente tem uma simpatia por causas políticas e ambientais, mas ela não é muito politizada, participaram intensamente, com as contradições que este tipo de

movimento tem. Teve a participação do movimento estudantil que não tem como pauta a discussão da cidade. Discute a questão ambiental, só que de uma forma mais genérica, mas dessa vez participaram das discussões temáticas sobre a cidade. No Plano Diretor a questão da Ponta do Coral se colocou como pauta central do movimento estudantil defendendo uma cidade com menos concreto, menos elitizada, com menos mega empreendimentos, uma cidade menos segregada. Tem também esse movimento popular que está renascendo nas ocupações como do Contestado e do Amarildo, e está ligado ao processo do Plano Diretor Participativo. Eu também acho que as organizações políticas não estão conseguindo captar a população mais jovem. As organizações, os partidos tem dificuldade de lidar com jovens, com seu lado despolitizado. Como criar um linguajar que ao mesmo tempo politize e não caia naquela coisa chata que nem a gente aguenta mais. É um desafio. Acho que tem essa juventude indignada com a cidade.

ANEXO 3: ENTREVISTA COM GERT SCHINKE - REPRESENTANTE DO DISTRITO DO PÂNTANO DO SUL NO NÚCLEO GESTOR DO PLANO DIRETOR PARTICIPATIVO DE FLORIANÓPOLIS - 17/12/14

1) Você acha que foram determinantes as ações dos movimentos ambientalistas e do Ministério Público Federal no sentido de sustar a execução de grandes projetos como do Complexo Urbanístico Porto da Barra, do Florianópolis Village Golf Resort e do Parque Hotel Marina Ponta do Coral?

O que eu posso afirmar com a absoluta segurança é que, nos casos citados onde há a ação do Ministério Público Federal, especialmente o Federal, porque o Ministério Público Estadual foi outra história, foi a antítese se comparares com o Ministério Público Federal, que deixou muito a desejar. O Ministério Público Federal sempre acompanhou os processos de licenciamentos. Em um período recente houve vários casos de escândalos envolvendo o licenciamento de grandes empreendimentos e alterações no zoneamento. Tudo ligado à ocupação do solo em áreas frágeis pelo interesse da especulação, como nos casos das operações Moeda Verde, Tríade e Ave de Rapina. A gente suspeita da aprovação irregular do rol de emendas do Plano Diretor, embora não tenha entrado na lista das tramas investigadas pela Polícia Federal. Temos esperança que isso ainda vai acontecer um dia, porque era acintosa a forma como grupos de vereadores apresentavam essas emendas. Sem mais e sem menos. E sempre claramente patrocinando interesses de grandes empresas imobiliárias e incorporadoras, grupos poderosos. Principalmente do ano 2000 para cá, o Ministério Público Federal conseguiu segurar muita coisa. Na conjuntura do mundo de hoje a defesa das áreas naturais está sob resistência. Não estamos mais em ascensão como nos anos 70 e 80, quando se criavam inúmeras unidades de conservação e parques. Houve uma onda, uma pressão por vários motivos, que fez com que durante aqueles anos houve maior facilidade de convencer as autoridades a criar novos parques. Na medida em que as áreas foram sendo tomadas e a especulação e a expansão urbana começaram a tomar mais força, especialmente nas áreas nobres do nosso litoral brasileiro, escasseando as áreas passíveis desta especulação, dificultando a criação de novas unidades de conservação. A criação de novas unidades de conservação,

independente de serem federal, estadual ou municipal tornaram-se raras. Nessa conjuntura atual é muito difícil criar uma unidade de conservação. Primeiro apelam para todos os interesses envolvidos, principalmente os privados relacionados e alegam a desculpa mais furada, que é a falta de verbas para indenização das áreas. As criações de novas unidades de conservação esbarram sempre neste argumento. Pelos mecanismos de controle, especialmente do Ministério Público, nós conseguimos frear alguma coisa nesse ambiente de resistência. Nós estamos ganhando no ambiente da resistência quando a patrula do empreendimento ainda não chegou. Porque quando a patrula entrar chegou num ponto que nem a justiça atua. A justiça no limiar nunca foi ecológica e nunca será do jeito que as coisas estão. Eu até louvo o trabalho de alguns procuradores. Nós temos até certa sorte aqui em Florianópolis de termos procuradores que não estão se vendendo a argumentos fáceis. E não estão fazendo nada mais do que deveriam fazer. Agora do ponto de vista dos procuradores do âmbito estadual, nós tivemos somente decepções nos últimos vinte anos. Neste ambiente de resistência no qual nós nos encontramos enquanto a patrula do empreendimento não entrou nós estamos em vantagem.

2) Qual a sua opinião sobre os empreendimentos que a resistência não conseguiu sustar os projetos, como nos casos do Costão do Santinho Resort, do Condomínio Residencial Costão Golf, e do Il Campanário Villaggio?

Analisando os territórios que esses empreendimentos ocupam há uma falha da parte dos promotores no sentido de investigar a origem de domínio dessas terras. Aí nós entramos em um problema escabroso que é não só o *modus operandi*, mas toda uma estrutura que existiu em Santa Catarina, que colocou na mão de setores privados grandes quantidades de terra a preço de banana, de graça. Isso se deu nos anos 70 através de um organismo de estado que se chamava Instituto de Reforma Agrária de Santa Catarina. O Instituto de Reforma Agrária foi utilizado pelo então governador, nos anos de apogeu da ditadura militar, para fazer a anti reforma agrária. Eles emitiram milhares de títulos de terras que não eram do Estado de Santa Catarina, eram da União beneficiando grupos privados de seu interesse, sob certo manto de legalidade. Empreendimentos como os citados tem relação com o antigo IRASC. E aí está uma falha,

pois os promotores deveriam analisar a legalidade da origem de domínio das terras, que se chama sucessão dominial, sobre os títulos das terras que hoje são apresentados nos cartórios. São imensas áreas que esses empreendimentos detêm, como nos casos do campo de golfe na planície no Pântano do Sul, do terreno da Portobello na Barra da Lagoa, dos empreendimentos do Costão do Santinho e da Habitasul em Jurerê, que utilizaram no todo, ou em parte, terras tituladas pelo IRASC. Eu acho que deveria ter uma reforma do ponto de vista das promotorias para entrar nesse âmbito porque você já pega pelo outro viés as ilegalidades. Nem pelo lado ambiental só. Se for analisar o impacto ambiental, socioambiental, é óbvio. Às vezes até econômico. O impacto negativo sob as comunidades tradicionais, sob as comunidades extrativistas, pesqueiras. A pesca virou uma perfumaria, um folclore. É vendido para o turismo, tem barquinho de pescador que nem pesca mais, tem que ter ali na foto. Então existe essa questão de domínio das terras, em que o caso do IRASC seria um novo elemento para os promotores utilizarem como obstáculo. Talvez isso não venha a acontecer por alguma questão jurídica. Não sou jurista, então não entendo profundamente o processo, mas pelo que eu já pude concluir, mais das metades das terras estariam sob questão, em relação a esses títulos que foram emitidos pelo IRASC. Seguramente mais da metade. Foi uma verdadeira lambança e isso foi num período específico na história de Santa Catarina, em Florianópolis. Florianópolis foi um dos nove municípios em Santa Catarina que recebeu mais de mil títulos de propriedades de terras, que nem eram do Estado. A maioria deles nem eram do Estado. O Estado entregava terras que eram da União.

3) Qual a sua opinião sobre o caso da Ponta do Coral?

A Ponta do Coral, pela circunstância da sua localização, e pela tradição de luta que inicia nos anos 80, também era mais forte, mais expressivo e mais organizado o movimento ecológico, e o próprio movimento social. As questões de Planejamento Urbano, voltadas para as coisas da cidade se tornou quase que um símbolo. Um ícone de uma resistência contra a invasão de um modelo Miami Beach, de grande verticalização e arquitetura exótica. Prédios estilo Dubai que pretendem fazer ali. Então se tornou um ícone da resistência. Uma área pequena, inexpressiva do ponto de vista do tamanho da área se for analisar. Pela sua

localização é muito bonita. E com esse conflito todo gerado em cima do domínio. A área estaria penhorada, e hoje sob domínio da Hantei. Eu fui à última audiência pública de apresentação do último projeto da Ponta do Coral, em julho de 2014. Foi realizado no Novo Horizonte, com a participação de aproximadamente 100 pessoas. Cortaram várias coisas do projeto. Não tem mais nada no mar, aquela coisa dos iates. Sabiam que aquilo era um problema quase insuperável. Mas a volumetria do prédio eles mantiveram igual. O hotel em si não mudou nada. A discussão nesse caso é sobre a dominialidade da terra. Se eu tenho um custo de amortização da terra, que não é pequeno, neste caso no valor de cento e trinta milhões de reais. Só para ter a dominialidade da terra. Segundo a Hantei o custo da obra ficaria em torno de cem milhões de reais. Duzentos e trinta milhões de reais no total. Você vai construir um hotel de duzentos e trinta milhões para amortizar em trinta anos? Qual é a ginástica financeira que um capitalista fará para conseguir lucrar em cima de um investimento deste? Ela é óbvia. Se eu tiver que gastar duzentos e trinta milhões de reais, como terei lucro? Alguma coisa não fecha nesse cálculo. Sobre este empreendimento há suspeita de alguma coisa fraudulenta, que está mal explicada. E que carece de fundamento lógico. Começando por essa dominialidade. É uma ação que tem embargo, mas é mal julgada. E vem o empreendimento com essa fantasia financeira. Essa reflexão me ocorreu quando saí daquela audiência pública. Com base nos dados. Eu não inventei. Foi declaração dos representantes da empresa, em cima de uma pergunta feita por um dos participantes na audiência. Perguntou de forma ingênua como ficou a questão da posse da área. O advogado e o dono da empresa disseram que tem toda a garantia e passaram os números das faturas. Disseram que compraram a área. Esse é um empreendimento que eu acho que não pode ser feito lá. Uma militante ecologista fez uma intervenção na audiência comentando que não se incomodava com a péssima aparência do prédio, porque tem gente que diz que ele é lindo. Gostos à parte seria melhor se fosse do outro lado da Avenida Beira-Mar Norte. Houve uma conversa sobre a permuta de um terreno do Estado do outro lado avenida. Formas que são viáveis para o capitalista. Na primeira audiência pública havia muita gente. O empreendedor contratou ônibus para levar pessoas para participarem. Inclusive para ameaçar. Só faltou chamar para

briga os nossos companheiros, que foram agredidos verbalmente. Nesta última foi mais tranquilo. Eles viram que por este caminho não iam levar vantagem. Nesta última audiência nós tivemos um numero significativo de pessoas criticando o empreendimento. Isso queira ou não queira cria dúvida nas pessoas. Amanhã ou depois, através de uma ação civil pública consegue-se uma investigação mais profunda. A estratégia desses grupos empresariais é a manipulação dentro os órgãos públicos. É através da corrupção que você faz o servidor bater o carimbo para o seu empreendimento. A resistência funciona enquanto a patrula não chega. Levamos vantagem enquanto a patrula não passou. É uma tristeza, é um país desprezível. Uma área daquela não precisa mais que uma dúzia de bancos e um projeto paisagístico bonito. Temos um grupo de resistência contra o projeto da Ponta do Coral de aproximadamente 30 pessoas, que se organiza quando há ameaça da patrula. Quando a FATMA esta organizando a primeira audiência pública teve uma discussão dentro desse grupo de resistência da Ponta do Coral, com participação do grupo UCs da Ilha, outros grupos universitários ligados ao planejamento e ao Fórum da Cidade, e eu advogava sobre a necessidade de um projeto sem sofisticação, um projeto simples. É necessário preservar a vegetação. No máximo a construção de um pequeno anfiteatro. No fim das contas a melhor solução é deixar como está. Nós conseguimos dividir a opinião dos pescadores que utilizam a área. Porque a empresa compra os pescadores. Eles ludibriam os pescadores.

4) O que você pensa sobre esta manobra política realizada pela Prefeitura para ocupar a planície do Pântano do Sul com esta Área de Urbanização Especial?

Eu acho que essa AUE, Área de Urbanização Especial é uma janela no zoneamento para beneficiar as duas empresas que tem projeto na área. É o projeto da JAT Engenharia e da CR Almeida. A ideia é criar um zoneamento difuso, que abre brecha para estas empresas. Na AUE cabe uma unidade de conservação, cabe um projeto turístico, parcerias público-privadas. A iniciativa privada conseguiu se apropriar da imagem do ambientalismo a seu favor. Eles vendem isso como ecológico, como sustentável. Quando na verdade não tem nem água. As pessoas aceitam isto com a maior naturalidade. Não existe estação de tratamento de

esgoto nessa região. E a empresa diz que vai construir sua própria estação de tratamento de esgoto, e ilude a comunidade dizendo que vai melhorar pelo menos um pedaço do bairro. Eu estou para ver um empreendimento que cumpra isso. Esses empreendimentos conseguem autorização da CASAN mesmo sem a capacidade de abastecimento de água necessária. No EIA/RIMA do projeto diz que dez mil pessoas a mais não vão impactar no abastecimento de água. Essa AUE é uma malandragem tipicamente orquestrada nos bastidores, que tem por objetivo beneficiar os empreendedores, contrariando uma deliberação do núcleo gestor do plano diretor participativo. Nesta assembleia distrital com audiência pública conhecemos a AUE, e achamos muito exótica a arquitetura deles, a malandragem. Porque tínhamos um acordo de AEA (Área Especial Ambiental), que ainda não nos contemplava um parque, mas já estava dentro deste espírito. A AUE faz parte deste mecanismo. São todas áreas grandes, são expressivas nas respectivas regiões. Em Sambaqui, Ratones, na Lagoa da Conceição, no Campeche, e a maior do município no Pântano do Sul. Isto foi orquestrado por 14 vereadores. Eles precisavam ter 16 assinaturas, então 2 deles assinaram duas vezes esta emenda do Plano Diretor. É uma fraude. Eles rasgaram o regimento interno da Câmara. Da maneira como foi aprovada este Plano Diretor ele não teria valor jurídico.

ANEXO 4: ENTREVISTA COM ALÉCIO DOS PASSOS SANTOS - PRESIDENTE DA ASSOCIAÇÃO DOS MORADORES DA LAGOA DA CONCEIÇÃO - 17/03/14

1) Por que o senhor acha que todos esses empreendimentos mesmo com a ação do movimento ambientalista, mesmo com a presença do MP foram feitos ajustes de conduta que viabilizaram a implantação desses empreendimentos. Por que será que o grupo Portobello não conseguiu, sendo que os outros conseguiram?

Eu acho que por causa da polêmica do local. Em função da fragilidade do local e conseguimos organizar bem a comunidade, a promotora Ana Lucia Hartmann deu toda a força e colocou tudo que ela poderia colocar para não acontecer. Hoje já ela pensa um pouco diferente, esse último projeto autoriza 30 barcos, porém uma coisa errada que não fazem é o Estudo Impacto de Vizinhança, e o vizinho do lado pode também 30 barcos, e o outro mais 30 e assim por diante. O impacto de vizinhança é a somatória dos projetos do Plano Diretor que pudessem acontecer na região. Não são os trinta barcos deles, é qual o limite de barcos que a Lagoa suporta. Agora no novo Plano Diretor a intenção é passar a ponte da lagoa para a “Ponta do Pitoco” até a Avenida Osni Ortiga. A justificativa deles é boa, que é oxigenar mais a lagoa em baixo, pois terá um vão maior. Defendemos a ponte ali porque o tráfego do morro da lagoa você não precisa passar pelo centrinho da lagoa. O pessoal do comércio não é organizado para reclamar sobre essa mudança do local da ponte. Se eles tiverem algum movimento somos nós que provocamos. E outra questão interessante é que vai acabar com o trancamento da Osni Ortiga. Estamos em um momento que a comunidade esta organizada, tudo que aconteceu deixou o governo com medo, deixou até o MPF com medo. A facilidade de comunicação através das redes sociais é muito mais fácil do que antigamente. Na verdade a comunidade não é bem organizada, mas transparece para a sociedade que somos bem organizados. A questão é que a comunidade da Lagoa é mais independente do Poder Público. A Procuradora da República Analúcia Hartmann vem do Movimento Ecológico Livre, por isso ela tem essa bagagem ambiental. O Portanova, Chefe do Departamento de Direito da UFSC, também participava. A sede do movimento ficava no edifício Comasa, mas o movimento começou sem sede.

Nós saímos da Revolução de 64, e começamos a nos organizar ainda nos anos 60, início dos anos 70. A ditadura inibia maior parte dos movimentos. Os movimentos ganham força nesse período. Outro período importante dentro do movimento ecológico se dá a partir de 1992. Antes disso tivemos o Conselho Comunitário da Lagoa, e um jornal que era melhor que o Diário Catarinense. Eu participei do movimento radical em 2008. Fui excomungado pela igreja católica. Sou de uma família de comerciante da Lagoa da Conceição e briguei com todos eles por produzirem impacto sobre a lagoa. Eu era conhecido como o fiscal da merda. Quem fez o movimento radical foram pessoas de fora, de Porto Alegre, os paulistas. Eu era o único nativo da Lagoa da Conceição que participava. Quando eu era pescador a Avenida das Rendeiras era de areia, e a Barra da Lagoa era uma Freguesia da Lagoa. Quando vinha um carro da Barra da Lagoa, normalmente ele atolava. Eu sempre ganhava algum dinheiro ajudando a desatolar os poucos carros que passavam. Na década de 80 eu já contribuía com o Greenpeace, enviando para a Holanda as denúncias ambientais ocorridas na Ilha. Também mandava para a BBC de Londres as denúncias dos crimes ambientais ocorridos na Ilha. O nativo tende a ser mais acomodado. Eu sempre participei desses movimentos. Já fui ameaçado de morte. Fiquei na frente dos caminhões para fechar o lixão do Itacorubi. Fui o primeiro a ir à Câmara Municipal fazer manifestação contra uma alteração pontual no zoneamento da Lagoa da Conceição, que beneficiava alguns grupos econômicos. Também protestei contra obra da Igreja Católica em área de preservação permanente no Morro da Lagoa. Eu estudava onde é o DAE, e vinha a pé todos os dias pelo Morro da Lagoa, que não era calçado. A pior coisa que aconteceu para a Ilha for ter ganhado o título de Capital com a melhor qualidade de vida do Brasil. E o Poder Público não está preparado para promover os investimentos necessários para acompanhar o crescimento da cidade. Ampliam-se os problemas no sistema viário e na segurança pública. O planejamento urbano não acompanha o ritmo do crescimento urbano, por conta da ganância imobiliária. Estruturas como a BR-101, BR-282, o aeroporto, e a UFSC contribuíram para esse desenvolvimento. Se o aluno passa em quatro vestibulares diferentes, ele vai optar por cursar em Florianópolis. Participei intensamente das discussões das emendas da Constituição Federal de 1988, e do

Estatuto da Cidade em 2001. No caso da Marina do Porto da Barra nós entramos com uma Ação Civil Pública, e pela primeira vez compreendi a importância deste instrumento jurídico. Também participei dos protestos que geraram o embargo de um hotel pretendido pelo Grupo Makenji no loteamento Village, no Canto da Lagoa. Este loteamento foi projetado por Oscar Niemeyer, e em seu projeto original tinha as formas da Lagoa da Conceição. Foi um crime a descaracterização do projeto original.

2) Quais os principais impactos que seriam produzidos na identidade cultural e no meio ambiente da comunidade da Barra da lagoa caso o projeto inicial do Porto da Barra fosse aprovado? Quando se fala em degradação ambiental esquecemos a degradação cultural. E a degradação cultural está em um processo muito mais acelerado do que a degradação ambiental. Então meio ambiente e cultura não devem ser analisados separados. Os dois devem andar juntos. No caso dos impactos ambientais, seriam gerados muitos impactos ambientais, um deles é a paisagem. A nossa ilha poderia ser diferente, ia ganhar muito mais dinheiro se a gente tivesse pequenos projetos dentro da identidade cultural e ambiental do próprio local e não os grandes empreendimentos. Então está errado esse conceito de empreendimento e colocar 300 mil pessoas no Saco dos Limões, no Campeche, e no Pântano do Sul. A gente vê o grande impacto que tem hoje do pessoal dos Ingleses, muitos moradores reclamam. Uma pergunta que a gente sempre fazia na época inicial da ACP ao governo atual era qual o limite para a Ilha. Quem é que vai dar esse limite? Quem vai dar esse limite é o Plano Diretor, não deixando espaço para grandes projetos. Com a elitização da ilha estamos perdendo toda a identidade cultural, perdendo a paisagem, perdendo a qualidade de vida no conceito de segurança, na organização dos espaços públicos, espaços públicos humanizados. Não tem que fazer mais estradas para desafogar o trânsito. A gente tem que ver o limite de gente entrando na ilha, morando na ilha. O impacto da Marina da Barra previa muitos barcos no canal da lagoa impossibilitando de até mesmo entrar na lagoa. A lagoa é um ambiente muito frágil, muito fechado. Criadouro onde tudo se desenvolve lá. A questão de muita luz no canal iria inibir que a criação passasse. O projeto foi modificando e hoje segundo a empresa, é inviável hoje a proposta do MPF. Não irão ganhar dinheiro como eles queriam.

Então não é o projeto ambiental ligado ao ambiente local é o projeto ambiental economicamente... Se eu fosse dizer uma frase para resumir a questão eu diria “Verde que te quero dólar”. O verde que eles querem é o dólar.

ANEXO 5: ENTREVISTA COM DILNEI SILVA BITTENCOURT - ENGENHEIRO DA PORTOBELLO - 08/04/2014

1) Qual o benefício econômico poderia trazer para a comunidade da Barra da Lagoa e a cidade de Florianópolis caso o projeto inicial fosse aprovado?

O projeto faz tanto tempo e ele teve uma formulação inicial que era bastante significativa do ponto de vista de requalificação humana do bairro de gerador para o turismo, hotelaria, centro de convenções, mundo náutico, o que gerava bastante emprego e bastante demanda. Com as sucessivas interferências e reformulações por conta de questões levantadas pelo MPF o projeto praticamente se reduziu e ele perdeu muito dessa significância econômica. Em todo o caso ele resgataria de qualquer jeito, independente dos tamanhos, uma nova transformação urbana. Seria feito com equipamentos super bem pensados, com uma ocupação bastante ordenada, com construções absolutamente contemporâneas. Traria o mundo de lazer náutico para a Barra da Lagoa, requalificando o seu entorno, inclusive com ganhos diretos para a colônia de pescadores e para todo o bairro. O bairro nesse meio tempo praticamente parou se estabilizou, não houve uma evolução. Não se vê nada significativo hoje a não ser um ambiente natural, mas um ambiente construído, ambiente feito pelo homem pouco tem contribuído para valorizar o patrimônio natural que temos lá e a gente acredita que o empreendimento traria essa valorização do patrimônio natural com o patrimônio construído. Bastante interessante, geraria algum emprego, mas não coisas tão significativas. Teria alguma coisa na área comercial fundamentalmente. Virou um empreendimento que seria residencial, de lazer e náutico. Eu acho que o grande benefício vai ser criação de um ícone, uma qualificação humana, qualificação do ambiente construído que eu acho que teria impacto em todo o entorno. Tem um ditado que diz como quem acende uma vela, é o primeiro a se beneficiar da luz. Então a gente estaria acendendo uma vela que nos beneficiaria, mas faria uma luz em todo entorno redirecionando as pessoas para a Barra da Lagoa não só olhar a ponte dar uma atravessada, mas ter um lugar para parar, um para comer uma comida legal e motivaria principalmente o turismo. Acho que o ganho seria na

área turística e na requalificação urbana com equipamentos de primeira categoria.

2) Quais os principais impactos que seriam produzidos na identidade cultural e no meio ambiente da comunidade da Barra da Lagoa caso o projeto inicial tivesse sido aprovado?

O empreendimento nasceu com a vocação de estar inserido na comunidade pesqueira tradicional, então ele não iria ser aquele 'alimento agressor', com prédios todos envidraçados absolutamente desconformes em relação ao entorno. Todo empreendimento foi pensado na escala, na forma de ocupar o solo. Quase que uma réplica contemporânea daquela ocupação. Dizer que não tem impacto é bobagem, até o ato de nascer é impactante, mas vamos ver a relevância desse impacto. Hoje de qualquer jeito a Barra da Lagoa já sofreu o impacto do turismo. Hoje não vivem mais da pesca praticamente, a pesca não é o principal ente econômico, apesar de ser o ente característico cultural mais forte. Então o impacto de terceiros, de comunidades de fora, seja fora de Florianópolis ou do Brasil já aconteceu, então esse empreendimento não traria um público externo diferente, mas não estaria trazendo mais impacto, pelo contrário tenderia a valorizar aquilo que já está acontecendo. Hoje a Barra da Lagoa tem cerca de 200 pousadas, os pescadores pegando seus barcos para levar pessoas até Ilha do Campeche. Então eu acho que não teria a perda da identidade, até porque a tendência é esses empreendimentos náuticos, como por exemplo, na Espanha que eu vi, eles estavam longe das comunidades tradicionais, por medo desse impacto, mas depois viram que fazendo um empreendimento fora da comunidade ele perdia, ele não tinha identidade. Ele era uma coisa morta. Passaram a fazer interação com a comunidade, onde tinha uma interação e com outro modo de vida e quem estava ali se enriquecia com esse rendimento que vinha extra. Pois estava assim de um lado o empreendimento e de outro a comunidade pesqueira. Eles migravam para o entorno aqui e seguravam uma comunidade tradicional e não configurava outra coisa. Então eu acho que não há perda da identidade e impacto ao meio ambiente o que foi levantando pelo MPF e bastante relevante que nos deu mais trabalho é uma crise de fatores, mas o mais relevante levantado pelo MPF foi a questão da abertura de canais artificiais com repercussão na salinidade e no nível e na erosão da Lagoa da

Conceição e da Barra da Lagoa. Esse foi talvez o que mais deu trabalho o que mais deu tempo inclusive numa última tentativa de TAC essa era uma condição que o MPF se apoiou: Se tiver resolvido a hidrodinâmica a gente da continuidade se não tiver resolvida não. E a gente inicialmente no primeiro projeto contratou o pessoal da UFRJ que tem um software ligado com o pessoal da Holanda onde tem muita experiência em hidrodinâmica marinha junto com o pessoal da nossa UFSC e da Univali. Fizemos estudos de toda a hidrodinâmica. A resposta do MPF foi que não estava bom, por isso e por aquilo. Por que não consideraram isso? O que fizemos? Reunimos tudo isso e refizemos novamente, aí agora na versão atual, que já faz alguns anos, redesenhamos os canais, simplificamos, refizemos o estudo e ficou claro inclusive pelo parecerista do próprio MPF mostrando que a abertura dos canais não teria repercussão no estuário da Lagoa nem ao ponto da lagoa alterar o seu nível ou a sua salinidade ou a vazão da água, porque pela pequenez dele pela forma que ele foi feito e é fácil de entender isso. Esse seria o grande impacto ambiental que poderia ser, mas também existiam diversas coisas em relação a pesca, em relação ao ruído, em relação a embarcação, a circulação mas são todas coisas facilmente mitigáveis e fortemente adaptáveis que ficou resolvido com essa simulação matemática que se fez, foi um caderno enorme foi um estudo caro, demorado, gastamos dois anos e tinha que fazer medição de maré, medição disso, medição daquilo. Vara as quatro estações, primavera, verão, outono e inverno, mas mesmo assim não foi suficiente. Mas esse seria o grande impacto.

3) O EIA/RIMA foi tendencioso no sentido de ocultar os impactos beneficiando o empreendedor?

Qualquer documento que tu faça, um exemplo é quando vamos consultar um médico e quando o assunto é grave consultamos o primeiro, o segundo, o terceiro para tomar uma decisão e nunca sabemos se tomamos a decisão certa então quando faço o estudo científico de tudo, sócio econômico, não existe unanimidade, certeza absoluta nessa terra. Nós somos seres humanos. Todos os nossos produtos são possíveis de falhas e também de acertos, o tempo é que vai mostrar isso. Então nós tentamos mostrar que o estudo ambiental sempre merece crítica, sempre pode ser melhorado assim como é a roupa nossa, é a

casa nossa, sempre tem aspectos a melhorar, mas em nenhum momento eu acredito que tenha sido assim tendencioso a ponto de esconder coisas relevantes, de maquilar coisas relevantes. Vou dar um exemplo claro que o MPF disse: Olha vocês podem fazer os canais artificiais, mas estão proibidos de mexer no canal principal porque o canal principal é intocável porque se mexer nele destrói a lagoa. Foi assim um ato terrorista, nós abandonamos porque nós estávamos prevendo sobre a ponte onde tem um estrangulamento e ali tem uma dificuldade de circulação de navegação porque a água se afunila e porque o risco de bater é muito grande e isso aqui destrói a lagoa e isso foi dito e nós abandonamos. Para a minha surpresa fui saber recentemente que a colônia de pescadores detonou as rochas que causaram estrangulamento da lagoa porque os barcos estavam batendo. Barco de pescador, não foi nenhum investidor! Os pescadores tiraram muitas pedras lá de dentro, abriram mais do que eu suspeitei, mais do que o volume de pedra que nós imaginávamos retirar. E o que aconteceu? A lagoa morreu? Pelo contrário, a lagoa está tendo dificuldade de renovação de água, principalmente na lagoa pequena que tem aquele estrangulamento da ponte ali no centrinho dela. Era um excesso de nitrogênio e fósforo lançado nela. Uma poluição de algas, mau cheiro porque aquelas algas não conseguem se renovar. Então acredito que ao invés de piorar a lagoa a facilidade com que a água entra e sai por esse canal melhorou a qualidade interna da lagoa, então como esse era um ponto que a gente teria que esconder esse seria um ponto para a gente maquilar. Ele foi publicado, ele teve audiências públicas, teve muitas reuniões com comunidades, com o mundo científico, com o mundo acadêmico, com o mundo na área jurídica. Então não tinha porque ele ser maquilado, evidente que ele não era 100% perfeito, porque a gente não tem a mesma maquilagem matemática, quer dizer, o que a gente esta procurando é a certeza, mas pra mim ficou evidente quando eu soube deste fato que a gente podia ter sido criminoso por este fato e a gente dizia que não era, porque fizemos estudos, então dá à impressão que o estudo estava maquiando um resultado e esta aí a prova física e real que não.

4) Se caso o projeto do Complexo Urbanístico Porto da Barra tivesse sucesso, teriam da mesma forma empreendido a Pedra Branca Cidade Sustentável?

Não, não tem relação nenhuma. Afinal de contas a empresa tem uma ala voltada para o mercado imobiliário onde a gente hoje reduziu essa atividade. A gente fazia prédios, criava, lançava e incorporava prédios. E a Pedra Branca era um produto imobiliário, como outros que a gente lançava. Não tem relação nenhuma.

5) Qual o “status” hoje do caso Complexo Urbanístico Porto da Barra?

R. O projeto está parado. Nós estamos estudando a possibilidade de reativá-lo. Vamos ver o que o Plano Diretor novo permite, preconiza. E a luz do novo plano diretor vamos estudar se é viável, se vale a pena. Analisar se é viável fazer estudo financeiro, estudo ambiental para ver se vale a pena fazer ou não fazer ou simplesmente fazer outra coisa ou mesmo uma possibilidade mais radical, simplesmente vender o terreno. Ou fazer meia dúzia de lotes e vender o que não nos dá nem satisfação nem prazer e ganharíamos dinheiro do mesmo jeito. A gente tem uma característica aqui no grupo de fazer as coisas mais prazerosas para a gente, pois além de sermos empresários e de buscarmos resultados econômicos a gente tem que pagar as nossas contas. A gente quer fazer as coisas que dão prazer. Se tu trabalhas fazendo o que tu gostas, os resultados são melhores. Temos um setor de logística em Itajaí. Nós somos líderes no setor de cerâmica. Nós somos sinônimos de boa cerâmica no mundo com os nossos produtos de incorporação. E por fim a Pedra Branca é um empreendimento privado e que nos encanta e é referência mundial.